

LUIZ TADEU FEITOSA

**O POÇO DA DRAGA**  
**A Favela e a Biblioteca**

N.Cham. D 021.20981 F336p  
Autor: Feitosa, Luiz Tadeu  
Título: O poço da draga : a favela e



1422952

Ac. 53272

BCH CAT

São Paulo  
1996

LUIZ TADEU FEITOSA

BH/UFSC

**O POÇO DA DRAGA**  
**A Favela e a Biblioteca**

São Paulo  
1996

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
SETOR DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA

**BH/UFC**

LUIZ TADEU FEITOSA

## **O POÇO DA DRAGA A Favela e a Biblioteca**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Semiótica, sob a orientação do Professor Doutor Norval Baitello Junior.

São Paulo  
1996

**BH/UFC**

À minha querida mãe, que, em vida, estimulou minha caminhada para esse feito.

À sua memória, que, como símbolo, anestesiou as tensões durante o processo de escritura.

Aos símbolos que emanam de sua lembrança, fonte inspiradora e poço de refúgio.

Um trabalho como este jamais poderia ter sido feito se, ao longo de todo o percurso, pessoas e instituições não se voltassem para ele com as sempre bem vindas ajudas. Assim sendo, mesmo correndo o risco de cometer algumas omissões, agradeço:

*À Cita, minha mulher e amiga, que acompanhou tenazmente cada momento do processo de criação, incentivando e renovando esperanças, e*

*À Fernanda e Flávia, minhas filhas, pela permissão para que eu as dividisse com o trabalho intenso. Valeu a pena, vocês ficaram ainda mais importantes para mim*

- À Universidade Federal do Ceará (UFC) pelo incentivo e apoio acadêmico;
- Ao PICD-CAPES, pelo apoio financeiro;
- À PUC de São Paulo, pela acolhida e apoio acadêmico;
- À Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, pela generosidade e interesse para com pesquisa;
- Ao Departamento de Comunicação Social e Biblioteconomia, pela possibilidade que me deu de fazer o mestrado.

**Às pessoas, amigos e parentes que de um modo ou outro ajudaram, e mais especialmente:**

- Aos colegas do Departamento de Comunicação Social e Biblioteconomia;
- À Josete, aluna dedicada, responsável pela bibliografia sobre bibliotecas;
- Aos colegas da PUC-SP e mais especialmente a Gerson Tenório dos Santos, Malena Contrera, Iasbeck, Ismara, Lúcia Helena Possari, e a todos que, de um modo ou de outro, conviveram comigo os momentos da pesquisa;
- À Gilmar de Carvalho, mentor maior de todas as idéias e luzes que emolduraram meu trabalho;

À Ane Katerine, Wellington Junior, Meise Regina, Kalu e Gabi, companheiros e cúmplices dos momentos difíceis e alegres na terra da garoa;

À Norval Baitello Junior, meu orientador, pela orientação corajosa;

À Olga de Sá, pelas primeiras orientações, sem as quais não chegaria a lugar nenhum;

Aos demais professores da PUC, pelas orientações complementares;

À Olga Guedes, amiga e principal responsável pelo meu ingresso na vida acadêmica;

Às bibliotecárias da BPGMP, sempre atenciosas e solícitas, sem as quais este trabalho não teria chegado a bom termo;

À Associação de Moradores Do Poço da Draga, que possibilitou minha incursão naquela comunidade;

Aos demais moradores do Poço da Draga pela gentileza com que me trataram ao longo da pesquisa;

Ao carinho dispensado por Dona Rocilda (Presidente da Associação de Moradores), seu Valmir Mesquita, e

À Dona Quinquinha ("in memoriam"), sujeito-memória do Poço da Draga, que só partiu quando me deixou aportado em seu coração.

# PÁGINA DE APROVAÇÃO

BH/UFSC

Comissão Julgadora

---

---

---

## RESUMO

BH/UFC

Analisa, sob o prisma da Semiótica da Cultura, um possível encontro entre favela e biblioteca, a partir das propostas de ampliação do raio de atuação da própria biblioteca. O estudo é feito com base nas representações simbólicas de ambos os pólos. Descreve os dois universos culturais, como sendo antagônicos, polares e assimétricos, para, em seguida, apontar as saídas simbólicas para a superação dos entraves na comunicação entre os segmentos populares e a biblioteca pública. Sugere uma mediação simbólica, como possibilitadora de uma comunicação menos ruidosa entre as partes, a partir do conhecimento dos elementos culturais definidores dos pólos. Busca, via diferenças culturais, chegar às igualdades, que possibilitem um diálogo menos agônico entre as partes. Sugere a ressignificação da biblioteca pública, mediante uma nova ordenação cultural e paradigmática, que contemple a participação popular nos seus serviços. Descreve a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP) e os seus projetos de extensão, seu discurso e as dificuldades em operacionalizar mudanças no âmbito dos serviços para os segmentos populares. Analisa a Favela Poço da Draga, no tocante às necessidades informacionais, seu cotidiano, seus textos culturais, e sua relação com a referida biblioteca. Por fim, enfoca o Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura, como meio de uma mediação que poderia começar pela própria biblioteca pública, dentro de uma nova perspectiva cultural ensejada pela política cultural do Estado do Ceará.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>  | <b>01</b> |
| <b>CAPÍTULO 1: SEMIÓTICA DE UM CAMINHO</b>                   |           |
| 1. Biblioteca: caminhos a trilhar                            | 08        |
| 2. Pressupostos Teóricos                                     | 11        |
| 3. Semiótica de um Caminho                                   | 17        |
| 4. Buscando Soluções   | 22        |
| 5. Os Símbolos na Biblioteca Pública                         | 25        |
| 6. Cultura e não-cultura                                     | 26        |
| 7. Descobrindo o Caminho                                     | 29        |
| 8. Escolhendo o Caminho                                      | 30        |
| 9. Democratização da Biblioteca                              | 33        |
| <b>CAPÍTULO 2: O SIMBÓLICO NA BIBLIOTECA</b>                 |           |
| 1. O Simbólico na Biblioteca Pública                         | 37        |
| 2. A Biblioteca como Texto Cultural                          | 43        |
| 3. Em Busca da Resignificação                                | 47        |
| 4. Vislumbrando Novas Fronteiras                             | 50        |
| 5. Em Busca da Função ou A Queda dos “Muros”                 | 54        |
| 6. O Mito da Informação                                      | 57        |
| 7. Utilidade e “ inutilidades” da informação                 | 60        |
| 8. O Público e o “Não-Público”                               | 63        |
| 9. Classificando Necessidades                                | 65        |
| 10. O Fetiche Livro  | 67        |
| 11. A Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel         | 70        |
| 12. Biblioteca e Memória                                     | 71        |
| 13. Análise de Discurso                                      | 73        |
| 14. Dos Projetos   | 78        |
| 15. Os Arroubos Discursivos                                  | 80        |
| 16. O Jogo Discursivo  | 82        |
| 17. Biblioteca Pública: responsabilidade de todos?           | 85        |
| 18. Içamento e Queda de Símbolos                             | 91        |
| 19. Das Mediações  | 93        |
| 20. O Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura                 | 96        |
| <b>CAPÍTULO 3: A FAVELA</b>                                  |           |
| 1. A Favela no Espaço Urbano                                 | 103       |
| 2. A Expansão Urbana   | 108       |
| 3. O Espaço Periférico e as Violências Todas                 | 111       |
| 4. O Estigma da Pobreza                                      | 116       |
| 5. Representações e Inversões da Pobreza                     | 122       |
| 6. Sobrevivendo às Adversidades                              | 128       |
| 6.1 <u>Pelos Mecanismos Culturais</u>                        | 129       |
| 6.2 <u>Inversão pelo Trabalho</u>                            | 131       |
| 6.3 <u>Inversão pelas Lutas Sociais</u>                      | 134       |
| 7. O Poder Estatal   | 136       |
| 7.1 <u>Os Serviços Assistenciais: uma forma de mediação?</u> | 139       |

BH/UFG

|   |     |
|---|-----|
| 7.2 <u>A Assistência em Curso</u>       | 141 |
| 8. Em Busca de uma Identidade           | 143 |
| 9. Das Codificações                     | 145 |
| 10. A Favela em relação à Biblioteca ✓  | 147 |
| 11. O Cotidiano da Favela ✓             | 151 |
|   | 158 |
| <b>CAPÍTULO 4: O POÇO DA DRAGA</b>      |     |
| 1. O Poço em sua Profundidade           | 165 |
| 2. Morfologia do Poço-Biblioteca        | 167 |
| 3. Categorias de Memorização (Registro) | 170 |
| 4. A Draga em sua Aspiração             | 177 |
| 5. Memória e Biblioteca                 | 179 |
| 6. Memória e Favela                     | 181 |
| 7. Memória e Esquecimento               | 183 |
| 8. O Poço e a Draga                     | 186 |
| 9. Biblioteca, Favela e Mediação ✓      | 188 |
| <b>CONCLUSÃO</b>                        | 194 |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>       | 197 |

BH/UFC

## INTRODUÇÃO

BH / UFC

Em seu artigo, “Cultura da Reclamação”, escrito em resposta às críticas, segundo as quais, a Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará prioriza “megaeventos,” em detrimento da preservação do patrimônio cultural do Estado, o Secretário de Cultura, Dr. Paulo Linhares (1996), critica “*o mito contemporâneo, chamado defesa do patrimônio*”, ao mesmo tempo em que defende a política da Secretaria de Cultura (Secult) no âmbito da “ação cultural”.

O Secretário defende a idéia de um patrimônio como princípio de “reabilitação”, diferente da noção vaga e sem sentido do termo, como um meio de “fascinação irracional pelo antigo.” Para Linhares, “*não se trata de simplesmente cultuar o passado (o luto), mas de lhe propor os meios de reviver o passado, intervindo ativamente no mundo que é o de hoje. (...) A ação cultural é um convite a intervir no mundo. (...) Quando se torna apenas evocação histórica do passado, é luto, é morte, é rancor.*” (Linhares, 1996). Para o Secretário, a “reabilitação” da memória pode ser feita “sob os auspícios da manifestação artística” e isso só é possível mediante “reformas objetivamente equacionadas e democraticamente executadas”.

A polêmica iniciada e mantida pelos críticos da política cultural do Estado e seus representantes não é nova. A rigor, trata-se de uma espécie de embate no qual - na maioria das vezes - prevalece o jogo de palavras. Via de regra, os pólos em eterno choque se esforçam em avivarem seus territórios, como que a se salvaguardarem dos ataques dos inimigos. Arroubos discursivos à parte, o certo é que - independente do lado que se enfoque - pouco ou quase nada é feito no plano democrático.

Se por um lado as críticas às políticas culturais recaem sobre a falta de preservação dos patrimônios públicos - apenas para citar a que gerou a polêmica entre a crítica e o criticado - por outro lado, o poder público - mesmo negando o apego e a cultuação ao “antigo”, demonstrados pelos críticos em suas reclamações - responde mostrando seus feitos nesse terreno. Ao elencar seus feitos, o poder público enumera: “publicação de livros que estiveram inéditos”, “recuperação de três museus”, “criação de novas bibliotecas e aquisição de acervos para as atuais”, “criação de escolas de artes e ofícios”, “tombamento de imóveis”.

Como se vê, as discussões sobre “cultura”, quer elas venham da “cultura da reclamação”, quer venham dos representantes da cultura nos estratos oficiais, ficam na subjetividade de suas assertivas em defesa da memória coletiva. Para os primeiros, reclamar parece o bastante. O que reclamar parece atrelado ao fazer (ou não fazer) do outro. Para as políticas culturais, executar ações como as acima citadas “*constituem ações efetivas onde o trabalho sobre a memória ganha efervescência.*” (Linhares, 1996, op cit).

Nesse embate ideológico, o que fica claro é a falta de objetividade quando a questão é o público receptor dessas ações. Neste sentido, prover uma comunidade de mais bibliotecas ou mesmo ampliar o acervo das já existentes, sem se levar em conta as expectativas de suas respectivas demandas, parece-me pouco para quem se pretende “intervir no mundo”. Nem isso, nem restaurar patrimônios públicos. Da mesma forma, não se concebe uma prática democrática no âmbito da cultura que não possibilite a emergência do público receptor à categoria de produtor cultural.

Foi pensando nessas implicações ideológicas perpassadas pelas políticas e representações culturais, quer estejam na base ou no pico da pirâmide da hierarquia cultural, quer venham do Estado ou dos profissionais da “cultura”, que me dispus a diagnosticar as relações existentes entre os que representam as instituições culturais - aqui representadas pelas bibliotecas - e os seus públicos - aqui representados pela favela.

No âmbito da polêmica aberta entre críticos e governo, está um grande projeto cultural em curso. Para nossa análise, delimitaremos esse universo ao campo da biblioteca pública, instituição que estará envolvida no Projeto do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. Para tanto, faz-se necessário uma abordagem contextualizada da Biblioteca Pública de Fortaleza, frente aos novos projetos culturais do Estado, bem como frente ao seu público potencial.

Como se percebe, a análise contemplará a expectativa governamental de democratização dos espaços da memória, conforme expectativa confirmada no depoimento do próprio Secretário de Cultura do Estado, acima transcrito. Assim, ao trabalharmos com o público potencial da biblioteca pública - aqui circunscrito às comunidades carentes - estaremos ampliando o raio de atuação dessa instituição.

Abordar o fazer bibliotecário a partir das atribuições que se apresentam fora do seu raio de atuação pode parecer contraproducente. No entanto, focar a questão do

ponto de vista das relações sócias que estão em jogo entre prática real e as práticas potenciais, aquelas que poderiam ser feitas e por algum motivo forte não o são, pode tornar as discussões menos enfadonhas.

O fazer bibliotecário, notadamente o das Bibliotecas Públicas, vive um momento transitório, onde as antigas definições tornam-se volúveis e indefinidas. Viver nessa situação causa instabilidade e insegurança. Conforme se verá ao longo deste trabalho, as bibliotecas estão no limiar de uma significação que não sabe-se representante de uma tradição milenar ou voltada para um futuro que se desenha opositor à tradicionalidade.

Este trabalho abordará a questão da ampliação do raio de atuação das bibliotecas públicas às classes mais baixas da população. Partiu-se de dados concretos de uma situação real vivida pela Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (daqui para frente indicada por sua sigla: BPGMP) e de alguns segmentos dos estratos inferiores da sociedade. A Biblioteca em foco vem nos últimos tempos tentando se aproximar mais do público carente e boa parte deste, conforme resultados obtidos preliminarmente neste trabalho, mostra-se interessada nesse diálogo.

O interesse mútuo entre Biblioteca Pública e segmentos populares foi detectado quando da realização de um seminário promovido pela BPGMP em abril de 1991, intitulado "Biblioteca Pública: responsabilidade de todos", realizado em Fortaleza sob os auspícios da SECULT. Em busca de novas diretrizes para sua política de atuação, a BPGMP convocou as representações populares e os segmentos educacionais da cidade para um diálogo sobre os meios de aproximação entre biblioteca e comunidade. O diálogo revelou duas intenções tão parecidas como indefinidas. Ambas as partes gostariam de manter uma estreita relação de emissão e recepção de informações. O como e as formas de se alcançar isso, no entanto, ficaram incógnitos.

Para objeto desta dissertação, escolhemos os pontos deixados em aberto quando daquele Seminário, ou seja, como propiciar um verdadeiro encontro entre dois segmentos culturais historicamente tão distante um do outro; que implicações culturais poderiam ocorrer numa pretensa comunicação entre ambos; e quais os elementos culturais definidores das partes. Para uma leitura dessa relação, escolhi uma representação dos segmentos populares ali representados. Assim, nascia a questão acerca dos pontos a serem levantados. As partes querem o diálogo e eles não se objetivam. Por quê? Naquele momento era essa a questão que nos esperava. Escolhemos a BPGMP e

uma das comunidades, a Favela Poço da Draga, ambas situadas na mesma área da cidade.

**BH/UFG**

A questão central da dissertação é fazer uma leitura das relações culturais envolvidas numa possível troca de informações, num possível diálogo entre biblioteca e favela. Para tanto, serão enfocados de modo breve os contornos da tradição milenar da Biblioteca Pública e suas tentativas de ressignificação, aqui entendidas as relações com os estratos inferiores. A relação, excêntrica para alguns e estimulante para outros, entre biblioteca pública e favela, antes de ensejar uma relação extrema, reflete uma tendência indisfarçada de boa parte dos teóricos da biblioteca pública na democratização do seu espaço e na abrangência de seus limites. O presente trabalho caminhou por essas trilhas.

Sobre as favelas pesquisei as causas de sua existência; os aspectos de sua ocupação no espaço urbano das cidades; os estigmas a que estão sujeitas e as formas de representação como mecanismos culturais inversores das adversidades encontradas no seu cotidiano. A literatura pesquisada serviu de suporte para as hipóteses em dados precisos e já debatidos por especialistas no assunto. O agrupamento dessa pesquisa bibliográfica sobre o assunto serviu de pano de fundo para a busca de um referencial teórico que o sustentasse sob o enfoque semiótico, coisa que o faremos no primeiro capítulo.

No presente trabalho, ainda, será feita uma análise da biblioteca pública em sua extensão histórico-cultural a fim de melhor entender o seu papel social e suas marcas culturais, herdadas, há milênios, pelos sistemas de códigos da cultura, os códigos instituídos, a fim de definir seu lugar na hierarquia sócio-cultural.

Será feita uma análise dos mecanismos ordenadores da biblioteca e como eles se mantêm ao longo de seu percurso histórico, ao mesmo tempo em que mostrarei suas marcas culturais e as muitas e constantes tentativas de redefinição de seu papel social, cujas mudanças são tentadas ao sabor das necessidades prementes de ressignificação dos seus códigos vigentes.

Há, em grande volume da literatura pesquisada, indícios de tentativas de ampliação do raio de atuação das bibliotecas públicas. Este trabalho se propõe a mostrar como se dão essas tentativas, como elas são efetivadas e os implicadores sociais presentes nessa empreitada, bem como a análise do porquê das adversidades encontradas.

Descrevo a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel em todas as suas peculiaridades e em todos os seus projetos populares - os chamados projetos de extensão - seu discurso e as contradições teórico-práticas de sua política de atuação, sempre relacionando-a com o perfil milenar das bibliotecas públicas em geral. Ao compará-la às demais bibliotecas públicas, busquei fazer uma leitura semiótica de sua tradição milenar, da sua complexa rede de símbolos e suas dificuldades de interação com as comunidades carentes, aqui representadas pela Favela do Poço da Draga. As análises serão amparadas pelos pressupostos teóricos da Semiótica da Cultura.

O presente trabalho não tem a pretensão de esgotar o assunto, senão introduzi-lo no universo da semiótica, sob cujas bases acreditamos estarem os elementos possíveis de análise dessa relação cultural.

Toda a pesquisa nos revelou muitas surpresas, a maioria das quais propiciadas pelo universo denso e complexo das culturas em oposição. Em nenhum momento deixamos de atentar para os perigos de se trabalhar com universos tão diferentes e do mal estar que muitos sentem só em pensar em tamanha excentricidade. Afinal de contas biblioteca não tem absolutamente nada a ver com favela, como pensam muitos com os quais nos deparamos nesse período de pesquisa. Os leitores verão ao longo deste trabalho que a caminhada para chegarmos ao final de nossa pesquisa não foi nada fácil, como difícil - desde então sabíamos - seria a caminhada entre biblioteca e favela.

Começar um estudo como o que ensejou esta dissertação não foi uma tarefa fácil. Unir num mesmo *corpus* teórico dois universos tão distintos parecia uma tarefa contraproducente. Que elementos teórico-interpretativos poderiam ser capazes de encontrar elos de ligação entre uma biblioteca e uma favela, além dos ideologicamente conhecidos pelo resultado das estratificações culturais? Temia-se que após um exaustivo processo de caracterização dos dois universos culturais, o cruzamento dos dados não apontasse para uma relação diferente das já existentes.

Ao longo do trajeto, no entanto, alguns indícios de temas comuns aos dois pólos se nos foram apresentando, ao mesmo tempo em que se vislumbravam algumas semelhanças culturais, que se poderia chamar *pontos comuns* ou sinais culturais suscetíveis de serem analisados e encontradas igualdades e diferenças à luz das quais se pudesse ver uma certa identidade entre ambos.

A princípio, só se viam diferenças, independente do recorte analítico feito. Quando o tema abordado era a estrutura hierárquica, as diferenças se agigantavam, dificultando qualquer tentativa signica de aproximação. Quando o *locus* era o espaço territorial ocupado por ambos, o destaque ficava para as marcas fronteiriças que deixavam claro quem ocupava o quê. Tomando por análise o "saber" e o "conhecimento", via-se uma via de mão única, na qual o signo biblioteca desempenhava todo o processo comunicativo, sendo ao mesmo tempo emissor e receptor de uma "comunicação" que preteria a mensagem como recurso de troca de informações. Em todas as situações, o resumo era um só: a marca da cultura e de sua antípoda, a não cultura.

BH/UFG

Foi no estudo dessa relação causal, onde a cultura para se sustentar precisa da sua antípoda como reforço de seu lado, que, ao se buscar os textos da cultura em suas relações polares, encontrou-se o ponto convergente entre biblioteca e favela. Trata-se do texto cultural "Memória", essa linguagem comunicativa imanente a toda humanidade e materializada em muitos materiais-memória, encontrados nos dois universos aqui estudados.

Não foi, é certo, uma descoberta casual, posto que biblioteca e favela, cada qual a seu modo, vivem de memória, praticam-na, a vivenciam cotidianamente, a desejam como recurso regenerativo e são, elas próprias, memórias-vivas. A descoberta da memória como *ponto comum* a ambas se deu quando da análise metafórica do nome da Favela: "Poço da Draga".

As idéias e a carga simbólica advinda do termo Poço da Draga nos remetem a um mundo metafórico, fantasioso, imaginal, modelo de mundo. Juntas, formando a frase ou cada qual a seu turno, as duas palavras lembram um verdadeiro *locus* paradigmático de "memória". A noção de profundidade do "poço" e a acepção de aspiração e/ou sucção do termo "draga" lembram a memória em seu eterno devir. O tersouro guardado e os recursos para acessá-lo ilustram o caminho da memória armazenada e em processo de erupção.

Dessas primeiras impressões sobre o termo e da sua relação com o objeto que dele se torna signo - no caso a favela - foi que surgiu a idéia de analisar biblioteca e favela à luz do texto memória, imanente aos dois universos e presente em todos os capítulos deste trabalho, ainda que nas entrelinhas.

Assim, o que a princípio pareciam dois universos distintos, mostraram-se semelhantes em sua capacidade de memória, em várias acepções do conceito, conforme veremos no quarto capítulo. O receio de se aventurar numa análise volúvel deu lugar a estímulos pessoais quase lúdicos, tamanha a possibilidade dos termos em questão interagirem num quase jogo de palavras, de idéias, de significações. A hipótese preliminar que apontava para um caminho segundo o qual, a partir das diferenças, se pudesse chegar às "igualdades", encontrou na temática da memória seu momento revelador. É bom ressaltar, entretanto, que as relações entre favela e biblioteca, no tocante à memória aqui apresentada e à sugestão dos pontos comuns entre ambas, não ousam atingir um produto original, senão apontar para as "brechas" que podem fazer emergir uma comunicação mais eficaz entre ambas, a partir das semelhanças aqui sugeridas.

**BH/UFC**

Ditas "brechas" poderão, senão solucionar os entraves causados entre biblioteca pública e comunidades populares, no que concerne a uma comunicação mais profícua, pelo menos servirão de subsídios para uma análise menos apaixonada e mais detalhista dos sinais culturais de ambos os pólos, sem os quais, com certeza, não se chegará a lugar nenhum.

Uma vez detectado e bem interpretado o sistema simbólico de ambos os pólos, pode-se, a partir dos próprios padrões culturais de solução, minimizar as assimetrias entre biblioteca e favela, teóricos e bibliotecários, cultura e "não-cultura", cultura e políticas culturais.

Foi esse o desafio a que nos submetemos e que ora apresentamos em forma de dissertação.

BH/UFV

**SEMIÓTICA DE UM CAMINHO**

## 1. Biblioteca: caminhos a trilhar

Consultando a bibliografia sobre biblioteca pública, no que concerne ao estabelecimento de uma política de atuação no campo social, pode notar que as tentativas de definição de sua função social são acompanhadas por complicações culturais que vão desde o receio de se desviar as bibliotecas de suas verdadeiras funções, até a idealização de um espaço que - não obstante estarem amparados em pesquisas de campo com razoável teor científico - altera em profundidade sua condição de biblioteca. A rigor, as análises feitas pelos teóricos da biblioteconomia sobre a ampliação do raio de atuação da biblioteca pública parecem temer que ela acabe entrando numa seara que não seja a sua.

BH/UFG

Entre a mais antiga forma de biblioteca - receptáculo do registro do conhecimento universal - e a biblioteca eminentemente popular - aquela cuja atuação extrapola os limites físicos da biblioteca e o conteúdo de seu acervo organizado - há uma infinidade de "bibliotecas". Afora as divisões técnicas que diferenciam as bibliotecas públicas das bibliotecas escolares (cuja política se volta inteiramente à causa educacional, agindo como suporte das práticas escolares); as bibliotecas especializadas (cujo acervo é exclusivo sobre o tema da especialização) das bibliotecas universitárias; as bibliotecas especiais (destinadas a usuários especiais, como os deficientes visuais, os internados em hospitais, os penitenciários, os ambliopes etc.) das bibliotecas comunitárias (cujo acervo é produzido pela própria comunidade e cuja abrangência se restringe à vida da referida comunidade), há pretensões de se estender as bibliotecas públicas para os seus limites externos. As variáveis de bibliotecas e suas respectivas formas de atuação - ainda que apenas prescritas em projetos - são muitas e percebe-se que elas são frutos de tentativas de aproximação com a sociedade que a justifica e a mantém.

No entanto, na quase totalidade das tentativas de definição das funções e atuações das bibliotecas públicas, o que prevalece é o princípio ordenador, sem o qual, ao que parece, não se pode legitimar a biblioteca como instituição cultural, conforme veremos ao longo deste trabalho.

Não podemos deixar de mencionar que os objetivos apregoados pelas bibliotecas sugerem, quase sempre, e de antemão, essa instituição como detentora do

poder de decidir. Assim, estudar as tentativas de resignificação das bibliotecas públicas (novos preceitos políticos que assegurem à biblioteca pública ampliar seus serviços, ampliando conseqüentemente o número de usuários assistidos; que ela possa ter no seu acervo tanto as obras clássicas e representantes da erudição, como os documentos escritos pelos seus próprios usuários e que contem a história e armazenem a memória dos usuários populares) e os caminhos por ela buscados, requer um entendimento das questões semânticas envolvidas no processo.

BH/UFC

A análise do caminho entre biblioteca pública e segmentos populares da sociedade - premissa maior das tentativas de resignificação - coloca desde já em pólos opostos biblioteca e usuário, ao mesmo tempo em que dificulta a escolha do intertítulo desta seção da dissertação: "O caminho da biblioteca"; "Um caminho para a biblioteca"; ou "A caminho da biblioteca". Analisados sem maiores cuidados, verificamos nos dois primeiros casos que o caminho é preparado pela biblioteca para o usuário e no terceiro, uma iniciativa do usuário em optar por esse caminho.

Ao usarmos o primeiro título estamos falando de um caminho pronto e acabado, sem condições de mudanças e, portanto, estático. O caminho que já existe, previamente traçado. O segundo soa como uma alternativa de caminho, um caminho a mais, logo, com maior flexibilidade de adequação entre os pólos extremos. O terceiro indica a escolha desse caminho e, portanto, a decisão parte do usuário, ainda que não possa interferir no que irá encontrar na biblioteca.

Como vemos, em todas as alternativas a biblioteca se encontra pronta, ficando as variáveis para a caminhada. Ao usuário pouco ou nada pode ser atribuído, a não ser sua posição como meta da biblioteca.

É antiga a discussão acerca do papel social da biblioteca como guardiã do patrimônio cultural da humanidade, bem como da necessidade de ela trabalhar de acordo com as necessidades informacionais dos seus usuários. No entanto, a prática tem mostrado as bibliotecas sem função definida e sempre deslocadas dos reais interesses dos seus usuários, notadamente dos potenciais. Isso se levamos em consideração que esses interesses sejam realmente conhecidos, o que na maioria das vezes não acontece.

Lemos (1979) narra um episódio típico de descaso das bibliotecas para com seus usuários e se reporta a esta instituição, com elevado teor de criticidade, como

sendo o 'templo do saber'. Grande parcela dos teóricos da biblioteca pública clama por uma biblioteca pública mais participativa, mais próxima da comunidade e mais ciente de sua importância para a construção de uma cidadania plena.

Para alguns autores, o passo inicial é um planejamento cuidadoso das tarefas da biblioteca. *"É importante que o bibliotecário desenvolva e adote o conceito de informação com o qual irá trabalhar, procurando contextualizá-la na realidade em que a biblioteca está inserida."* (Cabral, 1992:220) Nesse ponto, a autora toca num dos grandes dilemas da biblioteca: sua adequação à realidade das pessoas às quais irá servir. Veremos mais adiante como essa bandeira se levanta e os problemas na execução de medidas como essa.

Não obstante todos os percalços existentes no estabelecimento de uma política voltada para a demanda popular, as bibliotecas e os bibliotecários têm consciência da responsabilidade para com seus usuários potenciais (aqui entendidos como todas as classes excluídas dos meios de produção cultural). *"Cumpre-nos, então, neste momento, exercer nossa função de educador, dentro de determinados objetivos definidos democraticamente pela comunidade, assumindo não apenas o encargo puro e simples de disseminação de informações, mas, sobretudo, acentuando o escopo cultural das mesmas"* (Targino, 1991:157).

A contrapartida dessa opção das bibliotecas públicas pelas classes menos favorecidas sócio-economicamente é o entendimento por parte desses segmentos populares em perceberem na biblioteca indícios de uma "ajuda" que, sabemos, pouco se efetiva nas práticas assistenciais. Alguns estudos e iniciativas revelam a tendência desses usuários em verem a biblioteca como capaz de fornecer-lhes informações, a despeito de nunca a terem freqüentado, conforme veremos no capítulo sobre as demandas populares da Favela Poço da Draga.

## 2. Pressupostos Teóricos

Antes de passar à análise propriamente dita das bibliotecas, apresentarei os pressupostos semióticos que instrumentam essa análise e esclarecem alguns conceitos com os quais irei trabalhar.

Busquei na Semiótica da Cultura os elementos básicos para trabalhar a relação entre biblioteca e favela, como sendo uma relação importante em suas implicações culturais, o que nos leva a ver a existência de dois pólos tão antagônicos quanto extensões um do outro. A Semiótica da Cultura nos mostrou nessa complicada relação de biblioteca e usuários uma forte polarização, junto com uma assimetria ainda maior.

A polarização entre biblioteca pública e favela consiste no fato de ambas estarem culturalmente em situações opostas dentro do espaço cultural e de ambos os pólos receberem da cultura uma valoração diferenciada. Assim, os códigos que regem a biblioteca recebem uma valoração positiva, na medida em que esta instituição é consubstanciada culturalmente como a possibilidade de acesso ao conhecimento armazenado. A história colocou a biblioteca no contexto cultural como meio facilitador de ascensão sócio-cultural, conforme se verá ao longo deste trabalho. A favela, pelo mesmo processo histórico, ocupa um lugar menos privilegiado, recebendo uma valorização negativa. Dentro dessa perspectiva, pensar numa relação entre biblioteca e favela é, antes de mais nada, pensar numa relação polar.

A semiótica da cultura mostra a polaridade como um dos elementos que caracterizam os códigos da cultura, também chamados de *códigos terciários*. Segundo a teoria que vem sendo elaborada por Ivan Bystrina (1995), a cultura apresenta uma estrutura básica, concebida a partir de uma relação dual ou binária. A oposição entre os pólos gera uma polaridade e funciona no seio da cultura como uma forma econômica de entendimento das relações do homem com a vida. A divisão em dois para melhor decidir, trocar, intercambiar informações, foi dada ao homem pela própria natureza e pela cultura. Como diz Bystrina (1995:6) essa concepção “*baseia-se na observação do mundo físico*”, a partir de elementos como vida-morte, “*saúde/doença, prazer/desprazer, céu/terra, espírito/matéria, movimento/repouso, ... justiça/injustiça*”, entre tantos outros.

BH/UFC

Desta forma, a polaridade é consequência da valoração recebida pelos códigos culturais. *“Ela existe, portanto, para facilitar a decisão, a atitude, o comportamento, a ação.”* (Idem, ibidem). Funciona ainda como um meio de demarcar, sinalizar o território humano, a fim de garantir comodidade e segurança aos homens. Vejamos a síntese do pensamento de Bystrina sobre a polarização como estrutura básica dos códigos terciários.

BH/UFG

*“O homem, portanto, começa a demarcar os pólos binários desde o início de sua existência. E ele o inicia nas situações de desprazer, como por exemplo quando há uma pedra no caminho, uma situação de perigo. Onde não existe perigo não há sinal, não há desafio. Isso significa que os conceitos, idéias ou objetos que não possuem seu correspondente pólo negativo não podem ser sinalizados, não podem ser demarcados. Esta é a segunda característica dos códigos terciários.”* (Idem, ibidem)

Dentro desse prisma, o conceito cultural de biblioteca como sendo o receptáculo do saber universal, tem seu correspondente pólo negativo nos estratos inferiores da sociedade - aqui representados pela favela - uma vez que estes carecem do acesso a esse saber na forma como a biblioteca o concebe. Isso provoca nessa relação uma situação desagradável para ambos os pólos, na medida em que a um - a biblioteca - caberá o papel de defender seu território e ao outro - favela - buscar a minimização da assimetria provocada pela polarização.

Isso provoca uma desigualdade entre os pólos e a essa desigualdade a semiótica da cultura chama de assimetria. Segundo essa teoria, *“a estrutura binária e polar é claramente assimétrica. O pólo marcado ou sinalizado negativamente é percebido ou sentido muito mais fortemente do que o pólo positivo. Portanto, do ponto de vista da preservação da vida, é sempre o pólo negativo (a morte) que comemora a vitória. Esta é a assimetria: a morte é mais forte que a vida, na percepção comum. Por isso, em todas as culturas o homem aspira sempre a uma imortalidade, ou seja, à vida após a morte.”* (Bystrina, 1995:7)

Transportando o pensamento acima exposto para o objeto de nossa análise, temos que a relação entre biblioteca pública e favela, no que concerne à comunicação entre ambas e em relação às informações passíveis de serem trocadas por elas, é uma relação assimétrica. Ora, se toda a existência de uma biblioteca pressupõe a existência de um público alvo ao qual ela irá atingir e se os serviços por ela prestados devem

estar em consonância com os anseios desse público, moldar a biblioteca, segundo critérios previamente definidos sem a participação desse público, gera um certo desconforto, tanto para os supostos usuários, que ficam privados de acessar as informações que melhor lhes convêm, como para a biblioteca, que se vê deslocada de suas funções, notadamente nos dias atuais, onde a memória armazenada vale menos do que a informação disseminada.

A leitura desses pressupostos teóricos da semiótica da cultura e da relação entre biblioteca pública e favela nos sugeriu uma maior reflexão sobre os pólos e a tentativa de vislumbrar soluções para a superação dessa adversidade, a partir dos padrões de solução dados pela própria cultura e tema da teoria desenvolvida por Bystrina.

Segundo a estrutura dos códigos terciários, diante das assimetrias, o homem não faz outra coisa senão interferir, agir segundo mecanismos de solução. Soluções estas conseguidas a partir das intervenções criativo-imaginativas. É Bystrina quem nos fala:

*“Os estruturalistas, especialmente Levi-Strauss, nos mostraram que a solução para as oposições assimétricas são concebidas na esfera mítica e ideológica, realizadas em rituais sociais, cotidianos, rituais sagrados e profanos. Os textos culturais permitem a eliminação das oposições através de algumas possibilidades de solução.”* (1995:7)

Ditas possibilidades de solução são conseguidas majoritariamente pelos recursos simbólicos. Um deles é a “identificação” dos pólos opostos a fim de eliminar as oposições binárias. Assim, Um pólo só é negativo em relação a um positivo, até o momento em que não encontrar um pólo mais negativo do que ele. Bystrina cita o provérbio do antigo Egito: *“o que está acima também está abaixo.”*

Outra forma de reverter a assimetria é a partir da força da tríade, recurso que suprime a negação (pólo negativo). Nesse sistema *“as oposições são conectadas em sistemas pluricompostos”* como mostra o gráfico:

**CÉU**

**INFERNO**

+

**Terra**

-

(- +)

O gráfico mostra que nesse sistema a negação é suprimida levando em consideração o par com o qual o pólo irá se relacionar. Assim, “*o céu é marcado como positivo (o mundo dos deuses imortais) e a terra como negativo (o mundo dos mortais). Quando tomamos o conjunto binário terra e inferno, temos novamente uma oposição, onde a terra, anteriormente negativa, torna-se o elemento positivo à vista do inferno, o pólo negativo.*” (Bystrina, 1995:7)

A inversão é uma outra forma de solução simbólica das assimetrias. Consiste em inverter os pólos e gozar do conforto, ainda que fugaz, em vencer o pólo negativo. O carnaval é um desses mecanismos, onde as leis são temporariamente invertidas e com elas as situações de desconforto. No carnaval, o homem pode ser mulher, o pobre pode tornar-se rico, etc.

A quarta solução apresentada pela estrutura dos códigos terciários é a mediação. Trata-se da presença de um elemento mediador entre os pólos. Um elemento intermediário que receberá a força de ambos os pólos e em nome deles decidirá, construindo “*transições simbólicas*” entre os pólos. Exemplo disso são as leis, o advogado que recebe a força de um casal em litígio, por exemplo, para, em nome de ambos possibilitar a mediação simbólica do divórcio. É com esse recurso que trabalharei nesta dissertação, a fim de observar se uma mediação seria eficaz na comunicação entre biblioteca e favela.

Para análise dos elementos caracterizadores dos dois pólos em questão (Biblioteca Pública e favela), para as respectivas considerações a respeito do universo cultural em que estão envolvidos, escolhi como principal instrumento a convivência cotidiana e uma observação acurada das manifestações e comportamentos, principalmente dos moradores da favela. Destes, nos dispomos a conhecer sua forma de vida, o contexto sócio-cultural em que vivem, seus textos culturais, o imaginário coletivo e individual, suas crenças, seus mitos e ritos etc., e suas necessidades informacionais. Da Biblioteca Pública estudamos toda a sua extensão histórico-cultural a fim de compreender por que a comunicação entre ela e os moradores da favela não se concretiza.

No Seminário “Biblioteca Pública: responsabilidade de todos”, realizado em Fortaleza, em abril de 1990, pela Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, de Fortaleza, para reavaliação das suas funções sócio-culturais, constatamos que tanto a biblioteca vê nos segmentos populares da sociedade seus usuários potenciais, como esses segmentos vêem nela a possibilidade de encontrar respostas para as suas carências informacionais.

Na oportunidade, todas as comunidades da periferia, ali representadas, foram unânimes em reconhecer a biblioteca como capaz de fornecer-lhes informações nos níveis de sua utilidade efetiva, informações factuais e estritamente utilitárias, a despeito de jamais terem procurado a biblioteca pública e da inexistência desse tipo de serviço naquela instituição.

Verificamos que a biblioteca é consciente dessa responsabilidade.<sup>1</sup> Muitos são os projetos para a implementação de serviços voltados para as camadas populares, como balcão de informações utilitárias e algumas já efetivadas, como a existência de um enorme espaço físico para as manifestações culturais populares: a chamada “Sala de Convivência”.

Por que então esse encontro não se dá na prática? Essa foi a pergunta-chave com a qual nos deparávamos naquele momento. A maioria dos estudos feitos enumeram muitos fatores para o problema, como a falta de uma política de seleção de acervo voltada para os anseios dos usuários, devidamente detectados por estudos de usuários imparciais e objetivos; indefinição de uma política de atuação sem a qual nenhum serviço pode funcionar; falta de pessoal qualificado para o trabalho com o público, entre muitos outros problemas enfocados ao longo deste trabalho sem, no entanto, analisarem o fato como uma polaridade cultural. Chamo de polaridade cultural o fato de a biblioteca representar um segmento cultural e de no seu acervo não constarem documentos que reflitam a vida dos mesmos. Ou seja, há uma desigualdade entre o discurso de teor democrático, verificado nos projetos populares, e a prática de serviços voltados para a classe letrada. Por outro lado, conforme se verá ao longo deste trabalho, as expectativas da favela em relação à biblioteca, muitas vezes apontam para práticas assistencialistas que fogem da alçada da biblioteca.

---

<sup>1</sup> Conferir no capítulo 2.

Há, ainda, uma polaridade entre os valores em oposição. À biblioteca é atribuída a função de educadora mor. É ela quem decide os valores culturais que irá armazenar, organizar e pôr à disposição da sociedade, limitando a participação popular. É ela o receptáculo do saber, o que a credencia como fomentadora da cultura. Seus valores são conseqüências de um processo civilizatório que se confunde com a própria biblioteca. Por sua vez, a favela tem uma cultura peculiar, resultado das ações e práticas de um cotidiano quase sempre marcado pelas intempéries de um processo urbano caótico. Seus valores são frutos de relações interpessoais e grupais que se consolidam nas crenças, ritos e mitos.

Analisar esses fatores à luz das características culturais de ambos os pólos pressupõe um mergulho nas estruturas básicas dos códigos da cultura. Via de regra, as análises feitas ficam na tentativa de compreender o que move um pólo ou outro para determinada postura sem que nenhuma contribuição seja dada para uma solução que venha a entender a situação como um problema de comunicação no qual estão envolvidos um sem número de implicadores culturais, de cujo entendimento e compreensão dependerá, sempre, o sucesso das análises e a contrapartida de possibilidades solucionadoras.

**BH/UFC**

Não podemos deixar de enfatizar o caráter comunicativo da biblioteca. Sua existência está atrelada aos mecanismos de comunicação mais importantes da história das civilizações. Mueller diz que *“é perfeitamente racional situar a biblioteca como um dos meios mais antigos de comunicação...”* (1990:14). Negligenciar seu papel comunicativo significa perder de vista sua função primeira, afinal de contas a função de armazenagem e organização do conhecimento em linguagem entendível pelos receptores só tem sentido como um recurso de preservar para comunicar. É a memória comunicada sob as mais variadas formas de registro. A não observância desse preceito básico levará a biblioteca a perecer enquanto instituição cultural. Mas, voltando à nossa análise, vejamos que implicações há na comunicação entre biblioteca e favela.

A nosso ver, a incompatibilidade entre oferta e demanda se dá por marcas culturais fortíssimas, difíceis de serem substituídas sem maiores traumas. Ou seja, ambos os pólos têm uma simbologia própria, regem-se por códigos e regras próprios e distintos, e a eles se apegam como se os mesmos não pudessem sobreviver numa troca, numa interação. Há quem prefira explicar essa não comunicação dando nota a um dos

pólos (geralmente a biblioteca), atribuindo-lhe a responsabilidade de não proporcionar contato com seus usuários, bem como todos os encargos negativos dessa não comunicação. De nossa parte, preferimos, antes de mais nada, diagnosticar os motivos dessa não comunicação e as alternativas de reversão desse quadro, apontando para a necessidade de se criar meios possibilitadores dessa comunicação.

### 3. Semiótica de um caminho

No caminho que separa biblioteca pública e usuários potenciais existem veredas e atalhos que são verdadeiras incógnitas. Não se sabe, por exemplo, se uma abertura da biblioteca às classes populares, no que concerne à disseminação de informações mais próximas do seu entendimento, não consubstanciaria uma prática de menosprezo à capacidade perceptiva dessas classes, ou se ao criar serviços educacionais para as classes populares não estaria pondo em prática um processo de adestramento. Por outro lado, a favela, como receptora de serviços informacionais especiais, pode vir a ser objeto de manipulações ideológicas que a coloquem numa posição de devedora em relação aos serviços prestados, como, via de regra, acontece nos serviços assistenciais e cujo detalhamento será dado no capítulo três.

Portanto, nesse espaço a percorrer entre favela e biblioteca há, ainda, as diferenças de objetivos de ambas as partes. A biblioteca é mantida para oferecer informações a partir dos preceitos de erudição que ela própria facultou, como sendo de vital importância para a sociedade como um todo, como se esta fosse um todo homogêneo. Ou seja, o objetivo da biblioteca é acessar o que tem, mesmo que as expectativas dos usuários se dêem num sentido inverso ao da oferta. A favela, ao contrário, quer informações de caráter prático e utilitário, informações que respondam aos seus anseios cotidianos. Pouco deseja o "saber" guardado nas bibliotecas.

Diante de situações polares como essa e seguindo a trilha dos padrões de solução dados pela estrutura básica da cultura, conforme vimos há pouco, irei verificar os valores e ideais culturais dos pólos em oposição, a fim de ver a relação entre eles para, a partir daí, vislumbrar uma saída para uma melhor comunicação entre favela e biblioteca. Bystrina nos diz que *"a semiótica nos oferece a possibilidade de verificar nossos valores e ideais culturais; o que nos é necessário para decidir melhor aquilo*

*que pode ser feito da melhor forma, no melhor tempo... nos fornecendo indicativos para intervir no processo.*" (1995:38) Como vimos, o caminho vicinal entre favela e biblioteca existe. Mas por que não é transitado ? É transitável ? Como poderia se dar essa comunicação ?

Primeiro, é preciso definir objetivos e isso tem sido tarefa exclusiva da biblioteca ao longo de sua história, sempre definindo por si e pelos seus usuários. "*A proposta seria, então, que os bibliotecários se colocassem no lugar dos leitores, entre eles e deixassem de falar por eles, ou de se colocar mentalmente em seu papel como vêm inconscientemente fazendo.*" (Sperry, 1993:172) Os usuários, se vistos dentro do contexto da história das bibliotecas, não estabelecem objetivos em relação a elas, pela condição de exclusão a que sempre foram submetidos. Em seu contexto sócio-cultural, essas pessoas têm seus objetivos e projetos de vida - ainda que os meios detentores do poder, e em escala menor, a biblioteca, desconheçam ou ignorem.

Entre biblioteca e usuários o caminho é o mesmo, o que é diferente é o que impele cada um a andar por ele. Além do mais, há os atalhos que podem, tanto mudar a paisagem que ornamenta o caminho (o contexto), como levar a encontros ou a desencontros danosos ou até frutíferos. Esse caminho é traçado por convenções culturais que têm estabelecido a sua praxis ao longo da história de bibliotecas e classes populares. Em se tratando de dois pólos historicamente autônomos e distintos e levando-se em consideração uma pseudo-vontade das partes em manterem um diálogo profícuo, vê-se que os canais comunicativos entre ambos e, principalmente, suas respectivas linguagens carecem de melhor análise, pois são tão diferentes quanto oponentes.

Entre favela e biblioteca, portanto, há um caminho, um canal de comunicação, uma via de contato. E o paradoxo de uma vontade mútua, ainda que não explicitada, de um diálogo. Transitar por esse caminho implica encontrar um ao outro e acordar ou mexer num ponto de tensão até agora adormecido ou intocável. Bulir no que está adormecido pode significar a opção pelo caminho que levará a impasses ainda maiores. Estaria aí a relutância das partes - ou de uma delas (a biblioteca), como sugerem alguns autores - em desbravar o caminho? Esse será o desafio da nossa trajetória ao longo deste trabalho.

A tentativa de biblioteca e favela caminharem uma em direção à outra é tarefa por demais árdua. Não será um trânsito fácil por ser de mão dupla e por estarem em trânsito dois pólos, cada qual com suas leis de trânsito. No caminho vicinal pode não haver comunicação e sim ruídos entre as partes.

A menos que ambos os pólos elejam uma mediação e dê a ela plenos poderes para decidir em nome das partes, tal encontro poderá levar a confrontos, a choque de símbolos, a uma verdadeira <sup>2</sup>assimetria. A instabilidade gerada por essa assimetria, o desequilíbrio decorrente dela inviabilizam qualquer tentativa de contato e esse parece ser o ponto nevrálgico da comunicação entre biblioteca e usuários potenciais.

Nas extremidades desse caminho, nos pólos que circunscrevem esse caminho, há uma polarização também de discursos. São discursos conflitantes, quer do ponto de vista da forma, quer do conteúdo, como veremos nas páginas que se seguem.

A cultura nos mostra que diante das assimetrias somos impulsionados a agir, somos chamados a interferir nas coisas, a buscar soluções aos desafios que se nos apresentam. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

A distância desse caminho que separa biblioteca e favela é medida numa verdadeira pluralidade de valores culturais. Ambos os pólos precisam se comunicar e isso só é possível na medida em que, a partir do canal aberto já existente, eleja-se um interlocutor que viabilize um canal menos ruidoso de comunicação. Abri-lo não significa impô-lo ao outro. Há que se definir uma política de atuação. Há que se assinar um novo "contrato" social. [A biblioteca pública precisa estar certa de que quer ter em seu quadro de usuários os segmentos populares da sociedade e, a partir daí, traçar estratégias de como fazê-lo de modo efetivo. Os segmentos populares devem decidir se a biblioteca ser-lhes-á útil e, em caso afirmativo, definirem o que esperam dela.

No caminho que leva à biblioteca, há que ter um elemento mediador que estimule a participação popular, contando seus textos, crenças e mitos e possibilitando que a biblioteca os conheça e os leve em consideração quando da definição de sua política de atuação. Se a biblioteca deseja a participação popular nos seus serviços, terá que ouvi-lo, a fim de adequar seu acervo e linguagem àqueles. Não se pode

---

<sup>2</sup> Dentro do contexto cultural a favela leva uma desvantagem em relação à biblioteca, que é sinalizada pelo sinal positivo. Ou seja, do ponto de vista da educação, erudição, saber ou coisa que o valha, o negativo é a favela e seu consequente estado de analfabetismo crônico. Essa condição amedronta o espaço sagrado da biblioteca, que se arma de artifícios para sua preservação enquanto instituição culta.

superar a defasagem de serviços destinados às classes populares se não levar em conta seus anseios e necessidades prementes. Como diz Flusser, *“é necessário que a biblioteca-ação cultural e o não público ‘façam a mesma língua e que o fosso cultural que separa o não público da cultura seja superado.”* (1983:163-4)

O autor chama de não público todas as categorias sociais excluídas dos serviços culturais, assim, podemos incluir nessa categoria e delimitando ao campo do atendimento pelas bibliotecas públicas, os analfabetos, os semi-alfabetizados, os desempregados, as donas-de-casa, as crianças sem casa e sem escola, os deficientes de um modo geral, enfim, todos os que não se enquadram na classificação letrada e erudita, codificação hegemônica dos serviços das bibliotecas. Ao sugerir o estabelecimento de uma “linguagem comum”, o autor citado deixa antever que a biblioteca foi criada para atender a essa demanda, ainda que não entre em detalhes sobre as implicações culturais no estabelecimento de uma nova linguagem para a biblioteca. A esse respeito, é bom que se diga que a maioria dos estudiosos da biblioteca pública brasileira ficam na subjetividade das assertivas de discursos, pouco ou quase nada sendo dito a respeito do como fazer e do estabelecimento criterioso das diferenças culturais envolvidas nessa relação biblioteca-não-público. É a partir do conhecimento das diferenças culturais de ambos que se chegará às igualdades, aos pontos comuns, às características convergentes e ao conseqüente denominador comum na relação signíca das partes envolvidas.

Pensar, outrossim, na total adequação da biblioteca pública com as mais variadas demandas populares, requer, além de um ininterrupto processo de avaliação dos serviços prestados, uma total reformulação dos princípios culturais das bibliotecas, o que, sabemos, não é tarefa para poucos anos. Veremos no capítulo seguinte, quando analisaremos os símbolos da biblioteca, que o seu processo de simbolização é bem mais complexo do que se pode imaginar.

No entanto, a bibliografia sobre o assunto mostra-se consciente do caminho que pretende tomar. Em grande parte da literatura consultada observa-se que a biblioteca pública deseja ampliar seu raio de atuação e que essa tarefa pressupõe uma transformação profunda nas suas bases. O esmero na organização e armazenamento do acervo deve ser estendido às práticas de serviços de disseminação da informação mais dinâmicos, onde o público alvo participe interativamente do processo de busca e oferta

informativos, decidindo o que melhor convém às suas necessidades imediatas. Sobre a abertura da biblioteca pública a fim de fazer jus ao seu nome, Flusser diz que “*a biblioteca verdadeiramente pública é a transformação estrutural da biblioteca tal como existe hoje, em uma que participe do processo de dar a palavra ao não público.*” (Flusser, 1980:133)

Dar a palavra ao “não-público” significa rever estruturalmente sua política de aquisição de acervo, bem como optar por serviços de extensão até agora fora do âmbito das bibliotecas públicas, como, por exemplo, bibliotecas ambulantes munidas de serviços informativos mais voltados para o dia-a-dia das pessoas. Segundo a observação do autor acima referido, antes de se adquirir qualquer tipo de documento para a biblioteca, faz-se necessário um exaustivo levantamento de interesses de usuários aos quais a biblioteca irá atender. Isso implicaria uma mudança radical na burocracia oficial, que secularmente vem adquirindo acervos sem qualquer planejamento, muitos dos quais adquiridos por metro ou pelo valor de suas encadernações.

**BH/UFG**

Portanto, construir um caminho para uma biblioteca *verdadeiramente* pública é, antes de mais nada, rever as bases eruditas nas quais as bibliotecas se sustentam, ao mesmo tempo em que é necessário olhar para os usuários das classes populares como atores de uma cultura peculiar e significativa para uma instituição cultural e pública como as bibliotecas. Em outras palavras, o caminho para essa suposta biblioteca tem que começar pela supressão das oposições polares (biblioteca/favela). Seria ingênuo supor que neutralizar uma assimetria como a que se apresenta é tarefa fácil. O caminho entre biblioteca pública e segmentos populares da sociedade é por demais ingrato, “muito áspero, cheio de escabrosidades e precipícios, difícil de vencer”. Toda a literatura do gênero aponta para esses percalços e eles se agigantam na medida em que as diferenças de classes são acentuadas por um dos pólos. Quanto maior as diferenças sócio-culturais dos usuários em relação à biblioteca, maior será a dificuldade de transitar pelo caminho que os une.

*“Sei... como são necessárias as diferenças de classes. Apenas não deviam se levantar diretamente como obstáculos no meu caminho.* (Goethe apud Elias, 1990)

Os obstáculos à aproximação entre os dois pólos aqui analisados são de ordem cultural. Ambos têm uma identidade cultural tanto própria como resultado de um

longo e lento processo evolutivo, o que por si só deixa antever o quão penoso seria a descaracterização dessas marcas sem a necessária participação da maior de todas as codificações culturais, o tempo, senhor de todas as coisas e partícipe maior dos processos evolutivos. Só um acurado exame das codificações em conflito poderia amenizar as assimetrias e mesmo assim, por se tratar de um novo processo de ordenação, elas ainda persistiriam. A cultura nos mostra que muitas das soluções estão nas manifestações simbólicas e que elas se comportam como uma predisposição humana para o enfrentamento das adversidades. É o mecanismo detonador das ações.

A impulsão humana e de todos os sistemas sociais para agir diante das assimetrias chega ao ponto da inventividade. Assim como o predador que se disfarça entre as folhagens secas para atrair sua presa e conseguir - pela criatividade e imaginação - seus objetivos, o homem inventa símbolos para solucionar seus problemas insolúveis na <sup>3</sup> primeira realidade. A cultura dá essa liberdade ao homem, a liberdade do imaginário, da criação de símbolos para a solução - a nível do imaginário - dos seus problemas. É sobre isso que falaremos a seguir.

#### 4. Buscando Soluções

BH/UFC

Não podemos ignorar as marcas culturais que o tempo deixou, quer nas pessoas, quer nas instituições. Trazemos conosco muitas heranças, tanto biológicas como culturais. Nosso tecido sócio-biológico-cultural é composto de sinais que informam nossa predisposição para determinadas ações e comportamentos. Assim sendo, parece difícil resolver uma assimetria cujos motivos estão eminentemente ligados à formação e textura culturais dos lados em oposição.

Entre bibliotecas públicas e seus usuários potenciais, aqueles que nunca foram recebidos por elas, além das marcas que caracterizam cada um, há a agravante de jamais ter aparecido vontade efetiva das partes em propiciar uma despolarização. Bibliotecas e comunidades parecem herméticas ao diálogo e os arremedos de mediação

---

<sup>3</sup> Primeira realidade é a nossa vida biológica e social. É o espectro das nossas ações objetivando a nossa preservação como espécie: o comer e beber para se manter vivo; o morar e vestir-se para a proteção ao corpo e, conseqüentemente, à vida. Tudo o que estiver no plano real e concreto de nossas vidas. O que fugir a isso, o que estrapolar o comer e o beber é segunda realidade, é a realidade do imaginário, da fantasia, da cultura etc.

acabam por atíçar a assimetria, na medida em que já vêm armados de notas para um dos pólos.

Acreditamos que falta um quê de criatividade, intuição e afeto nessa empreitada de mediação. Segundo a teoria desenvolvida pela semiótica da cultura, a mediação se dá quando entra em cena um elemento simbólico de união entre os pólos opostos. Isso quer dizer que, quando impossibilitados de agir e obter resultados efetivos no plano material, temos que resolver simbolicamente. Assim, a mediação é a substituição da dualidade (representada pelos dois pólos antagônicos) pela tríade. Esse terceiro elemento tem o poder simbólico de intermediar as partes oponentes, recebendo os valores de ambos e em nome deles decidindo. Segundo Bystrina, o terceiro elemento *“possibilita transições simbólicas de um estágio para outro, em especial a viagem ao céu ou ao inferno, como é apresentada incondicionalmente pelos xamãs, ou mesmo no Novo Testamento na figura de Jesus Cristo.”* (1995:9)

Transportando a análise feita acima para o âmbito da favela e da biblioteca, a mediação seria tanto a transição simbólica da biblioteca eminentemente erudita em uma que fale a língua da favela, ainda que permaneçam inalterados os valores simbólicos milenares e que fazem da biblioteca uma instituição do mais alto valor cultural, como a transição simbólica de uma favela carente de participação no seio da sociedade, em uma que participe intensamente dos meios de produção cultural. A mediação entre ambas seria o encontro das partes com o intuito de promoverem uma troca de valores e bens culturais e a conseqüente produção de um acervo que preserve as características inalteráveis da biblioteca, dando-lhe a possibilidade de enriquecer seu patrimônio com os bens culturais da cultura popular. O modo e a forma característicos dessa mediação serão abordados no quarto capítulo. Por enquanto, voltemos à análise da mediação enquanto padrão de solução.

Os processos simbólicos - ou seja, os mecanismos que regulam toda nossa vida cultural e que se apresentam invariavelmente nas diversas culturas, como por exemplo a estrutura binária, a polaridade, a assimetria e a impulsão natural humana para a ação, e, principalmente os padrões de solução advindos dessa ação - ajudam a superar as dificuldades tanto na primeira realidade, nossa vida biológica, como na <sup>4</sup>segunda

---

<sup>4</sup> Conceito desenvolvido pela Semiótica da Cultura, a segunda realidade, também chamada de segunda natureza, são operações sógnicas de caráter simbólico. São mecanismos que criam uma realidade outra, a realidade da imaginação simbólica, da criatividade, portanto, da própria cultura.

realidade ou segunda natureza, que é a realidade da criatividade, do imaginário, da cultura.

Assim, a busca de soluções para uma situação como a que apresentamos aqui, onde favela e biblioteca se buscam sem, no entanto, se encontrarem, requer uma observação mais atenta das partes e dos objetivos que impulsionam ambas a simultaneamente se aproximarem e a se rejeitarem. Requer ainda encontrar uma linguagem comum, ainda que pelo processo de tradução das linguagens em jogo.

A prática milenar das bibliotecas públicas de excluir de seus serviços os segmentos populares da sociedade e a eterna alienação dessa parcela da comunidade mostra a fragilidade das propostas de solução nesse campo. A cultura está aí para provar que não é exclusividade do pensamento lógico-racional a solução das coisas. As soluções para essas assimetrias podem estar na intuição, "*nas ações substitutivas, nas ações simbólicas*", na segunda realidade.

Seguindo essa linha de raciocínio, Leroi-Gourhan diz que o homem tem uma necessidade "*física e psíquica de assegurar a apropriação do universo, pelo indivíduo ou grupo social, de realizar a inserção do homem através do aparelho simbólico, no campo movediço e aleatório que o envolve.*" (Leroi-Gourhan, 1990:81-82)

A mediação pressupõe a existência do terceiro elemento e este deve se apresentar como o meio termo e não como um polarizador maior. É notório o prejuízo da sociedade desassistida pelas bibliotecas públicas, que além de marginalizadas pelo Estado e pelo restante da sociedade, se vê privada de uma atenção maior dessa instituição que se diz pública. Tal desvantagem também é sentida pela biblioteca que acaba perdendo sua identidade, visto não ter bem definido o seu papel na transformação da sociedade, quando todos os indícios apontam para sua responsabilidade para com os segmentos populares, conforme se pôde observar na literatura consultada. Responsabilidade esta que transcende ao papel de depositária e guardiã da memória cultural, para assegurar à sociedade mecanismos de participação efetiva nas transformações sociais. Não só elevando o nível informacional das pessoas, mas, sobretudo, respeitando sua própria cultura. A biblioteca pública perecerá se não se retroalimentar com o seu público.

É nesse sentido que entendemos necessário a interferência do simbólico nessa polaridade. E vislumbramos a mediação como um padrão de solução passível de ser usado nessa empreitada. Pross (1980) nos mostra ao longo de sua análise sobre os simbolismos que os artificios simbólicos, que ele denomina de recursos “artificiais”, são a forma mais prática de convivermos em sintonia com o mundo. Assim, da mesma forma que ordenamos uma situação para o nosso conforto, devemos reordená-las se elas começam a nos ser prejudiciais. Pross chama de recursos artificiais ou “meios artificiais” as “formas lingüísticas”, as obras de arte, os símbolos míticos ou ritos religiosos. Para ele, o homem *“já não pode experimentar nada sem não estar conectado com estes meios artificiais. (...) Vive melhor em meio dos afetos imaginados, esperanças e angústias, ilusões e desilusões, fantasias e sonhos.”*(1980:24)

## 5. Os Símbolos na Biblioteca Pública

Já nos referimos às saídas simbólicas como recursos para minimização das adversidades e que estas são inerentes tanto às pessoas como às instituições. Pois bem, também a biblioteca pública recebe a influência do simbólico. Investida dos códigos culturais que ela própria criou ao longo dos anos, essa instituição milenar trabalha com uma rede inextricável de símbolos. Símbolos que normatizam suas funções e a quem dela se aproxima.

A ordem a que está imposta a biblioteca pública é a mesma que é imposta a seus usuários, ou, para ser mais preciso, a que determina quem pode ou não ser por ela atendido. A biblioteca cria uma nova realidade distante do contexto no qual se insere, distante da realidade de seus usuários, inclusive os usuários reais. Essa ordenação da biblioteca pública pode ser explicada a partir do isolamento a que sempre esteve submetida. Criada a partir de discursos ideologicamente mantenedores da ordem, passou ao longo dos anos despercebida inclusive pelos que a criaram.

Esse isolamento pode ser entendido como consequência da sua inofensividade à ordem vigente. Por outro lado, fechada em regras herméticas e incomunicáveis, a biblioteca foi perdendo as oportunidades que se lhe foram apresentando ao longo de sua história de reverter a ordem dominante. Por trabalhar sempre à luz das

codificações, foi perecendo e deixando de ter identidade própria. Por ordenar, excluiu. Por excluir, se hierarquizou, limitando ou melhor, anulando a participação das classes populares. Essa postura que limita a biblioteca a demandas preestabelecidas pode ser detectada em um sem número de análises feitas sobre o assunto, conforme atesta Gomes, segundo a qual *“é evidente o caráter elitista que predomina na história da biblioteca como agência social, não só a nível de sociedade como a nível de indivíduos.”* (Gomes, 1982:151).

O caminho que a biblioteca criou para trilhar - por comodidade o criou para facilitar-lhe a caminhada - é o mesmo que hoje dificulta sua comunicação com a comunidade. Já vimos que as convenções culturais tanto podem ajudar como acirrar as assimetrias, por isso as dificuldades comunicativas entre as bibliotecas e seus públicos potenciais. E por que o caminho traçado pelas bibliotecas dificulta sua comunicação com a sociedade? A biblioteca não levou em conta que os caminhos, assim como os textos culturais e a própria cultura, se renovam a cada instante. No campo da cultura - é inexplicável a biblioteca desconhecer isso - definir procedimentos, significa estar sempre a postos para a redefinição, posto que os textos culturais estão sempre se modificando, se renovam infinitamente. Daí a necessidade das bibliotecas públicas - até por sobrevivência - estarem sempre em contato com a sua comunidade. Para Sperry, as bibliotecas *“ao não permitir que o povo fale, perderam a oportunidade de ouvir a voz dos que são ou que poderiam ser seus usuários.”* (Sperry, 1993:170). Essa tendência, segundo a maioria dos autores consultados, foi deixando as bibliotecas à margem do processo sócio-cultural. É como se o papel milenar que recai sobre si não pudesse ser alterado, sem alterar-lhe as características míticas nas quais ela se sustenta.

Assim, a autora acima citada também diagnostica que a biblioteca tende a excluir os setores populares da sociedade do seu campo de atuação, tamanha a distância que existe entre a compreensão que ela tem de cultura e de patrimônio cultural, seu acesso difícil e seu acervo erudito, e as culturas desses usuários, bem como o próprio preconceito que estes têm dela.

## **6. Cultura e Não-cultura**

Ao determinar e classificar o seu público, o que a biblioteca está fazendo é tão somente lançando mão de um dos mais arcaicos princípios codificadores da cultura, o

princípio da delimitação de suas zonas fronteiriças. Assim, ao demarcar suas fronteiras estará, automaticamente, estabelecendo seus elementos antípodas. Ou seja, o que estiver dentro do seu limite espacial é tido como pertencente a si e, portanto, existente a uma classe. É o “algo” de que fala Pross (1980). Para este autor, algo é o que confere à percepção do mundo uma realidade e uma confiança. Diz ele: *“O fato de que a criança espere algo e não nada determina a relação existente entre realidade e confiança: pressuposto de toda a percepção do mundo, de todo o movimento no mundo é o confiar nele mesmo.”*(Pross, 1980:17)

Sendo a cultura uma *“esfera delimitada que se opõe aos fenômenos da história, experiência ou atividade humana fora dela”*, então o seu conceito *“é inseparavelmente ligado à oposição de sua não-cultura”*. (Ivanov, V. V. In: Prevignano, 1979, tese 1.1.0). Assim, vista pelo ângulo das bibliotecas, cultura é tudo o que se relaciona com suas convenções e não-cultura é tudo o que estiver fora desse espaço. Ocorre, porém, que o espaço cultural da biblioteca necessita de seu espaço *“extracultural”* para se confirmar como cultura, pois é a cultura quem define a si mesma como cultura, dependendo para isso de seu lado externo. Daí porque todas as estruturas hierárquicas - que são ordenações culturais - precisarem dos elementos que lhes são externos. É por isso que há as classificações duais. Vejamos sobre isso o que nos dizem os teóricos da semiótica da cultura:

*“Do ponto de vista externo, cultura e não-cultura aparecem como esferas que são mutuamente condicionadas e que necessitam umas das outras. O mecanismo da cultura é um sistema que transforma a esfera externa em interna: desorganização em organização, ignorantes em iniciados, pecadores em santos, entropia em informação. A cultura vive de se movimentar de uma esfera a outra, ela não somente luta contra o ‘caos’ externo, mas dele necessita também. Uma das ligações entre cultura e civilização (e ‘caos’) consiste no fato de que a cultura continuamente estranha, em favor de sua antípoda, certos elementos ‘exauridos’, que tornam-se clichês e funcionam na não-cultura. Assim, na própria cultura a entropia aumenta à custa da máxima organização.”*(Ivanov et alii, In: Prevignano, 1979, tese 1.2.0)

O universo exterior à biblioteca pode ser considerado por ela sua *“não-cultura”*. Assim, os não iniciados nos processos de leitura - aqui reduzidos às descodificações de signos da linguagem escrita - reforçam sua condição de espaço de

saber e erudição. Amparada pelas simbologias que a sustenta e a define como espaço cultural, a biblioteca pública seleciona e exclui e, ao fazê-lo, estabelece, inclusive, as simbologias de seu universo exterior. Essa codificação se dá no plano simbólico e ratifica as diferenças culturais, ainda que efetivamente elas inexistam na prática. Não podemos nos esquecer de que todo processo de dualização é arbitrário, separam-se coisas que não estão separadas. Daí às “brigas” entre os pólos. Ao mesmo tempo em que um dos lados tenta manter sua hegemonia, o outro luta para equilibrar a balança.

*“A desvalorização que se faz com os ‘selvagens’ está penetrada totalmente pela conceitualidade de uma linguagem professoral ao que não se lhe ocorre nada melhor que o símbolo de bárbaro para designar a uma cultura estrangeira”.* (Pross, 1980:26)

Portanto, o que vai definir o caráter de algo é aquilo que lhe é externo, ou seja, o “nada” que é o além fronteiras. Desta forma, o que definirá a cultura é a sua antípoda, a não cultura. O modo arbitrário com que tais classificações são feitas não invalida o efeito das codificações aceitas e instituídas pelo lado interno.

A biblioteca criou ao longo dos anos seus bens simbólicos e os defende como “patrimônio cultural da humanidade”, ainda que criado e fomentado por uma minoria. Por outro lado, não se pode negar a participação popular na construção desse mesmo patrimônio cultural. Os excluídos das bibliotecas têm os seus bens simbólicos. Eles os criam na complexidade de seus textos culturais, na riqueza de suas crenças, na criatividade de seu imaginário, na beleza de seus rituais e na capacidade que eles têm de criar e de perpetuar mitos, de preservá-los e informá-los às gerações futuras e, sobretudo, de interferir violentamente na primeira realidade, criando sua segunda natureza e interferindo também nesta.

A construção desse patrimônio cultural se dá semioticamente entre os eventos reais de suas vidas e a construção do seu imaginário, da sua inventividade, da sua criatividade, elementos necessários para a preservação da própria vida. O que falta é a biblioteca entender isso como verdadeiros bens culturais e explorá-los na sua nobre tarefa de informar.

Essa codificação simbólica que caracteriza as bibliotecas é o que será mostrado nesta dissertação. Se abordará, ainda, o universo “extracultural” das bibliotecas públicas e as tentativas de aproximação entre os lados opostos.

*A delimitação do próprio ante ao alheio remete sempre a um acúmulo de signos, desde a biblioteca até o armário de roupa, que são acessíveis a certos grupos e inacessíveis a outros. (Pross, 1980:43)*

Feitas essas considerações, resta-nos prosseguir com as reflexões sobre os ruídos na comunicação entre a Biblioteca Pública de Fortaleza e seus usuários da favela do Poço da Draga, agora sob o enfoque dos pontos comuns entre ambos e das possibilidades de uma troca de informações que possibilite a ambas as partes uma interação menos polar.

### **7. Descobrindo o Caminho**

Vimos que a escolha do caminho pode alterar os resultados esperados. Tal escolha pressupõe o estabelecimento de objetivos. Em nossa análise, o objetivo é o encontro entre usuários potenciais e biblioteca pública, é a comunicação de ambos, é o desbravamento do caminho - ainda que isso implique numa nova ordenação, na assinatura de um contrato social em que ambas as partes tenham que abrir mão de determinados códigos. Nosso objetivo é verificar o que e até onde vai a resistência ao estabelecimento de um caminho comum às partes, de uma linguagem comum, de um encontro menos traumático entre os dois pólos opostos.

Não sabemos se uma possível mediação não trará prejuízos maiores do que os causados pela assimetria, tampouco acreditamos na neutralidade do terceiro elemento, senão como capaz de mediar o diálogo.

A ausência das camadas populares na biblioteca pública, a despeito de haver um interesse mútuo entre ambos, levou-nos a buscar na Semiótica da Cultura os caminhos para essa pesquisa. A falta de demanda, a incompatibilidade do acervo com o público alvo e, apesar disso, a certeza de ambas as partes de uma possível relação de trocas, nos levou a ver nessa relação um enorme ruído causado por uma polaridade, por uma assimetria e a certeza de que se faz necessário uma mediação.

Durante o período que nos coube observar e conviver com a Favela Poço da Draga e a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, notamos muitos indícios de pontos comuns nas características culturais de ambas. Na favela, convivemos de perto com o ambiente de seus moradores a fim de apreendermos melhor seus textos

culturais, suas vidas e suas relações com o mundo. Na biblioteca, analisamos os discursos e sua política, para tirarmos daí os subsídios para nossa análise.

Observamos como são criados os textos culturais dos moradores dessa favela, como eles evoluem até serem substituídos por outros, onde são mantidos determinados traços, onde são perdidos outros e que influência eles têm no tecido sócio-cultural; como são produzidos os bens materiais e simbólicos, e de que forma eles se comportam frente à interferência da mídia (ou em relação a ela).

Analisamos como a biblioteca perde a oportunidade de organizar esses textos em seu acervo cultural. Como ela poderia trabalhar com eles, ajustando-se às expectativas desses usuários bem como às novas modalidades de necessidades informacionais que se lhe apresentam por essa demanda popular. Como adequar seus serviços às demandas apresentadas na forma de pedidos factuais de informação de cunho estritamente utilitário. Como fazer desses textos um meio permanente de informação, como fazê-los circular entre os usuários da biblioteca e como, a partir deles, produzir novos documentos do gênero.

## 8. Escolhendo o Caminho

Levando-se em consideração que a biblioteca sempre esteve amparada por um discurso que a coloca como depositária da cultura da humanidade e tendo em vista os estudos de usuários que antecedem - ou pelo menos deveriam anteceder - a implantação de uma biblioteca numa comunidade, iniciamos nossa análise por ela, conforme veremos no capítulo seguinte.

A abertura de diálogo entre as partes inicia-se com a biblioteca, oferecendo-se ao público potencial, conhecendo-o em sua complexidade sócio-cultural e mostrando-se a ele como aliada, nutrindo por ele um interesse e estimulando-lhe a emergência de potencialidades criativas e imaginativas. Lemos (1979) nos diz que a despeito de a biblioteca pública manter uma imagem sisuda há para ela uma demanda social. “... *Essa imagem indica que, apesar de tudo, existe uma demanda social pelos serviços da biblioteca, pois os usuários não desanimam diante dos controles e dos obstáculos ao uso dessa instituição.*” (Lemos, 1979:204). Ou seja, ainda que o acervo e os serviços das bibliotecas públicas se dirijam às classes letradas, há um entendimento por

parte da população em geral de que a biblioteca pode propiciar-lhe informações no nível de sua necessidade premente.

A observância desse fato poderia levar a biblioteca a rememorar um princípio básico de sua existência, aquele segundo o qual a formação do acervo de uma biblioteca pressupõe um estudo de interesses da coletividade real e potencial. Tal estudo não deve ser precedido de itens pré-concebidos acerca do que seria “melhor” para a comunidade. É comum em alguns estudos de usuários o direcionamento de questões relativas à composição do acervo, bem como a inclusão de itens nos instrumentos de pesquisa, como questionários e entrevistas, de perguntas que pela forma como são elaboradas já conduzem a uma resposta. Essa tendência por si só inviabiliza uma amostragem real das necessidades da coletividade estudada, na medida em que a quase totalidade do que ali é exposto causa desinteresse nos respondentes, quer por indiferença ou por total desconhecimento do que é sugerido nas perguntas.

Se a biblioteca pública deseja ter no seu acervo “amostras do patrimônio cultural da humanidade”, se deseja ter no seu público potencial seus verdadeiros usuários, e se deseja produzir novos documentos da cultura popular, se deseja que eles escrevam sua verdadeira história, deverá se aproximar dessa coletividade e, junto com ela, viver e vivenciar sua visão de mundo.

*“Se fosse dado ao povo o direito de opinar sobre as bibliotecas públicas, constatar-se-ia que ele tem uma teoria sobre a questão, um contra-discurso constituído, uma verdade, que poderia nortear bibliotecários e poder público na busca de recursos estratégicos que lhes faltam.”* (Sperry, 1993:170)

Essa análise das características sócio-culturais das comunidades não pode ter um caráter avaliativo senão enquanto entendimento desse processo. Ou seja, não cabe à biblioteca dar nota às crenças e rituais dessas pessoas - o que só contribuiria para uma assimetria maior - e sim entendê-los como uma predisposição biológica e buscar os meios para proporcionar a esses usuários a reflexão de suas vidas, a sua posição como ser social, seu papel como membro de uma coletividade, bem como sua ação

enquanto sujeito ativo da sociedade. Deve proporcionar-lhe meios para a criação de uma postura crítica diante dos fatos, sempre obedecendo ao princípio básico de liberdade de escolha.

Como a biblioteca pode suprir as carências informacionais e de lazer dessas pessoas? A primeira sugestão que se nos apresenta é a da montagem de um acervo eminentemente popular, voltado para essas culturas e cuja montagem só seria possível com a participação efetiva desses segmentos culturais, contando suas histórias, descrevendo seus mitos e ritos, defendendo suas crenças e expondo seus temores, oferecendo seus textos e historicizando seu contexto. A respeito disso, voltaremos a falar no capítulo 4.

Mas, como quebrar a distância que separa biblioteca e seus usuários potenciais? Como preparar o terreno para essa caminhada? São essas respostas que tentamos buscar nesta pesquisa e cujo resultados começamos a descrever. Já no início, vislumbrávamos, com certa clareza, a existência de uma forte polaridade, para a qual, segundo a Semiótica da Cultura, deve haver uma mediação como solução. Foi impulsionado por essa assimetria que nos dispomos a conhecer melhor os componentes desses pólos a fim de elucidar as bases que a mantêm viva.

A análise da biblioteca passa tanto pela sua forma como pelo seu conteúdo, conforme veremos mais detidamente no capítulo seguinte. Muito poderia ser dito do seu conteúdo e da relação deste com os serviços de informação prestados pela biblioteca, entendendo como conteúdo todo o seu acervo. No entanto, uma análise detalhada do seu acervo fugiria às pretensões de nossa análise, motivo pelo qual apenas situaremos alguns pontos importantes na descrição dos materiais informacionais da biblioteca.

Não se pode falar de um acervo de bibliotecas como uma coisa estática. O acervo deve ser tão dinâmico quanto às transformações da sociedade. Logo, o acervo é algo que deve estar em permanente avaliação, em constantes trocas. Pensá-lo como receptáculo da "memória universal" é minimizar a função que se espera de uma biblioteca pública. Pensá-lo sob a forma bibliográfica é ignorar as outras formas de registro informacional. Instituí-lo voltado exclusivamente para o lazer, é menosprezar a capacidade criativo-imaginativa de seus usuários. Portanto, de uma percepção de acervo clássico-erudito a uma percepção de acervo lúdico-funcional e popular há

muitas variáveis, todas passíveis de serem instituídas e possíveis de se adequarem às expectativas das respectivas demandas. Daí depreende-se que as variáveis podem ir do lazer à tarefa funcional de prestação de informação. Um acervo voltado para as carências informacionais de uma coletividade deve ser formado e mantido com o intuito de preservar uma memória coletiva e de manter documentos que expliquem todos os porquês da existência dos textos culturais populares, deles existirem e subsistirem apesar de todos os tipos de interferência, notadamente da mídia.

Essa documentação servirá de apoio para que a biblioteca acompanhe as transformações porque passam seus usuários potenciais. Não apenas quantificando dados, traçando gráficos estatísticos, mas compreendendo como se dá esse processo, como se dão essas semioses, quais são suas invariantes e como isso interfere na primeira e segunda realidades. Só assim, a biblioteca poderá acompanhar as transformações sociais e possibilitar sua sobrevivência enquanto instituição cultural.

Não se trata de excluir das bibliotecas públicas o erudito ou dar-lhe menor importância, trata-se de, como diz Milanesi (1986), "*democratizar a oportunidade de acesso ao conhecimento*".

## 9. Democratização da Biblioteca

BH/UFC

Grande parte da literatura sobre Biblioteca Pública se refere a essa instituição como responsável pelo "bem-estar social" e o entendendo como as formas possibilitadoras de uma emergência da cidadania. Vê a informação como a saída para isso, daí se falar muito em "democratização da Informação". Uma biblioteca democrática seria, então, aquela que estivesse inteiramente sintonizada com os interesses informacionais de seus usuários e atenta às necessidades do público por ela desassistido, a fim de propiciar-lhe todas as informações nos níveis de sua utilidade efetiva, lançando mão de todos os recursos disseminadores de informação, trabalhando em rede com outros serviços de informação e estendendo seus limites para fora de suas quatro paredes.

A biblioteca democrática idealizada pelos teóricos da biblioteconomia e por muitos dos bibliotecários, conforme veremos nas entrevistas com as bibliotecárias da BPGMP analisadas no capítulo dois, é uma biblioteca sem fronteiras e com elevado

RJ422952

BH/UFC

grau de responsabilidades que vão desde a tarefa precípua de informar, até a missão educadora, passando pela função de estimuladora das potencialidades criativo-imaginativas e suas formas artísticas. A biblioteca democrática é a que não estabelece limites de informação e muito menos sua abrangência.

Como nos diz Targino, o papel democratizante da biblioteca começa pelo caráter e volume informacionais demandados dela para o maior número possível de usuários, sejam eles reais ou potenciais. Para ela, *“a informação, então, além do seu aspecto democratizante, exerce papel educativo que concorre para mudanças de significação social e cultural.”* (Targino, 1991:157). Vale ressaltar que o papel educativo da biblioteca se dá a partir do momento em que ela possibilita aos seus usuários a emergência de potencialidades criativas, artísticas e lúdicas, sempre observando e estimulando a participação popular. Sob esse aspecto, educar, em nenhum momento, pode lembrar o processo de adestramento que alguns segmentos educacionais impõem aos educandos.

Assim, a busca pelo equilíbrio entre Biblioteca Pública e segmentos populares pressupõe a assinatura de um novo contrato cultural onde cada uma das partes abra mão de alguns de seus preceitos e tente adequar-se aos novos modelos vigentes. A tentativa de mediação passa pelo respeito das culturas em oposição e pela igualdade de liberdade. A cultura, segundo a qual estabelece o ponto mais alto na hierarquia cultural para as bibliotecas, em detrimento das classes mais baixas, deve ser revista, se prevalecerem os pressupostos dos teóricos da Biblioteca Pública.

Mudar a biblioteca pública é, antes de mais nada, adequá-la às mais ecléticas demandas e não atrelá-la aos anseios de uma minoria letrada. É libertá-la das amarras simbólicas a que está milenarmente presa. Nesse sentido, Flusser diz que *“uma cultura libertadora... se engajaria, em primeiro lugar, num processo que visaria dar a cada homem a possibilidade de descobrir suas verdadeiras necessidades - decorrentes de sua cultura-contexto - para, num segundo tempo, lhe dar as possibilidades de satisfazê-las.”* (Flusser, 1983:153). Ou seja, cabe à biblioteca pública seguir um caminho inverso ao que seguiu até agora. Ela, que primeiro oferece, para depois perguntar, deve ouvir para depois servir.

A ampliação do raio de atuação das bibliotecas requer uma reformulação estrutural de sua política de atuação e, como se verá ao longo desta dissertação,

encontrará muita resistência, a despeito das iniciativas em curso. As resistências são de ordem simbólica e as iniciativas até o momento ganham força no terreno discursivo e retórico.

A maioria dos autores consultados critica a postura estática da biblioteca enquanto propõe o alargamento de seu raio de atuação. Para Garcia, *“a biblioteca pública tem que sair de suas quatro paredes e dinamizar suas relações com a comunidade no duplo sentido de dar e receber. (...) deve ser capaz de diagnosticar seus públicos potenciais e transformá-los em públicos reais”* (Garcia, 1975:196). Transpor os limites de suas fronteiras, no entanto, não será tarefa fácil. Tanto porque poderá estar entrando numa seara que não é a sua, como porque o estabelecimento de novas codificações para uma nova realidade demanda tempo.

É bom que se ressalte o perigo que ocorre quando a idéia é transpolarizar ou anular um pólo negativo. Corre-se o risco de, através de uma nova codificação, de uma nova ordenação, aumentar a polaridade. No caso da biblioteca pública, rever o acervo no intuito de adequá-lo a uma demanda popular, por exemplo, não significa privá-lo das outras formas de registro do conhecimento, inclusive o erudito. A adequação de um acervo ao seu público será maior na medida em que maiores forem as opções de acesso ao conhecimento, sempre observados os reais interesses de seus usuários.

A biblioteca precisa ampliar seu campo de atuação e se a parte da comunidade desassistida por ela ainda assim mostrar-se desinteressada no diálogo, o terá sido por motivos que merecem o devido respeito, não obstante careça de um estudo mais aprofundado acerca das causas que provocam tal desinteresse. O que não podemos é trabalhar com conjecturas a respeito dessa assimetria em que se encontram biblioteca e usuários potenciais, na ausência de estudos sérios de análise comportamental de ambas as partes. Há que se tentar entendê-la e verificar se há necessidade e possibilidade de introduzir aí um elemento mediador, se isso é importante, quem seria e de onde viria essa mediação e se isso iria ajudar ou apenas fomentar essa polaridade. Foi conduzido por esse emaranhado de problemas que nos dispomos a decifrar os signos da biblioteca e os signos da favela, para a compreensão dos componentes que estão em jogo nessa complicada relação.

Os pontos que levantamos neste trabalho são frutos do nosso primeiro contato com a Semiótica da Cultura e do livre exercício de relações com um assunto que há

algum tempo nos prende a atenção. As discussões, amiúde acerbadas, sobre as diferenças gritantes entre o que as nossas bibliotecas públicas oferecem e o que realmente delas esperam seus usuários potenciais, revelam a fragilidade com que o assunto vem sendo tratado.

Concordamos plenamente com os que defendem a participação efetiva da biblioteca na vida das comunidades e de um estudo de comunidade como pressuposto para a ação da biblioteca. Só não queremos que as discussões parem por aí. Se há tentativas de aproximação entre as partes e a prática revela o contrário, é porque algo mais forte impede o contato. E é este "algo" e não o "nada", de que nos fala Pross (1980), que fomos desvendando nesse período da nossa pesquisa. Trata-se de relações de grande significação para os pólos em aparente oposição e para cuja análise nos valem os preceitos semióticos.

Vislumbramos a necessidade de um elemento mediador. Um elemento imparcial, desprovido de julgamentos apressados, que não traga consigo marcas evidentes de um dos pólos. É difícil não deixar nas nossas análises marcas da nossa formação, índices de nossa percepção das coisas. Daí estarmos sempre mediando - ainda que inconscientemente - a favor do que consideramos certo. Sentimos isso quando lemos os escritos sobre o assunto que ora enfocamos. Ora, ao defendermos uma biblioteca voltada para o popular, trazemos conosco sentimentos que nos incomodam ao ver os segmentos populares desassistidos e logo tentamos vender a idéia da aproximação, sem uma análise do que isso representará para as partes em questão. O que para nós parece óbvio, pode não ser para as partes envolvidas. É nesse sentido que defendemos um estudo detalhado das marcas culturais tanto das bibliotecas, como dos seus usuários potenciais.

Todo o resultado dessa tentativa de transpolarização terá como início a escolha do caminho a seguir. Portanto, o caminho para a biblioteca pode não levar a ela, assim como o caminho que leva ao usuário pode não encontrá-lo. A condição *sine qua non* para o desbravamento do caminho está na escolha de sua trajetória.

Além disso, há que se definir os objetivos e estar preparado para romper com as marcas culturais que propiciam o embate entre as partes. Como sabemos que esse rompimento significa perdas, é improvável - e a prática tem mostrado isso - que ele aconteça sem o acirramento entre as partes.

# **O SIMBÓLICO NA BIBLIOTECA**

## 1. O Simbólico na Biblioteca Pública

No universo da cultura, as bibliotecas sempre tiveram um papel preponderante na formação das sociedades letradas. Ao longo de sua tradição milenar, ergueram sob bases fortes o que por todo tempo seria o sustentáculo maior do saber e erudição: sua simbologia poderosa materializada, essencialmente, na forma do livro.

Assim, falar em biblioteca implicou sempre falar em erudição. *"Na verdade, a biblioteca é ainda percebida, por grande parcela da sociedade, como símbolo de poder e erudição..."* (Mueller, 1990:16). Portanto, ontem como hoje, as bases simbólicas da biblioteca se mantêm inalteradas. Seus símbolos maiores são o saber e a erudição.

Fortalecida por esse requinte simbólico, de cujo conteúdo se multiplicaram os sistemas de signos que erigiriam o que hoje se conhece por conhecimento, ainda que o termo implique considerações filosóficas consideráveis e de cujo assunto não cuidaremos nesta análise, as bibliotecas, ao longo dos séculos, marcaram suas fronteiras de tal modo que ninguém, em tempo algum, teria coragem de se opor aos signos que dela emanavam ou ousaria adentrar nesse universo delimitado pelos símbolos do que se convencionou chamar cultura, a fim de alterar-lhe sua forma e conteúdo.

Participando de um processo de representação simbólica (aqui entendidos o signo livro, o saber etc) bem como do processo de estratificação cultural (a biblioteca ocupando um lugar na pirâmide cultural), as bibliotecas lançaram mão dos recursos artificiais de simbolização para, marcando seu território, porem-se ao exercício supremo de hierarquização cultural, estabelecendo graus diferenciados de competências culturais, com o intuito claro e inequívoco de determinar, quase sempre pela negatividade do que lhe é externo (como é próprio de toda a cultura), seus próprios valores. A valorização dos símbolos que lhe couberam criar, guardar e proteger definiram, desde sua fundação, as codificações que caracterizavam seu interior e seu exterior.

A biblioteca, enquanto produto da cultura das civilizações, criou, ao longo dos séculos, uma poderosa rede de símbolos que a justifica e a mantém. Muitas são as alocuções adjetivadoras das bibliotecas: "templo do saber"; "guardiã da memória

universal”; “depositária do conhecimento universal”; “santuário dos deuses”; “labirinto do saber”; todas elas oriundas de um pensamento hegemônico em torno do qual se ergueu a cultura das bibliotecas.

Temos assim um exemplo de como as bibliotecas se mantiveram ao longo dos tempos. Elas participaram de todos os processos civilizatórios e estiveram presentes em todos os eventos da história das civilizações. A biblioteca foi receptáculo de todos os grandes registros de descobertas, ratificando desta forma sua condição de detentora do conhecimento. Ao longo de sua existência foi erguendo seus marcos, delimitando seu espaço e construindo seus símbolos. Determinou, ainda, as classes às quais deveria servir e aquelas que ficariam fora do seu raio de atuação.

Fruto do processo seletivo imposto pela própria cultura, as bibliotecas, dentro do seu processo evolutivo foram demarcando as linhas divisórias das classes sociais, ao mesmo tempo em que iam construindo seu universo simbólico. O sistema de signos das bibliotecas envolve tanto bens materiais - como os livros, os códices, os palimpsestos, as atuais encadernações luxuosas, entre outros - como os bens imaginários - como a erudição, o saber, a intelectualidade e as demais formas convencionais de *status* cultural.

Ditos sistemas de signos operaram como demarcadores de um território imaginário no qual estão separados os leitores e os não leitores, os cultos e os analfabetos, o público e o não público. Dessa forma, a informação armazenada foi tomando contornos cada vez mais eruditos e clássicos, dificultando seu acesso às classes inferiores. O acervo, por sua vez, era adquirido sem a observância de sua utilidade. Assim, da informação aos materiais que lhe serviam de suporte, tudo nas bibliotecas tradicionais funcionou, ao longo de sua história, no sentido de ratificá-la como símbolo de poder, de ascensão, de valor e de *status*.

Ao erguer seus sistemas de signos, o que fizeram as bibliotecas foi tão somente definir graus diferenciados de saber e erudição, reforçando as diferenças para manter inalterados seus valores simbólicos, bem como estratificar seu universo de atuação, valorizando seu público alvo e ignorando outros públicos.

Se é a cultura quem define o que é cultura, o que estiver fora de seu território é a não cultura, ainda que esta seja cultura em relação ao que lhe seja externo. Esse princípio arcaico de estratificação cultural mostra a grandiloquência da cultura na

predeterminação de sua estrutura hierárquica. A cultura, para se manter, precisa da sua oposição. Assim, o pressuposto básico para a manutenção de um sistema simbólico que ratifique uma situação de estabilidade e comodidade e, por conseguinte, viabilize a preservação de uma espécie, não é outro senão a manutenção de elementos que, pela diferença, assegurem a sua condição de elemento superior.

Se atentarmos para esse princípio arcaico básico na história da cultura e observarmos o comportamento social de instituições como as bibliotecas, veremos facilmente o porquê de se erguer em torno delas grandes civilizações respaldadas e mantidas pelas castas inferiores. Uma cultura não se mantém sem a existência de seus excluídos. A existência das grandes diferenças é o pressuposto básico para a existência da própria cultura. O que lhe é externo acaba sendo o instrumento que lhe destaca como maior. A cultura, a partir dessa hierarquização, é a responsável pela existência de diferentes modos de vida, cabendo-lhe o eterno papel de preservar o que tão arduamente criou para sua própria comodidade. Sobre a oposição cultura e não-cultura, a teoria da semiótica da cultura diz que:

*“A oposição 'cultura-espaco extracultura' é a unidade mínima do mecanismo da cultura em qualquer nível dado. Praticamente falando, nos é fornecido um paradigma de espaços extraculturais: a infância, o subconsciente, o patológico, etc. No centro da cultura se situa um certo 'nós' normal ao que se opõe às outras esferas como um conjunto paradigmático de anomalias. Do ponto de vista interno, a cultura aparece como o membro positivo da já mencionada oposição, ao passo que, do ponto de vista 'externo', toda oposição aparece como um fenômeno cultural.”* (Ivanov, V. V. In: Previgano, 1979, tese 1.2.4)

Transportando para o nosso objeto em análise, temos que o espaço cultural das bibliotecas é composto de símbolos que se opõem aos símbolos das camadas populares da sociedade. No âmbito das bibliotecas, a criação e manutenção de signos - como a hegemonia cultural do livro; a suntuosidade das edificações; o luxo das encadernações; a valorização da erudição e o valor apregoado ao saber - foi tão lenta e ininterrupta, quanto voraz. Em nome deles se estratificou socialmente gerações sobre gerações, em torno dos quais girou a noção de civilização e barbárie. A biblioteca, enquanto <sup>1</sup> texto

<sup>1</sup> Segundo a semiótica da cultura, texto cultural “são complexos significativos... são complexos de signos com sentido,” onde “os textos e signos em si preenchem uma função comunicativa, uma função de participar, de informar - no sentido amplo da palavra. Mas eles preenchem também outras

da cultura, é um multiplicador de signos, de cujo bojo nascem as mais variadas e inconscientes formas de dominação.

O início das bibliotecas públicas foi destacado pela ideologização do papel do livro e das formas coercitivas vigentes, como, por exemplo, a censura às leituras. Analisando o período de supremacia do livro na construção dos simbolismos da biblioteca, Nogueira mostra um período onde *"...impõe-se a necessidade do controle do conteúdo das leituras. Busca-se eliminar do acervo os escritos pouco elaborados, denominados vulgarmente de 'literatura popular'- leitura de escape."* (...) *"Dewey atribui como tarefa principal do bibliotecário a função de 'excluir o pernicioso' do acervo da instituição em análise."* (Nogueira, 1986:227-8). Por pernicioso se entendia o pensamento contra-hegemônico das classes operárias materializado nos versos e prosas da literatura popular. Temia-se que de uma atividade inocente como o entretenimento em leituras pudesse brotar resistências à ordem vigente.

Em sua revisão de literatura sobre o processo evolutivo das Bibliotecas Públicas, a referida autora se reporta às funções pré-estabelecidas pelos fundadores das bibliotecas públicas como meio difusor das formas de dominação e como, a despeito disso e por total desatenção das classes que a mantinham, as ditas bibliotecas acabavam despertando nas classes por ela assistidas uma consciência crítica em relação às suas vidas. Ou seja, criada para manter entretidas as classes dominadas e garantir sua comodidade na ação de dominar, as classes dominadoras deixaram à disposição das classes operárias leituras que mostravam brechas para uma insurreição.

Com o surgimento de novos comportamentos por parte de seu público leitor, as Bibliotecas Públicas foram fazendo ajustes na sua política de atuação com o claro objetivo de manter sob seu controle as classes dominadas. Assim é que, não obstante o uso da leitura como fator de alienação via entretenimento, fez-se opção pela literatura popular, até então proibida nas bibliotecas. Assim, *"(...) é preferível oferecer 'literatura popular' 'selecionada', que dar margem à classe trabalhadora de determinar o que ler. (...) No entanto, o relaxamento do controle das leituras, mesmo sendo operado pelos intelectuais representantes da burguesia, abre espaço para a circulação de idéias contra-hegemônicas."* (Nogueira, 1986:230-1)

---

*funções, como, por exemplo, a função estética, ou emotiva e expressiva, ou ainda outras funções sociais."* Assim, são exemplos de textos culturais as artes, os rituais, a moda, as religiões, as pinturas rupestres, as gravuras etc.

Como se pode notar - ainda que as bibliotecas públicas tragam consigo um papel ambivalente de dominação e liberdade - o que sempre se teve claro na história das bibliotecas, notadamente as públicas, é o princípio codificador, onde o que lhe é interno é pertencente ao mundo da cultura, ao passo que os situados fora desse raio são tido como “não-iniciados”, como “menores”, como a “não-cultura”.

Entendemos essa predisposição para a classificação como o mais arcaico dos recursos preservadores das espécies. A cultura herdou da natureza o princípio codificador dual, ainda que este não seja o único, nem para uma, nem para a outra. Apenas por uma questão de economia e pela própria observância dos fenômenos da natureza, como o dia e a noite, o quente e o frio, o início e o começo, a vida e a morte, o céu e a terra, entre muitos outros, o homem dividiu em dois os fenômenos da vida, a fim de elucidar melhor os processos de sua formação, atribuindo a ambos os pólos graus diferenciados de notação e valoração.

Esse processo signico de classificação e inerente às culturas tem por base o estabelecimento de pontos comuns na escala de dificuldades do dia-a-dia e do conseqüente estado de alerta para o que se convencionou chamar adverso à preservação da espécie. A classificação das adversidades e dos eventos que as desencadeiam munem o homem (e boa parte dos seres vivos) das armas de defesa. Estas se apresentam desde a forma material e utilitária dos utensílos armamentícios, até a forma imaterial e “inutilitária” dos materiais simbólicos, também chamados materiais da cultura. Usados em maior escala por toda a existência da humanidade, as armas simbólicas serão analisadas neste trabalho mais detidamente, a fim de compreendermos melhor o complexo mundo dessa milenar instituição cultural, que é a biblioteca, e dos impasses nas tentativas de ressignificá-la.

Portanto, levando-se em consideração o que se disse há pouco, a biblioteca, uma vez definido o que deve estar fora de seu raio de atuação, acaba estratificando social e culturalmente a grande parcela excluída, proporcionando assim a ruptura que perpetuará em pólos opostos a “cultura” e a “não-cultura”.

Por “cultura” entende-se, sob esse aspecto, *“uma certa esfera delimitada que se opõe aos fenômenos da história, experiência ou atividade humana fora dela. Assim, o conceito de cultura é inseparavelmente ligado à oposição de sua ‘não-cultura’*”(Ivanov, V. V. In: Prevignano, 1979). Assim, “não-cultura” é o que é externo

à cultura, é a oposição que esta recebe dos elementos que estão além das fronteiras que ela delimitou. A não-cultura não é considerada como realidade, "*é o caos, a desordem, é o não sistema*" (Baitello Junior, 08/09/94, texto mimeografado).

Olhando-se de dentro do objeto biblioteca, cultura é tudo o que partilha das benesses dos signos que a sustentam, sendo sua oposição, ou seja, os signos que atuam fora de suas fronteiras, a "não-cultura". Dessa forma, a legião de excluídos dos sistemas simbólicos da biblioteca, dos analfabetos, semi-analfabetos, leigos etc formam a legião que a consubstancia como cultura.

*"Uma das ligações entre cultura e civilização (e 'caos') consiste no fato de que a cultura, continuamente estranha, em favor de sua antípoda, certos elementos 'exauridos', que tornam-se clichês e funcionam na não-cultura".*(Ivanov, V. V. In: Prevignano, 1979)

As normas definidoras, delimitadoras e classificadoras do que lhe é próprio e do que lhe é externo, definem, já na sua fundação, as características que a tornam um espaço de acesso limitado. A dicotomia erudição/analfabetismo sempre esteve nas entrelinhas dos discursos de inauguração de bibliotecas, fossem elas públicas ou particulares. Isso mostra a tendência de exclusão a que sempre estiveram ligadas, chegando até os nossos dias como uma instituição inatingível e de acesso limitado. Generalizações à parte, - até porque as raríssimas exceções só confirmam a regra - as bibliotecas sempre estiveram aquém das expectativas da sociedade e desintonizadas com a realidade. Conforme complementa Rabello, "*na verdade, a biblioteca pública nunca foi nem popular nem democrática.*" (1987:27)

Foi nesse universo denso e cheio de significação, o universo da biblioteca, que adentramos a fim de entender melhor as bases culturais que a sustentam, para, à luz da Semiótica da Cultura, decifrarmos seus signos e símbolos e relacioná-los aos processos comunicativos que advêm de sua significação. Para tanto, enfocar-se-á mais adiante a contrapartida de sua condição de texto cultural, qual seja, a consciência interpretante que lhe confere o *status* correspondente, aqui personificada nos indivíduos que formam a favela e que, por estarem além de suas fronteiras e, principalmente, por receberem dela as representações que dela emanam, criam o universo da "não-cultura", pressuposto para a sua simbolização.

## 2. A biblioteca enquanto texto cultural

Historicamente, as bibliotecas carregam a mesma herança cultural que as escolas: a erudição. A sua história mostra claramente em que se assentou a sua criação e manutenção no mundo todo: na formação clássica das sociedades letradas. *"À biblioteca era atribuído um papel bem definido, o de educar as classes mais baixas, mas preservando os valores sociais vigentes.(...) Vê-se que, no discurso, compete à biblioteca pública atender às conveniências da classe subalterna... [desde que] fortalecendo a coesão ideológica"* (Nogueira, 1986:227)

A criação e perpetuação dessa codificação fez das bibliotecas o santuário dos deuses do saber. A história das bibliotecas mostra claramente seu significado no processo civilizador. Sabe-se que na condição de receptora das grandes descobertas, dos grandes inventos e como "memória viva" das civilizações, a biblioteca tornou-se alvo das mais significativas formas protecionistas por parte das classes detentoras do poder. Socialmente guardava para si a tarefa de absorver as classes favorecidas; culturalmente irradiava de sua inestimável rede de símbolos os valores que caracterizavam cada uma das civilizações a quem serviu. Participou, portanto e ativamente, dos processos civilizadores, instiundo muitas das convenções culturais existentes até hoje e que a consubstanciam como símbolo de "progresso", ou, como diz Lemos, *"a biblioteca pública, numa sociedade atrasada, dependente e periférica servia para que as classes dominantes flertassem com as classes dominadas, oferecendo a estas uma instituição que é reconhecida universalmente como símbolo de civilização e progresso."* (Lemos, 1979:)

Em todos os tempos, não obstante a natural e constante derrocada dos princípios codificadores sociais, apesar da total efemeridade das relações signicas, da troca constante dos padrões paradigmáticos por que passou toda a humanidade, as bibliotecas primaram pela preservação de sua representação primordial: a depositária do registro bibliográfico representante do pensamento racional. A biblioteca, enquanto texto cultural, sempre teve bem definida a sua forma e conteúdo. Da primeira, decorriam as figuras representativas de seu status simbólico: sua arquitetura, devidamente provida das marcas arquitetônicas de sua época; seus adornos artísticos, a maioria dos quais representantes das artes clássicas; suas encadernações luxuosas,

quase sempre confeccionadas pelos mais nobres materiais e artesãos; seus espaços, cuja organização sempre obedecia aos padrões estéticos mais suntuosos. Sobre a forma da biblioteca, Casa Nova diz que *"a arquitetura é triunfal, monumental. Triunfo e monumento das ideologias que a construíram, como imagem do universo que a metafísica construiu. É a biblioteca-universo. Seu significado é transcendental. 'O signo e a divindade têm o mesmo local e a mesma data de nascimento.'"* (Casa Nova, 1990:132)

Do conteúdo provinham as mais subjetivas formas de delimitação de fronteiras. A predominância da literatura clássica justificava, por si só, a censura às "leituras pecaminosas" de que falam todos os documentos que retratam a história do livro e das bibliotecas e aqui já mencionado.

Essa complexa rede simbólica em torno da qual - ontem, como hoje - se sustenta a biblioteca é a responsável pela inalterada condição a que ela está ligada. Os elementos que a caracterizam reforçam, pela repetição extremada de suas representações, a manutenção de seu *status quo*. A ritualização milenar das codificações da biblioteca funcionou como disseminador de toda uma cultura de respeito e veneração por parte de sociedades inteiras, tanto a parcela ínfima dos incluídos nesse território dos "deuses", como a esmagadora parcela arbitrariamente banida dele. Mas nada pode ser comparada ao esmero dos recursos lingüísticos materializado nos discursos definidores de suas funções e políticas de atuação.

Na qualidade de texto cultural, as bibliotecas trabalham com um sistema de códigos que lhe permitem estabelecer suas próprias leis, em torno das quais circulam *"um certo significado integral e preenchem uma função comum"*.(Ivanov, V. V. In: Prevignano, 1979). O estudo da biblioteca como texto cultural deve levar em conta seu significado, seu modo de atuação no universo da cultura. A noção de texto cultural é apresentada nas teses da Semiótica da Cultura (Idem), da seguinte maneira:

*"O texto possui significado e funções globais (se distinguirmos a posição de um pesquisador da cultura daquela de seu portador, do ponto de vista do primeiro, o texto aparece como portador de função global, ao passo que da posição do segundo, ele é portador de significado integral. Neste sentido pode ser considerado como elemento primário (unidade básica) da cultura. (...) O conceito de 'texto' é usado num sentido especificamente semiótico e aplicado não apenas à mensagem de uma língua*

*natural, mas também a qualquer portador de significado integral ('textual'): uma cerimônia, uma obra de arte, uma peça musical". (Ivanov < V. V. In: Previgano, op. cit.)*

Se confrontarmos o que foi dito com o papel desempenhado pelas bibliotecas - tanto as antigas como as atuais - depreende-se que ela é texto cultural uma vez que sua significação independe da apreensão que têm dela os excluídos de seu raio de atuação. A biblioteca por si só informa algo e este vem carregado de suas simbologias. Este algo não é outra coisa senão seu caráter erudito, a noção de sabedoria que emana de suas formas físicas e imaginárias; o *status* invariavelmente conferido aos que dela usufruem; as "luzes" metafóricas e reais instituídas e legadas pelos seus acervos; o mito das idéias do conhecimento; enfim, toda sua estrutura físico-espacial e toda a feição criativo-imaginativa que dela têm as sociedades todas.

A biblioteca texto cultural é o signo da ascensão na hierarquia cultural, representa a idéia dos iluminados, dos iniciados e esse arcabouço simbólico a coloca como uma linguagem grandiloqüente e tal linguagem se faz impor aos não iluminados, aos não iniciados. A ação da biblioteca na construção de seu patrimônio simbólico se dá pelo prévio estabelecimento de regras. Esse processo de semiose - que como tal é um processo de significação - é o que faz da biblioteca um lugar "sagrado". Ela é ao mesmo tempo signo e depositária de signos. É signo porque é interpretado por todos como um monumento do saber, por exemplo. Não chega a ser o saber, mas o representa, mantém relação com ele e em seu lugar está. É depositária de signos porque guarda consigo relações sgnicas outras, como o livro, que representa o conhecimento; as estantes, que representam o "labirinto do saber"; e o próprio saber, que designa a "luz" a que todos almejam.

Numa análise metafórica das bibliotecas, Casa Nova diz que "*as estátuas guardam as bibliotecas, os livros, ou então, os leões, para que não se aproximem muito os não-iniciados. Livro, coisa de classe. Biblioteca - espaço de luxo... centramento do saber, 'vontade de poder', reserva com fundo, tesouro... cofre, lugar de depósito. A biblioteca de Alexandria, a biblioteca de Babel. Lugar de tesouros, lugar de muitas línguas, castigo de Deus-Pai.*" (Casa Nova, 1990:132). Como se vê, toda a essência das bibliotecas se fundamenta no processo de escolha e de exclusão, de

afirmação e de negação, de classificação para uma posterior divisão, sempre amparada pelo princípio dual, aqui materializado pela oposição cultura-não cultura.

Assim, a biblioteca é texto cultural na medida em que é, em sua totalidade, um “todo estrutural”; estabelece fronteiras com outros textos, definindo o que lhe é inerente e o que lhe é exterior; e uma vez que se faz ouvir, criando uma relação semiótica com o que lhe é externo.

O uso da teoria da Semiótica da Cultura a fim de elucidar os mecanismos codificadores das bibliotecas em sua relação com seus usuários se explica pelo fato de esta ciência ser a *“ciência da correlação funcional dos diversos sistemas signícos. Das questões ligadas à estrutura hierárquica das linguagens da cultura, à distribuição entre elas, de suas respectivas esferas, aos casos em que estas esferas se interseccionam ou simplesmente fazem fronteira.”* (Ivanov, V. V. In: Prevignano, 1979, tese 1.0.0).

Logo, o texto “biblioteca” é, por assim dizer, uma rede delimitada de relações signícas em torno das quais giram os comportamentos de uma cultura em dado momento histórico. Dito isso, resta-nos a dedução de que ela precisa articular seus códigos internos em função do contexto histórico no qual está inserida. Portanto, se alimentar das relações signícas que ornamentam seu espaço exterior. Mais do que isso, necessita desse espaço para se autoafirmar como cultura. A noção de texto, vinculada ao contexto histórico, nos deixa mais à vontade para propor a adequação da biblioteca pública ao perfil das novas demandas. Propor isso não significa em momento algum sugerir que a biblioteca perca suas características milenarmente adquiridas, mas ampliar seu raio de atuação, se resignificando ante o surgimento de novos comportamentos sócio-culturais e da contrapartida de novas necessidades informacionais.

Qualquer distância da biblioteca pública com seus usuários implicará a perda de suas características de texto cultural. Essa preocupação é sentida por Rabello, para quem *“a biblioteca pública, como se apresenta, necessita de uma reformulação em sua concepção e ação. Existe uma consciência clara de um divórcio entre a biblioteca e a sociedade.”* (Rabelo, 1987a:32). Isso mostra o porquê de as bibliotecas públicas atuais se configurarem em verdadeiros “elefantes brancos”.

A biblioteca, enquanto depositária de signos, parece desconhecer que estes mudam e se renovam com a mesma rapidez com que são criados. *“As relações de signos, com cuja ajuda o sujeito se faz dono de seu mundo, são algo que mudam com o tempo. Estão submetidas a uma contínua mutação. O processo de transformação pode surgir tanto do objeto como do meio ou do sujeito interpretante. Nenhum dos três correlatos resistem ao passar do tempo. As coisas mudam, como os homens, o mesmo ocorre com os signos que vinculam entre si objeto e sujeito.”* (Pross, 1980:42).

Do mesmo modo, mudam as relações sociais e os modos como a sociedade se comunica. O mundo das tecnologias a serviço da informação é o mundo das coisas efêmeras. Assim, enquanto as bibliotecas tabulam os dados de seus estudos de interesses de comunidade - para a partir daí definir sua política de atuação - estes já se encontram em processo de mutação, ou, como diz Pross, *“o que o sujeito se apropria mediante signos vai mudando já no curso de sua apropriação, ao sinalizar em direção de outras relações até então inexploradas pelo sujeito. A natureza da coisa é seu caráter efêmero. Já que não há remédio algum contra transitoriedade das relações, a duração dos sistemas de signos relativamente constantes que temos chamado “material familiar” adquire uma grande importância.”* (Pross, 1980:43)

Mudam impulsionados pela multiplicação de canais e de ofertas informacionais num número cada vez maior e mais sortido de suportes. Essa multidão de canais influencia no comportamento sócio-cultural das pessoas de forma avassaladora, redefinindo suas interações sociais, alterando seu comportamento e gerando novas necessidades informacionais

### 3. Em busca da ressignificação

BH/UFG

Toda a literatura sobre biblioteca pública no Brasil aponta para a necessidade imediata de uma transformação estrutural na sua política de serviços informacionais. Acham os teóricos que, como está, a biblioteca pública não pode continuar. Não basta um acervo bem organizado tecnicamente e um rápido acesso aos documentos se não houver um trabalho prévio de adequação desse acervo aos reais interesses de seus usuários. Por outro lado, urge que haja nas bibliotecas públicas verdadeiros serviços de

informação, onde profissionais competentes filtrem as informações e estabeleçam com elas relações com as necessidades prementes dos usuários, diminuindo o trajeto da informação contida nos documentos até as mãos dos interessados e possa, com estes, avaliar a eficácia das informações recebidas.

Uma outra sugestão dos teóricos, conforme se verá ao longo deste capítulo, diz respeito à adoção de uma estratégia político-organizacional que abra espaço para as camadas excluídas dos serviços das bibliotecas, dando-lhes a oportunidade de se expressarem naquilo que consideram importantes para o seu crescimento social; propiciando-lhes instrumentos para mostrarem seu potencial crítico, criativo, artístico; que lhes assegure a preservação de sua memória cultural e sua divulgação como pressuposto para a preservação de seus bens culturais. Enfim, que a biblioteca pública abra todos os canais para as camadas populares desencadearem um processo de cidadania. A todas essas mudanças, cujo desencadeamento passa pela total reformulação dos paradigmas que sustentam as bibliotecas, chamo de ressignificação da biblioteca.

Este trabalho tem, como um dos caminhos a seguir, compreender o porquê de, a despeito das muitas tentativas de ressignificação das bibliotecas, materializadas nos escritos dos muitos teóricos consultados e nos projetos da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, tais mudanças não acontecem de fato. Vale ressaltar que não é objetivo deste trabalho buscar tal ressignificação, senão entender essa busca como um princípio em pleno curso, mas que esbarra em sérias dificuldades de ordem cultural. Ditas dificuldades se dão, principalmente, pelas codificações às quais a biblioteca pública está presa. São ordenações que remontam à criação das bibliotecas e passam pelas relações sígnicas delas com os demais organismos ordenadores da alta cultura, como a escola, a Igreja, os sistemas políticos etc.

Na verdade, as tentativas de ressignificação esbarram numa codificação elaborada e mantida pela própria biblioteca e que se confunde com sua gênese. Portanto, essa codificação funciona como uma identidade primordial, primeira, como os são os códigos genéticos na biologia. Isso traz à tona o caráter mítico no qual está envolta a biblioteca. Vemos na defesa ostensiva dos símbolos primordiais da biblioteca, por ela própria e pelos seus representantes, a defesa de sua natureza mítica, de sua

gênese e das representações sacralizadas pelo tempo que é senhor de todas as manifestações.

No entanto, amparado pela pseudo-vontade de transformação dos signos da biblioteca (ou pelo menos da abertura para novos signos e significações), conforme detectamos numa significativa parcela da literatura biblioteconômica, é que nos dispomos a analisar essas tentativas para depois focar os percursos existentes nessa empreitada.

Dentro dos parâmetros para uma retomada de significação pelas bibliotecas atuais, um ponto consensual é a substituição da biblioteca organizadora de livros por uma que privilegie a informação propriamente dita. Targino nos mostra o que pensa da biblioteca enquanto instituição cultural e define o perfil do profissional que deverá atuar nesse sentido. Diz ela: *"é preciso conscientizar o bibliotecário de que o objeto de sua profissão é a informação e de que ele deve agir como catalizador e difusor do conhecimento dentro da comunidade."*(Targino, 1991:157). Portanto, um dos princípios norteadores de uma nova postura das bibliotecas é que elas sejam interlocutoras entre as informações existentes e as comunidades às quais atendem.

Ainda segundo Targino, *"... no contexto da modernidade, a biblioteca é, preferencialmente, uma rede de serviços de informação, um centro organizado de informações, e não mais a coleção estática de impressos e/ou audiovisuais."* (Idem, ibidem). A autora deixa claro a opção da biblioteca pelos serviços informacionais mais abrangentes, sem o tradicional apego às informações clássicas, ao mesmo tempo em que dá às Bibliotecas Públicas maiores responsabilidades. Continua a autora: *"... ainda que a democratização da informação deva ser exercida, continua e ininterruptamente, em qualquer biblioteca ou centro de documentação, é na biblioteca pública que ela assume maior dimensão, como instrumento de estímulo à construção da cidadania."* (Idem, :158). Como se percebe, uma ressignificação da biblioteca pública passa pelo resgate de sua função social e esta só se concretizará na medida em que as classes sociais mais baixas tenham poder e voz quando das tomadas de decisões das bibliotecas.

Passamos, agora, a analisar as muitas tentativas de reestruturação das Bibliotecas Públicas, sob as quais se escondem pretensões outras, carregadas de

significações e de cujo entendimento dependerá, sempre, uma postura lúcida acerca dos elementos nelas envolvidos.

#### 4. Vislumbrando novas fronteiras

BH/UFC

Na nova era configurada pela explosão informacional, cujas mudanças culturais já são sentidas pela sociedade, a biblioteca pública tem um relevante papel. Ela foi institucionalmente criada para trabalhar com um público, o popular, no qual as transformações insidem mais diretamente e, paradoxalmente, o alvo mais fácil de manipulações ideológicas, o mais “desprotegido” ante as investidas do sistema vigente. Não obstante os descaminhos em sua trajetória histórico-cultural, que a fizeram trilhar pelos caminhos traçados pela história da civilização, delimitando seu acervo às classes letradas e da inexistência de serviços disseminadores de informação nos moldes que temos hoje, as bibliotecas públicas - os seus discursos de inauguração previam isso - nasceram para servir de interlocutoras entre a memória cultural armazenada e a memória popular em perpétua e ininterrupta construção.

Nas tentativas de se buscar novos horizontes ou, como sugerimos aqui, no estabelecimento de novas fronteiras, pesquisadores e bibliotecários apontam para uma biblioteca sem muros ou, pelo menos, com possibilidades de ampliar cada vez mais seu raio de atuação. Como sugere Mueller, *"a biblioteca ... não pode mais permanecer como um espaço comprometido com a cultura guttembergiana (basta considerar o número de analfabetos e semiletrados do país!); ela precisa 'abrir-se' para a participação ativa e efetiva da comunidade (leitores e não-leitores, usuários e não usuários etc)."* (Mueller, 1990:17). Assim, ampliar o raio de atuação das bibliotecas é reestruturar seu acervo para um público cada vez maior e mais eclético e cujas necessidades informacionais extrapolam as informações contidas no acervo das bibliotecas. Cada vez mais se faz necessário o intercâmbio de informações entre as bibliotecas e os demais serviços informacionais, bem como daquelas com as informações produzidas e trocadas no cotidiano das comunidades.

É bom que se diga que o alargamento de fronteiras das bibliotecas não significa ampliar seu potencial de poderio simbólico, mas revê-lo e torná-lo menos alienante. Vislumbrar novas fronteiras requer um rompimento com as práticas políticas

reducionistas da participação popular, como as exercidas pelas bibliotecas de ontem e as de hoje, como nos diz Lemos, para quem "... as bibliotecas públicas, tanto as antigas como as novas, têm tido o seu destino definido pelos caprichos dos governantes, que fazem caso omisso dos argumentos dos técnicos e dos próprios usuários." (Lemos, 1979:206) Esta citação mostra perfeitamente a postura dos teóricos em relação à liberdade de escolha dos usuários quanto aos serviços que a biblioteca pública pode-lhes proporcionar.

Nesse sentido, vislumbrar novas fronteiras é também deixar que as camadas populares externas ao seu espaço de atuação possam nele adentrar e trocar informações. Aliás, pertencer ao mundo da "alta cultura" é para as camadas populares uma <sup>2</sup>aspiração natural. É como se a representação que coube à biblioteca ostentar tivesse atingido o grau máximo de aceitação pela parcela excluída. A esfera "extracultural" (em nossa análise as camadas populares) dá à esfera da cultura (biblioteca) o caráter sagrado legitimado pela sua atuação ao longo dos séculos. Essa tendência justifica os meios usados pela biblioteca na manutenção de seu *status*, ao mesmo tempo em que aponta para o perigo de, numa tentativa de ressignificação, trilhar pelo caminho do envolvimento afetivo com os eternos e competentes símbolos da biblioteca, como o livro, por exemplo. Sobre esse fascínio exercido pelo livro no imaginário popular, Bosi (1986) detectou em sua pesquisa sobre leitura entre operárias "*a expectativa do pobre em ver nos livros algo de sagrado*".

A mudança da biblioteca, rumo ao estabelecimento de novas fronteiras com seus públicos, passa irremediavelmente pela reordenação, tanto física como estrutural. E deve estar consciente de que estas, como todas as mudanças, pressupõem alguns traumas, tanto pela perda de determinados símbolos, como pelo processo difícil de adaptação aos novos. "*A escolha por uma nova ordenação é um processo que passa necessariamente, na escolha de um símbolo, pela exclusão de outros símbolos. O decidir-se a favor de uma nova forma de simbolismo exclui a outras*". (Pross, 1980:64). Desta forma, no limiar de novas fronteiras há que serem erguidas novas "bandeiras"; novos marcos que sinalizem novas ações.

---

<sup>2</sup> Sobre essas aspirações, ver capítulo três, quando analisamos as expectativas dos favelados pelos serviços informacionais da biblioteca e pelos serviços assistenciais de um modo geral.

No âmbito da ressignificação um ponto comum é a reestruturação do espaço físico da biblioteca. Ela precisa rever inclusive a arrumação e escolha do seu mobiliário funcional. Este traz consigo as marcas de um simbolismo que extrapola a compreensão do interpretante, para tornar-se, ele mesmo, signo. Um exemplo disso são os balcões de empréstimo e de referência (espécie de fronteiras). Essas e outras sucessões de sinalizações, dentro do contexto no qual foram criados, sinalizam as verdadeiras fronteiras da biblioteca. Além das implicações psicológicas, esses "muros", que são os balcões, emprestam à consciência interpretante a incômoda percepção de suas desigualdades. O mesmo acontece com os preceitos das bibliotecas, a maioria dos quais esdrúxulos e justificados pela burocracia que reina em todos os cantos dos poderes políticos. Tais preceitos, como por exemplo as leis de empréstimo e as que estabelecem critérios rigorosos de registro dos usuários da biblioteca, os cartazes pouco simpáticos em sua forma estética de pedidos de silêncio, arrolam em sua forma lingüística e representativa os modos inadequados de obediência a eles, quando poderia prover de possibilidades para a adaptabilidade de seus usuários aos seus serviços.

Ampliar fronteiras é também a adaptabilidade entre as linguagens das bibliotecas e as dos seus usuários, sejam eles reais ou potenciais. Mueller diz que "*... a biblioteca só terá sentido se for causa e efeito de transformações. Mas, para isto, é imprescindível que ela desenvolva uma 'linguagem comum' com seus públicos e que o bibliotecário seja um habilidoso intérprete do processo de inter/ação entre a instituição e a comunidade.*" (Mueller, 1990:16). Assim, vislumbrar novas fronteiras é reestruturar novos códigos de linguagem dentro dos padrões compreensíveis pelos diversos segmentos em jogo no processo de dar e receber informações.

Toda a reestruturação da biblioteca tem que passar pelos seus recursos e mecanismos de comunicação. O estabelecimento de uma linguagem menos professoral e mais comum às linguagens populares, sempre observadas suas intenções de ampliação ou preservação de suas políticas de atuação. A biblioteca não teria ratificado seu papel grandioso na cultura se seus precursores mecanismos de linguagem não tivessem funcionado. Querer reestruturar-se em função de uma demanda é saber como e de que forma se comunicar com esta.

Acima das leis da biblioteca se levanta uma outra necessidade de adequação. Trata-se da escolha de um diálogo propício ao *entendimento entre as partes*. "Se

*existem duas culturas, a erudita terá que aprender muito da popular" (Bosi, op cit). A herança socializadora e civilizadora das bibliotecas inibe as tentativas de ressignificação desta instituição. No entanto, seguindo o caminho em busca de novas fronteiras, faz-se necessário por parte da biblioteca pública a derrocada dos símbolos <sup>3</sup> "falidos" e o içamento de novos símbolos que propiciem um contato menos agônico com a "não-cultura" e que corresponda às novas características da sociedade atual.*

Como reconhecemos o trauma que uma nova ordenação implica, notadamente para o lado detentor de tais codificações, propomos uma resignação da biblioteca frente às novas tendências de relações sócio-culturais. Resignar-se implicaria assim, ressignificar-se. A resignação não é outra coisa senão a adaptação a uma nova ordem estabelecida, a aceitação de novos signos, a aquiescência a uma nova idéia. Seria essa a mediação como supressão da assimetria que se estabeleceu entre cultura e não-cultura no nosso objeto de análise.

**BH/UFC**

O recurso simbólico do estabelecimento de novos códigos em que ambos os lados, biblioteca e comunidades carentes, possam se comunicar, conviverem em interação; o estabelecimento de novas fronteiras e/ou a ampliação das mesmas; a assinatura de um novo contrato ordenador em função do qual se favoreçam ambas as partes; a criação de novos sistemas de signos em relação com os signos dos segmentos populares, funcionarão como meio anestesiador das muitas tensões existentes, ainda que pelo caráter efêmero dos signos venha a implicar em uma nova ordem de tensões. Urge que, pela mediação, biblioteca e favela logrem os meios eficazes de transmissão de mensagens e comunguem de uma mesma gramática cultural.

Essa gramática passa pelo alargamento das fronteiras da biblioteca e do seu intercâmbio com os segmentos populares, no que concerne à produção de cultura. Porque, como nos diz Pross, *"se a socialização <sup>4</sup> (de cujo processo a biblioteca participa) não quiser degenerar em meros atos de adestramento terá que deixar logo atrás de si as competências já logradas, a fim de abrir mais possibilidades à faculdade designadora, com o que a 'realidade' se apresenta também de outro modo.*

<sup>3</sup> Pross chama de signos falidos aqueles que já não correspondem à representação que tem dele a consciência interpretante, ou seja, quando as suas significações se vão desgastando e vai surgindo uma nova ordem de significações. "O progresso é verbal até que o novo uso lingüístico imponha ao pensamento suas próprias leis, que transformam as opiniões e, logo, as significações..." (Pross, 1980:33)

<sup>4</sup> A inserção de parênteses é nossa.

*Inclusive de outro modo distinto do desejado pelos socializadores*". (Pross, 1980:19-20).

O estabelecimento de novas fronteiras pressupõe uma nova codificação e esta carece da participação dos dois lados - biblioteca e segmentos da sociedade. Analisaremos agora as muitas tentativas em definir as funções sócio-culturais das Bibliotecas Públicas e as sugestões de teóricos e bibliotecários para pôr em prática tais funções.

### **5. Em busca da função ou A Queda dos "Muros".**

Já nos referimos ao longo deste trabalho às muitas mudanças por que vem passando a biblioteca pública no que concerne ao pensamento sobre seu modo e raio de atuação. Vimos que as mudanças comportamentais de bibliotecários e teóricos da biblioteconomia se vão alterando ao sabor das mudanças histórico-sociais. Targino (Boletim da ABDF, s.d.) diz que *"a evolução histórica da biblioteca está intrinsecamente ligada à história da própria civilização e que a função e a finalidade da biblioteca foram se modificando com a sucessão de períodos históricos"*. Portanto, ainda que o estabelecimento das funções e finalidades se processassem lentamente, como ainda hoje ocorre, o certo é que a sua adequação aos momentos históricos é uma busca constante dos profissionais da área.

Um outro aspecto da preocupação generalizada na definição do verdadeiro papel social da biblioteca pública é o fato de ela ter sido criada para servir à comunidade e da pouca eficácia dos seus serviços nesse sentido. Um outro ponto, aqui levantado por Rabello é o de que, *"... analisar a função da biblioteca pública é hoje, basicamente, discutir a sociedade brasileira atual, suas características, suas necessidades e dela extrair a função da biblioteca."* (Rabelo, 1987a:20). Ou seja, a função milenar da biblioteca pública de depositária da memória universal, deve dar lugar às necessidades informacionais específicas de um país cujas adversidades são muitas e complexas, o que só poderão ser resolvidas mediante um criterioso estudo dessas peculiaridades.

A maioria esmagadora dos teóricos da biblioteca pública propõe o resgate da função social da biblioteca. Por função social entende-se uma série de procedimentos

que possibilitem ao público a ser atingido a emergência de comportamentos "libertadores", "conscientizadores" e de "cidadania". As funções - nem sempre bem definidas - se subdividem em funções educativas, funções culturais, informativas e sociais.

Nesse sentido, a literatura sobre biblioteca pública traz um discurso ligeiramente homogêneo, com poucas variações a respeito do estabelecimento de funções da biblioteca pública. A forma quase axiológica com que os teóricos tratam do assunto é apontada por Gomes (1982:149) quando sugere que *"o desenvolvimento de bibliotecas em grande escala relaciona-se diretamente, 'como uma constatação quase axiomática', com a estabilidade e prosperidade de um país."* As funções vão sendo construídas mediante a necessidade de um modelo de cidadania que possibilite a sobrevivência sócio-cultural de uma sociedade atabalhoada frente às mudanças avassaladoras e o pouco cuidado das autoridades com os assuntos sociais do país.

Os elementos até aqui colocados apontam para as muitas funções da biblioteca pública. No âmbito informacional, os autores apontam para a democratização da informação como pressuposto para a conquista da cidadania.

*"A função social da biblioteca pode ser resumida em seu papel primordial de democratizar a informação. Porém, este papel pode ser estendido e tornar-se muito mais abrangente."*(Cabral, 1992) Por abrangente a autora entende a promoção de *"mudanças na sociedade, através de políticas de conteúdo emancipatório, que propiciem aos cidadãos fazer suas escolhas e opções, exercer plenamente seus direitos de cidadania e assumir a liderança de movimentos reivindicatórios, inseridos em projetos sociais mais amplos."* (idem)

A propósito das considerações feitas pela autora, é preciso abrir um parêntese para confrontar o discurso com as implicações que dele demandam. Aqui é interessante notar que os objetivos anotados fogem aos postulados das bibliotecas tradicionais e às atividades das bibliotecas ditas modernas. Promover atividades que desemboquem em movimentos associativos requer um engajamento político que na verdade não existe nas nossas bibliotecas. Por outro lado, poucos são os que se aventuram numa empreitada que, decididamente, "descaracterizaria" a biblioteca pública. Sabemos que para a emergência de uma conscientização de cidadania faz-se necessário um árduo trabalho cooperativo e que isso é o resultado de uma evolução que demanda tempo,

diferente da forma simplista com que muitos tratam a questão. No epicentro das colocações feitas pela autora acima citada estão fatores que tanto fogem ao fazer imediato das bibliotecas públicas - na forma em que elas se apresentam hoje no Brasil - como trazem consigo armadilhas ideológicas que precisam ser melhor entendidas.

Em sua natureza pública - e levando-se em consideração sua tutela pelo Estado, o que por si só faz crer que os discursos são resultados de políticas dominadoras - a biblioteca pública é o resultado de uma política da qual não participam as classes da base da pirâmide social. Por isso, questões como "democratização", em qualquer nível que se coloque o termo, se aproximam mais de um processo de adestramento do que de um processo emancipatório.

A biblioteconomia da atualidade pensa a biblioteca pública como uma instituição sem fronteiras ou, pelo menos, alargando seus limites. A informação aqui tem um caráter emancipatório conforme nos falou há pouco Cabral (op. cit.), e entra no projeto dos "Balcões de Informações Utilitárias", tema abordado mais detidamente ao longo deste trabalho e que pretende transformar a biblioteca pública num órgão de ilimitadas capacidades informativas.

No âmbito cultural, as funções são tanto maiores quanto maiores forem os ideais dos bibliotecários. A grande discussão é a respeito da abrangência que deve ter os serviços das bibliotecas. Para alguns autores, a biblioteca deve se desvencilhar de seu eterno papel de "guardiã" do acervo bibliográfico, para abraçar as causas sociais, lançando mão dos mais audaciosos meios de atingir o público ausente. Tais meios se estendem desde o mais completo e preciso balcão de informações dos mais variados tipos até o trabalho de extensão da biblioteca em comunidades carentes. As atividades idealizadas vão das já conhecidas disseminações da informação contida no acervo e dos empréstimos, até as promoções de eventos culturais e dos cursos pela biblioteca ministrados ou feitos com sua parceria.

Sobre esses serviços, Moraes (op. cit) aponta os seguintes: *"...promover manifestações culturais da comunidade através de todas as suas diferentes formas de expressão: pintura, música, folclore, produção literária, artesanato, tradições e costumes. A organização dessas atividades por parte da biblioteca ou o oferecimento do espaço físico para sua realização podem levá-la a converter-se em um centro da vida cultural da comunidade."*

Como se vê, a biblioteca pública parece não mais caber dentro de seus parâmetros tradicionais. É como se o tempo das clausuras causasse mal-estar nos bibliotecários atuais. Ainda que tal pensamento não seja de todo hegemônico, o certo é que a grande tendência aponta para uma aproximação maior com a sociedade. A biblioteca deixa assim de ser o receptáculo maior do saber para se tornar co-partícipe das transformações sociais e das atividades criativo-imaginativas da sociedade, promovendo eventos; fazendo arte; ouvindo mais do que falando e, sobretudo, pondo seu espaço para as discussões e inquietações mais prementes. Assumindo de uma vez por todas seu papel educativo, meta milenarmente aceita por todos os precursores da história das bibliotecas.

Feitas essas considerações, é momento de apontar os mecanismos possíveis de dar vida às funções estabelecidas pelas bibliotecas. Na verdade, pouco de concreto se viu na análise da literatura a respeito do como por em prática os pressupostos das referidas funções sócio-culturais das Bibliotecas Públicas. A força dos discursos se sobrepõe às iniciativas práticas.

## 6. O Mito Informação

A humanidade vive hoje o que poderíamos chamar de uma nova era. Hoje o que se vê é uma sociedade envolvida num mundo onde o que menos vale é ter a informação guardada e sim disseminada. É a informação a mola propulsora do progresso e a biblioteca da atualidade parece já ter isso em mente. Serrai nos diz que *"a função e a finalidade da biblioteca sofreram através dos séculos variações e mudanças, até a crise dos nossos dias quando os serviços fornecidos pela biblioteca não são mais proporcionais à demanda de informação."* (Serrai, 1975:142). O que é certo é que a biblioteca perdeu terreno para outros serviços informacionais por não ter acompanhado a trajetória da informação na sociedade atual. A procura mostrou-se maior do que a oferta e a consequência disso foi o inflacionamento das informações pelos serviços de informação. A biblioteca, por sua vez, vem num vertiginoso processo de distanciamento da informação dentro do que se espera dos serviços informacionais na sociedade atual.

Todas as relações e interações sociais estão consideravelmente mudadas em função da verdadeira avalanche informacional a que estamos submetidos e dos inúmeros recursos tecnológicos a ela vinculados, cuja multiplicação invade a vida das pessoas.

Navegar por essa nova era requer, urgentemente, o exercício de uma nova postura como cidadãos. Nesse sentido, têm papel primordial as instituições formadoras de opiniões e possibilitadoras de conhecimento, como os meios de comunicação, a escola em todos os seus níveis e as bibliotecas ou centros de informação.

O ambiente que se configura prioriza o conhecimento em toda a sua extensão. Não o conhecimento estagnado pela compartimentalização do saber, ou institucionalizado na <sup>5</sup>“ditadura dos conteúdos”, nem o que privilegia a apreensão lógico-racional, mas o que está sedimentado na interdisciplinaridade, na interação das informações, bem como o adquirido em outros níveis de expressão, como o sensorial e o intuitivo.

O conhecimento, desencadeador de uma nova ordem mundial, exige das instituições a ele vinculadas, um redimensionamento de conceitos e postura. Não cabe nessa “sociedade do conhecimento” só os processos formais de educação nem os instrumentos arcaicos de informação erudita. A sociedade precisa de informações rápidas, precisas e de cunho utilitário. Precisa ainda de uma bússola para se orientar por esse emaranhado de informações.

Nesse sentido, é preciso avaliar a utilidade das informações e isso só será válido se olhado do ponto de vista de quem dela necessita. A informação *“é um bem comum, que pode e deve atuar como fator de integração, democratização, igualdade, cidadania, libertação, dignidade pessoal. Não há exercício de cidadania sem informação.”* (Targino, 1991:155). Complemento dizendo que a informação que move a sociedade atual é uma informação construída dinamicamente e coletivamente por todos os setores da sociedade. Não há o emissor ou o receptor de informações, há um todo informativo, cujas feições assumem um caráter multilinear. Ou seja, as informações se dão em muitas trocas informacionais, em múltiplos discursos, em múltiplas direções, enfim, elas se comportam como um todo sistêmico, não dando para se privilegiar

---

<sup>5</sup> O termo aqui empregado foi usado por Paulo Freire em conferência dada em setembro de 1993 no Curso “A Sociedade do Conhecimento”, promovido pelos Programas de Pós- Graduação em Comunicação e Semiótica, e em Educação, ambos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

alguns tipos de informações em detrimento de outros. Cada informação tem o seu valor atrelado à sua função e necessidade específicas.

Não há dúvidas de que é a informação que move a sociedade pós-moderna. Todas as relações de produção são precedidas e impulsionadas por informações. O uso em larga escala dessa nova ferramenta de trabalho favorece a sua proliferação na mesma ordem de grandeza com que configura um verdadeiro caos informativo.

É absolutamente impossível dominar a informação na quantidade em que ela se apresenta. Antes de pretender isso "*devemos aprender a navegar nela*" (Seabra, 1993). Para tanto, precisamos dominar toda a tecnologia que a sustenta, alimenta, organiza e dissemina. Tal tarefa seria mais fácil se não estivesse tão atrelada a atitudes culturais enraizadas, motivo pelo qual as instituições ligadas à educação têm uma responsabilidade maior, na medida em que estão bem definidas culturalmente como formadoras de opiniões.

O pensamento acima exposto é consensual, conforme pudemos observar nas leituras feitas e nos resultados dos trabalhos feitos pelo ciclo de estudos promovido pela PUC-São Paulo, intitulado <sup>6</sup> "A Sociedade do Conhecimento". Todos concordam com a necessidade de uma reeducação da sociedade face às novas tecnologias informacionais, bem como do papel que cabe à escola.

Concordamos, mas não gostaríamos de restringir essa tarefa unicamente à escola. Todos os segmentos organizados da sociedade deveriam engajar-se nessa missão. Sindicatos, associações, os meios de comunicação, a Igreja, empresários, a própria família e as bibliotecas.

O objeto de estudo da biblioteca é a informação e esta "*é um dos elementos que permite a todos nós ajustarmos-nos ao mundo exterior, de forma legítima e coerente, conquistando o status de cidadãos.*" (...) "*A cidadania é compreendida enquanto dimensão pública da participação dos homens na vida social e política.*" (...) "*Porém, se a cidadania se constitui, assim, em um princípio de igualdade, a estratificação social é um sistema de desigualdade.*" (Targino, 1991)

---

<sup>6</sup> Conforme se mencionou na nota anterior a esta, o curso em questão abordou a trajetória da informação na sociedade pós-moderna, chamada de sociedade do conhecimento, nos vários níveis em que ela se faz presente, como por exemplo, na educação, na mídia, na educação popular, nas empresas e sistemas produtores de riqueza, na ciência e tecnologia e, principalmente nos suportes da chamada multimídia.

A citação acima retrata com fidelidade o espírito das bibliotecas atuais frente ao sistema informacional vigente. É senso comum a utilidade da informação no desenvolvimento sócio-cultural-econômico das nações. Assim sendo, disseminá-la em doses eficazes às respectivas demandas, na quantidade e modo por ela estabelecido, passou a ser o alvo das bibliotecas, principalmente das Bibliotecas Públicas. A informação passou a ser o grande mito dos tempos pós-modernos e se apresenta em múltiplas roupagens, televisivas, eletroeletrônicas, bibliográficas etc., e de várias formas: em livros, discos, fitas magnéticas, CD ROMs etc., todas com papéis bem definidos na história atual. Portanto, como sugere Targino, "*... se a informação é poder econômico, social e político, a biblioteca, como centro de informação, deveria ser vital ao processo desenvolvimentista de nosso País.*" (idem). Ela deve se engajar nos processos desenvolvimentistas do país, funcionando como interlocutora entre a informação devidamente trabalhada tecnicamente e as demandas específicas.

## 7. Utilidades e "inutilidades" das informações

BH/UFG

O mito da informação na sociedade atual arrasta para o universo das Bibliotecas Públicas e seus projetos populares, a ambição de proporcionar aos segmentos menos esclarecidos da sociedade, informações que lhes amenizem as adversidades do mundo em que vivem.

Muitos são os artigos que falam dos serviços de informação utilitária e de sua adequação às classes populares. Poucos, no entanto, detalham o processo de construção do serviço propriamente dito. São informações utilitárias aquelas que respondem às inquietações prementes da sociedade e, na maioria das vezes, relegadas pelos sistemas de serviços estatais. "*São dados objetivos, precisos, exatos, relativos a direitos e deveres do cidadão, habitação, emprego, educação, cursos, concursos, transportes públicos, problemas do consumidor, opções de lazer, saúde, impostos, finanças, alimentação e quaisquer outros itens demandados pela população.*" (Targino, 1991:158-9) Informações que obedecem a uma seqüência de prioridades cotidianas e que estão na ordem do dia das camadas sociais desassistidas.

Como se vê, trata-se de uma total abertura da biblioteca, onde os "muros" que se tornavam entraves à aproximação da sociedade dão lugar ao diálogo comum, à

utopia de um mundo sem fronteiras, como sem fronteiras se diz das informações em seu caráter multidisciplinar. Para Nogueira, *"... só recentemente surgiu a preocupação de suprir os usuários de informação de caráter utilitário, ou seja, de informações que não são encontradas em documentos e que dão respostas às necessidades do dia-a-dia, tais como sobre indicação de emprego, burocracia para se tirar documentos, localização de organismos governamentais ou particulares, etc."* (Nogueira, 1983:210). Talvez pelo fato de se agora as bibliotecas públicas terem se dado conta do terreno perdido.

**BH/UFC**

Na maioria dos casos, a idéia de serviços de informação utilitária recai sobre a existência das chamadas "necessidades do dia-a-dia". As lacunas deixadas pela não explicitação dos termos mostra as armadilhas semânticas e ideológicas com as quais estão impregnadas. A fim de elucidar tais perigos, se fará uma reflexão acerca da noção de "necessidades" no item a seguir. Antes, porém, se fará o mesmo com a noção de "utilidade" das informações.

Quanto aos projetos dos "balcões de informações utilitárias", eles recebem a influência das indefinições da própria biblioteca. Ao se propor a "utilidade" das informações, acaba decidindo o que considera útil para as camadas populares. Via de regra, a enumeração do elenco de serviços informacionais antecede aos estudos de interesses de usuários. É como se a biblioteca, na qualidade de eterna senhora da informação, já soubesse de antemão as carências da sociedade. A propósito disso, o pré-estabelecimento dessas carências obedece aos padrões sociológicos e sócio-econômicos de mensuração das mesmas, o que, convenhamos, pode não serem as mesmas quando se trata de carências informacionais.

O grau de relatividade do termo "utilitário" desnuda questões ideológicas não menos relevantes. A utilidade na forma como vem sendo usada pelos projetistas dos balcões de informação em bibliotecas tem um caráter meramente funcional, além de ser convencionalizado. A oposição útil-inútil "é somente uma interpretação particular historicamente condicionada..." (Ivanov, V. V. In: Prevignano, 1979, tese 1.1.2). Dessa forma, a utilidade das informações selecionadas para posterior disseminação às classes populares - no caso de as bibliotecas não as ouvirem - será não mais que uma visão condicionada por um dos lados, no caso a biblioteca. Nesse sentido, gerenciar a

informação é, para as Bibliotecas Públicas, continuar exercendo seu papel de guardião do que considera útil para a sociedade.

Como todo par tem seu opositor, é certo que a contrapartida das informações utilitárias são as informações "inutilitárias". Vimos que a cultura se mantém do embate com sua extracultura e que o lado interno tende a classificar seu oponente externo. Assim sendo, merece cuidado a predeterminação do que seja útil ou inútil para as camadas sociais carentes. As armadilhas ideológicas existentes nesse jogo classificatório podem transformar a democratização da informação num sutil instrumento de dominação.

Sobre a informação e o exercício da cidadania Mostafa aponta: "*Nem levar o pêndulo apenas para a ciência e tecnologia, nem segurá-los nos balcões informacionais utilitários, pois a informação utilitária, numa sociedade propositalmente fragmentada, contribui para a fragmentação do social.*" (Mostafa et alli, 1992:211). Assim, antes de classificar a binariedade utilidade-inutilidade, convém estudar as variáveis intermediárias entre uma e outra, sempre respeitando os anseios dos usuários.

O útil, dentro da história da cultura, guarda estreitas relações com o funcional, com o pragmático, com o técnico, enquanto o "inútil" extrapola esse fim, para, ele mesmo, tornar-se cultura. Assim, a "inutilidade" em oposição à funcionalidade dos recursos técnicos é a prática da criatividade e imaginação humanas. Lerói-Gourhan (19-- ) considera a cultura a extensão das práticas "que excedem o comer e o beber." Ou seja, no momento em que se extrapolam as condições técnicas para a preservação das espécies, entra o mundo imaterial e fictício das representações do imaginário, da capacidade humana de criar símbolos e, portanto, da capacidade de criar cultura.

Dentro desse contexto, o que provém das convenções das bibliotecas, no tocante à informação utilitária, pode ser negada pelos que justificam a criação desse serviço pelas bibliotecas. O considerado útil para um dos lados pode não ser para o outro e vice-versa. Por isso, o passo primeiro deve ser sempre um estudo de interesses de comunidade e a execução desse serviço deve vir acompanhada de outros serviços também importantes no exercício do fazer bibliotecário. E o grau de importância de qualquer serviço deve ser mensurado, ouvindo o lado das demandas.

Finalizando esse tópico sobre a informação, é bom enfatizar a correlação funcional dos sistemas de signos das bibliotecas com os mesmos das classes populares. Ambos se interseccionam e é nesta intersecção que devem se dar a comunicação e a adequação de ambas as linguagens. Abordaremos, a seguir, o universo excluído dos serviços bibliotecários.

### 8. O Público e o "Não-público".

Já nos referimos aqui ao público hegemônico dos serviços da biblioteca, qual seja, as classes letradas de um modo geral. Também foi mencionado o seu público potencial, aqueles que se encontram fora do seu raio de atuação.

Alguns autores usam o termo usuários potenciais e outros se referem àqueles como o não-público. Para Flusser, "*...o não-público é definido por Francis Jeanson como sendo 'a grande maioria da população: todos aqueles a quem a sociedade quase não fornece (ou recusa) os meios para optar livremente'.*" E acrescenta que (...) "*Para que uma Biblioteca Pública possa vir a ser plenamente pública é necessário que ela se volte para o não-público.*" (...) "*É necessário que a biblioteca verdadeiramente pública e o não público 'façam a mesma língua' e que o fosso cultural que separa o não-público da cultura seja superado.*" (Flusser, 1980:162-4)

A citação acima reforça a hipótese levantada pela presente dissertação segundo a qual existe uma efetiva vontade da Biblioteca Pública em dar vez às classes populares e que a não comunicação entre uma e outra é fruto de uma assimetria cultural, onde ambas as partes entram num choque de símbolos. Ora, se o pressuposto da condição de pública é o diálogo com todas as classes sociais e isso não sai do discurso, é porque o problema é de comunicação e ele é decorrente da incompatibilidade dos símbolos em jogo. Se existe a vontade mútua, se há um flerte e o namoro não se concretiza é porque há pontos ruidosos no diálogo e a hipótese aqui levantada aponta para uma mediação simbólica, fruto de uma nova codificação, de uma nova ordenação, de um novo contrato que normatize as novas funções a que almejam ambos os lados.

Não se deve apostar, no entanto, que o "*fosso cultural*" entre ambos seja de todo superado. Como a cultura só se mantém pela existência de sua oposição - a não-cultura - , onde uma se completa com a outra sempre pelo processo de seleção, que

implica necessariamente um igual processo de exclusão, as diferenças continuarão a existir. O que se deve ter em mente é que para toda condição de adversidade cultural há uma proporcional saída e esta pode estar no plano simbólico.

Na maioria das propostas das Bibliotecas Públicas de aproximação com o seu “não-público” - em nossa análise representado pela favela, o que torna o caso num exemplo extremo - há, implicitamente, um desejo de monopolização desse segmento social. Via de regra, o que as bibliotecas almejam é o reforço do seu pólo. Ou seja, se auto-intitula “patrimônio cultural da humanidade” e, desconhecendo os símbolos culturais dos segmentos excluídos das bibliotecas, quer trazê-lo para seu mundo para aculturá-lo. Por trás dessa vontade, muitas vezes está o poder ideológico que coube à biblioteca exercer. Mais uma vez, a presença dos códigos instituídos e vigentes há milênios. Romper com esse ritual não será fácil, ainda que a prática vá se aproximando dos discursos a cada redefinição dos mesmos. Antes de romper com o “*fosso cultural*”, que separa a biblioteca do não-público, é preciso romper o fosso entre o discurso e a prática; entre esse e as armadilhas ideológicas nele embutidas; entre as utopias de democratização das bibliotecas e seu símbolo maior de “patrimônio cultural da humanidade”.

Sabemos que a biblioteca é o resultado de um longo e complexo processo civilizador e que este foi montado à luz das exclusões, das classificações, de processos seletivos e eletivos. Cada um desses princípios codificadores - cuja essência é a mesma - se mantém pelo banimento de seus expurgos e pela constante depuração de seu lado interno. É, portanto, pouco provável que a biblioteca, enquanto herdeira desse processo civilizador, seja diferente.

Olhando a Biblioteca Pública de fora, o que salta aos olhos é a magnificência de seus símbolos todos: da sua arquitetura ao seu mobiliário; das suas abóbodas aos *ex-libris* de suas obras; do seu acervo aos símbolos dele emanados. Olhando-a de dentro, o que se vê é o esmero com que as classificações, catalogações e organização do acervo são feitas. Ao selecionar e depurar o acervo - e por extensão o conhecimento - purifica-se também seu público. Assim, elege-se um público em detrimento de outros. O que está fora desse universo pertence a um outro mundo, classificado por adjetivações negativas que foram se depurando com o passar do tempo até chegar às formas atuais, classificadas de “não-público”, usuário potencial, excluídos, desassistidos

e outras variantes sociológicas. Depreende-se disso que, não obstante a aparente indiferença das bibliotecas, há um pleno exercício ideológico na construção da sua orbe simbólica.

Voltando à análise do “não-público”, como caracterizar sua demanda? Mais uma vez corre-se o risco de se cair no plano das ideologias da biblioteca. O estudo da demanda popular pressupõe um contato direto com as classes populares sem as usuais interferências simbólicas dos questionários feitos pelos bibliotecários. Deixar o “não-público” falar, tanto demanda tempo e coragem das bibliotecas, como pode-se abrir uma brecha para a total “descaracterização” das mesmas.

A demanda popular para as bibliotecas públicas pode não ser o que estas esperam, ainda que, quando induzidas pelas perguntas, as pessoas se aproximem das expectativas dos bibliotecários. Dentro do universo das informações a demanda popular se estrutura, segundo suas insatisfações cotidianas, conforme detalharemos no capítulo sobre favela, o que, pela dinâmica do dia-a-dia das classes populares e pela forma estrutural das atuais bibliotecas, atendê-las requereria um exercício monstruoso de acuidade e acompanhamento do universo popular.

A adequação da biblioteca a uma demanda popular parece mais difícil do que pensam muitos. Tal dificuldade advém do fato de não se ter bem claro até que ponto as demandas populares interfeririam nas estruturas simbólicas das bibliotecas. E, como estas já se solidificaram ao ponto de serem hoje eternizadas pelas civilizações, seria difícil a troca de símbolos nessas proporções. Por outro lado, um arremedo de mudanças simbólicas - ou seja, ligeiras adequações para o convívio entre o público real e o público potencial - poderia reforçar as ideologias existentes, ainda que disfarçadas em suas formas “democráticas”.

O estudo dos serviços de informações utilitárias para as demandas populares deve vir acompanhado de um criterioso estudo das necessidades das mesmas. É sobre isso que tratará o item a seguir.

## 9. Classificando Necessidades

BH/UFG

A literatura sobre Biblioteca Pública está recheada de considerações acerca das necessidades informacionais da sociedade como um todo e mais particularmente das

classes populares. Fala-se inclusive da necessidade de muitas bibliotecas populares. Rabello (1987b) se refere à busca por uma biblioteca popular da seguinte maneira: *"Esse é o ideal que bibliotecários perseguem a fim de atender às necessidades de sociedade, tornando a biblioteca uma instituição socialmente útil."* (Rabello, 1987b:41). Nessa citação, há várias reflexões a se fazer. Uma explícita no discurso, outras embutidas nas assertivas e carentes de maior contextualização. Vejamos: Um ponto a ser levantado é acerca das "necessidades da sociedade". Estas são variadas e divididas em graus diferenciados de busca e de prioridade. Além do mais, olhando a tradição das bibliotecas públicas e levando-se em consideração o abismo entre o discurso e a prática das mesmas, vê-se facilmente a que "necessidades" o discurso se refere. São, em sua grande maioria, o forjamento de supostas necessidades que reforçarão as diferenças, ao invés de tentar desfazê-las. O termo necessidade traz em seu bojo questões axiológicas absolutamente favoráveis ao pensamento tradicional das bibliotecas. Via de regra, relaciona-se o grau de necessidades com o grau de analfabetismo das classes populares. É como se a ausência da capacidade de ler substituísse as necessidades de informação.

O discurso professoral das bibliotecas na classificação das necessidades informacionais das classes populares reforçou ao longo dos anos as condições de orfandade destas, também no campo informacional.

Olhando de perto o dia-a-dia das comunidades, vê-se como elas são criativas. É notório o estado de carências a que estão expostas, no entanto, as pessoas que ali se encontram navegam por esse mar de dificuldades com a mesma desenvoltura com que criam as saídas para a resolução das mesmas. Essa disposição para lidar com as adversidades deixa antever que as carências informacionais podem não estar atreladas às de infra-estrutura.

Somos induzidos a crer que o surto de carências estruturais das comunidades carentes é fruto da falta de informação. Boa parte delas, sim. Mas não todas. As carências estruturais demandam de uma falta de projeto social do Estado. No entender deste trabalho, as carências de informações se dão muito mais no âmbito dos deveres e direitos do cidadão do que no âmbito das informações didáticas sobre como suprir as adversidades do dia-a-dia.

É sempre bom repetir que a mensuração de ditas carências de informações só é possível mediante um mergulho profundo na vida das comunidades e das respostas que ela dará.

### 10. O Fetiche Livro

O signo mor das bibliotecas, o livro, tem em sua história a mais completa forma de manipulação política, ideológica, cultural. As representações que dele emanam foram se solidificando com o passar dos séculos, ao ponto de ainda hoje - não obstante as modernas formas de registros informacionais - representar a hegemonia da memória cultural da humanidade. O endeusamento do signo livro é, por assim dizer, o pressuposto básico da preservação dos simbolismos todos da biblioteca.

O livro, enquanto símbolo maior da biblioteca, traz consigo marcas profundas da representação que sempre desencadeou no processo civilizatório. A idéia que o livro comunica às consciências interpretantes é o que faz dele um símbolo. O livro remete a idéias como uma bandeira nacional - mesmo fora do seu território ou, principalmente por isso - representa a segurança e o respeito para com o seu país. A idéia do livro está presentificada nas condutas simbólicas dos seus produtos. Assim, o erudito, o letrado, o acadêmico, o sábio e todos os grupos que receberam dele as simbologias que hoje ostentam, são também os responsáveis pela sobrevivência do símbolo que ele representa, ainda que ele hoje tenha muitas outras significações e que sua aplicabilidade na construção de novos simbolismos e de novos portadores de símbolos esteja envoltas numa outra forma de significação, não apenas à formação de eruditos.

O livro "ressignificado" tem um caráter muito mais dinâmico no processo comunicacional do que o papel a ele dedicado pela história das bibliotecas. Para Flusser "*... o livro não é coisa, mas concretização de contexto. Ele não é mais nem metro quadrado em estante, nem unidade de acervo, nem mesmo unidade de estatísticas de empréstimos ou consultas. Ele é, como diz Roberto Escarpit, uma máquina de difusão da palavra, um meio para que leitor e autor se comuniquem.*" (Flusser, 1983:166) No entanto, continua sendo o suporte maior dos registros do conhecimento. Seria loucura negar seu valor cultural, tampouco menosprezá-lo pelos

modismos dos suportes da mídia eletrônica, trata-se tão somente de não deixar que seu caráter simbólico seja motivo de alienação.

A informação toma corpo em múltiplos canais para que as bibliotecas priorize a forma do livro. Símbolo dos prazeres dos sábios e objeto fetiche nas cabeceiras dos imortais do conhecimento, o livro sempre se apresentou como objeto de deleite. Sua forma ancestral em rolos de pergaminho parecia querer esconder seu tesouro maior, como ainda hoje acontece com as luxuosas encadernações que o protegem dos não iniciados nas leituras. Seu conteúdo pode guardar as maravilhas dos deuses de todas as épocas. Observe-se que o verbo guardar mantém estreita relação semântica com a noção de segredo, de secreto etc.

**BH/UFC**

O segredo sempre foi o ponto alto dos jogos de poder. A história está repleta de ícones do segredo: as cavernas que escondem os primeiros registros da humanidade; as tumbas, que guardam as riquezas faraônicas; os porões, que mantêm irrevelados os bastidores do poder; as leis, que obscurecem nas entrelinhas suas verdadeiras intenções; e as bibliotecas que custodiam e enclausuram os livros.

A biblioteca é uma *"estrutura de comunicação, um código comum de transmissão inequívoca da mensagem - que vê o livro como objeto fetiche, que enfeitiça, seduz e persuade - que procura o Autor da Obra, que procura o significado da mensagem, o que o Autor quis dizer, o sentido pensado pelo seu emissor. Espaço da Hermenêutica e de toda a mística do conhecimento. (...) a biblioteca é assim signo que traz a marca da metafísica e se constitui como marco da onto-teologia. (...) Aqueles leitores são eleitos, recebem um facho, um raio de luz divina. Parecem rezar diante do(s) Livro(s). Coisa sagrada, lugar sagrado. Luz/idéia."* (Casa Nova, 1990:133)

Do livro, no entanto, pouco se pode mostrar aos não iniciados - pelo menos na concepção clássica de biblioteca - a não ser sua existência como símbolo e a manutenção de sua representação de signo das coisas secretas. Para os não iniciados o livro é segredo, reserva, mistério, luz para poucos. Para os iniciados, ele é poder e ostentação; brilho e grandeza d'alma.

O livro, este fausto objeto, é o que moveu até hoje os cuidados primeiros dos bibliotecários. Sua unidade representa o amuleto dos reis e magos. Seu coletivo representa o pensamento universal, coisa pouco acessível às castas menores.

A rede inextricável de símbolos emanados das bibliotecas, cuja fonte maior é o livro, mostra o alto grau de complexidade das suas relações com o meio que a mantém viva. Sua condição de depositária da memória universal faz de si dona dos anseios e angústias coletivos, a matriz e instrumento mnemônico de vidas inteiras, a mais perfeita técnica de rememorar via registro da escrita. É sob os auspícios dessa codificação - como todas as outras codificações, arbitrária - que a biblioteca se sedimenta. Segundo Nogueira, para Foskett *"temos o direito de decidir o que será incluído na coleção de nossas bibliotecas e o que não será... (...) Foskett legitima que o acervo da instituição não deve ser determinado pelos usuários"* (Nogueira, 1986:243). Mas não apenas isso. A rigor, prescreve que não compete aos pobres mortais alterar os códigos oriundos dos deuses e idéias contidos nos acervos clássicos das bibliotecas.

O pensamento de Foskett, na análise de literatura feita pela referida autora, reflete o pensamento de uma época que, apesar de distante, ainda figura na visão de muitos bibliotecários, conforme veremos mais detalhadamente quando analisarmos a BPGMP. O importante a destacar é que qualquer tentativa de ressignificação da biblioteca que tenha que passar pela democratização do livro ou que tenha que destituí-lo do posto de signo mor das bibliotecas, será uma luta titânica. Também é bom lembrar que em momento algum deste trabalho se sugere uma luta nesse sentido. O que se defende e que pode ser confrontado com o que mostra a literatura consultada é a comunicação da biblioteca com os segmentos excluídos da sociedade, seja em que canal ela se dê. A Biblioteca Pública não pode encerrar sua atuação apenas num suporte, nem classificá-lo como pertencente apenas aos iniciados, pois a multidão de conteúdos e enfoques por si sós já dão margem de uma abrangência de demanda maior.

O livro terá sempre destaque entre os suportes informacionais e a sociedade assistida pelas bibliotecas sabe disso, como também sabe da existência de outros suportes e de tipos variados de informações bibliográficas e pictóricas, verbais e não verbais, especializadas e factuais, entre tantas outras que, independente da forma como se apresentam, ganham cada vez mais importância no dia-a-dia das pessoas, notadamente das menos favorecidas.

## 11. A Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel

Localizada na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará e fundada em 25 de março de 1867 pelo Tenente Coronel João de Souza Melo e Alvim, presidente da província, como Biblioteca Provincial do Ceará, a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel passou por muitas mutações até a forma atual.

Quando de sua fundação, contava com um acervo de 1730 volumes, dos quais, 614 comprados pelo governo e 1116 por doações incentivadas pelo fisco da época. Instalou-se primeiramente no prédio da Escola Pedagógica, situada à Praça Marquês de Herval, hoje, José de Alencar. Em 1875 mudou-se para o Gabinete de Leitura, um prédio improvisado à rua Formosa, hoje Barão do Rio Branco, por onde ficou por dois anos, regressando ao endereço anterior. Em 1892 mudou-se para um depósito de arquivos velhos. Em 1894 mudou-se para um prédio próprio, situado à rua Sena Madureira. Muitas outras mudanças de endereço ocorreram, até se instalar definitivamente no endereço atual: avenida Presidente Castelo Branco, em 1975.

A história da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel mostra com muita clareza as intempéries pelas quais passou. De um lado, devido à inexistência de uma política voltada para seus próprios fins, teve que receber os rescaldos de uma política cultural inadequada e própria dos governos autoritários. Do outro, a inadequação do acervo e ausência de serviços de maior relevância para a comunidade. Somado a isso, a abominável distribuição de competências administrativas inspiradas no arcaico modelo de sesmarias, cuja ocupação quase sempre obedeceu ao preceito político brasileiro de apadrinhamento.

Uma rápida olhada nos relatórios da biblioteca e nas matérias jornalísticas sobre a mesma, vemos a mesma repetição: o descaso das autoridades, a falta de pessoal qualificado, as deficiências do acervo, tanto em número como em conservação, espaço e instalações inadequados, além do eterno álibi de um incêndio de relativas proporções no ano de 1985.

Para nossa análise, delimitamos os últimos oito anos, período de grandes mudanças no cenário político cearense e correspondente à administração da Diretora Marta Cândido Lopes à frente da biblioteca. Em sua gestão, a transcorrência de

dificuldades coincidiu com um relativo interesse governamental pelas coisas da biblioteca, incluindo o período de reforma do espaço físico e um significativo aumento dos projetos da biblioteca feito por suas bibliotecárias, muitos dos quais ainda por executar e dos quais ainda falaremos muito neste trabalho.

A análise desta dissertação objetiva descrever a biblioteca em questão em sua extensão cultural. Para tanto, faz-se necessário situá-la no contexto histórico atual e dar maior atenção para o conteúdo dos projetos feitos, o discurso oficial da biblioteca, as políticas do órgão governamental que a mantém, as contradições teórico-práticas de sua atuação e o pensamento de sua Direção. Primeiro, abordar-se-á o perfil da atual direção, para depois levantar as teses que dificultam a sua atuação com os seus usuários potenciais, aqui entendidos os moradores da favela Poço da Draga.

Ao longo da descrição das características da BPGMP será mostrada a opinião de suas bibliotecárias sobre as demandas populares e serviços a elas ofertados ou em fase de projetos e/ou propostas. Os depoimentos foram colhidos em entrevistas e em conversas informais. Da primeira forma de depoimento se tirarão os dados que fundamentarão a análise feita.

Antes, porém, de detalhar a postura política da BPGMP materializada nos seus projetos, no pensamento de sua Direção e de suas bibliotecárias, se enfocará, de modo breve, a relação dessa biblioteca com a noção milenar de guardiã da <sup>\*7</sup> memória universal, a fim de contextualizar alguns pensamentos da biblioteca nesta direção.

## **12. Biblioteca e Memória**

Não se detalhará neste tópico a noção de memória de forma abrangente, posto que se fará no capítulo quatro. A menção feita fica por conta de situar a biblioteca dentro de seus paradigmas primevos, cujas marcas figuram ainda hoje como penhor seguro de sua sustentação simbólica.

A biblioteca trabalha com boa parte dos materiais da memória, o que a credencia como patrimônio cultural. Desta forma, ao guardar e preservar esses materiais, o que parece claro é uma tentativa de ela eternizar momentos e fatos. Esse

---

<sup>7</sup> Sobre memória conferir capítulo 4, "O Poço da Draga".

caráter eterno das bibliotecas, possibilitado pela apreensão das memórias classificadas e catalogadas as coloca num patamar soberano dentro da história cultural.

A história da cultura, sob esse aspecto, delegou a ela a tarefa de guardar e preservar dados que, para ela, são a memória de todas as civilizações. Assim sendo, sua relação com o universo, nada simples da vida social, é de total domínio. Enquanto memória coletiva, singulariza as variáveis de memória, fruto das relações sociais, bem como a heterogeneidade das culturas que lhe fomentam com sua história.

Dessa forma, a biblioteca se confunde com a própria cultura das civilizações. Ela *"foi instituída para armazenar e preservar os documentos, a fim de garantir a continuidade da evolução cultural."* (...) *"... a evolução histórica da biblioteca está intrinsecamente ligada à história da própria civilização que a função e a finalidade da biblioteca foram se modificando com a sucessão de períodos históricos"*. (Targino, sd)

Não obstante as mudanças no tecido sócio-cultural, ontem, como hoje, as bibliotecas guardam, como inestimável tesouro, o que de mais precioso têm as gerações: sua liberdade, possibilitada e sempre disponível pelo recurso da memória. Segura disso e negando veementemente as outras formas de memória - as oriundas das entranhas da criativa mente humana e cujo registro só se encontra inteiro nas manifestações e ações individuais e comunitárias; das advindas de um material neuro-genético pouco explorado e de cujas complexidades pouco se sabe; das representadas pelas mais variadas formas míticas - as bibliotecas definem, por si e pelas gerações, o que é relevante na tarefa de registro e disseminação de informações. Dona dessa "liberdade"- da liberdade de decidir-se e da "liberdade" humana que armazena e que chamamos aqui de memória - a biblioteca cria seu próprio universo interior, definindo, ao mesmo tempo, o universo que lhe é exterior, na medida em que se arvora do direito de definir o que deve e o que não deve ser preservado enquanto memória arquivada.

Tutora suprema das memórias artificiais, *"... as bibliotecas se prendem [historicamente] à descoberta da escrita sobre materiais estáveis e leves, os documentos. Tijolos de barro, rolos de papiro, códices de pergaminho têm a mesma função dos livros impressos sobre papel e das fitas magnéticas dos nossos dias. À memória biológica, que pertence à espécie, acrescentou-se a biblioteca, como memória coletiva das experiências existenciais, científicas e culturais, seja do*

*indivíduo, seja da sociedade.*" (Serrai, 1975:142). Seu poderio, como memória das memórias, se estende até hoje, não sendo de se estranhar os artificios usados por ela para manter inalteradas suas formas de atuação.

A biblioteca, enquanto memória artificial, foi se solidificando na condição de signo mor das gerações. Sempre representou a seguridade da continuidade sígnica das relações comunicativas das gerações letradas. Através dela se recupera as lembranças de épocas que figuram no imaginário coletivo como inapagáveis, a despeito das mutações reais no plano histórico-social. Ainda hoje é preservada a noção hegemônica de biblioteca-memória num sentido restrito do termo. Despreza-se a mutação histórico-social e, por extensão, a memória-presente e a memória-futuro, ou seja, as alterações atuais e as prescritas evolutivamente para o futuro.

Ainda que a biblioteca tenha como meta principal a preservação da memória registrada nos materiais, não pode se fossilizar nesse papel limitado. A memória no singular é sempre coletiva, é sempre pluralidade. Ela está tanto nos materiais da memória - livros, fitas magnéticas, <sup>discos</sup> etc. - como na memória imaginativo-criativa das pessoas. A biblioteca, texto cultural, deve levar em conta os outros textos com os quais se intersecciona, e a memória é um deles. Portanto, antes de ser memória, a biblioteca age como interlocutora de memórias. Sempre no plural.

Feitas essas considerações, passemos à análise do pensamento da BPGMP, na forma institucional de sua Direção.

### 13. Análise de Discurso

**BH/UFC**

A partir de agora, serão analisadas a postura política da BPGMP e sua atuação no plano prático; os projetos populares da biblioteca (também chamados de projetos de extensão); as opiniões das bibliotecárias sobre a aproximação da biblioteca com a favela; e o pensamento da sua Direção, na pessoa da bibliotecária Marta Cândido Lopes. Começaremos por esta análise.

Investida no cargo de Diretora da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel desde 1987, a bibliotecária Marta Cândido Lopes tem um posicionamento bastante claro acerca da função outorgada à Biblioteca Pública. Diz a diretora: "*A biblioteca é uma coisa clara, milenarmente conhecida. É um lugar onde tá livre a*

*todo mundo visitar uma coisa que não podia ficar dispersa, então é uma organização social dentro desse conhecimento, (...) é uma organização espacial do conhecimento. Não tem mistério nisso, não tem negócio de chegar à comunidade, não existe isso.”* (Lopes, 1994, entrevista).

Quando chamada a falar sobre a função da biblioteca pública, a Diretora é clara e objetiva. Para ela, biblioteca é o espaço por demais especial onde estão armazenadas as mais variadas informações, para o uso das pessoas que a procuram. Portanto, sua função é armazenar as informações e ordená-las para uso dos seus usuários, *“porque a biblioteca apenas armazena, ela não vai dar conhecimento a ninguém, ela não vai distribuir nada, ela tá ali com um sentido muito claro de organizar e arrumar e deixar aqui: \_ ‘O que que você quer’? ‘Que informação você quer’?. Agora dar informação, aí ficou a carga da escola e da família, entendeu?”* (Lopes, 1994). O leitor, com certeza, perguntará onde está o equívoco de tal afirmação. Não há equívoco ou tampouco incorreção na definição da Diretora. É e sempre foi este o conceito clássico de biblioteca. A questão a ser levantada está na interpretação do binômio informação/usuário, bem como na relação armazenagem/ordenação.

Primeiro, é preciso desvincular o termo informação dos materiais que lhe servem de suporte. Sim, porque nas bibliotecas a informação recebe um único tratamento, que é o destinado aos suportes bibliográficos, enquanto a realidade a mostra disseminada através de uma variedade substancial de suportes. Segundo, os termos armazenar e ordenar clamam por um complemento que, traduzido para o fazer bibliotecário, mostra a fragilidade no uso dos mesmos ao mesmo tempo em que retrata uma inversão deste mesmo fazer, ou seja, se coloca como meta final a armazenagem e organização das informações, quando isso deveria ser um serviço-meio. A meta final, decorrente da primeira, é o processo de sua disseminação. Ou seja, a informação é selecionada, classificada e catalogada com um objetivo claro: multiplicar os meios que recuperem a informação, a fim de sua disseminação tornar-se ágil, precisa e objetiva. Portanto, armazenar e ordenar são “serviços meio” e a disseminação da informação é o “serviço-fim” da biblioteca.

Para a diretora porém, a biblioteca não tem outro papel senão o de organizar e preservar os materiais para a consulta, assim, são os usuários que devem se antecipar à oferta da biblioteca. O seu papel social se esgota na tarefa preliminar que é a

organização e o seu uso fica a critério de quem dele precisar. Sobre o uso da biblioteca, diz a diretora que *“vem aqui quem pode, quem quer, quem precisa.”* (idem). O “poder”, o “querer” e o “precisar” guardam estreita relação com os primevos preceitos ideológicos das bibliotecas tradicionais. Poder, no sentido de “ter permissão para”, pode também se relacionar com o “ter disposição para”. Ambas as formas apontam para as codificações milenares da biblioteca, que classificam e delimitam demandas e espaços. Poder ir à biblioteca dependerá, sob esse enfoque, da compatibilidade de quem vai com a linguagem da biblioteca, ou seja, se sabe ler, se vai estudar, se há espaço na biblioteca para ele, enfim, se a mensagem da biblioteca que define seu lado interior foi bem entendida pelo seu exterior. Quanto à “disposição” para ir à biblioteca, põe o usuário numa condição que - mais uma vez no sentido aqui exposto - demandaria coragem, a coragem de romper com os limites bem delineados pela biblioteca.

Assim, “querer” ir à biblioteca não significa “poder” chegar a ela, da mesma forma que “precisar” dela não significa tê-la. Estas duas situações, o “querer ir” e o “precisar da” biblioteca são frutos da ideologia que permeia todas as declarações oficiais das bibliotecas, aqui bem mais explícitas que usualmente se vê nos discursos escritos.

No caso específico da BPGMP, o interessante a observar é a ênfase dada pela sua diretora às funções sócio-culturais da biblioteca, espelhada na sua tradição milenar, e os projetos de extensão feitos pelas demais bibliotecárias e que recebem sua assinatura e, portanto, sua aceitação. São pólos opostos, situações conflitantes que convivem simultaneamente na teia teórica da biblioteca.

Acerca da aproximação da Biblioteca Pública com os segmentos populares, aqui representados pela Favela Poço da Draga, há pontos convergentes no pensamento das bibliotecárias e nos projetos, e pontos divergentes entre ambos e a Diretora. Lopes pensa da seguinte forma:

*“Ai ficou essa coisa complicada querendo levar a biblioteca... a biblioteca pra lugar nenhum, ela tem que ficar sólida num lugar. Os livros numa sala, fichados e organizados. Isso é biblioteca. Porque fica complicado, a biblioteca ter que ir à comunidade”* (Entrevista, 1994)

A média percentual do pensamento das bibliotecárias sobre o mesmo assunto é a seguinte: Perguntadas se a Biblioteca Pública poderia ir à favela e que tipo de serviços poderia ser feito, chegou-se aos seguintes resultados: 70% das bibliotecárias entrevistadas dizem que a biblioteca pode ir à favela, 20% dizem que em termos e 10% acha difícil ela ir. As ressalvas feitas para o contato entre biblioteca e favela são: a) a biblioteca pode ir, desde que por via indireta, a partir de contatos da favela com os centros comunitários já existentes (20%); b) 10% das respostas positivas atrelam a ida da biblioteca à favela a uma infra-estrutura bem montada para isso, com carro-biblioteca, pessoal qualificado e acervo pertinente às expectativas previamente conhecidas.

**BH/UFG**

Mesmo as pessoas que puseram em dúvida ou relativizaram a ida da biblioteca à favela sugeriram serviços a serem prestados. Isso deixa antever que 100% das bibliotecárias entrevistadas têm em mente serviços informacionais para a favela. Senão vejamos: 30% retomaram a missão de informar como pressuposto básico da biblioteca; 40% mencionaram a divulgação e empréstimo de livros, com variantes para a sua desmistificação (10%); 20% apontam como meta o desenvolvimento do hábito de leitura, com variantes para o contar histórias infantis (10%); 10% acreditam em serviços mas não sabem exatamente o quê.

Como se pode observar, há uma polaridade também de pensamento interno dentro da BPGMP, o pensamento do alto da hierarquia interna da Biblioteca difere do pensamento da parcela situada logo abaixo da Direção. A mesma polaridade existe entre a Direção e os projetos que ela assina. No documento “Diagnóstico da Biblioteca para Implantação da Automação dos Serviços e Acervo” (BPGMP, 1994:4), no item sobre a missão básica da Biblioteca Pública, encontramos termos que por si sós ampliam o raio de atuação das bibliotecas, como, por exemplo, a referência aos públicos “efetivo e em potencial”; as funções educacionais, culturais e informacionais; e “melhorar o nível de vida das pessoas”.

A abrangência da biblioteca às classes menos favorecidas - estas na condição de público potencial da biblioteca - difere da opinião da Direção, conforme vimos acima, ao mesmo tempo em que se opõe à sua idéia da fixação da biblioteca num só lugar.

Estar “sólida num lugar” poderia significar a conseqüência de não poder chegar à comunidade, não fosse tal assertiva tão lugar comum. O que é defendido pela

diretora é a manutenção de uma biblioteca nos moldes das bibliotecas clássicas, deixando para os outros segmentos e linguagens culturais o que para ela e, sabemos, para muitos, são vieses contraproducentes.

Nesse tocante, a Diretora é categórica: *“Gente isso aqui não é teatro não. Isso aqui tá claro, vem aqui quem pode, quem quer, quem precisa. Agora o Seu Governador desenvolva isso na sua área política, mas não é nossa política não. Agora depois do bibliotecário querer abarcar isso com medo de ser passado para cozinha, ficou essa coisa, o samba do crioulo doido que é nós (sic) aqui. Um samba do crioulo doido, que agora é função cultural, é animação cultural, não sei quê! Não dá!”* (Lopes, entrevista, 1994)

Ser “passado para a cozinha” significa, numa análise semiótico-cultural, a queda na estrutura hierárquica da cultura. Assim sendo, os esforços na criação dos simbolismos todos foram em vão. Ao direcionar esse medo como sendo dos bibliotecários progressistas, tenta sobrepujar as verdadeiras intenções de avivar as cores da “não-cultura” para destacar suas marcas hegemônicas. Desconsidera sua função cultural se esta apontar para a divisão espaço-temporal com os seus oponentes.

*“Não existe isso de a biblioteca querer chegar ao outro (favela) e não consegue.”*

A Direção da BPGMP, na pessoa de sua diretora, não aceita a idéia de que a biblioteca deva ampliar seu raio de atuação e considera desvio de função os serviços informacionais voltados para as comunidades carentes. Sobre a história das bibliotecas ela diz: *“querer fazer da nossa história que é tão objetiva, tão clara, querer colocar nisso mistério fica complicado”*. Para ela o mistério estaria em abraçar funções diferentes da tarefa de armazenar informações. O que ultrapassar a isso é *“coisa para sociólogos”*, alfineta.

Quanto aos pressupostos, segundo os quais, é preciso, primeiro organizar, para depois disseminar, a Diretora reafirma sua negação aos serviços de extensão cultural. Para ela, a tarefa precípua de uma biblioteca pública é manter bem organizado seu acervo. Sobre isso, diz: *“Nos porões da Biblioteca Nacional deve ter mil e um livros cegos, sem poder nem pegar, porque os bibliotecários não têm tempo de fazer isso, estão atrás de: ‘não, agora eu vou dar aula, tchau!’, ‘a hora do conto, porque o menino precisa aprender a ler’. Eu? Sou responsável por isso? De jeito nenhum!”*

*Agora o fulano chega à BN, a bela BN, cheia de livros velhos. Cadê a informação? Quem passa a informação? O professor da escola? O diretor da escola? O governador, o médico, o dentista? De jeito nenhum, tem que ser nós. Ai a gente fica aqui se desgastando com titica de galinha, que não presta, que não sabe ler, não sabe escrever.” (Lopes, 1994, entrevista)*

A crítica da Diretora aos projetos de extensão das bibliotecas polariza mais uma vez com os projetos da BPGMP nesse sentido. No item sobre a Seção Infanto-juvenil do documento “Diagnóstico da Biblioteca para Implantação da Automação dos Serviços e Acervo” temos o seguinte: *“MISSÃO: Catalizar a produção de livros da área, disseminá-la e implantar o hábito de leitura através da utilização de recursos lúdicos.”* e indica como sugestão para o bom funcionamento da seção: *“Aquisição de equipamentos adequados para desenvolver o lado lúdico das crianças; Criação de um serviço de extensão para os bairros”* (BPGMP, 1994:18).

Como se percebe, há um certo distanciamento entre discurso e prática na BPGMP. Os mesmos serviços de extensão aos quais se refere o trecho transcrito acima, são reprovados pelo depoimento pessoal da Diretora, que diz: *“Agora eu vou ter que ir na favela (sic), chamar prá ver o que é que eles querem? Não, isso não.”* (Lopes, 1994)

#### **14. Dos Projetos**

Os projetos aqui analisados se referem ao período por nós delimitado aos últimos oito anos. Analisaremos apenas os trechos mais significativos.

Os passos percorridos nesse item objetivam mostrar a existência de projetos de extensão da BPGMP, analisando seu conteúdo e os pensamentos antagônicos da Direção e da maioria das bibliotecárias. Para tanto, se continuará confrontando os pontos conflitantes do discurso, da prática e do pensamento dos que fazem a Biblioteca.

##### **PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA BPGMP - 1995/1996**

1.1 - Na DESCRIÇÃO do projeto, o destaque está para o terceiro parágrafo, que prescreve: “Ações de dinamização são realizadas através de programas de

lançamentos de livros, leitura para crianças e exposições com objetivo de facilitar o acesso da população aos bens culturais”

*Neste parágrafo vemos marcas claríssimas do suposto interesse da biblioteca pública pela “população”, o que por si só ratifica a posição das bibliotecárias sobre o assunto, expressadas nas entrevistas. Programas como “lançamentos de livros”, “leitura para crianças” e “exposições” fazem parte dos discursos da grande maioria das bibliotecas públicas brasileiras, não sendo, portanto, exclusividade da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Esta traz, no entanto, um ingrediente a mais: a contradição entre o que pensa a sua Diretora e o que ela assina em forma de projetos.*

1.2 - No item três, METAS/ESTRATÉGIAS o destaque fica para o detalhamento da programação cultural:

*“Realizar lançamento de livros (3 por ano); “Realizar duas oficinas de papel artesanal e xilogravura para crianças e adolescentes; realizar exposições e projeções diárias de vídeo (2 por ano/projeção diária)”.*

Assim, à primeira vista, as programações parecem normais se levarmos em conta que as bibliotecas públicas vêm, gradativamente, revendo suas funções e ampliando seu raio de atuação, muitas das quais com pretensões de tornarem-se grandes centros de ações culturais.

Ao se referir à biblioteca, como um centro de ação cultural, Almeida (1987) comenta: *“...trata-se de dar apoio para que a comunidade descubra suas próprias soluções para os problemas que a afligem. Isto se dá pelo estímulo à criação de grupos de pressão, pela participação, enfim, da comunidade nos assuntos que lhes dizem respeito.”*(Almeida, 1987:)

No caso da BPGMP, porém, a coisa é diferente. A Direção da instituição é categórica ao negar qualquer atividade que extrapole o simples classificar e catalogar de obras. Portanto, não haveria como viabilizar tais programas, a despeito de as demais bibliotecárias pensarem exatamente o contrário, quando 90% delas idealizaram um balcão de informações utilitárias para comunidades carentes como a favela e 50% mencionaram os serviços prescritos no item ora em análise. No entendimento da Diretora Marta Lopes, ampliar o raio de atuação da biblioteca poderia significar o

rompimento com sua função milenar e invadir searas alheias. Para a Diretora, esse processo é no mínimo esquisito. Diz ela:

*“É a biblioteca bem aqui, querendo fazer o papel da escola, do governador, do senador, não sei o quê, quando isso não existe. Vamos na Secretária de Cultura e dizemos dos problemas e entrego (sic) para eles resolverem. Agora, ficar brigando socialmente, dizer: ‘olha a biblioteca é maravilhosa, ensina a ler, não sei o quê, não sei o quê’, aí tá errado, não vamos nunca conseguir porque ninguém quer ir lá e dizer: ‘olha, governador, vamos fazer uma política educacional, porque nós estamos a-ca-ba-dos de trabalhar sozinhos’, aí sim. (...) por que que eu vou destrinchar essa loucura? Não, meu filho, minha casa tá arrumada.”* (Lopes, 1994, entrevista)

Aqui a Diretora concorda que, uma vez detectados pela biblioteca problemas informacionais ou de outra ordem, que se levem à Secretaria de Cultura do Estado ou à Secretaria de Educação essas informações para que as providências sejam tomadas e não a biblioteca tentar resolver. Ela até concorda na participação da biblioteca numa política de ação conjunta com outros órgãos, desde que as funções da biblioteca sejam preservadas.

## 15. Os Arroubos Discursivos

O discurso da BPGMP materializado nos seus projetos culturais são de grande significação para a análise proposta neste trabalho, pois eles encarnam muitas polaridades, quer no âmbito da dualidade discurso/prática, quer na área das propostas conservadoras/progressistas. Mostra ainda dubiedade de interesses e antagonismos entre Direção e corpo funcional da Biblioteca. Portanto, a presença desses pares vai gerando polaridades que se tornam assimétricas - como anteriormente foi proposto neste mesmo trabalho - e que dão margem aos comentários que se seguem.

No documento *“Diagnóstico da Biblioteca para Implantação da Automação dos Serviços e Acervo.* ( BPGMP, 1994:4), documento que apresenta as características principais dos setores da biblioteca, os principais problemas enfrentados pelos setores e as alternativas de solução, temos no item *DIVISÃO DA BIBLIOTECA* (sub-iten *MISSÃO*) o seguinte:

*“Atender às necessidades de informação do seu público efetivo e em potencial, visando ao crescimento educacional, cultural e informacional, e colaborar para melhoria do nível de vida da população, tentando superar a defasagem cultural que separa a parcela leitora dos grupos menos favorecidos”.* (Idem)

O discurso da biblioteca, de quando em vez, é acometido dos arroubos da maioria dos políticos brasileiros. É como se a prática ideológica, com suas reflexões na maioria das vezes maniqueístas a que todos condenamos nas prática político-cultural, só se caracterizasse como tal dentro das nossas conveniências. Ora, não dá para dissociar discurso e prática quando as diferenças entre ambos denunciam tão alarmantes diferenças. Ademais, urge, antes de mais nada, que os discursos político-culturais revejam o conceito de cultura. Associar cultura única e exclusivamente à erudição retrata, por si só, o porquê da maioria das políticas culturais serem equivocadas, ao mesmo tempo em que reforça a classificação de cultura e não cultura.

Ao tentar “separar a defasagem cultural que separa a parcela leitora dos grupos menos favorecidos”, a biblioteca, não só está usando uma retórica, que na verdade tem a função de ordenar em pares e pelas diferenças os lados em oposição, usando um código, aquele que classifica e exclui, - ou seja, põe arbitrariamente em níveis diferentes, letrados e analfabetos - estabelecendo assim o título de “cultura” aos primeiros e de “não cultura” aos segundos, como também se arvora do direito de desfazer os “desníveis” culturais ou, como ela mesmo diz, as “defasagens culturais”. Ao pensar assim, a biblioteca não está fazendo outra coisa senão lançar mão dos seus instrumentos simbólicos e, como toda estrutura simbólica de poder, marcar, delimitar fronteiras, reificar a sua hierarquia, mantendo inalterados os princípios ordenadores a ela favoráveis. O que está implícito nesse discurso - e a cultura mostra isso claramente em toda a sua extensão - é a luta pela preservação da própria existência, no nosso caso, da biblioteca.

Podemos analisar essa preocupação da biblioteca em “diminuir” o fosso existente entre letrados (cultura - a própria biblioteca) e menos favorecidos (não cultura - a própria favela) de duas maneiras, ambas mediadas pela influência simbólica de que falamos há pouco.

Primeiro, no caso de considerarmos verdadeiro e absolutamente irrefutável tal desejo, a biblioteca estará, por um lado, querendo reforçar o seu lado com a iniciação

de membros do lado oposto. Por outro lado, estará querendo aculturar o outro lado, já que acredita ser o seu lado o detentor exclusivo de cultura. Portanto, estabelece como símbolos culturais algo como o saber, a erudição, a educação, a informação com fins escolares ou acadêmicos etc. Segundo, no caso de essa preocupação esconder verdades outras como as ideologias embutidas no discurso, a biblioteca estará reforçando as diferenças para preservação de suas fronteiras, dos seus instrumentos simbólicos de poder, além de tentar alijar por completo a participação das manifestações culturais tidas por ela como menores. Neste caso, estipula o que é ou não cultural, o que pode ou não participar do elenco de seus serviços e atividades, o que é ou não tarefa da biblioteca para não duplicar esforços, ou para, como nos dizeres da Diretora Marta Lopes, “deixar isso para os sociólogos, governadores ou senadores”.

## 16. Jogo Discursivo

**BH/UFC**

Achamos por demais relevante o detalhamento exaustivo das contradições detectadas nas relações discurso/prática da biblioteca, motivo pelo qual retomamos a observação dos perigos existentes quando desconsideramos as conotações dúbias constantes nos projetos que idealizamos e nas propostas e pensamentos que defendemos. As ambivalências do discurso oficial, do pensamento de sua Direção e de seu corpo funcional, bem como do que prescrevem seus projetos de extensão se repete inadvertidamente na BPGMP. Além dos problemas, que fatalmente ocorrerão, quando da implementação dos programas propostos, há que se ter bem claro os objetivos da instituição para não comprometer sua rubrica e identidade.

No ímpeto de buscar grandiloquência de discurso, esquece-se de delimitar os objetivos, tornando-os inviáveis e impraticáveis, mesmo dentro do recurso argumentativo. Ao prescrever que deseja “melhorar o nível de vida da população”, a biblioteca entra num terreno movediço. Enfeitiçada pela magia e charme lingüísticos, cai na subjetividade de suas pretensas responsabilidades com a mesma intensidade com que reforça as alocações demagógicas dos políticos de plantão. A necessidade do uso de frases de efeito reforça a tese de que as bibliotecas públicas vivem uma imensa crise de identidade, que elas não têm definido o seu objeto ou, ainda, que vivem à procura

de vieses que dissimulem sua inaptidão ante as expectativas das demandas emergentes. Por outro lado, revela o quão frágeis são suas funções primeiras, as que nasceram com ela e que ratificaram sua condição de instituição cultural por excelência. Uma fragilidade que é denunciada quando já não se sabe mais que verdadeiras funções devem receber sua rubrica.

Em relação à Biblioteca Pública e à perda de oportunidade em sedimentar sua identidade, Sperry diz: *"Para descobrir por que perderam terreno ou se teriam capacidade de recuperá-lo e ganhar novos espaços, e ainda se poderiam competir com os meios de comunicação de massa para minorar os seus efeitos e para liderar movimentos culturais no País, seria necessário dialogar com a população, o que não tem ocorrido."* (Sperry, 1993:169). Parece-nos, pois, que a perda de terreno se configura dentro das próprias orbes das bibliotecas públicas, principalmente se levarmos em conta as ambivalências até aqui discutidas no discurso-prática da BPGMP.

**BH/UFG**

No campo movediço dos arroubos lingüísticos, que ornamentam os discursos das bibliotecas, há, inclusive, tentativas de trilhas em outras paragens, como se verifica no objetivo acima proposto de zelar pelo "crescimento educacional" da população. O preceito se aplica perfeitamente a uma biblioteca escolar ou universitária, não muito numa biblioteca pública. Nesse ponto, concordam as bibliotecárias da BPGMP, aqui expressado no pensamento da bibliotecária Cláudia: *"Existem várias classificações de biblioteca, não existem? Então a biblioteca pública tá entrando num objetivo e num campo que não é o seu, porque existe a biblioteca escolar, a biblioteca de comunidades... é isso que eu acho que tá acontecendo."* (Cláudia Cavalcante, entrevista, 1994) Aliás, por remediar a falta de bibliotecas escolares é que as bibliotecas públicas brasileiras vêm fracassando nas suas verdadeiras funções. Ainda que o crescimento educacional extrapole as fronteiras das escolas e universidades e se dê numa conjuntura maior, nos termos em que é colocado no mencionado projeto, mostra claramente o empréstimo de jargões sem qualquer preocupação com uma adaptação, sempre necessária quando tratamos de coisas dúbias.

Prosseguindo a análise dos projetos, temos no item SEÇÃO INFANTO JUVENIL do documento *"Diagnóstico da Biblioteca para Implantação da Automação dos Serviços e Acervo."* (BPGMP, 1994:18) o seguinte:

*“MISSÃO: Catalizar a produção de livros da área, disseminá-la e implantar o hábito de leitura através da utilização de recursos lúdicos.”*. E indica como sugestão para o bom funcionamento da seção: *“Aquisição de equipamentos adequados para desenvolver o lado lúdico das crianças; Criação de um serviço de extensão para os bairros”*. (idem, :18)

O jogo de palavras definidor de metas e estratégias da BPGMP, de efeito quase catártico, tamanho o cuidado com seu efeito impactante, confunde-se com o próprio jogo lúdico usado para as <sup>8</sup> animações de leitura. Das metas esperadas pelo projeto em análise a mais contundente é, sem dúvidas, a “implantação” do <sup>9</sup> hábito de leitura. Não pelo caráter audacioso do desejo, mas pelo uso inadvertido do verbo “implantar”. Inadvertido, porque é semanticamente mau usado para as pretensões explícitas do projeto e denunciador das verdadeiras intenções, implícitas no discurso. Não se implanta um hábito. No mínimo cria-se, a partir de um processo lento e duradouro do qual a biblioteca deve participar conjuntamente com outros órgãos culturais. Ao querer “implantar o hábito da leitura” a biblioteca estará afirmando que este é um produto acabado e nunca um processo. Levando-se em consideração que a biblioteca queira participar e incentivar um hábito de leitura, precisa - antes de ter cuidado com as conotações dos termos - juntar-se à escola e à família, estabelecendo princípios norteadores para esse fim e adequando seu acervo e capacitando a parte do seu quadro funcional responsável por esse fim, sempre levando em consideração os objetivos previamente traçados e os interesses dos usuários.

Por outro lado, o termo implantar desnuda o ambiente psicológico em que estão metidos os bibliotecários e os demais produtores culturais. O termo “implantar” é antes de tudo um código. Significa determinar, delimitar, estabelecer fronteiras, impor regras que avivem a marca fronteira. (Im)plantar no outro a bandeira da cultura é determinar, pela exclusão, quem é a não-cultura. É neste ambiente de eterna delimitação de fronteiras que está assentada a prática das bibliotecas, sejam elas públicas ou não. Assim, ao propor metas que ela própria - na pessoa de sua Diretora -

<sup>8</sup> Prática comum em algumas bibliotecas públicas e escolares, consiste no estabelecimento de formas lúdicas de leitura, como por exemplo: dramatizações, jogos, pintura, colagem, quadrinhos, murais etc.

<sup>9</sup> 90% das bibliotecárias entrevistadas apontam o hábito da leitura como meta a ser atingida pela Biblioteca Pública junto às comunidades carentes. Ao serem inquiridas sobre o que a Biblioteca Pública poderia fazer na favela como prestação de serviços, ainda que outros serviços tenham sido mencionados, a prioridade das resposta apontou para o “incentivo à leitura”; “buscar o hábito da leitura”; entre outras variáveis do gênero.

condena e reprova, a biblioteca estará não só usando do jogo que propõe como recurso lúdico para se conseguir algo (no caso, o hábito de leitura), como dissemos há pouco, mas usando de um dos mais poderosos recursos da jogatina: o blefe.

Todos os discursos têm esse poder impactante e encantatório. Através deles, prende-se as atenções não exatamente para dizer o que os ouvintes gostariam de ouvir, mas para esconder o que os discursos na verdade dizem. Os discursos têm por objetivo encantar, na mais primitiva acepção da palavra. O sujeito "encantado" abstem-se da faculdade de ver a realidade e entrega-se à magia das palavras, favorecendo o anonimato das pretensões obscuras.

O cuidado com as propostas materializadas nos projetos em análise, por outro lado, mostra uma certa ruptura entre o pensamento da Direção da BPGMP e o pensamento de boa parte das bibliotecárias, notadamente das idealizadoras dos projetos em análise. Essa ruptura pode, dentro do eixo de análise deste trabalho, que é o estudo das assimetrias e o vislumbramento de soluções mediadoras, levar a BPGMP a um impasse na definição de sua política de atuação e é isto que estamos tentando demonstrar ao longo dessas reflexões.

### **17. Biblioteca Pública: Responsabilidade de todos?**

Em abril de 1990, a atual Direção da BPGMP, em parceria com as demais bibliotecárias, promoveu um Seminário no qual se deveria avaliar e rever o papel social da Biblioteca Pública. Do encontro participaram vários representantes dos segmentos populares, associações de bairros e de moradores de muitas comunidades carentes, como também alguns representantes de escolas públicas e particulares (estes em menor número.) O encontro - do qual participei na condição de mediador dos debates - mostrou muitas falhas no sistema de comunicação da BPGMP com seu público, sugeriu muitas alternativas para essa comunicação e resultou em alguns projetos de extensão não executados.

O Relatório desse encontro será aqui analisado para, à luz dos pressupostos teóricos que margeiam as reflexões até aqui feitas, diagnosticar os problemas comunicativos entre a biblioteca e a favela e entre aquela e seu corpo funcional.

Eis a síntese do *Relatório do Primeiro Seminário: Biblioteca Pública: responsabilidade de todos*. (abril de 1990).

Dos convidados: *"Foram enviados 400 convites para escolas públicas e particulares, Associações de Bairros e bibliotecários, com frequência de 20%"*

*"O Seminário teve como objetivo conhecer as expectativas e necessidades da comunidade cearense, de forma a definir os serviços prestados pela Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel."*

Das propostas recebidas dos participantes:

*"Criação de bibliotecas nos bairros, de serviços de extensão, carro biblioteca; palestras para a comunidade; show, lançamento de livros e cursos;*

*Visitas das bibliotecárias para orientação nos serviços das bibliotecas da comunidade,*

*Treinamento de pessoas da comunidade de bairros para trabalhar com livros"*

Uma primeira observação desse trecho do relatório já seria suficiente para ver a preocupação da BPGMP em busca de sua identidade. Vê-se claramente - não obstante o relatório ser por demais omissivo no pouco detalhamento das discussões e propostas na ocasião levantadas - a tentativa de comunicação entre a biblioteca e seu público potencial. É bom que se diga que as propostas de sugestões dadas pelos participantes das comunidades ali representadas foram frutos das discussões entre estes e os bibliotecários. A maioria dos segmentos populares desconhecia o verdadeiro papel da Biblioteca Pública quando do início das discussões. Assim, os elementos definidores da política das bibliotecas e que redundaram nas propostas ao final do seminário, foram dadas pelas bibliotecárias da BPGMP e os demais colegas ali presentes. Isto posto, tem-se a ratificação do interesse da Biblioteca em atingir a comunidade excluída de seus serviços.

Enquanto as bibliotecárias, em suas intervenções, primavam pela clareza das suas exposições, explicando didaticamente o fazer bibliotecário para o bom entendimento da platéia e a conseqüente resposta sugestiva da mesma, a parcela das representações populares agia intuitivamente na sugestão de serviços. Treinadas politicamente para as reivindicações, não demorou para que apresentassem pedidos de bibliotecas setoriais nos bairros periféricos ou a extensão dos serviços em carro-biblioteca; a oferta de cursos, palestras, e eventos culturais para suas comunidades.

Os resultados até então encontrados mostravam, por um lado, a resposta positiva dos segmentos populares ao chamamento da Biblioteca e por outro, deixavam à mostra ruídos na comunicação interna da BPGMP. De lá para cá - conforme mostram os projetos e os depoimentos da Diretora e as entrevistas das bibliotecárias - pouca coisa mudou, a não ser a determinação de toda a Biblioteca em aproveitar as benesses do Poder Executivo Estadual em munir a BPGMP dos serviços automatizados. Internamente continuam as ambivalências de discurso e postura política.

A cultura nos mostra que não existem problemas sem solução, que os mesmos podem ser solucionados simbolicamente através dos recursos criativo-imaginativos que a própria cultura nos oferece. Assim, no nosso caso, não se trata de eliminar por completo os entraves provocados pelas polaridades e assimetrias no plano comunicacional, tanto interno como externo, sem os quais muitos dos problemas seriam até maiores. Trata-se de saber conviver com essas adversidades e quando isso não for de todo possível, escolhermos as alternativas simbólicas para trilharmos por outros caminhos.

A opção da biblioteca pelos segmentos populares da população ou a continuação de seu banimento dos serviços por ela prestados mostra a já mencionada ruptura entre os sistemas simbólicos ao separarem cultura e não-cultura. Seria ingênuo supor que decidir-se por um meio de atuação entre os dois que se apresentam fosse tarefa fácil. Essa herança cultural que define a Biblioteca Pública de hoje remonta à sua criação e parece ser isso em que se segura a Direção da BPGMP.

Dessa forma, respaldada pela herança cultural erudita, cujo acervo e serviços sempre funcionaram como marcas delimitadoras do território da "alta cultura", a biblioteca praticamente fechou-se num universo que, não fosse as enormes transformações por que passa o chamado mundo da informação, inviabilizaria de uma vez por todas a ampliação de seu raio de atuação. Não que essa pretensa ampliação viesse torná-la uma instituição sem fronteiras, pois sabemos que para a própria sobrevivência e proteção as delimitações fazem-se necessária. É esse o princípio cultural mais arcaico e nem de longe é exclusividade dos homens.

Essa pretensa abertura ou ampliação de suas fronteiras é, sob o nosso ponto de vista, a readaptação a novas regras que a própria vida social vem impondo e não uma

iniciativa desinteressada. É oportuno que se diga ainda que, quando a biblioteca, através dos seus projetos ditos populares, se interessa pelas classes mais desassistidas pelos meios de produção culturais está, na verdade, querendo aculturá-las, trazê-las para seu território e enfraquecer o espaço que lhe é externo. O que ela quer é aculturar essas comunidades, negando seus traços culturais e reforçando as diferenças que as tornarão sempre hegemônicas. Portanto, a ampliação do raio de atuação da biblioteca é também a ampliação do seu domínio, da sua força e nunca uma divisão desta.

No caminho que separa a BPGMP e a Favela Poço da Draga há uma infinidade de trilhas com suas implicações culturais e suas muitas armadilhas. Nesse caminho, há as armadilhas do discurso que, na verdade, usa duas falas, uma para ser usada em público e enganar melhor, sem os aborrecimentos que os destemperos lingüísticos provocam, guardando outras falas, as verdadeiras, que o discurso esconde, para o momento de defender ardorosamente o seu território.

Os projetos - necessidade básica para uma instituição que lida com um universo de usuários reais e em potencial em constantes transformações, cujas necessidades informacionais aumentam tão rápidas quanto à produção de informações - funcionam na BPGMP como um recurso simbólico anestesiador das tensões internas provocadas pelos pensamentos antagônicos entre Direção e corpo funcional e entre a Biblioteca em si e as pressões externas que possam aparecer. Através deles, a biblioteca se livra das cobranças inevitáveis e ritualizadas da Secretaria de Cultura, ao mesmo tempo em que mantém calados os eternos "defensores" das classes menos favorecidas.

Pross nos diz que *"o discurso assume, na repetição de frases já fixadas, um caráter alegórico. A discussão se converte num reiterado recurso às instâncias decisórias, as quais, na qualidade de representação integradora, estão à frente do discurso.* (Pros, 1980:85)

Assim, a análise dos projetos e a confrontação com o depoimento da Diretora da BPGMP mostra claramente que os entraves na comunicação entre biblioteca e favela não são nada menores que os existentes entre biblioteca e biblioteca. O discurso oficial da biblioteca entra em choque tanto com a sua postura política como com as demais bibliotecárias, que em sua grande maioria gostariam de ver a biblioteca com

<sup>10</sup> serviços mais abrangentes. A rigor, os projetos por elas escritos são os mais perfeitos testemunhos disso.

*PROJETO PARA IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE LEITURA COMUNITÁRIA (1990)*

*APRESENTAÇÃO*

*“A Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel tem como um dos objetivos fornecer informação e lazer à comunidade fortalezense como um todo. Abrir espaço para as camadas marginalizadas deve ser uma das suas metas prioritárias”*

*“Como uma instituição social e democrática, a biblioteca deve atender e procurar conquistar novos usuários.”*

*“Baseados em sugestões e solicitações da própria comunidade, nos propomos a partir para uma política de descentralização, destinando parte de seu acervo para compor núcleos nos bairros distantes.”*

*JUSTIFICATIVA*

*A Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel deseja “ampliar o seu raio de ação, estendendo seus serviços aos bairros para atingir os leitores potenciais”.*

*OBJETIVOS*

*Descentralizar a Biblioteca Pública através da implantação de núcleos de leitura comunitária nos bairros*

*PROJETO CONVIVER (1990)*

---

<sup>10</sup> Ao definir seu público real - para 90% das bibliotecárias entrevistadas, os estudantes de primeiro e segundo grau e para 10% a classe média baixa - e levando-se em consideração sua proposta de ampliação, as bibliotecárias apontam como público potencial, o seguinte: para 70% das entrevistas apontam a comunidade em geral, dividida em carentes (20%) e todos (50%). Para 20% o público potencial são os pesquisadores das universidades e para 10% são os moradores mais próximos da biblioteca. Entre os serviços idealizados pelas bibliotecárias para esta demanda potencial figuram, em sequência das mais mencionadas, informações utilitárias para o dia-a-dia das pessoas (90%); informações sobre serviços de saúde (40%), empregos e cursos (40%) e muitos outros serviços como cursos profissionalizantes, palestras e atividades lúdico-artísticas (30%).

*TRECHOS: "Modernamente, entendemos biblioteca não como 'coleção de livros', mas como um lugar em que a comunidade possa usá-lo em diversas atividades, como palestras, exposições, lançamentos de livros, debates ou mesmo um simples bate-papo, leitura de jornal e acesso a um filme ou televisão.*

*A sala de convivência tem como objetivo ampliar os serviços, atraindo novos usuários que terão este espaço destinado ao seu lazer". (Apresentação)*

#### *JUSTIFICATIVA*

**BH/UFC**

*"A transformação da Biblioteca em centro de informação abre espaço para uma nova função: a convivência.*

*Considerando experiências de centros mais desenvolvidos, criamos na BPGMP um espaço apropriado para 'convivência'.*

*Através de observações e pesquisas, verificamos que diversas pessoas vêm à biblioteca como acompanhantes de leitores e não dispõem de local para uma leitura informal ou mesmo uma conversa.*

*A sala de convivência tem, ainda, como objetivo, atrair pessoas analfabetas, indivíduos carentes que encontrariam um recanto onde as informações estariam disponíveis através de mecanismos audio-visuais.*

*Informar, nas proximidades do século XXI, exige uma ação de muitas faces, assistir a um programa de televisão ou a um vídeo, ouvir o rádio ou uma palestra, até a simples informação oral.*

*Tendo em vista essa lacuna, criamos, no novo organograma, o serviço da sala de convivência para esses usuários em potencial.*

*Através do Projeto Conviver pretende-se equipar e dinamizar a sala de convivência da BPGMP, para viabilizar a execução de mais um serviço destinado à comunidade cearense."*

#### *PROJETO REATIVAÇÃO DO CARRO BIBLIOTECA (1989)*

*Este projeto objetiva reativar o carro-biblioteca a fim de atender aos bairros distantes com obras de referência, literatura, etc.*

Como se pode observar, todos esses projetos refletem uma tendência fortíssima da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel em ampliar seu raio de atuação. Vemos nessa complicada relação diretora/bibliotecárias a presença de dois dos mais antigos mecanismos sociais: o conservadorismo e o progressismo.

## 18. Içamento e Queda de símbolos

Partindo da análise feita por Pross (1980) em sua *Estructura simbólica del poder*, segundo a qual os símbolos emergem e somem dentro de uma relativa proporção, sempre impulsionados pelos valores vigentes, vamos analisar as correntes dentro da BPGMP a partir dessa perspectiva, sempre observando os fatos como relações sógnicas.

Analisando os projetos da BPGMP e confrontando com o depoimento de suas bibliotecárias e de sua direção notamos duas correntes: uma, abertamente conservadora, defendida categoricamente pela sua Diretora, e outra mais progressista, defendida pela maioria das bibliotecárias. Ambas, no entanto, ficam respaldadas apenas pelos respectivos pontos de vista, uma vez que teoria e prática quase sempre andam dissociadas e pela condição de letargia em que se encontram os poucos projetos que poderiam justificar os pontos de vista em oposição. Tanto a corrente conservadora como a progressista convivem simultaneamente com a negação do que pensam. A primeira assina projetos em cujo conteúdo está a sua rejeição maior, qual seja, a desvirtuação do que seja biblioteca, para ela preservação e organização de acervo. A segunda, assiste passivamente à não execução dos seus projetos, como que os mesmos obtivessem eficácia apenas pela sua criação.

**BH/UFC**

No conservadorismo e no progressismo defendidos há o incômodo da instabilidade sógnica. Entre eles há a insegurança das trocas que de uma hora para outra terão de ocorrer. Este o motivo pelo qual ambos se armam com artifícios e lançam mão dos subterfúgios quando se sentem ameaçados pelos seus oponentes. Assim sendo, o lado conservador da biblioteca tenta absolutizar seus signos a fim de protegê-los do desgaste das trocas que, sob sua ótica, são nocivos aos signos que ali existem e de cujo conhecimento se dá a segurança que os mantêm tranquilos. Toda e qualquer forma diferente da milenarmente conhecida é tida como menor, inadequada, fora dos padrões de segurança que se exige dos signos. A arma do conservadorismo é a denúncia dos signos emergentes. O conservadorismo se segura na predeterminação natural do homem em só sentir-se seguro ante o que lhe é familiar, rejeitando, quase sempre, a busca do novo que lhe é desconhecido e, portanto, inseguro.

Gates (1995:18), ao analisar a emergência das novas tecnologias a serviço da informação e da insegurança que isso causa nas pessoas, diz o seguinte:

*"Você não tem certeza se acredita nisso? Ou se quer acreditar? Talvez se recuse a participar. É comum as pessoas fazerem esse tipo de declaração quando alguma nova tecnologia ameaça as coisas com as quais estão familiarizadas e adaptadas."* (Gates, 1995:18)

Sobre o conservadorismo e o progressismo, Pross nos diz que *"uma maneira de privar o símbolo do desgaste é dotar de novos signos o sistema de coordenadas cognoscitivas, arriando os velhos e içando outros (Progressismo). O método contrário a este é absolutizar o material que resulta familiar, mantendo alto os velhos signos e denunciando aos novos como obscuros, alheios e perecidos (Conservadorismo). Essas duas formas de proceder não podem eliminar a insegurança que envolve a troca das coisas e do pensamento.* (Pross,1980:82)

O progressismo, por sua vez, tenta preservar os signos existentes, dando-lhes novas roupagens, novas significações, propiciando a que seu sistema receba novos signos, incorporando-os ao sistema à medida em que descartam os <sup>11</sup>signos falidos. Este procedimento, no entanto, assim como acontece com o conservadorismo, sofre, também, as cargas das resistências que encontrará, tanto internamente como externamente pela pressão do lado em oposição. Esse o motivo pelo qual a parte progressista da biblioteca tenta elevar novos signos, ainda que unicamente pelo recurso lingüístico (projetos), e sente dificuldades em içá-los na prática, por motivos que, segundo todos os depoimentos, vão desde à própria indefinição política da Biblioteca, até as dificuldades provocadas pelo descaso das autoridades políticas. Ambos os lados - conservador e progressista - necessitam de destacar as inferioridades de seus oponentes, a fim de que sejam enaltecidas suas qualidades.

O certo nessa relação do conservadorismo e progressismo na biblioteca é que ela passa por uma violenta crise de identidade, o que não é outra coisa senão a "crise de confiança". *"A subjetiva crise de confiança pela qual passa o portador pessoal de símbolos que não é reconhecido como tal reflete uma relação social que não concerne unicamente aos dois sujeitos vinculados à equivocação. O traje do almirante é símbolo ao não ser somente a indumentária de seu portador, mas algo*

---

<sup>11</sup> Sobre signos falidos ver nota 3.

*fora dele... sua faculdade designadora se ampara, com o uniforme, na seguridade de que há algo que é reconhecido.*" (Pross, 1980:38)

A crise de confiança porque passa a biblioteca advém do fato de ela não ter acompanhado a evolução do processo de informação mundial. Sua confiança - aquela "confiança originária" de que fala Pross ao citar a apreensão do "mundo circundante" pela criança - sempre esteve respaldada pela simbologia do livro. Este seria, portanto, sua confiança primordial, em torno da qual era possível codificar sem os medos decorrentes dos signos novos, quase sempre inconsistentes. Assim, o livro, pela idade milenar, tornou-se o substrato da potencialidade simbólica absoluta.

Com a pressão provocada pelos contemporâneos meios de disseminação de informações, do seu caráter imprescindível no mundo pós-moderno e da concorrência de outras instituições informacionais emergentes, principalmente o *boom* informacional via Internet e outros <sup>12</sup> prognósticos futuristas, as bibliotecas, notadamente as bibliotecas públicas, entraram no marasmo em que se encontram hoje. Por um lado, deixou de ampliar seu raio de atuação, por outro, reduziu sua força na tarefa milenar de receptáculo da memória universal. Tudo isso faz dela hoje - não obstante o seu inestimável valor para a sociedade - um espaço pouco atraente e sem função definida.

## 19. Das Mediações

BH/UFC

A mediação simbólica como pressuposto para a minimização de tamanhas polaridades tem que passar pelo diálogo entre biblioteca e bibliotecários e entre estes e a comunidade com a qual irá trabalhar. A mediação pressupõe o conhecimento dos signos em oposição, para se poder estabelecer os signos comuns aos dois lados; aqueles propiciadores de uma comunicação perfeita e os que, ao contrário destes, dificultam-na. Há que se estabelecer uma nova ordem, um novo texto codificador que receba a força de ambos os pólos e crie um diálogo comum às partes. Tal mediação pode ter a forma de "lei", de preceitos reordenadores, de um contrato social, de um estatuto etc. Pode ainda ser uma pessoa a quem ambos os lados confiem a tarefa de definir a nova ordem a vigorar. Portanto, pode receber a forma simbólica discursiva,

<sup>12</sup> Sobre isso veja-se o livro de Gates, Bill. *Estrada para o Futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

como as instituídas nos antigos códices, ou ser um bibliotecário ou um grupo deles; pode ainda ser um *pool* de organismos e organizações ligadas a instituições culturais. O certo é que, venha de onde vier, parta de onde partir, a iniciativa envolva o grau máximo de desprendimento e de aceitação de ambos os pólos. Ambos precisam abdicar dos princípios culturais impossibilitadores do diálogo - respeitando sua integridade cultural - e aquiescer frente aos novos códigos apresentados pela mediação. É uma nova relação, no caso, de troca, onde a proporção de perda deve ser diretamente proporcional aos ganhos.

A nova ordenação das Bibliotecas Públicas seria a revisão completa dos seus símbolos, do seu acervo, da sua forma de atuação, da sua política de seleção de material, da sua estratégia de estudo de usuário, da sua política de *marketing*, da renovação de seus serviços, da escolha de seu público e do prévio conhecimento deste, da necessidade de uma plena atuação revisora do seu universo cultural; de uma atualização maior frente às mudanças no universo informacional e; sobretudo, de um trabalho em conjunto com outras instituições.

É claro que uma nova ordenação não escaparia das arbitrariedades com as quais elas são feitas. A mediação é um processo e não um resultado. Por isso, mais do que estabelecer a mediação, é preciso que ela atue ininterruptamente revendo, reciclando, atualizando, inovando, trocando os elementos que causem mal estar no diálogo entre as partes.

A mediação implica ruptura com uma série de códigos vigentes e na emergência de códigos ascendentes. Esse vaivém signico deve funcionar dentro do mecanismo de soluções para as adversidades como um termômetro, onde ao menor sinal de entraves simbólicos, comunicações ruidosas, ele deve chamar as partes e prover a comunicação de novas roupagens. Essas semioses - uma constante nas relações sócio-culturais - funcionam como uma fábrica de significação, como produção de significados que, ao início de suas intervenções no meio sócio-cultural, passam a fortalecer um dos lados em detrimento do outro, gerando novas assimetrias. Esse processo de significação - semiose - se dá pela atuação do signo e este, ao gerar sentidos, gera também significados conflitantes aos lados. Daí se dizer que a mediação não deve aparecer para solucionar, pois na verdade ela é parte desse processo

semiótico. O que aparece separado didaticamente, na verdade, faz parte de um todo homogêneo.

Assim, mediação não é outra coisa senão artifício simbólico que resolve, ao mesmo tempo em que pode complicar, visto trabalhar com as mesmas codificações que geraram as assimetrias as quais lhe cabem mediar. Pode ter a forma de lei ou a forma humana, que também é lei. Optar por esse recurso, escolher esse caminho é estar a postos para revê-lo *ad infinitum*.

A relação biblioteca/favela dentro desse contexto é uma relação na qual devem estar várias formas mediáticas. O entendimento dos signos da favela é um, a compreensão do seu universo cultural é outro. Outra alternativa de mediação seria uma adequação de linguagens, onde ambos os lados traduzissem seus universos simbólicos para o outro. O estudo do seu dia-a-dia para a tomada de decisões acerca das necessidades prementes de informações e da certeza de que a Biblioteca Pública lhe poderia suprir, seria um outro tipo de mediação. A participação da favela na definição do acervo que representasse suas pretensões informacionais, cujo conteúdo mostrasse a história da favela e de seus moradores mais antigos, seu imaginário, seus mitos, suas crenças, seu mundo simbólico e suas formas representativas, poderia servir de antídoto simbólico às exclusões a que a favela está exposta. Não se trata, obviamente, de mascarar formas de dominação, mas de dar início a um processo cultural contra-hegemônico onde, no lugar das assimetrias, surja o diálogo e a plena comunicação.

As alternativas de ressignificação da Biblioteca Pública devem cuidar para que as formas empregadas nesse jogo signico não sejam, na verdade, jogo cênico. Ou seja, que elas não escondam outras formas de fortalecimento de um dos pólos. Que se crie um ambiente propício ao diálogo e que o mesmo se dê numa linguagem entendível por todos, num ambiente aconchegante às partes.

Sobre isso, o item seguinte tratará. Veremos a importância dos lugares meio-termo, das zonas de transição, dos ritos de passagem, dos mecanismos de mediação simbólica e dos perigos que eles encerram.

## 20. <sup>13</sup> O Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura

BH/UFC

---

<sup>13</sup> "O Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura será um complexo de edificações independentes, que abrigarão atividades culturais específicas, implantadas e interligadas linearmente por elementos arquitetônicos que convidem à descoberta de espaços, abertos e fechados, com terraços, oitões,

Analisaremos aqui o mais novo e audacioso projeto da Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, sob cujo alvo está a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Trata-se de um "Pólo Cultural" formado por um complexo cultural, que envolve a Biblioteca Pública já existente e contará ainda com cinemas, teatro, museu, galeria de arte, planetário etc. O chamado "corredor cultural" ligará a Biblioteca Pública à Praia de Iracema, paradoxalmente, o início da favela Poço da Draga.

O Pólo Cultural da Praia de Iracema é, de certo modo, o santuário das pretensões da chamada alta cultura, pois além de ostentar seus simbolismos cria a zona anestesiadora dos conflitos polares. A certeza da segurança dos símbolos hegemônicos está na garantia de uma relação pacífica com o que lhe é externo, este o motivo de existirem lugares meio-termo, as zonas de conforto para ambos os lados em oposição, onde ambos livram-se, temporariamente, das amarras do símbolo e onde - pelo próprio caráter das delimitações espaciais - assegura-se a diferenciação para manter o *status quo*. É o que Pross (1980) chama de "*lugares de encontro*" e Van Genepp, citado por ele, chama de "*ritos de passagem*". Aqueles em cujos espaço e tempo se dão os intercâmbios, nos quais celebra-se uma igualdade tão harmoniosa quanto aparente, sendo, no entanto, altamente necessária. É essa estratégia simbólica que, de certo modo, protege a "cultura" das iras que poderiam advir dos lados excluídos, a "não-cultura".

Também as políticas culturais estão envoltas no princípio arcaico da hierarquia cultural e na experiência primária do homem de marcar o seu território. Da primeira, herdou-se o fato de pôr em escalas verticais as classes e segmentos sociais, estabelecendo diferenças tanto para cima - por nós aqui chamados de cultura - como para baixo, "não-cultura". Da segunda, a herança da delimitação mediante a ostentação

---

*praças e pátios, em meio as quais surgem as edificações principais. Teatros, cinemas, salões de exposição, casas de marchands, videotecas, museus, livrarias e bibliotecas, juntos definirão o espírito de um espaço de cultura.*" Do Centro farão parte a BPGMP, a Ponte Metálica, com quatro quiosques "*para atividades diversas de animação*"; museu antropológico que "*documentarão QUADROS da vida e da cultura do povo do Ceará*"; Galeria de Arte Raimundo Cela; Museu da Imagem e do Som; "*Edificação elevada, tipo mirante, para abrigar um café-terraço e mais: 1 cine-teatro composto de 240 lugares; 1 cinema com 120 lugares; 1 cinema com 90 lugares; 1 Planetário e 1 Anfiteatro para shows ao ar livre.*" (CEARÁ, Governo do Estado do. *Plano de desenvolvimento Cultural*. Fortaleza, Secretaria da Cultura e Desporto - SECULT : 1995/1996. (Série Leitura da Cultura, 1)

de símbolos. Portanto, da mesma maneira que a própria cultura em toda a sua história usou dos recursos criativo-imaginativos para se preservar, as chamadas políticas culturais lançam mão dos mesmos artificios. Elas são, na verdade, a patenteação da sua existência. Sob elas está a luta pela manutenção do seu *status* e do seu princípio codificador. As políticas culturais reforçam suas marcas e campos para assegurar sua legitimidade enquanto pólo regulador e ordenador. Daí seus modismos políticos, estampados desde os discursos oficiais que apresentam as ordens classificadoras, até suas marcas distintivas, como os marcos, os obeliscos, as bandeiras e distintivos nacionais e demais materiais que emprestam à consciência interpretante a designação que querem ver reconhecidas.

A leitura que fazemos do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura em sua relação com a BPGMP é a de um lugar que guarda algumas ambivalências, pois tanto será o espaço de ruptura com os códigos que mantém separados a alta cultura e as camadas populares, como - pelos símbolos que ostentam - acabará reificando aqueles códigos. Por outro lado, o discurso justificador do Centro, segundo o qual "*a proposta do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura representa a idéia de fundar 'um agir comunicacional' sob a pedra angular do fenômeno artístico no espaço público*" (CEARÁ, 1995/6:71), é um discurso marcado pela retórica. Sabe-se que entre as expectativas populares e sua noção de cultura na relação direta com o que o Centro irá oferecer, há um distanciamento considerável. A própria estrutura física do Centro inibe "um agir comunicacional" pleno, na medida em que os produtos do cinema, do teatro, da galeria de arte, do museu e do planetário - a menos que se abra espaço para uma programação conjunta com os segmentos populares, notadamente com a Favela Poço da Draga, que divide com o Centro o mesmo espaço - pela experiência que se tem das programações desses espaços, não contemplam as demandas populares.

Portanto, antes de se deixar levar pelos discursos encantatórios, convém observá-los como um princípio natural de proteção aos sistemas simbólicos. Assim, no intuito de assegurar o condicionamento das classes internas (cultura) à sua codificação e de manter <sup>14</sup>"afastadas" as classes externas (não-cultura), mantendo inalterados os

---

<sup>14</sup> Ainda que possa parecer paradoxal, a existência dessas zonas intermediárias, oferecidas pela cultura e aceita pelos organismos detentores de símbolos, funciona como um anestésico das tensões,

sistemas simbólicos culturais, os detentores simbólicos das políticas culturais criam seus “textos sagrados”. Mecanismo protetor, ditos textos (como as Constituições Nacionais e no nosso caso, o Plano Bianual da Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará - SECULT, apresentado neste tópico) apresentam, ao mesmo tempo, liberdade e prisão. Tais textos são a confiança de sua preservação, pois legislam com o intuito de preservar-se, ditam as leis que irão defender seu território, ao mesmo tempo em que constroem as zonas intermediárias em cuja área se dará o convívio harmonioso das classes em oposição. Harmonia essa que se apresenta de modo “democrático”.

O campo delimitado pela cultura - aqui representado pelas políticas culturais - delimita seu raio de atuação tão somente para delimitar as manifestações que lhe são externas. Ocorre que esse estabelecimento de fronteiras não acontece sem o confronto com os segmentos subtraídos. Daí a criação das zonas intermediárias, como, por exemplo, as praças e jardins, as ruas e avenidas, as passarelas e os corredores culturais, como o representado pela passarela no conjunto arquitetônico projetado para o Pólo Cultural da Praia de Iracema. Sob esse aspecto, o Pólo designa a diferenciação, estabelece distância e ordens. Ao ingressar nessas zonas, as partes excluídas sofrem o peso das ordenações, reforçando a tese de que estão fora de seu âmbito cultural, mantendo inalterados os sistemas representativos - ainda que as zonas de transição signifiquem a ausência temporária do signo. Assim, a delimitação estabelece, com a ajuda dessas zonas, a apreensão de signos que são acessíveis a uns e a outros não, como a biblioteca, circundada pelo Pólo.

Por outro lado - retomando o princípio segundo o qual a cultura se protege ao soerguer seus marcos, a grafar suas marcas, a fincar no chão as bandeiras que sinalizarão sua presença naquele espaço - o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, situado na Praia de Iracema, não apenas pelo seu valor simbólico, mas, principalmente, pelo estilo arquitetônico, não é mais do que o signo cuja representação lembra os espaços sagrados. Dessa comunicação simbólica, temos então o símbolo material (arquitetura) que os “textos sagrados” relatam. Estas duas formas lingüísticas (arquitetura-espaço e projetos culturais) somadas instauram a proteção máxima da qual

os símbolos dependem. Assim, permanecem os tabus e a existência dos lugares acessíveis e dos lugares inacessíveis.

Analisados sob esse aspecto, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura da Praia de Iracema, do qual fará parte a BPGMP, não é outra coisa senão a delimitação simbólica da própria biblioteca e, por extensão, da própria cultura que ela representa. É a delimitação do “mundo cultural” em oposição ao que lhe é externo, o “mundo não-cultural”. Assim, o que se chamará resgate da “memória cultural da Praia de Iracema”- nos dizeres do discurso oficial - é tão somente o mapeamento signico da cultura hegemônica.

O mapa simbólico do Centro Cultural que levará à memória cultural da Praia de Iracema é, nos próprios dizeres do discurso oficial, uma “intervenção cultural”. *“A intervenção cultural pode, então, ser considerada como atividade metafórica: ela transporta as imagens, símbolos, valores e signos.”* (Idem, ibidem). Portanto, o mapa levará, não exatamente aonde se deseja ir, mas aonde querem nos fazer ir.

Com o Pólo Cultural, a Praia de Iracema estará coberta de seus signos, ainda que sobre eles durmam signos outros, tão representantes de sua verdadeira memória cultural quanto pensam os governantes serem os por eles escolhidos e ostentados sobre a “pedra fundamental”. Esse espaço ordenador destaca as diferenças e delimita as fronteiras. A proposta do Pólo Cultural aponta para uma comunicação plena entre elite (cultura) e povo (não cultura). Acredita, ainda, num convívio harmonioso dos signos em oposição. Assim é que o discurso da SECULT se diz preocupado com a comunicação entre produtores culturais e seus consumidores.

Ao assegurar que *“a problemática da comunicação orienta nosso ponto de vista”* e que *“ela nos conduz a examinar a circulação e a troca dos imaginários entre os produtores artísticos e coletividade”*, o discurso aponta para uma despolarização, para a plena comunicação entre a elite e o povo, estabelece a zona de transição ou zona intermediária.

O estabelecimento de uma zona neutra é, dentro do universo da cultura, a saída para as tensões provocadas pelas desigualdades polares. Impregnadas por esse sentido arcaico (no sentido primevo do termo), as políticas culturais usam em demasia dos discursos que apregoam essa suposta derrocada dos desníveis sociais. O “corredor cultural” da Praia de Iracema, que ligará a BPGMP aos demais espaços irá funcionar

como anestesiador das tensões provocadas pela ausência da favela de seu raio de atuação, ainda que essa tensão seja mais sentida internamente na Biblioteca Pública. Dito corredor funcionará, ainda, como um canal de comunicação entre os que ali passam e podem adentrar ao espaço sagrado da biblioteca e os meros transeuntes que fromarão a maioria dos que por ali passarão.

A Secretaria de Cultura do Estado do Ceará no pleno exercício de promover e “assegurar a relação entre o mundo das idéias e o mundo terrestre”, fazendo do Centro uma prática de “ação cultural”, sai do incômodo provocado pela ausência de projetos contundentes das políticas passadas, para entrar numa nova fase, onde cultura e não-cultura comungarão de um mesmo espaço, de uma linguagem única e da utopia das igualdades. Sobre o Centro como um espaço democrático, diz o documento: “A idéia é que ele seja um ‘locus’ com quatro características básicas: caráter de libertação, caráter gratuito, caráter hedonístico e caráter de socialidade.”

A utopia da libertação se aproxima da socialidade apregoada pelo trecho acima nas mesmas proporções com que discurso e prática têm se distanciado na área das políticas culturais. Mais convergentes não poderiam deixar de ser a alegria (hedonismo) e a gratuidade anunciada pelo projeto em foco, principalmente numa sociedade como a brasileira e mais particularmente a assistida pelo <sup>15</sup> Centro. No entanto, a possibilidade dessas propostas se tornarem concretas dependerá de um empenho em aproximar teoria da prática.

Em outro momento da divulgação do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura se mencionou o caráter disseminador da memória da Praia de Iracema. Num vídeo exibido pela SECULT, o idealizador do projeto, o então governador Ciro Gomes diz textualmente que o “*Pólo Cultural da Praia de Iracema será um espaço democrático de convivência (...) onde se resgatará a memória da Praia de Iracema*”(SECULT, vídeo 1995). Trazendo esse discurso para o âmbito de nossa análise, diríamos que o Centro estará recuperando não só indícios de uma memória que está também pulverizada nas lembranças de seus moradores preteridos, mas recuperando via liturgia a apropriação do mundo circundante pela criança ao jogar em sua volta os objetos (signos) que delimitarão seu raio de atuação. Dessa apropriação simbólica resultará,

---

<sup>15</sup> O referido Centro começa na BPGMP e termina no início da Favela do Poço da Draga, motivo pelo qual, segundo as autoridades que darão curso ao prolongamento do Projeto, ela terá que ser transferida do local para a periferia da cidade.

sempre, uma nova simbologia cujo objetivo principal será a manutenção das inextricáveis redes simbólicas do poder. O espaço não apenas transmitirá simbolismos como ele próprio torna-se-á símbolo.

Voltando à análise acerca do espaço delimitado pelo dentro e pelo fora da biblioteca, as chamadas zonas cinzentas, vislumbramos as duas ordens distintas, em torno das quais giram necessidades de uma auto-simbolização. Ou seja, de um lado estão os portadores de símbolos (a biblioteca e seus usuários reais), que lutam pela sua condição privilegiada de íntima amizade com os signos da biblioteca, com a condição de pertencer à cultura. Portanto, lutam para continuarem “dentro” da simbologia da biblioteca. Do outro, os excluídos, aqui representados pelos moradores da favela que, incomodados, desejam estar “dentro” da biblioteca, partilhando do conforto que os símbolos propiciam.

Os recursos simbólicos provenientes das políticas culturais, o processo de criação dessas semioses geram o que se poderia chamar de novas zonas de tensões. E estas necessitarão sempre de releituras que não serão mais do que um processo no qual se estabelecem as comunicações políticas, os processos que “regulam acessibilidades” e criam regulamentações, todas elas de caráter simbólico, resposta à predisposição humana para a dependência dos signos. Ao perceber essa predisposição, o poder político lança mão dos artificios simbólicos para compor seu universo, estabelecendo o que é ou não permitido, os limites de acesso, suas zonas fechadas e de transição, etc, tudo com um só intuito: evitar crises políticas, crises de ordem, crises sociais, enfim, crise dos sistemas de signos e de seus portadores para, com isso, preservar seus símbolos políticos.

Concluindo este capítulo, demonstramos, ante o exposto, que as relações da biblioteca pública consigo mesmo, com sua rede de símbolos, com o poder que a mantém e com o universo cultural das comunidades carentes excluídas de seu raio de atuação, carecem de uma análise dos processos semióticos embutidos em todas as relações sociais. É, portanto, necessário entender essas relações na comunicação bilateral entre biblioteca e favela, é entender essa passagem, esse processo, esse caminhar sógnico, para evitar brigas maiores dos pólos em oposição.

Entre biblioteca e favela há um processo de comunicação que, pelo caráter de troca e pelas mensagens em trânsito demonstram claramente a dependência em alto

grau dos recursos artificiais, propiciados pela realidade simbólica. Vimos assim a incalculável importância do símbolo para a sociedade. Falamos ao longo deste capítulo dos recursos simbólicos usados pela e para a representação da biblioteca, garantindo sua presença mesmo onde não está e da conseqüente preservação do seu território. A relação do símbolo com o sujeito favorece a vida. Assim, onde não se puder intervir realmente, se intervém simbolicamente. Isso faz com que não façamos outra coisa senão estar inteiramente entregues à fundação e manutenção de símbolos. Mas, como vimos, esse recurso tem também suas implicações. Ditas implicações continuaremos a mostrar, daqui em diante, sob o prisma das comunidades carentes.

## A FAVELA

Ao longo deste capítulo serão descritas as principais características das favelas, desde o seu surgimento no contexto urbano brasileiro, até a classificação de sua tessitura sócio-cultural. Mostra-se a favela como resultado das políticas econômicas e das implicações advindas desse processo.

Analisa-se o fenômeno urbano dentro da perspectiva geradora de periferias, fato que altera e transforma o espaço urbano num ambiente de desigualdades e propiciador de embates de classes. A luta pelo espaço urbano se configura como um jogo, onde os lados em permanente estado agônico se caracterizam pelo estado de alerta frente às investidas do sistema sócio-econômico vigente no país.

A favela será mostrada dentro da perspectiva de um lugar no qual as adversidades funcionam como detonador de recursos solucionadores, os quais se dão num patamar que vai das práticas reais às práticas simbólicas.

Dentro dos enfoques destacados e analisados se descreverá a favela do Poço da Draga em toda a sua extensão sócio-cultural. Revela os signos que a caracterizam e os que dela demandam. Trabalha com a construção de signos e símbolos pela favela e da contrapartida signica dos "olhares" externos, ou seja, como a favela é vista pelo restante da sociedade; sob que rótulos e representações ela é percebida. Descreve semioticamente o dia-a-dia das pessoas, suas crenças, seus mitos e ritos, toda sua produção cultural. Analisa as "saídas" simbólicas para supressão das adversidades enfrentadas e confronta tais recursos com os usados para propiciar a minimização da assimetria com a biblioteca. Contrapõe o conceito de memória da favela com o que por memória entende o discurso político-cultural do governo, materializado no discurso do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

### 1 - A Favela no Espaço Urbano

A favela no Brasil é resultado do processo de desenvolvimento econômico por que passou o país ao longo de sua curta história. Assim sendo, tem suas marcas fundantes no processo capitalista adotado como recurso desenvolvimentista. Seu surgimento deriva da má distribuição de renda e da divisão da sociedade em níveis

hierárquicos, onde a grande maioria da população sobrevive com baixos salários, enquanto uma minoria domina os processos de produção dos bens e materiais do sistema capitalista.

Desenvolvimento econômico e ocupação desordenada e ilegal de terras são tidos como as causas do surgimento de favelas nas cidades. Para os objetivos do presente trabalho, no que concerne à abordagem do espaço urbano - um dos elementos caracterizadores das favelas - como espaço em permanente luta pela sua conquista, abordaremos seu caráter cultural para, à luz das reflexões semióticas, definirmos o perfil cultural das comunidades faveladas. Sob esse aspecto, serão abordadas as "aparências" do espaço como território de sobrevivência, onde a tônica das definições e fronteiras espaciais se confunde com a busca da preservação humana como espécie. O espaço social da favela tem para o favelado o mesmo significado das noções primevas de território.

**BH/UFC**

As favelas surgem em meio a um processo desigual de acessos a bens e serviços e devido à falta de política habitacional condizente com a realidade brasileira. As políticas voltadas para o progresso desenvolvimentista lançaram no tecido social brasileiro o caos das desigualdades. Analisando o quadro urbano brasileiro, Kowarick diz que *"a distribuição espacial da população no quadro desse crescimento caótico reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando no nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas. (...) A frase 'é o preço do progresso' traduz e ao mesmo tempo justifica o crescimento caótico da metrópole. Indica inicialmente a incapacidade do poder público de programar formas mais racionais de ocupação do solo"*. (Kowarick, 1993:34 e 36). Essa falta de planejamento urbano faz da cidade um espaço de contrastes e põe a maioria de seus ocupantes a viverem sob as mãos fortes dos detentores do poder.

O espaço urbano, resultado das consequências sócio-econômicas e do crescimento desordenado das cidades, é também o espaço das transformações sociais. Impulsionados pelo crescimento das cidades e sua nova gramática, os sujeitos sociais têm de se adaptar a uma nova ordenação espaço-social. As novas significações, advindas desse novo contexto, alteram os modos de vida, e a passagem de um estágio de vida a outro não se dá sem os traumas advindos de toda troca. Assim, as populações alvo desse

sistema são submetidas a constantes mudanças comportamentais (culturais), como a redefinição dos seus estilos de vida em face de processos, como os de reurbanização.

Impulsionado pela ocupação desordenada do espaço urbano, os processos de reurbanização acabam por maximizar as diferenças sociais, na medida em que *“numa metrópole em que a produção de espaço se faz sem a existência de uma sociedade civil vigorosa na defesa dos interesses básicos da maioria dos seus habitantes, as transformações urbanas só podem se realizar como um rolo compressor que esmaga todos aqueles que não têm recursos para conquistar os benefícios injetados na cidade.”* (Kowarick, 1993:84). É, portanto, um mecanismo de política urbana unilateral no sentido de não proporcionar o entendimento das partes envolvidas no processo.

Kowarick se refere ao conjunto das decisões advindas do processo capitalista e que dividiu socialmente o trabalho, criando castas superiores e inferiores, separando em dois o espaço urbano. De um lado, o centro ou as zonas mais centrais, onde habitam as classes mais abastadas; do outro, as periferias, espaço das classes mais baixas. A essa divisão e às implicações advindas dela, o referido autor chama de *espoliação urbana*, a qual, segundo sua análise, gera uma infinidade de adversidades ao mundo dos expropriados. Essas adversidades são enfrentadas pelos confrontos entre as partes expropriadas e seus expropriadores, bem como entre aquelas e os produtos oriundos das transformações sociais urbanas.

O processo de reurbanização nas grandes cidades são as causas mais freqüentes da formação de favelas. À reboque disso, vêm as migrações, impulsionadas por necessidades de trabalho *“e o sonho de alcançar uma remuneração mais justa na metrópole”* (CENTRO, 1994:32), fato que nem sempre é combatido com investimentos nas áreas de onde a migração é originária.

Culturalmente falando, o processo de favelização é um processo de eleição e escolha. De um lado, ficam os abastados, conquistadores do espaço urbano. Do outro, ficam os excluídos dos sistemas de produção de capitais, bens e serviços. A escolha (eleição num sentido estrito) significa a ocupação espacial e a conseqüente formação da *“fronteira”* marcada pelo sinal positivo (as zonas centrais e mais abastadas). Do outro lado, a exclusão, que *“é uma modalidade de inserção na vida social, sobretudo para aqueles ‘que não estão no núcleo de recriação da sociedade capitalista que é a produção’”*. (Martins in Foracchi apud Yazbek, 1993:24). Nesse sentido, a fronteira

estabelece uma nova modalidade espacial: a fronteira marcada com o sinal negativo (as favelas e periferias em geral).

A exclusão desencadeada pela favelização torna o espaço urbano um espaço de carências e necessidades múltiplas. A luta pelo espaço materializada no sonho da casa própria é o que torna dinâmico a vida na favela. "*A casa própria para essa população é a segurança do abrigo, mas é também a possibilidade de 'moldar a casa segundo os desejos da família'*" (idem, p.118). A necessidade de ocupação do espaço é a senha que garante a confiança da estabilidade dos sujeitos. Ter a sua casa é ter a sua fortaleza e significa estar seguro contra as investidas dos espoliadores. Confrontando com as noções ancestrais de abrigo, tocas, cavernas e as mais variadas formas de territórios, a favela é uma *solução de vida*. Ela "*é vista pelo favelado como um local inadequado para a sua moradia e só aceitável porque reapresenta a forma mais fácil de solucionar seu problema pessoal.*" (Ferreira, sd:60).

No entanto, conforme veremos no item que trata especificamente da Favela Poço da Draga, não é somente para "solucionar" os "problemas pessoais" que as favelas são habitadas. Muitas vezes elas são habitadas pelos mesmos moradores antes de se desencadear o processo de favelização, como já dissemos, fruto de uma política desordenada de divisão de recursos econômicos. No caso das populações serem surpreendidas pelo processo de favelização no seu espaço, o que há é uma retomada de comportamentos mediante os quais as pessoas terão que agir para superar novos problemas sociais.

Assim é que a resposta das comunidades frente à reurbanização, processo desencadeado pelas transformações urbanas, e o enfrentamento dos processos de demolições, parecem permear o universo das favelas com poder avassalador. Diante disso, as pessoas expostas a essas situações acham-se encurraladas entre a necessidade de lutar e o poder dos expropriadores. A reurbanização implica uma briga entre espoliados e espoliadores, ambos lutando pelo espaço urbano, estando alterados, apenas, os objetivos em jogo. Aos primeiros cabe a tarefa de conquista do espaço para sua sobrevivência imediata, enquanto aos outros essa conquista tem caráter explorador.

As iniciativas populares visando à conquista do espaço urbano forçaram as camadas populares a viverem de modo cada vez mais gregário ante a segregação sócio-territorial a que estão expostas. Dessa forma, paralelo às formas espoliadoras, caminham

as buscas de uma vida mais associativa, ainda que viver em associação implique brigas internas pela obtenção dos espaços, cada vez mais limitados e disputados. Kowarick diz que *"a conquista de espaço supõe debate e confronto, organização e reivindicação coletiva, que constituem a matéria-prima da qual se deverá construir um porvir efetivamente democrático e sem relativismos."* (1993:203). O autor se refere a um princípio gregário, não de âmbito interno na favela, mas desta com os segmentos espoliadores, a quem caberia a iniciativa de promover um diálogo igual e democrático.

Retomando a leitura da vida gregária, temos que a vida associativa, como saída para as atrocidades das lutas territoriais no cenário urbano, deu às favelas um componente a mais: as incursões no terreno reivindicatório. A luta pelo espaço urbano é para as camadas populares uma busca de um lugar na pirâmide social, estratificada - nesse aspecto - sob a forma de edificações. O sistema imobiliário, herdado pelo capitalismo, hierarquizou o espaço, ao ponto de ele ter-se tornado condicionante das características sócio-culturais dos indivíduos. Assim, se conhece e classifica-se um indivíduo pelo lugar onde ele mora e pelas condições de sua moradia. Sobre a hierarquização do espaço Rolnik nos fala que *"qualquer um sabe seu lugar, qualquer um identifica onde pode e onde não pode circular. (...) o bairro dos ricos é aquele cujas mansões se fecham em muros, exibindo sua imponência nas avenidas largas e iluminadas - amplos espaços para uma seleta e íntima vida social."* O que a autora quer nos mostrar é que são criadas zonas fronteiriças nas quais os espaços segregados confundem-se com os grupos sociais que neles habitam, tornando-se uma só essência, ou seja, nas zonas populares, sujeitos e espaço vivem sob a mesma gramática social, o mesmo acontecendo com as zonas mais ricas.

A ordem instituída pelo desenvolvimento urbano nas grandes cidades opera como um mecanismo anestesiador das iniciativas contra-hegemônicas. Criam-se, sob bases fortes e sob os auspícios do sistema adestrador, instrumentos de defesa. É estabelecido um poder ordenador e codificador do espaço, que nada mais são do que as fronteiras, os limites que colocam em lugares opostos, dominadores e dominados. Dessa forma, buscando-se uma sintonia entre o poder econômico e o cenário das grandes cidades, criam-se os elementos que tentam dar à cidade uma linguagem comum, ainda que dentro das perspectivas do sistema adestrador. Elege-se uma

ordem espacial e o que diferir desta deve ser descartado, estabelecendo o princípio arcaico da dualização, da qual se falou nos capítulos anteriores.

Essa ordem espacial é o que Rolnik chama de “*poder urbano*” ou “*o conjunto de mecanismos econômicos, ideológicos e políticos que funciona no cotidiano da cidade, para reprimir ou transformar tudo que se diferencia da ‘ordem’ social. Esta ordem é antes de mais nada um modelo que a classe dominante estabelece para si mesma e que pressupõe e propõe uma absoluta homogeneidade social. (...) Este poder agirá basicamente de duas formas: por meio de um discurso que estabelece o modelo de cidade e cidadão, e mediante intervenções diretas*”.(Rolnik, 1994:98) As intervenções diretas são as reurbanizações e demolições, entraves maiores à tranquilidade das favelas e que se constituem num processo ininterrupto no espaço urbano.

Finalizando este tópico e acompanhando o que foi dito até o momento pelos autores consultados, temos que a favela, no espaço urbano, é o retrato dos desmandos das classes detentoras do poder de decidir. Elas são ao mesmo tempo exclusão e modelo urbano; da mesma forma que penaliza determinadas pessoas, justifica as políticas de espoliação. Se, de um lado, é o cancro da alta sociedade, por outro, é a saída para milhões de pessoas. Seguindo a linha de raciocínio acerca do poder urbano que atua sobre a estratificação do espaço urbano, Yazbek diz que esse poder atua como justificador das práticas de espoliação de que falamos há pouco. Segundo a autora, “*historicamente, os subalternizados vêm construindo seus projetos com base em interesses que não são seus, mas que lhe são inculcados como seus. Experimentam a dominação e a aceitam, uma vez que as classes dominantes, para assegurar sua hegemonia ou dominação, criam formas de difundir e reproduzir seus interesses como aspirações legítimas de toda sociedade.*” (Yazbeck, 1993:18). Isso faz com que continue em curso um processo caótico de expansão urbana.

## 2 - A Expansão Urbana

BH/UFG

Na construção da nova ordem urbana, o poder público instaura micros poderes que objetivam patentear modelos e padrões urbanos. Assim, o poder urbano de que se falou há pouco regula o espaço em níveis diferenciados de valor, provocando a chamada

especulação imobiliária, alterando significativamente o preço dos terrenos, banindo desse espaço os sujeitos menos favorecidos. *"Forja-se assim - e o poder público, através de desapropriações e planos de reurbanização, interfere diretamente nesse processo - uma nova configuração espacial que visa ao mercado residencial ou de serviços das camadas abastadas, enquanto os grupos pobres tendem a ser expulsos para áreas mais distantes."* (Kowarick, 1993:40). A face da expansão urbana, portanto, está diretamente ligada às formas capitalistas de dominação, como a exercida pelo capital, pelo consumo de bens e serviços e pelo economia em toda a sua extensão.

Por esses mecanismos de expansão, reurbanização e comercialização do espaço urbano, é que a Favela Poço da Draga sente-se ameaçada por benfeitorias que poderiam amenizar suas adversidades, mas que, na verdade, tornam-se ameaça à sua tranquilidade. Ocupantes de uma das áreas mais valorizadas da cidade, a favela vem desde as duas últimas décadas sofrendo intervenções do poder público, no sentido de desapropriá-los da área. O espaço é disputado ainda por grupos econômicos da iniciativa privada, alguns já em avançado processo de especulação imobiliária das áreas próximas à favela. Portanto, ainda que as "benfeitorias" se apresentem como importantes para o "progresso da cidade", tornam-se instrumento "dos interesses dos estratos privilegiados".

Note-se que por trás do poder urbano existem formas ancestrais de demarcação de territórios que funcionam como codificação cultural. Criam-se zonas simbólicas dentro das quais se erguem as hierarquias culturais, estabelecendo uma estrutura simbólica de poder. Para melhor entendermos esse princípio ordenador, basta lembrarmos do papel desempenhado pelos "muros" e "muralhas" que ilustram a historiografia geral. São o símbolo das culturas que os erguem. As fronteiras estão no lugar da força bruta que protege o espaço dos indivíduos de uma certa categoria "inimiga". Essas delimitações simbólicas dão ao espaço interno a confiança de uma paz interna, posto que se livram - ainda que apenas por meio do símbolo - das interferências do lado externo.

É dessa forma que a cultura se protege da não-cultura. Os limites ou zonas limítrofes predeterminam os valores internos em prejuízo dos externos. Dessa forma, a hierarquia espacial materializada principalmente pela especulação imobiliária e pela divisão das cidades entre centro e periferia, estratifica em nome de uma proteção - no caso, proteção ao sistema capitalista que desencadeou tal processo.

Em relação às favelas e, mais particularmente, à Favela Poço da Draga, também nesta há as estratificações sociais provocadas pela hierarquia do espaço na favela. Existe uma favela dentro da outra, ambas com suas simbologias espaciais. Há o espaço das boas edificações, com ruas medianamente largas e habitadas pelos moradores mais antigos e cujas habitações são avaliadas em níveis compatíveis com o sistema imobiliário vigente no restante da cidade; e há o espaço dos barracos e tapumes, erguidos precariamente em becos estreitos e em meio ao lamaçal do mangue situado nos fundos da favela e habitados pelos imigrantes de outras áreas desapropriadas.

Portanto, a expansão urbana não poupa sequer os estratos excluídos. O poder advindo dessa expansão se multiplica infinitamente, não poupando sequer a espoliação entre os espoliados. A expansão urbana dentro da favela (...) "*configura-se assim uma hierarquização espacial e social entre os antigos moradores e os atuais 'maloqueiros.'*" (...) "*Os antigos não se consideram favelados, inclusive empregam os termos 'maloqueros' e 'flagelados' para conceituarem pejorativamente os novos moradores, sempre que se referem a eles.*" (Prates, 1990:79). Isso mostra o quão poderoso é o poder urbano.

Os "muros" que separam as duas "favelas" obedecem à mesma ordenação prescrita pelo sistema adestrador das classes mais abastadas. Há uma segregação dentro de outra segregação. É como se a senha que propicia à conquista do espaço urbano e que coloca a favela fora do âmbito da cidade, seja a mesma em funcionamento dentro desta. Os instrumentos com os quais a favela é ferida em sua liberdade de escolha do espaço são por ela usados para o mesmo fim.

Isso posto, convém lembrar que a expansão urbana se dá de forma múltipla e causa complexos problemas urbanos. Desde a geração de espaços miseráveis e impróprios para a habitação até as violências urbanas em suas muitas faces, tema que analisaremos mais adiante. Antes, porém, deve-se ressaltar a expansão urbana em sua apresentação imobiliária, sob a forma de habitações e dos modelos que lhes dão proteção.

Junto com a expansão urbana vêm as alterações de hábitos e costumes. À medida em que o espaço urbano vai sendo alterado pelos processos sócio-econômicos e políticos, quando surgem instâncias diferenciadas de moradias, como as favelas, aparece automaticamente uma nova forma de vida. Dentro das favelas, as alterações têm dois

sentidos. Uma leva a comunidade a um estado de depalperação ante as investidas violentas das forças da especulação imobiliária, que torna os pobres cada vez mais pobres e sua permanência nos espaços valorizados cada vez mais difícil. A outra é a alteração da própria favela frente aos modelos vigentes pelo poder urbano, ou seja, na tentativa de mostrar-se adequada aos novos padrões imobiliários, a favela - dentro de seus poucos recursos financeiros - vai maquiando suas habitações. A busca da favela pela conquista do seu espaço envolve ainda alterações no traço cultural de seus indivíduos, que vão ganhando novas significações provenientes do sistema urbano em curso.

*“À medida que alguns serviços públicos chegam às favelas e muitas famílias conseguem melhorar suas casas, estariam se instalando mudanças comportamentais entre os moradores, particularmente no trato dos bens coletivos e individuais e/ou familiares.”*(CENTRO, 1994:69). O poder urbano sai das planilhas de execução político-arquitetônicas para se fazer presente, também, nas cartilhas de “bons modos” e bons costumes.

As mudanças de hábitos e costumes desse processo provenientes retratam as saídas simbólicas da favela em partilhar do modelo de ordem social vigente. Erguem-se símbolos arquitetônicos e adereços domiciliares - como as casas de fachadas e grades nas janelas, as cores das fachadas e os utensílios ostentados - como senha para pertencer a um espaço pretendido por todos. Finge-se, através dos artifícios simbólicos, pertencer a um mundo que não é o seu. Busca-se uma ascensão social fictícia. A profusão de símbolos decorrente do jogo da conquista do espaço vai tornando os indivíduos com maior ou menor habilidade no convívio com tais símbolos, onde, quem melhor souber fazer proveito das significações deles advindas, ganhará o jogo.

A expansão urbana e suas variáveis econômicas e comportamentais delimitam o espaço urbano em áreas acessíveis a uns e inacessíveis a outros, ao mesmo tempo em que criam novas ordens de violências. Fruto dessa delimitação de fronteiras é que surgiram as periferias, assunto que abordaremos a seguir.

### **3 - O Espaço Periférico e as Violências todas**

A expulsão das grandes massas populacionais dos centros urbanos para os arredores da cidade constitui-se numa das grandes violências do desenvolvimento

urbano. Por trás dos inúmeros contratempos a que estão expostos os indivíduos da periferia, encontram-se violências simbólicas as mais variadas.

A periferização, como símbolo do sistema urbano, que prescreve graus diferenciados de espaços públicos para suas populações, instaura uma lógica destacada pelo princípio espoliador. Dentro da lógica da ordem social, a periferização nada mais é do que um símbolo hegemônico de poder urbano. A codificação da periferia com todos os adjetivos que lhe são pertinentes age como instrumento privador de ações contra-hegemônicas.

Kowarick define periferia como sendo "*os aglomerados distantes do centro... carentes de infra-estrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica.*" (Kowarick, 1993:35). À reboque do sistema capitalista que criou *núcleos diversificados* de classes e espaços, a periferização é o lugar dos baixos salários e da falta de infra-estrutura urbana. É o local onde o tempo social estrapola o tempo biológico das pessoas. Onde a primeira realidade se sobrepõe à segunda, dado que as classes que aí habitam são forçadas a viverem mais da metade de suas vinte e quatro horas dentro de transportes urbanos precários, rumo a sub-empregos, numa condição de total empobrecimento cultural e humano.

O espaço periférico é, sob esse aspecto, o limiar de uma cultura em decadência. As pessoas da periferia - não obstante as disposições naturais para o exercício criativo-imaginativo - são empurradas para uma clandestinidade onde se misturam miséria e perigo, carência e sonhos, exploração e resignação. As zonas centrais vêem a periferia ofuscada pela violência e periculosidade com a qual estas a designam. A violência é, na visão das zonas centrais, a própria periferia. Assim, favela e crime andam de mãos dadas, não restando outra alternativa para as classes abastadas senão a desinfetação dos perigos que dela emanam, mantendo-a bem longe de suas fronteiras.

A visão estigmatizada das periferias e mais particularmente das favelas como sendo espaços de violência, de decadência moral ou de alta periculosidade faz parte do jogo do poder urbano e suas variáveis como forma de continuar explorando as fragilidades dos lados espoliados. Assim, o espaço periférico dos centros urbanos vive sob o estigma da violência em suas múltiplas faces.

Ao associar o crime e a violência às categorias desprestigiadas, o poder urbano livra-se do incômodo de ver suas ações como violentação às liberdades sociais e

humanas. Esta violentação se apresenta sob a forma de políticas urbanas inadequadas, as quais demandam uma série de desmandos como as remoções, as especulações imobiliárias e as demolições, cujas explicações quase sempre deixam a desejar.

As violências partem também dos mitos que boa parte da mídia cria em relação às periferias, aos morros e às favelas. Esse preconceito acaba justificando ou ofuscando as violências de mil faces praticadas contra esses segmentos pelos atores dos poderes sociais todos. Ofuscam-se as violências da classe patronal, os desmandos do governo em políticas desastrosas de desenvolvimento social e urbano; justificam-se as batidas policiais que, via de regra, agem antes de ouvir as partes; enfim, ofuscam-se os preconceitos alimentados pelos segmentos que controlam a vida social urbana. Todos esses tipos de violências acabam alimentando reações de defesa dos lados explorados, ainda que esta defesa se dê pelos mesmos meios dos segmentos agressores. E, quando isso acontece, o olhar externo das periferias - principalmente o olhar eletrônico da televisão - imediatamente relaciona o fato aos sujeitos, legitimando suas formas de dominação e seus preconceitos. *"...Verifica-se a escalada da violência e do crime organizado e a correlação constantemente verificada, particularmente nos meios de comunicação de massa, entre o fenômeno e as favelas."* (CENTRO, 1994:15). Essa tendência parece sair das determinações do próprio sistema adestrador, do próprio poder urbano. É como se a codificação que aproxima pobreza e violência fosse um condicionante que funcionaria como justificador da não alteração do quadro urbano.

Das violências advindas do sistema adestrador, as que mais marcam as classes excluídas, principalmente as favelas, motivo da presente análise, são as que lhes negam uma defesa contra suas adversidades. Violência associada à pobreza é, na verdade, um código instituído, onde o poder urbano estigmatiza o favelado, criando seus poderes simbólicos sancionadores. A eficácia simbólica na relação pobreza/marginalidade e as implicações daí geradas é bem colocada por Telles no trecho que se segue. Diz a autora:

*"A questão da violência urbana esclarece muita coisa sobre o que é ser pobre na sociedade brasileira. A associação entre criminalidade e pobreza é cotidianamente constituída, não só pela forma, como a criminalidade é tratada nos meios de comunicação de massa, mas também e sobretudo pela prática rotineira da prisão por vadiagem de trabalhadores sem carteira assinada; (...) pelo estigma que sofre o favelado, vivendo entre a violência das batidas policiais, o temor que sua presença*

*provoca e a recusa de oportunidades de trabalho, prova evidente de que sua condição de moradia serve como um credenciamento em negativo para o mercado de trabalho."*

*"Mas o que chama a atenção nisso tudo é a eficácia propriamente simbólica dessas práticas na medida em que produzem as evidências que constroem a verdade do crime na sua relação com a pobreza." Telles, 1990:37-45)*

Falando sobre as formas estigmatizadoras da pobreza, Telles mostra o drama cotidiano das classes pobres que, a despeito da garra em driblarem as condições adversas em que vivem, têm que conviver com a arbitrariedade das classificações ambíguas que sobre elas recaem, como as que definem a pobreza e as que classificam as criminalidades. Continua a autora, afirmando que *"... as categorias que tipificam o criminoso são as mesmas que caracterizam a pobreza como condição de vida. Como diz Rosa Fischer, o pobre é aquele que não quer ser confundido com o marginal, mas que está sempre na iminência de ser assim considerado pela sociedade, pelas instituições do Estado e, mais do que nunca, pela polícia."* (Idem, ibidem). Isso mostra o porquê de, via de regra, o pobre se definir como "pobre, mas ordeiro."

Portanto, o preconceito das favelas, alimentado pela mídia, reforça as violências em detrimento das ações cotidianas da mesma no campo associativo e reivindicatório. Dessa forma, divulga-se uma realidade aparente, enquanto os verdadeiros valores da favela são ofuscados pelos códigos instituídos das classes privilegiadas. O mito da relação crime-favela se sustenta pela repetição extremada nas chamadas das manchetes de jornais e tevês. Desmitificar esse universo demanda olhá-lo de dentro e sentir como essas interferências externas são recebidas pelos sujeitos da favela.

A favela vista de dentro revela muitas surpresas que se opõem às imagens que se tem dela olhando-a de fora. Seguindo a abordagem acerca das violências a que está submetida o espaço das favelas, vê-la de dentro implica desconfiar das classificações instituídas pelos ordenadores sociais.

No período que nos coube observar a Favela Poço da Draga, vimos alguns pontos conflitantes entre a noção apregoada das favelas e o que elas realmente são quando olhadas de dentro. A proximidade com o universo da referida favela, em parte, desmontou o mito da violência como meio de sobrevivência e, portanto, de sua relação com o mundo da criminalidade. Ainda que o modo sub-humano em que vivem alguns moradores do Poço da Draga pudesse levar seus sujeitos a agirem indignados contra

seus dominadores, gerando violências contra estes, o que se pôde observar na comunidade foi um ressentimento contra o preconceito que existe contra eles. Isso, no entanto, em momento algum faz da referida favela um local perigoso.

Segundo depoimento de Dona Rocilda, presidente da Associação de Moradores do Poço da Draga, apenas alguns jovens estão desempregados, apenas estudando. De posse de muitas anotações sobre o perfil dos moradores da Draga - levantamento feito pela Associação e ainda em curso quando do término de nossa pesquisa na comunidade - Dona Rocilda e seus filhos mostravam as categorias profissionais existentes na comunidade. A grande maioria dos profissionais são autônomos. Vejamos o depoimento da presidente da Associação de Moradores:

*“Olha, professor, apesar do povo lá fora pensar que na favela só tem vagabundo e desordeiro, aqui todo mundo trabalha. É claro que de vez em quando a gente vê uns maconheirozinhos ali por trás do muro do estaleiro, mas é tudo cabra sem futuro que vem de fora e, junto com os turistas, olhar o pôr-do-sol na Ponte Metálica. Mas aqui? Aqui não, o povo trabalha. Só costureira nós temos muitas e muitas, e das boas [cita alguns nomes]. Tem uns quinze pedreiros, quatro marceneiros, pintores e muita gente que faz de tudo [biscateiros]. Isso, tudo, fora as pessoas que trabalham no estaleiro, muita, muita gente. E os artesões, esses é que são muitos, eles vão vender as coisas deles no calçadão da praia. E como eles, outros vendem cachaça e merenda na praia, no centro, em todo canto. (...) Nós aqui trabalhamos, professor, se eles querem nos tirar daqui, que tirem, mas não é porque nós somos vagabundos não. Trabalhamos e muito e <sup>1</sup> tirar a gente daqui vai dar um trabalho danado, a menos que eu já tenha morrido.”* (Entrevista em 12/12/95)

Dona Rocilda associa o trabalho e as demais ocupações como um antídoto às classificações de periculosidade da favela. Ela sabe que esse estigma persegue, não apenas o Poço da Draga, mas as demais favelas co-irmãs, por isso mantém sempre em curso levantamentos, a maioria dos quais sem teor científico, mas que, a despeito disso, a

<sup>1</sup> Apesar de a Favela do Poço da Draga vir há muito tempo sendo ameaçada de demolição, fato que acompanhamos até o último dia de nossa estada no local, após termos concluído este capítulo e já no processo de revisão do mesmo, os jornais publicaram matéria sobre a assinatura de um projeto da Prefeitura de Fortaleza, que visa - até o final de 1996 - transformar a atual favela num condomínio popular fechado. Segundo o projeto, ainda por divulgar, apenas 26 famílias estão de fora do projeto, por não concordarem com as mudanças. Em entrevista ao jornal Diário do Nordeste de 16/05/96, dona Rocilda diz que o projeto *“foi uma conquista da Associação e de todos os moradores do Poço da Draga.”*

mantém informada sobre a vida de sua comunidade. A impressão que os moradores da favela passa é a de uma vida em constante sinal de alerta ante as investidas dos governos estadual e municipal que querem a área para projetos turísticos.

O trabalho como forma de negar os preconceitos externos parece ser a tônica dos depoimentos da favela. No levantamento feito por este trabalho, das vinte pessoas entrevistadas, 16 trabalham rotineiramente, dos quais 6 trabalham com carteira assinada (2 funcionárias públicas, 1 na indústria naval, 1 serigrafista, 2 no comércio) e 10 por conta própria (3 marceneiros, 2 pintores, 1 dono de mercearia, 1 carpinteiro, 1 pedreiro, 2 manicures). Dos dois aposentados, um trabalha como pintor de casas. Apenas duas dona-de-casa aparecem na pesquisa.

Como se vê, a desocupação que poderia levar à criminalidade, se vista sob este aspecto, estaria longe da Favela Poço da Draga. Sua posição dentro do cenário das cidades urbanas e da sua condição de favela diferem do curso normal de suas co-irmãs. O que hoje se chama favela, até bem pouco tempo era um espaço simples e de gente simples, habitada primordialmente por pescadores artesanais. Sua população vive no lugar há muitos anos, não tendo sido verificado nenhum caso de imigração. Pelo contrário, muitos dos moradores antigos já foram removidos para a periferia. A Favela Poço da Draga não é periferia, geograficamente falando, sua periferia é a das aquisições de bens e serviços sócio-econômico-culturais. Mas, sobre isso, falaremos ao longo deste capítulo.

O estigma em que vivem os moradores da Draga passa por muitas classificações advindas do sistema adestrador. A principal delas provém da noção estigmatizadora de pobreza. É sobre isso que se falará a seguir.

#### **4 - O Estigma da Pobreza**

Também a pobreza recebe a influência dos princípios codificadores da cultura. A codificação da pobreza é um problema que ainda não está bem definido no campo sociológico. Via de regra, o que acontece é uma mensuração da pobreza de modo arbitrário, ambíguo e estigmatizador. Na análise da literatura que fizemos e que será mostrada daqui em diante sob o aspecto dos preconceitos contra os pobres, vimos

muitos adjetivos negativos usados na classificação das favelas. Termos como *gangrena da sociedade* e projetos de reurbanizações com a proposta de *sanear a cidade* dos espaços e moradias *precários* são algumas das ideologias alimentadas pelos sistemas de desenvolvimento urbano vigentes. Somados aos estereótipos e *adjetivações espúrias* usados pelos sistemas ordenadores, há ainda, segundo a revisão de literatura, as *truculências policiais*, resultado do processo sancionador das estruturas de poder.

Arbitrariedades e estratificações, ordenações por princípios (códigos) de natureza moral margeiam a vida nas favelas. Os elementos definidores da pobreza são conseqüências da ordem econômica, o que faz com que sua definição implique ambigüidades, visto que, de um lado, se refere às exclusões de bens materiais e de outro, às exclusões de outros meios complementares de sobrevivência. Ou seja, a noção de pobreza dependerá, sempre, do âmbito de quem a define. Assim, existirá pobreza e pobrezas. A busca por um padrão de pobreza vem se configurando num dos grandes problemas a serem solucionados pela sociologia

A pobreza no Brasil pode ser medida em várias extensões. No plano econômico, pode ser mensurada pela privação "*de um mínimo de bens ou mercadorias necessárias à ... conservação e reprodução social.*" (Yazbek, 1993:23). No plano social, pode significar privações de conhecimento sobre seus direitos e deveres, bem como sobre a sociedade em que vivem. No plano cultural, pode ser a negação dos bens culturais e de sua cultura popular em constante renovação signica. No plano político, pode representar "*carência de direitos, de possibilidades, de esperança*" (Martins apud Yazbek, 1993:23). Portanto, além de se apresentar de múltiplas formas, a pobreza apresenta patamares diferenciados. São *gradações* de pobreza.

Sobre essas gradações, muito já se falou na literatura sociológica. Apresenaremos agora algumas definições de pobreza encontradas na revisão de literatura sobre o assunto, para depois comentá-las. Vejamos como a literatura sociológica define a pobreza:

A primeira definição associa pobreza a um mínimo acesso de bens: "*Os critérios, ainda que não homogêneos e marcados por um viés economicista, acabam por convergir na definição de que são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo, portanto, excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social.*"(Yazbek, 1993:62). Isso faz com

que a noção de pobreza seja discutível, na medida em que é uma noção ambígua e pendular.

A segunda definição diz que "... a pobreza é proveniente do interrelacionamento dos diversos sistemas que distribuem e redistribuem os recursos na sociedade... a pobreza é fruto dos valores e normas sobre os quais esses sistemas se apóiam e os quais eles continuamente reforçam." (Prates, 1990:59-63). Ou seja, antes de ser mensurada, a pobreza deve ser entendida como um processo de vida calcada nas ações e métodos de vários sistemas, todos eles amparados numa lógica capitalista.

BH/UFC

A terceira definição, mais crítica em relação aos critérios mensuradores da pobreza, prefere uma leitura mais cautelosa da condição de pobreza do que mensurá-la a partir de critérios pouco eficientes. Para Nunes, "o primeiro problema razoavelmente óbvio diz respeito à enorme discrepância de critérios quanto à determinação empírica da 'pobreza'... cada autor traça com relativa arbitrariedade uma 'linha de pobreza'." [o autor cita a renda familiar, medida pelo salário mínimo e outras variáveis. Critica o fato de haver apenas uma "noção" e não uma "conceituação" de pobreza. Para ele, qualquer tentativa de definir pobreza, seja ela relativa ou absoluta, é sempre relativizada. O certo é que a noção de pobreza engloba universos como o acesso mínimo a bens (mercadorias) e um "conjunto de carências" a que ele chama de "necessidades básicas", sempre observando a pouca concretude dos termos]. (Nunes, 1990:2-7)

Em referência ao alto grau de relatividade nas noções de pobreza e dos graus diferenciados de carências e necessidades, Nunes (op. cit) aponta para o perigo de se ver nas caracterizações da pobreza critérios valorativos dos analistas. Assim, as necessidades prioritárias ou não podem estar contaminadas de ambigüidades, dependendo, em última instância, de quem as definiu.

A maioria dos autores consultados dão conta da imprecisão do conceito de pobreza e da sua limitação aos valores do analista. A chamada <sup>2</sup> linha de pobreza apresenta-se imprecisa na medida em que ignora as diversas nuances da pobreza. Numa revisão de literatura sobre o tema, Comegno (1990) apresenta algumas considerações acerca da noção de pobreza. "... Pobres são aqueles cujo padrão de consumo está abaixo de certas normas ou cujas rendas estão situadas abaixo da linha de pobreza.

<sup>2</sup> Linha de pobreza é considerada uma faixa que se situa, segundo algumas abordagens, abaixo das condições de sobrevivência. É medida segundo a renda familiar *per capita*. "Um salário mínimo *per capita* demarca a linha de pobreza, e meio salário a linha de miséria".

*Determinar essas normas ou a linha de pobreza não é fácil e pode ser facilmente questionado.*" (Comegno, 1990:29-31)

Mas, as necessidades são classificadas de modo ambíguo. A mensuração das necessidades dentro do espectro político-econômico-social é feita convencionalmente pelos sistemas sociais vigentes. Via de regra, a classificação de itens, considerados necessários à vida social, vem reforçar o processo produtivo do sistema capitalista. Nunes (1990:2-7) diz que é preciso evitar as armadilhas semânticas da palavra necessidade. Para ele, a palavra necessidade "*está fortemente contaminada pelo sentido oposto ao de 'contingente'.*"

Portanto, prefere o termo carência, que é "*a vontade de um indivíduo determinado por algo também determinado. Isto quer dizer que a carência não se resume a uma mera pulsão natural, como a fome, a sede etc, e nem pode ser entendida como uma função do organismo biológico. (...) Cada um de nós, indivíduos determinados, tem fome de algo ou de qualquer coisa dentro de um conjunto determinado (e que exclui outras coisas). Assim, a carência constitui-se em uma relação sujeito-objeto informada socialmente. (...) Dessa forma, as carências referem-se aos valores presentes em cada sociedade e as estruturas que as formam são estruturas simbólicas.*" (Idem, ibidem)

O que o autor quer dizer realmente é que as carências são sempre suscitadas e que obedecem aos paradigmas das sociedades em determinado tempo histórico. São, portanto, condicionadas ao tempo e também ao contexto cultural de uma época. Tais "determinações" seriam absolutamente datadas. Mais do que isso, fariam parte do mecanismo de codificação dos sistemas semióticos-culturais. A definição de carências e/ou necessidades seria mais uma convenção e uma imposição do que o retrato das indigências sociais. Transportando para o universo das Bibliotecas Públicas nas definições das carências informacionais da favela, teríamos, sob este aspecto, a imposição das estruturas simbólicas do sistema bibliotecário.

No tocante às origens das necessidades, gostaríamos de enfatizar que elas nascem tanto no biológico - nossa primeira realidade - como na nossa vida cultural - segunda realidade. Dessa forma, determinar o <sup>3</sup> *campo de carências* significa conhecer as

<sup>3</sup> "*Campo de carências*": "O termo é emprestado por Marialice Foracchi. Yazbek diz: "A noção de campo de carências como categoria analítica parte do suposto de que há um campo de carências no qual

entranhas do universo real e simbólico dos sujeitos, a fim de não colocar as deficiências apenas no plano material dos sistemas econômicos. Yazbek fala das "necessidades mais elementares" das classes subalternas, incluindo entre elas *"aquelas que Marx situa como 'necessidades existenciais', ou seja, aquelas que ontologicamente se referem à própria manutenção da vida humana em contraposição a necessidades a que se refere como 'propriamente humanas' em que localiza a construção histórica de objetivações realizadoras do homem."* (Yazbek, 1993:90). Ou seja, atrelar as necessidades sociais ao consumo dos produtos capitalistas, é pensar num homem desprovido de sentimentos os quais desencadeiam outras necessidades, não necessariamente estimuladas pelo sistema social vigente.

Troyano et alii (1990:32-6) sugere *"um modelo de pesquisa que incorpore o aspecto multifacetado da pobreza e que capte as diferentes carências e formas de acesso a bens e serviços considerados essenciais"*. O essencial na vida comunitária pode fugir aos padrões de essencialidade dos sistemas mensuradores vigentes. *"Entre os jovens é comum a justificativa de abandono dos estudos pela necessidade de trabalhar..." Geralmente reconhecem a necessidade do estudo, mas parece difícil submeterem-se à disciplina escolar, talvez porque ela se apresente distante dos seus objetivos."* (Centro, 1994:38). A necessidade, no caso, estaria diretamente ligada a outros valores que precisam entrar em discussão quando das mensurações.

Sobre a noção de necessidades básicas, Comegno comenta: *"Mas o conceito de necessidades básicas, partindo dos níveis de satisfação de cada grupo de necessidades, não integra obrigatoriamente as distintas características das populações carentes e suas relações de interdependência com o funcionamento do sistema sócio-econômico. Além do mais, as situações de pobreza evidenciam a existência de uma estratificação dentro da pobreza"*. (Comegno, 1990:29-31) A propósito dessa estratificação, podemos verificar isso na Favela Poço da Draga, quando existem graus diferenciados de pobreza no interior da favela, conforme já nos referimos anteriormante, bem como graus diferenciados de carências.

Como mostrado acima, o que a literatura aponta é uma mensuração da pobreza, medida arbitrariamente em cujos resultados estão formas diferenciadas de estratificações

---

os agentes humanos se movem." (YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 1993. p. 89, nota2)

sociais, econômicas e culturais. A classificação de pobreza se apresenta sob a forma de pobreza absoluta ou relativa. Levando-se em consideração que entre o absoluto e o relativo das pobrezas existem outras camadas de carências e necessidades, fazer essas mensurações implicará, sempre, em relativismos que poderão desaguar em manipulações ideológicas, comuns a todo processo de estratificação sócio-cultural, que acabarão por avivar as fronteiras que separam a pobreza do conjunto da sociedade.

A noção de pobreza sob esse aspecto reforça as diferenças de classes, uma vez que estigmatiza, sob a máscara da pobreza, a cultura das classes pobres. Da mesma forma como a favela é confundida com a criminalidade por pertencer ao universo da pobreza, esta vem acompanhada de preconceitos que negam desde o comportamento dos pobres, suas formas de expressão, até seu imaginário. Essas marcas culturais são classificadas como pobreza, "*sinais das 'qualidades negativas' e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe.*" (Yazbek, 1993:62). Pobre, sob esse aspecto, não é uma categoria, mas uma condição provocada por complexas redes de necessidades e carências em eterno devir e mensurada sob vários ângulos e pretensões mensuradoras.

Ao traçarmos o cenário da pobreza, à luz dos estudos sociológicos do termo, depreende-se que a inconsistência do termo pobreza e sua aferição ineficaz reforça a tese de que não está no âmbito da economia o único caminho em defini-la. Seu caráter heterogêneo e suas muitas gradações dificultam uma abordagem única. A pobreza é uma linguagem do sistema social vigente e, como tal, envolve muitas significações e muitas implicações semânticas as quais só se conhecerão se observadas as suas gradações e, se dentro destas, o que se convencionou chamar de carências e necessidades, se configuram como tais dentro do universo dos pobres.

Trazendo as reflexões acerca das carências e/ou necessidades para o universo da favela e relacionando-as com a orbe das informações, tomemos emprestado o pensamento de Nunes, para quem "*a carência é produzida em uma reelaboração do indivíduo do mundo da intersubjetividade, o que significa certamente reprodução de formas das estruturas simbólicas instituídas, mas também a possibilidade de transformá-las.*" (1990)

Assim, a carência informacional pode ser produto das influências suscitadas pela sociedade da informação ("estruturas simbólicas instituídas") - como a televisão,

as escolas e as bibliotecas e centros documentais - assim como a hipótese de carências informacionais das favelas. No entanto, a forma como a concebemos hipoteticamente neste trabalho diga mais respeito à possibilidade de multiplicação das alternativas de soluções das adversidades sócio-culturais em que vivem os favelados. Não apenas o conhecimento de suas carências, mas a possibilidade de as bibliotecas poderem supri-las e estar sempre atenta às mudanças comportamentais da sociedade, se retroalimentando e se revitalizando com ela, parece-nos o ponto-chave das considerações até aqui feitas. Trata-se de rever as carências das demandas de plantão - aquelas para quem há milênios a biblioteca se volta - e voltar-se para as demandas potenciais, ampliando também seu elenco de dados informacionais, sejam eles de teor erudito ou não. *"É preciso ter presente que 'em nada muda a natureza de uma carência o fato de ter origem no estômago ou na fantasia'."* [em citação a Marx]. (Nunes, 1990:2-7)

Assim, o estigma da pobreza está assentado na má aferição das carências e necessidades das pessoas e dos modos como essa aferição é feita. Via de regra, *"... a determinação das carências em termos de verdadeiras ou falsas, sempre reflete valores autoritários e intolerância."* (...) *"Uma segunda conclusão que se extrai da natureza subjetiva das carências é a impossibilidade de considerá-las meras reações a 'problemas' objetivos."* O que o autor diz, na verdade, é que as carências são produtos da efetiva participação dos sujeitos frente aos fatores oriundos das suas vivências, ou seja, são os sujeitos que determinam suas próprias carências. Portanto, *"... é necessário que haja uma atividade do sujeito no sentido de elaborar seu sentimento originado desta vivência, sem o que não existirá carência alguma. Esta elaboração supõe, além da interiorização seletiva de valores, algum tipo de racionalidade que associe causas e efeitos."* (idem, ibidem).

Feitas essas considerações, resta-nos apresentar as variadas formas com que as pessoas tentam minimizar o estigma da pobreza

## **5 - Representações e Inversões da Pobreza**

A pobreza, enquanto linguagem do sistema social vigente, recebe dele muitas representações e múltiplas formas. Como linguagem recebe a influência de níveis

diferenciados de interlocuções. Dos que a classificam como pobreza recebe as ideologias que a modelam como oponente ao próprio sistema. Dos pobres recebem representações outras, ainda que impulsionadas pelos modelos instituídos. Em ambos os casos o que há é uma liturgia do termo, onde os elementos em jogo se comportam como defensores dos lados diametralmente opostos.

Enquanto o sistema social vigente representa a pobreza pelos índices de criminalidade registrados pelos plantões policiais, pelos acessos e privações aos bens materiais e aos serviços prestados, pelas privações de empregos e oportunidades, entre muitos outros, o pobre representa a si e a sua pobreza com outros meios, ainda que derivados daqueles e cuja significação já assimilaram, quer por imposição do sistema social vigente, quer por experiência própria nas adversidades enfrentadas no dia-a-dia.

Em sua revisão de literatura sobre a pobreza, Yazbek (op. Cit) aponta os seguintes signos da representação da pobreza pelos pobres: “trabalho honesto”, “trabalhadores pobres”, “pobre-ordeiro”. Um dos mecanismos de inversão usados pelas classes e pelos indivíduos para superação das adversidades e, num sentido mais restrito, para superação do desemprego ou falta de oportunidades na vida social, pode ser galgando postos junto à produção capitalista, como sugere Yazbek, quando diz que *“obter a condição de operário é para muitos trabalhadores a realização de um projeto de ascensão. Projeto que se defronta com a dificuldade objetiva de encontrar trabalho.”*(Yazbek, 1993:64). O signo emprego confere ao favelado a condição de trabalhador, em oposição à “vadiagem”.

Na longa entrevista com a Dona Francisca Goiana da Silva, a dona Quinquinha, moradora mais antiga do Poço da Draga, pudemos observar a preocupação dela em associar o bom caráter do seu marido apesar dele ser pobre. Narrando sobre o começo de sua vida com seu marido e sobre seu espírito empreendedor, “apesar da pobreza”, ela diz:

*Meu marido e eu vivia do comércio. Era ali onde fizeram mais duas casas, agora, a de lá, era alugada, e ele como era muito vivo, muito trabalhador, pobre, mas muito trabalhador, não é? então o Perboyre e Silva (hoje nome de rua em Fortaleza) que era da capitania foi quem deu ordem prá ele fazer, porque ele comprou um butiquinzim aqui, num sabe? ai tinha... ele era muito trabalhador! Aqui ele butou um trabalhador, era lá e cá. Quando o trói (trole) passava aqui, parava aqui, compreende?*

*Uns paravam lá, lá comprava a ele, ele vendia fiado, depois quando eles recebiam o dinheiro, pagavam.*" (Francisca Goiana da Silva, entrevista, julho de 1994).

As representações da pobreza pelos pobres funcionam como antídoto aos preconceitos advindos dessa condição desfavorável. E esta se apresenta multiforme. Estratificar necessidades entre o que é básico e o que é supérfluo se constitui num processo de aferição arbitrária, na medida em que não se estabelecem prioridades das necessidades e ao fazê-lo obedece-se aos paradigmas dos sistemas sociais vigentes. Aferir necessidades como pressuposto para a medição da linha de pobreza, parece-nos um processo sem fim.

A pobreza tem mil faces difíceis de serem medidas. Há a pobreza do estômago e a pobreza da alma; há necessidades úteis e necessidades "inúteis"; necessidades reais e necessidades imaginárias. Defini-las e/ou mensurá-las será um processo que receberá as influências do meio. Portanto, serão mensurações datadas, mediadas pelo contexto histórico-cultural.

Entre a indigência econômica e a pobreza cultural há um sistema adestrador em jogo. É ele quem define as gradações de miséria e as formas de suas representações, quer estas venham de seus aliados, quer venham dos grupos desafortunados. Assim, ser pobre, na visão destes, é estar em desvantagem socialmente, motivo pelo qual apegam-se aos modelos de ascensão social dados pelo sistema social vigente como mecanismo de inversão dessa adversidade econômico-social.

Antes de se buscar um nível mais elevado na escala de valores sociais, o que o pobre deseja é eliminar os estigmas a que estão sujeitos. Ou, como nos diz Telles, "*... mais que uma situação econômica, a pobreza, como condição de vida, qualifica-se como uma experiência (real ou virtual) dos limites ou mesmo da ruptura com os parâmetros que constroem a noção de uma ordem legítima de vida. E nesse caso a condição de pobreza é sempre passível de se transfigurar em marginalização no interior de um imaginário social que constrói as figuras da pobreza extrema como solo da desagregação moral, da desordem e da desrazão.*" (Telles, 1990:37-45). Ocorre que, na tentativa de fuga dos estereótipos da pobreza, seus sujeitos acabam ratificando sua condição como uma condição inferior, pois ao medirem os seus valores com os de quem detêm o poder, buscam uma proximidade com estes, alimentando aqueles estigmas originários.

Romper com os estigmas a que está sujeita a favela é uma saída a que todos os favelados buscam. Dentro do contexto econômico brasileiro as favelas se configuram como solução de vida para as classes pobres. *“Torna-se favelado todo individuo ou familia que não pode pagar o jogo especulativo do mercado imobiliário”*. (Kowarick, 1993:88). Assim, a sobrevivência se apresenta sob a forma de *moradias baratas*, ainda que em sua grande maioria as favelas se situem distantes das zonas centrais. A condição especial dos moradores da Draga, nesse tocante, é pelo fato de ainda hoje ocuparem uma das zonas mais caras da cidade e centro do progresso hoteleiro, turístico e naval da cidade de Fortaleza. Essa condição torna a comunidade ainda mais vulnerável ante as investidas do sistema econômico.

O fato de a comunidade ainda resistir às pressões dos órgãos e instituições que querem a todo o custo desalojá-los do local é porque, na verdade, ela, antes de ser favela (na verdade foi favelizada), foi colônia de pescadores, onde os antigos moradores ainda hoje habitam no local, a maioria com longos anos de ocupação permitida do espaço. Isso fez da comunidade uma população mais agregada, com capacidade de associação e organização populares, institucionalizada pela Associação de Moradores do Poço da Draga e reforçada pela Associação dos Moradores da Praia de Iracema. Essa condição, no entanto, não garante sua permanência no local em definitivo e nem livra seus moradores das classificações negativas feitas pelo sistema adestrador, como aliás é prática comum quando o assunto é favela.

Kowarick diz que *“a condição de favelado representa uma vulnerabilidade que o atinge não apenas enquanto morador: atinge-o também no cerne dos direitos civis, pois mais fácil e frequentemente pode ser confundido com malandros ou maloqueiros que constituem objeto especial da ação policial. (...) Por todos esses fatores, a favela é percebida como um atestado potencial de má conduta”*. (idem, :92-3). E parece ser contra isso que se opõem as manifestações contra-hegemônicas.

Contra todas essas adversidades, a Favela Poço da Draga se protege como pode. Do preconceito e da associação com o crime e com a malandragem, a Favela responde trabalhando. Dos vinte moradores escolhidos para o acompanhamento do dia-a-dia e para as entrevistas informais e formais (resposta a questionário), dezoito trabalham regularmente e são remunerados por isso, quer trabalhem com carteira assinada, quer

vivam por conta própria. As duas donas-de-casa trabalham em seus lares, ajudando a família a economizar o pouco que ganham.

Ana Cléa Moreira, 24 anos e mãe de três filhos, começa o dia às cinco e meia da manhã, quando prepara o café do marido, que sai para o trabalho. No primeiro contato com ela, perguntou-se se ela trabalhava. Ela respondeu. *"Trabalho não. Sou só dona-de-casa mesmo. Quem trabalha é meu marido, eu fico trabalhando só em casa, cuidando das meninas. Só que eu tando em casa evito que se gaste muito. Poupo as coisas, pois sei quanto custa."* (Entrevista, 16/12/95).

Portanto, ainda que não considere suas tarefas domésticas como trabalho, Ana Cléa tem a nítida idéia do seu papel na economia da casa. O verbo "cuidar", citado inúmeras vezes ao longo das conversas que tivemos, reflete a responsabilidade para com os ganhos do marido e as aquisições materiais conseguidas pela família. A figura feminina no interior dos lares brasileiros ainda guarda muita relação com o pensamento de Ana Cléa. Na comunidade da Draga, as mulheres que se ocupam dos afazeres domésticos parecem satisfeitas com esse papel dentro do lar. No entanto, boa parte delas se aventuram, vez por outra, em pequenas vendas nas proximidades de casa.

Dona Maria das Graças, 38 anos e também dona-de-casa, prefere mesmo é o trabalho doméstico. Referindo-se às formas de lazer de sua comunidade, ela opina: *"lazer a gente faz em qualquer canto. Prá mim, trabalhar é um lazer,"* diz, olhando para a bacia de roupa que está lavando sobre um balcão de madeira, enquanto responde ao questionário. O cenário que se via era composto de bacias de roupa, baldes de água e uma cascata de água de sabão que descia do balcão até o chão de terra batida, na porta da frente da casa. Para Maria das Graças *"todo esse sacrifício é válido. O importante é a gente fazer sabendo que é pros nossos filhos."* O lazer-trabalho de dona Maria funciona como um jogo. Ela preserva o bem-estar da família ao mesmo tempo em que se diverte com as roupas. *"Tá vendo esse monte aí? [monte de roupas ensaboadas] Pois bem, quando eu vi, pensava que não ia acabar, aí eu pensei: faz de conta que é pouco. Ensaboei, depois eu vou lavando as pequenas e depois as médias e depois as grandes e eu estendo da menor para a maior, fica mais bonitinho na cerca. [risos]."* (Entrevista em 9/12/95)

O jogo pela vida é o jogo inversor das adversidades. O trabalho transforma-se em lazer na ausência efetiva deste, e a vitória é o bem-estar da família. Pelo mecanismo de inversão é que boa parte das dificuldades vão sendo solucionadas.

Vista pelo favelado, a favela não é outra coisa senão uma senha para a sobrevivência. Conquistar esse espaço é economia de vida e de gastos financeiros, muito embora não se configure em economia de problemas. *"A favela ... veio para ficar e é a única segurança par uma população em que o desemprego é freqüente e a renda, além de baixa, é irregular. A favela ... é a habitação derradeira."* (Sawaia, 1990:46-50). Por isso, lutar por esse espaço é uma prática ininterrupta na vida das comunidades.

Em seu depoimento, dona Rocilda, presidente da Associação de Moradores diz que *"se a gente parar de lutar um só dia que seja, eles botam prá quebrar. Ora, a gente ficando o tempo todo alerta, quando da fé, chega o pessoal da prefeitura aqui, medindo tudo e dizendo que não tarda a gente ser mandado embora daqui, imagine se nós ficasse [sic] parados!"* A presidente da Associação relata as investidas da especulação imobiliária com um certo orgulho, pois a cada investida ela se configura como *"mulher de luta"*, na medida em que até hoje tem conseguido que o processo de demolição da favela seja retardado.

É dessa forma que a pobreza é minimizada. É um processo de inversão, no qual o dominado passa a dominar, ainda que temporariamente e de modo simbólico. Inverte-se a pobreza pela vigilância ostensiva do território. Quanto ao permanente estado de vigilância contra os "inimigos", o Seu Valmir Mesquita, protético aposentado e ex-presidente da Associação concorda com a colega e vizinha. *"Nós já lutamos muito. Se não fosse assim, já tinham tirado a gente daqui. (...) Só que eu já larguei de mão. Não agüento mais não. Deixei prá Rocilda, que ela é mais valente."* A "aposentadoria" da luta não é uma retirada das armas, mas a divisão com outras forças maiores.

Portanto, as representações da pobreza, bem como sua inversão, é uma prática cotidiana e extremamente necessária para o bem-estar da população. O dia-a-dia da Favela Poço da Draga corresponde ao das demais favelas. Busca-se construir um cotidiano mais ameno, reclama-se um lugar *ao sol* e os meios para isso é a associatividades, ainda que esta seja difícil no plano efetivo. Via de regra, as pessoas esperam as investidas externas para, só então, se movimentarem. Segundo o relato de dona Rocilda, o trabalho da Associação se restringe ao trabalho dos membros da

diretoria. O restante da comunidade só se mobiliza em casos de extremo perigo. No entanto, ante às intempéries do dia-a-dia, as "estratégias de sobrevivência" são muitas.

*"Por estratégias de sobrevivência entendemos aqui o conjunto de formas concretas que a população... encontra para enfrentar a pobreza." (...) "Estas alternativas... constituem uma denúncia da espoliação e das precárias condições de reprodução social da força de trabalho no país." (...) "...práticas que objetivam ampliar a renda e que se situam à margem do mercado formal de trabalho como a dos artesãos, dos vendedores ambulantes, dos biscateiros, dos ocupados em serviços e outras tantas tentativas que ocorrem nos interstícios da produção capitalista."* (Yazbek, 1993:45)

Aqui a autora se refere apenas às condições adversas impostas pelo capitalismo e aos respectivos mecanismos de defesa individual ou coletivo. Deixa em aberto a questão acerca das outras adversidades que, não obstante advirem do sistema capitalista, recaem mais sobre outras questões, como a questão cultural.

A predisposição para agir diante das adversidades não é uma prática meramente social, remonta aos nossos primórdios como animais preocupados com a preservação da espécie. As "ginásticas do pobre" (Carvalho apud Yazbek op. cit) se dão também no universo das representações simbólicas

## 6 - Sobrevivendo às Adversidades

**BH/UFC**

Ainda que as saídas para as dificuldades do dia-a-dia se materializem na forma de emprego, de aquisição de bens materiais e de imóveis, elas são resultado dos mecanismos culturais de inversão. Ditas saídas se dão mais por meio dos símbolos advindos das aquisições materiais, como o *status* de cidadão proveniente de trabalhos reconhecidos pelo restante da sociedade, do que mesmo das próprias aquisições. As representações simbólicas do emprego e das mobílias dos lares funcionam como antídoto das adversidades.

As formas dessa sobrevivência é que mudam, mas o espírito que a busca é igual. Busca-se a igualdade via modelos simbólicos instituídos. Assim, sobreviver à exclusão implica sair do anonimato e figurar na estrutura social como membro ativo desta, ainda que sublocando empregos, a maioria dos quais não remunerados condizentemente, como os empregos domésticos. As empregadas domésticas, ocultadas nas estatísticas dos

empregados, buscam a revelação no convívio com o mundo do trabalho. A conquista do espaço urbano é também a conquista de um lugar no mundo da sociedade trabalhadora, ainda que também aí o favelado seja estigmatizado.

Sobre isso, Kowarick diz que *“até mesmo nas relações de trabalho o favelado é estigmatizado. Não raro, as empresas deixam de empregar um indivíduo pelo fato de morar numa favela, e em certos períodos da década de 70 algumas chegavam mesmo a ostentar placas que evidenciavam semelhante forma de discriminação.”* (Kowarick, 1993:93). Ainda que os dias atuais não cheguem a esse extremo, conseguir emprego na atual conjuntura brasileira e exposto a condições educacionais tão precárias, é tarefa difícil para um favelado.

Mais difícil é sua própria vida, o que não o impede de lutar em busca da reversão desse quadro. As formas de sobrevivência são quase sempre recursos simbólicos, dentre os quais podemos citar: os mecanismos culturais de inversão, a inversão pelo trabalho e pelos serviços assistenciais.

### **6.1 - Pelos mecanismos culturais**

É impressionante a construção signica da favela para sua própria sobrevivência. São construções que representam um certo *status*, comportamentos que vislumbram uma igualdade social que na verdade não existe, uma certa ostentação material e uma enorme e indisfarçada vontade de reverter as adversidades sofridas. A criação de um mundo outro reverte simbolicamente o quadro adverso e cria zonas de equilíbrio entre a favela e o resto da sociedade.

Na relação da favela com o restante da sociedade vê-se com clareza um mito que não se sustenta quando buscamos os detalhes da vida sócio-cultural da comunidade favelada. O mesmo mito que se vai desmontando à medida em que se conhece seus moradores e seu tecido histórico-cultural. A noção de favela nos moldes como nos é mostrada é o mais forte indício de negação de valores que possa existir. Daí dizer, sem medo de errar, que existem nas favelas os mais ricos e complexos textos culturais (crenças, mitos, superstições etc.) que podem, se bem identificados e bem interpretados, desmontar os conceitos de cultura que excluem determinados segmentos da sociedade em detrimento de outros.

Os textos da favela são correlatos aos textos de seu mundo exterior, em que pese as diferenças sociais e econômicas. A moda e os modismos tentam disfarçar as diferenças entre o ter e o não ter acesso aos bens culturais. As crenças são o receptáculo das esperanças coletivas e individuais. O acesso aos estudos vislumbra uma igualdade sócio-cultural. Os meios de comunicação de massa são a certeza de que a igualdade é possível. Toda essa produção textual materializada nos modos de vestir-se; no acompanhamento da moda, nas aquisições materiais, entre tantos outros, só tem um objetivo: a busca pela igualdade, ainda que, no plano externo (a favela dentro do contexto da sociedade) ela seja aparente, e que, no plano interno (dentro da própria favela), ela provoque estratificações outras. Esse caminhar signico é o que confere à favela um lugar de igualdade no espaço urbano. Essa igualdade é conseguida pela ostentação dos símbolos como senha que confere ao mundo excluído uma participação no mundo dos mais abastados.

Nesse sentido, a inversão se dá pela aquisição dos bens que compõem o mundo dos ricos. *"Há, nas ações que constituem o cotidiano, expressões de relações reais e objetivas que os homens estabelecem em sua vida social. Há, também, nesse cotidiano dos indivíduos, um processo de interiorização dessas relações objetivas que constitui um universo de representações simbólicas."*(Yazbek, 1993:90). O pobre assimila os costumes, comportamentos, posturas e aquisições do mundo dos ricos, como se fossem pertencentes ao seu. Objetivamente, alguns desses "bens" são oferecidos a todas as classes. No entanto, funcionam apenas como símbolos, visto que só funcionam subjetivamente. A igualdade pretendida não passa de mera aparência.

Das representações simbólicas nasce, no interior da favela, um novo *modus vivendi*, onde as organizações do cotidiano são alteradas e onde, de modo sutil, seus sujeitos resistem aos códigos instituídos, alterando-os conforme suas inclinações. Enfim, como disse Michel de Certeau, inventando seu cotidiano e repudiando as condições de exclusão a que estão expostos.

Há na Favela Poço da Draga marcas fortíssimas dessas repulsas. A primeira com a qual se deparou a presente pesquisa diz respeito à negação do nome favela. Em todas as entrevistas e em todas as conversas informais, verificou-se a repulsa ao termo. *"Aqui não é favela não. Aqui é uma comunidade, só que pobre, mas não é favela não"*. (Alice Cardoso, 42 anos e funcionária pública estadual). Por sua vez, seu Valmir Mesquita, 73

anos, reagiu da seguinte forma à pergunta sobre como é viver na favela: "*Viver aqui na comunidade é uma beleza, apesar dos problemas, mas eles estão em todo canto, né? As favelas por aí vivem pior do que nós, porque aqui não é favela, somos uma comunidade de pescadores antigos e muita gente boa*". A repulsa aos comentários e identificações depreciativos mostra não só a disposição para lutar como também a tentativa de não se sentirem excluídos dos modos de produção e participação sociais. Dessa forma, a favela acaba por maquiarse, criando o que Ferrara (1993) chama de "signos do poder econômico", ainda que no nosso caso esse poder econômico praticamente inexista.

Ao se referir às inversões simbólicas da pobreza proporcionadas pelas aquisições de móveis e utensílios domésticos, Ferrara diz que ao adquirirem os bens, "*ambiciona-se, na verdade, o reconhecimento coletivo, a influência ou o poder social do indivíduo passam pela exibição dos bens particulares: grades e portões vedam para poder exibir*." (Ferrara, 1993)

**BH/UFG**

O cotidiano da favela revela claramente a ousadia e criatividade com que os seus moradores enfrentam as desvantagens das exclusões. Apesar do caráter agônico natural em todas as sociedades, na favela ele se reveza com o agrupamento, com a agregação, com a associação, meios possibilitadores da sobrevivência, do encorajamento de enfrentar as dificuldades. Esse comportamento se verifica desde a troca de condimentos e temperos como o sal e o alho, feitos mediante "empréstimos", até os auxílios de socorro, quando moradores se revezam diuturnamente na casa dos vizinhos enfermos. Há, ainda, o paradoxo de, a despeito de algumas relações conflituosas entre alguns moradores, não se permitir que elementos estranhos ao grupo assumam o papel de desferir contra seus desafetos aquilo que só cabe à elementos do grupo.

As inversões simbólicas no âmbito das comunidades carentes, portanto, vão desde os sistemas de crenças até as formas materiais das casas e suas fachadas, passando pelos modismos todos e, principalmente pelo espírito de agregação. Pela união de forças a favela reage e interfere no seu cotidiano. Essa interferência é simbólica, fruto das ações substitutivas do imaginário. Cria-se uma segunda realidade, imaginada, criada simbolicamente e que resolve - simbolicamente - as dificuldades enfrentadas.

## **6.2 - Inversão Pelo trabalho**

O trabalho aparece no imaginário popular como instrumento de igualdade social. Essa aparente igualdade social choca-se com a dura realidade do favelado de não

pertencer ao mundo dos privilegiados. Assim, o trabalho se configura numa ambivalência: emancipação e condenação. Emancipação porque, no plano real supre o sujeito de dinheiro para o sustento do lar; e no plano do imaginário cria um ambiente psicológico favorável ao indivíduo, que se sente dono dos seus atos e, portanto, livre das arbitrações do sistema adestrador. Condenação porque expõe o sujeito a adstração salarial, mecanismo social dos mais devastadores, cuja criação surgiu a reboque da cultura consumista, à qual os excluídos não podem participar sem sacrificar seu sustento.

Entre os pólos que circunscrevem a ambivalência do trabalho para as classes subtraídas há outras ambivalências que se alternam, se completam e se mutam ao sabor das representações sociais. Ou seja, a relação trabalho-emancipação-condenação vai mostrando alternadamente a ascensão de um ou outro pólo, conforme o ritmo do usufruto dos símbolos da indústria cultural. O prêmio do trabalho em sua forma material - o dinheiro - também aparece preso ao sistema que o detém e que o distribui. Como a relação entre o ganho e o gasto é desigual, só cabe ao assalariado a criatividade dos biscates.

A construção desse caminho como minimizador das adversidades enfrentadas, ainda que provoque dificuldades outras, é o que torna mais ameno a relação social das classes mais baixas. Assim, *"o salário é fetichizado, transformado em caminho para melhorar a vida e ter alguns bens e alguma tranqüilidade."*(...) *"Referência simbólica e carregada de valor moral, o trabalho expressa, para eles [os entrevistados], a luta por viver com dignidade e reconhecimento."*(Yazbek, 1993:99-166). Dito reconhecimento recebe o ícone dos cifrões. A classe pobre assume que o valor pessoal ou coletivo depende do valor das respectivas contas bancárias, mantidas pelos "bons empregos".

Na Favela Poço da Draga o trabalho é visto como forma de reversão dos preconceitos. Tanto a presidente da Associação de Moradores como seu ex-presidente, têm como meta principal para a comunidade *"conquistar espaço aonde o povo possa trabalhar sossegado e deixar de ser perseguido pelas pessoas como vagabundo, desordeiro. (...) Só se conquista um espaço na sociedade quem trabalha e eu não quero para a nossa comunidade o desemprego não."* (Dona Rocilda, presidente da Associação). Seu Valmir Mesquita observa: *"Olha aqui, professor, pode olhar que não tem ninguém parado. E é porque é domingo. Esse pessoal todinho aí trabalha na*

*semana e no domingo passa o dia todo ajeitando as casas, a rua, ajudando os vizinhos e tudo."*

Os dois maiores representantes da comunidade do Poço da Draga tentam se livrar dos estigmas que o sistema social lhes impõe. O ambiente que o seu Valmir mostrou refletia um verdadeiro trabalho em mutirão. Era o último domingo antes do natal de 1995 e toda a favela se preparava para a passagem festiva, remendando e consertando portas e telhados, pintando casas e limpando ruas e becos. Tratava-se do ritual de renovação do natal, do qual todos queriam participar.

Assim, o trabalho para a comunidade em foco é ilimitado. Toma as formas que cada um consegue dar. É trabalhador aquele que foge à ociosidade, ainda que exposto às formas exploradoras da mão-de-obra barata ou ao submundo do trabalho não protegido pelos direitos trabalhistas e sociais, como o trabalho de domésticas e menores. Fugir das adjetivações depreciativas disparadas pela sociedade significa abraçar qualquer fazer que fuja ao banditismo e à vagabundagem, mesmo que invadindo os cruzamentos da cidade armados de baldes com água e flanela para limpeza dos pára-brisas dos automóveis.

Sobre esse tipo de trabalho marginalizado feito por crianças e adolescentes, Telles diz: *Quanto àqueles [crianças e adolescentes] que só encontram alternativas no mercado informal de trabalho, sua condição de trabalhadores é submergida e praticamente invisibilizada pelas imagens da pobreza criminalizada construídas em torno desses meninos e meninas que fazem da rua um meio de sobrevivência.* (Telles, 1990:7-45)

As ações substitutivas proporcionadas pelo trabalho conferem às classes subalternas o *status* da hierarquia cultural, o mesmo que a separa do resto da sociedade. As diferentes oportunidades trabalhistas gera diferentes poderes aquisitivos e revela estratificações sociais dentro de algumas favelas. O estudo feito pelo Centro Bento Rubião constata uma *"heterogeneidade socio-econômica nas favelas"* e afirma que essa diferenciação é do conhecimento dos moradores da favela. *"Em muitos casos, as diferenças são identificadas espacialmente na comunidade, onde há locais mais pobres e outros onde moram famílias com maior poder aquisitivo."* (CENTRO, 1994:34)

Também essas diferenciações atuam no âmbito criativo-imaginativo das comunidades carentes, como mecanismos inversores, ainda que deles demandem novos conflitos. O certo é que inverter uma situação frente à sociedade como um todo é o que

vale para os excluídos. A *invenção do cotidiano* dentro da perspectiva simbólica é o passaporte para a conquista do espaço na sociedade. Assim, apreendem-se todos os símbolos do sistema social vigente como meio possibilitador de um trânsito menos conturbado entre o mundo real e o mundo imaginário.

Dentro desse contexto, a mídia influencia no comportamento das pessoas, notadamente no processo de aquisição de bens e serviços em moda. "*Os adolescentes se desinteressam do estudo e procuram logo a trabalhar, na ilusão de que assim poderão vestir-se segundo as griffes mais em voga, frequentar bailes e gastar à vontade, sem depender da família e do que esta pode oferecer em termos de consumo e lazer.*" (Centro, 1994:37). Sob esse aspecto, a mídia, enquanto mecanismo de *substituição* das desigualdades por parte dos favelados - sendo para eles um mecanismo de inversão - por ser também um processo de codificação, apresenta-se como um novo problema, na medida em que cria uma realidade falsa para os segmentos excluídos. Nesse sentido podemos dizer que o lado "anestesiador" das adversidades, proporcionado pela magia dos simbolismos da mídia, notadamente da televisão, é tão aparente quanto cruel. No momento em que o símbolo deixa de atuar como mecanismo de inversão e passa a atuar como mecanismo de alienação, faz-se necessário a intervenção de outros meios.

### 6.3 Inversão pelas Lutas Sociais

Outro mecanismo de inversão das adversidades é dado pelo caráter humano de estar sempre disposto a lutar contra os inimigos. Estes inimigos se configuram como todas as formas de dominação prescritas pelos sistemas ordenadores. Dentro do tecido sócio-cultural as disposições para as lutas têm uma evolução.

Mais uma vez se fará referência ao trabalho de Lúcio Kowarick sobre as lutas sociais, materializado em duas de suas obras: "*As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*" (1994) e "*A espoliação urbana*" (1993).

O referido autor assinala os dados evolutivos das lutas sociais no Brasil começando pelo período da Primeira República (1889-1930), onde "*o movimento operário... atinge seu ápice durante a greve geral de 1917. Neste particular, convém mencionar que a luta dos trabalhadores naquele ano não se deu em torno de sindicatos, centrando-se em torno das Ligas de Bairro.*" (...) "...*estas zonas populares que circundam as fábricas, onde predominam moradias de classe pobre, passam a ser*

*encaradas como focos de desordem, 'epidemias anarquistas', semelhantes às moléstias contagiosas, que devem ser estirpadas do cenário da cidade".*(Kowarick, 1994:79) Kowarick se refere às influências que as camadas populares exerceram sobre os sistemas de poder do Estado, ensaiando mobilizações com elevado poder participativo e reivindicativo.

Em referência ao período histórico brasileiro no qual Getúlio Vargas instituiu o controle estatal sobre os salários e a produção industrial, Kowarick fala sobre o processo e "burocratização do Estado": "*Contudo, burocracia não quer dizer neutralidade; ao contrário, significa uma forma de domínio que se incorpora às classes populares do jogo do poder, o faz de modo a retirar-lhes a autonomia e a iniciativa política... o movimento sindical é atrelado aos aparelhos estatais.*"(Kowarick,1994:82). Apesar de o momento histórico obrigar a maioria da sociedade espoliada a viver um cotidiano de idas e vindas entre casas distantes e trabalho opressor, surgem "*aglutinações que se transfiguram em maior vigor reivindicativo.*"(idem, p.48)

Tanto no entender de Kowarick como na visão de outros autores consultados, buscar as reversões das assimetrias, ainda que pelas lutas sociais, implica alimentar novas codificações cujo objetivo é defender o sistema social vigente das "desordens" externas. Mais uma vez cultura e não cultura se polarizam. A defesa ao sistema vigente se dá pela anulação das iniciativas emancipatórias. Assim, as lutas sociais evoluíram ao sabor das adjetivações depreciativas como definir as lutas como "*movimentos virulentos*" que desestabilizam a *ordem* e a *paz* sociais, fatos condenáveis e que põem em risco o espaço urbano, posto que *contaminam* e *infestam* a sociedade de inseguranças.

Ampliando a análise dos movimentos reivindicativos, vê-se que a contapartida dessas "insurreições" é a visão dos excluídos como não cidadãos, como não-cultura dentro do sistema selecionador vigente. As práticas de enfrentamento e superação dos desmandos sociais que põem em lados opostos cultura e não-cultura, cidadãos e não-cidadãos, se dão num eterno devir social. "*O que se observa é que hoje os movimentos sociais vêm a luta por direitos sociais como um processo de construção coletiva.*"(Yazbek, 1993:54)

A alternância de métodos libertadores é para o universo popular um exercício de vida que acontece quase que simultaneamente ao próprio viver. O processo de lutas sociais acontece num espaço macro - frutos das relações sociais dos sujeitos espoliados

com os sujeitos espoliadores - e num espaço micro - oposições às mini-exclusões que acontecem no interior das comunidades carentes e com determinados sujeitos excluídos, como a categoria feminina e infantil, historicamente mais vulneráveis socialmente. Sobre isso, Telles aponta:

*"No início da década de 80, as mulheres trabalhadoras participaram do ciclo grevista. Suas formas de mobilização estavam informadas por uma experiência própria no mundo fabril em que não estavam ausentes práticas de resistência - muitas vezes surdas e individuais, mas também mais articuladas e coletivas - contra formas específicas de opressão."* (Telles, 1990:37-45)

## 7 - O Poder Estatal

Neste item abordar-se-ão as inversões sob a forma do espírito gregário dos segmentos excluídos e principalmente pelas intervenções oficiais. Estas, como se verá nos sub-itens sobre serviços assistenciais, são de uma só vez inversão e polarização. Enfocaremos os meios pelos quais as políticas oficiais se voltam para as classes sacrificadas. A prática assistencial reducionista. O "monopólio de instituições" dominantes. A "cultura política" do clientelismo. O "é dando que se recebe": favores versus resignação. A inalterabilidade do poder: ou o jogo como forma de dominação.

Antes porém, vamos ver como se dão as relações sociais dentro e fora da favela, desta consigo e com a sociedade em geral. E como se dão as convivências no interior das favelas, notadamente da Favela Poço da Draga.

As opiniões dos autores consultados é conflitante no que concerne à suposta solidariedade entre os moradores das favelas. É bem verdade que as opiniões de cada um são fruto dos estudos empíricos que cada um fez em comunidades diferentes. Assim, antes de generalizar, é preciso destacar que os resultados a que eles chegaram pode apontar para características gregárias comuns, mas que melhor se adequam aos objetos por eles analisados.

Segundo o estudo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião, *"as relações de convivência na favela são marcadas principalmente pela solidariedade entre vizinhos. O padrão de sociabilidade assemelha-se ao de cidades do interior, onde todos se conhecem e sabem um pouco da vida dos outros."*(:32) *"É uma população que*

*conta consigo mesma, acima de tudo.*” Segundo a análise feita, “*essa base de solidariedade funcionaria como um 'amortecedor' dos conflitos sociais reais que essa população enfrenta.*”(…) É uma maneira de “*amenizar o cotidiano de miséria.*” (…) “*A condição fundamental de sobrevivência se vincula a uma espécie de sentimento gregário defensivo e agressivo ao mesmo tempo...*”(Centro, 1994:34)

A solidariedade como meio possibilitador de segurança poderia, assim, absorver as mais variadas formas. Desde a preocupação com o próximo, a partilha dos mesmos problemas e a união de forças para resolvê-los, até as formas agressivas de defesa do seu território, materializada nas resistências às desocupações encetadas pelo sistema urbano.

Na mesma linha de raciocínio, Yazbek segue, diferindo apenas nos contornos que tornam o agregar-se um eterno fazer de lutas. Vejamos seu comentário:

Primeiro, apoiando-se na citação de Melo, diz: “*a solidariedade não é sentimental e nem se manifesta com alarde. É calada e dura como a vida que levam.*”(Melo apud Yazbek,1993:127). Depois, complementando aquele pensamento, diz tratar-se das “*redes informais de apoio mútuo.*” “*No dia-a-dia, múltiplos arranjos ajudam a 'agüentar' a rudeza da vida. É importante observar que essas redes cumprem muitas vezes o papel de uma assistência social que não responde às demandas que lhe são colocadas.*” (idem, ibidem)

O pensamento acima complementa a opinião segundo a qual a agregação e a solidadriedade entre os pares nas favelas funcionam como meio anestesiador das tensões sócio-econômicas, sendo, portanto, mecanismos culturais de inversão. A força mágico-mítica das ações simbólicas, que substituem a rudeza da vida por ações mais brandas e suportáveis.

Pensamento contrário tem Sawaia. Para ele, “*o que se tem na favela é a unidade na miséria e não a solidariedade entre iguais.*” (Sawaia, 1990:46-50). Sob este ponto de vista, a cumplicidade mútua apontada nas entrelinhas dos discursos acima seriam meras aparências. Subentendendo-se que os conflitos internos originem-se nesse ponto, onde qualquer tentativa de solidariedade se esvairá quando interesses contrários estiverem em jogo, ainda que internamente no espaço da favela.

Diante do exposto pode-se depreender que as manifestações solidárias ocorrem dentro de um espectro só visível se entendidos os elementos que estão em jogo. Assim, diante de ameaças externas que possam vitimar o todo do grupo favela, as aglutinações

coincidem em seus propósitos defensivos. Sob esse aspecto, a defesa do coletivo significa a defesa individual de cada sujeito. Por outro lado, quando as ameaças acontecem no seio da própria comunidade, desencadeada pelo agonismo proveniente pela luta do seu espaço interno - onde as faixas de terra são disputadas palmo a palmo - o espírito solidário transforma-se em armas defensivas.

Perguntou-se aos moradores da Favela Poço da Draga acerca da união dos seus moradores. Todos foram unânimes em afirmar que a solidariedade existe, principalmente quando membros mais necessitados estão em apuros. Neste tocante, vê-se uma prática assistencialista dentro dos mesmos padrões dos serviços assistenciais desenvolvidos pelo poder público (cuja análise faremos mais adiante). A exceção aos princípios solidários - ainda segundo as opiniões coletadas - fica por conta do não respeito às propriedades imobiliárias e espaciais de cada um. Assim, todos respeitam os ocupantes das <sup>4</sup> áreas mais miseráveis da favela e até os ajudam. Só não aceitam dividir com eles o seu espaço.

Num sentido geral, as convivências interna e externa à favela são complexas em suas formas de ação, dependendo dos motivos e situações que colocarão em confronto os interesses dos pólos opostos. Os entraves maiores da favela com seus oponentes do espaço urbano se dão quando o favelado vai ao asfalto, palco onde se agudizam as diferenciações. *“Esses contrastes evidenciam relações geralmente não harmoniosas, caracterizadas sobretudo como discriminadoras, nas quais os moradores da favela se percebe e é percebido como estando numa posição de inferioridade.”* (Centro, 1994:45)

Essa percepção geral do sujeito favelado, quer venha de si mesmo, quer venha dos sistemas ordenadores de plantão, é resultado de uma concepção ideológica que está presente, inclusive, nas políticas de serviços assistenciais do Estado, pauta das análises a seguir.

---

<sup>4</sup> Há na Favela Poço da Draga uma favela dentro da outra. No pequeno espaço existente entre as moradias antigas e os paredões dos estaleiros navais - área permanentemente alagada pelas subidas das marés e aterro sanitário da própria favela - situa-se a legião de miseráveis, ocupantes de barracos de tábua e papelão, a maioria provenientes de outras favelas demolidas. Conscientes dessa estratificação social, ambas as favelas se auto-denominam de "a aldeota" (referência a um dos bairros nobres da cidade) e o "papouco" (referência a lugares paupérrimos, cuja convivência se dá com muitas brigas e confusões, fazendo jus ao codinome, que quer dizer, em sua acepção nordestina, "estrondo").

### 7.1 - Os Serviços Assistenciais: uma forma de mediação?

A oferta por parte das autoridades oficiais de serviços de assistência social às classes mais necessitadas é uma prática que tanto pode reverter os infortúnios daquelas, como reforçar as bases mantenedoras destes.

Para o nosso enfoque analítico, vamos descrever as bases dessa assistência, o seu conceito oficial e as escamoteações práticas; os sentidos embutidos nas práticas assistenciais e a recepção pelas classes inferiores; sempre no intuito de conhecer as semioses das relações sociais, suas codificações e o exercício de suas simbologias, veio pelo qual, consideramos útil para o conhecimento do universo sócio-cultural das classes menos favorecidas, aqui representadas pela Favela Poço da Draga.

A presença do Estado e de seus instrumentos oficiais como mediação das adversidades enfrentadas pelas classes subalternas é um fato que precisa ser analisado dentro da perspectiva sócio-econômica brasileira e das demais políticas sociais adotadas pelo sistema. Para tanto, recorreu-se ao trabalho de Yazbek (1993) intitulado *Classes subalternas e Assistência Social*.

A autora traça o perfil histórico das práticas assistenciais brasileiras e, numa análise crítica, aponta para as ideologias embutidas no discurso oficial e os perigos de eles reiterarem a subalternidade, escamoteando a construção da cidadania, ao mesmo tempo em que revela as ambivalências das assistências tanto no plano dos assistentes sociais como na recepção pelos assistidos. Comenta a mediação estatal da seguinte forma:

*“Entendemos que o Serviço Social profissional, como mediação, está diretamente colocado na relação do Estado com os setores excluídos e subalternizados da sociedade. É, pois, uma intervenção mediadora, que transita no campo das políticas sociais e assistenciais na concretização da tarefa reguladora do Estado na vida social. (...) Como mediador, o assistente social transita entre dois mundos complementares: o universo dos dominantes e dos dominados, numa posição muitas vezes ambígua na medida em que se situa num campo de interesses contrapostos.”* (Yazbek, 1993:24)

Como sabemos que a mediação é um artifício simbólico que se apresenta como um terceiro elemento, oferecendo-se como interlocutor de dois pólos em oposição e que ele deve receber a força de ambos os lados e em nome deles agir, percebe-se claramente

a ambivalência da mediação numa relação tão assimétrica como a que separa assistentes - ampliado ao sistema detonador das diferenças sociais - e assistidos.

A mediação como elemento neutro ou pelo menos enquanto canal de diálogo entre dois pólos assimétricos para funcionar bem e não avivar a assimetria - posto que, no caso da assistência social é oferecida por um dos lados - deve representar igualmente os lados em oposição, fato que, segundo a análise da autora até aqui consultada, não ocorre. Ela vê a assistência promovida pelo Estado como um "mecanismo compensatório", onde, pela falta de condições sociais dignas, o Estado interfere promovendo soluções paliativas que trazem no seu bojo a eterna condição da população assistida como dependente pelos favores recebidos. *"São... estratégias reguladoras das condições de reprodução social... e que reitera a figura do 'necessitado' e do 'desamparado' num processo de dominação."*(idem, p.49)

Isso posto, desfaz a noção de mediação, conforme mencionada acima. Ainda que todo padrão de solução simbólica, mesmo se apresentando como elemento solucionador, busque o equilíbrio das partes oponentes, por se tratar de um código, onde as partes têm de assinar um contrato social, pode ter um efeito contrário. E a rigor, é assim que essas relações se dão. A tentativa de soluções no nível simbólico pressupõe soluções contínuas, sem as quais as assimetrias tendem a atingir níveis insuportáveis.

Assim, a figura tutelar do Estado opera os serviços assistenciais, segundo os paradigmas que ele próprio constrói. Dessa forma, atrela os resultados dos seus atos, conforme os sucessos ou insucessos de outros mecanismos por ele comandados. A mediação se apresenta, sob esse aspecto, perfeitamente munida das respostas aos reclamos advindos das partes interessadas na minimização das assimetrias.

Resultado das políticas econômicas, a assistência social oficial é, no dizer de Yazbek, uma forma escamoteada de dominação e reforço das diferenças sociais. Diz a autora: *"O que se observa é que os gastos na área social parecem cada vez mais vinculados ao desempenho geral da economia, o que abre o caminho para políticas assistencialistas e de precário padrão"*.(idem:46)

Por assistencialismo a autora entende o processo segundo o qual se eterniza a condição de subalternidade, fato que ocorre devido ao atrelamento dos mecanismos de ajuda às necessidades pessoais e coletivas e suas devidas comprovações junto aos órgãos promotores de tais serviços. Ou seja, só tem ajuda quem solicita a ajuda e isto pressupõe

a difícil e humilhante exposição dos sujeitos aos paradigmas da pobreza e subalternidade. Ter ajuda, assim, é tornar-se eternamente pobre e dependente desses serviços. Dentro dessa análise, querer não é poder.

*“O assistencialismo, resultado da difusão do imaginário conservador, supõe fazer dessa transferência uma relação de poder que subalterniza quem tem a necessidade: ele passa a dever um favor ao intermediador da possibilidade, que nem sempre é proprietário, mas muitas vezes um agente técnico ou institucional”.* (idem:11)

Mas, como se dá na prática a assistência social e o que os assistidos podem esperar dela? Como preparar um caminho que rompa ou pelo menos minimize as codificações dominadoras e reificadoras do processo adestrador? É em busca dessas respostas que segue o trabalho de Yazbek e é em sua trilha analítica que continuamos a seguir.

## **7.2 - A Assistência em curso**

Segundo a análise de Yazbek, o curso da assistência social no Brasil segue os parâmetros da delimitação social, ou seja, fruto de políticas inadequadas e descomprometidas com as reais necessidades sociais, os serviços sociais funcionam como fronteiras que reforçam a existência da cultura e sua dominação da esfera extracultural.

O fazer assistencial, contrariando o discurso oficial e os objetivos delineados, apresenta-se repleto de ambigüidades, contradições e funcionam como recriadores da subalternidade na medida em que estabelece uma relação de troca, ao invés da apregoada relação mediadora. Troca-se o serviço pela manutenção da pobreza, posto que atrela seus serviços ao grau máximo de miserabilidade.

O próprio conceito de assistência vislumbra uma relação dual e polar, em torno da qual se concretiza uma dinâmica de oferta e procura que opera ambigüamente. Quem tem, não recebe e quem recebe continua sem ter.

*“A rigor, assistência é uma forma de subsidio: técnico, financeiro, material, psicológico etc. Enfim, ela se constitui num campo dinâmico de transferência que não é unidimensional, pois supõe de um lado a necessidade e de outro a possibilidade”.* (idem:11)

*“...a assistência... é campo concreto de acesso a bens e serviços e expressa por seu caráter contraditório interesses divergentes, podendo constituir-se em campo de*

*reiteração da subalternidade de seus usuários ou avançar na construção de sua cidadania social." (...) "tem o seu papel ambíguo, contraditório e recriador da subalternidade... e ao mesmo tempo prenhe de possibilidades de favorecer o protagonismo dos subalternos na direção da ruptura com a subalternidade." (idem:165)*

A ruptura com a subalternidade pressupõe direitos a serem alcançados, o que, convenhamos, não vem acontecendo na sociedade brasileira. A conquista dos direitos só será válida se devidamente reivindicada pelos subalternos e não pelos paradigmas vigentes, que submetem os sujeitos excluídos ao vexame da submissão acompanhada da gratidão pelos poucos favores recebidos. Esse processo, não de conquista, mas de imposição, mediante formas compensatórias, aniquila as iniciativas contra-hegemônicas.

Assim, enquanto não se promover saídas para o acesso aos mínimos graus de cidadania, as demandas dos serviços sociais continuarão a buscar formas paliativas de supressão de bens materiais mínimos à subsistência humana, fato que eternizará o país como um celeiro de pobreza e miséria múltiplas.

Vista pelos analistas, a assistência arrola essas significações todas. Mas, e os sujeitos assistidos, como vêem esse serviço?

Em sua pesquisa de campo, Yazbek aponta algumas representações dos segmentos subalternizados. Diz a autora: *"Um possível ponto consensual é a vinculação que realizam entre assistência e ajuda e o constrangimento daí resultante."* Trata-se das ambigüidades que a prestação desses serviços apresentam. Ao mesmo tempo em que se prestigia os pobres com os serviços, os coloca em situação de humilhação, uma vez que são classificados como pobres e desprestigiados. *"E, nestas circunstâncias, a assistência, apreendida como ajuda que recebem a contragosto e não como serviço a que têm direito reitera a condição de subalternidade em que vivem."* (idem:138)

As entrevistas coletadas pela autora mostram usuários desses serviços desconfiados e insatisfeitos com os mesmos. Entendem que os serviços são paliativos e os classificam como *"só uma ajuda"*, o que, segundo a autora, mostra *"a idéia do provisório contido no assistencial"* e preferem o direito ao trabalho.

*"É importante notar que em seis depoimentos... prevalece uma apreensão da assistência social a partir de ajudas imediatas e compensatórias voltadas ao atendimento emergencial de situações de grande privação, sobretudo material."* E que, apesar de alguns deles participarem ativamente de programas assistenciais e serviços

comunitários, esses serviços "...não são vistos por eles dentro de uma ação assistencial abrangente do Estado, mas são percebidos apenas como fruto de suas conquistas e dos confrontos com o Estado."(idem:146)

Feitas essas considerações, resta-nos conhecer a relação da Favela Poço da Draga com os serviços assistenciais recebidos, primordialmente pela Igreja, única instituição presente no dia-a-dia daquela comunidade.

## 8 - Em Busca de uma Identidade

BH/UFC

Os moradores da Favela Poço da Draga têm uma relação bem definida em relação aos poucos serviços assistenciais que se lhes oferecem. Por um lado, preferem reclamar, usando os canais abertos de sua Associação de Moradores, reivindicando melhorias estruturais da comunidade e, principalmente, buscando meios e aliados que assegurem sua permanência no local, posto que está em curso um processo de reurbanização do local. Por outro lado, aceitam as benesses dos serviços assistenciais da Igreja, desde que esta se torne uma aliada na luta contra a desocupação do espaço.

No depoimento da presidente da Associação de Moradores isso fica bem claro: *"A única ajuda que nossa comunidade tem de verdade é essa escolinha aí, dirigida pelas freiras e coordenada pelo padre Tito. É um espaço pequeno mas muito bom para as crianças carentes. Mas isso não é tudo não, professor, melhor do que isso, seria as freiras pedirem ao Dom Aloisio Lorscheider para lutar pela nossa permanência aqui e por trabalho para a nossa comunidade. Os homens dos órgãos públicos só querem nos dar esmolas e nos chamam de favela, só para poder tirar a gente daqui."* (Entrevista, julho de 1994)

Como já se mencionou anteriormente, a favela nega este nome, ainda que não negue as condições miseráveis em que vive. Repudia os preconceitos e perigos embutidos no nome favela, instituindo um nome mais em moda: comunidade. Já no primeiro contato desta pesquisa com o antigo presidente da Associação de Moradores, em março de 1993, era repudiado a forma como abordou-se a comunidade. Elegantemente, o seu Valmir Mesquita se desviou do nome favela, como que diante dele estivesse mais um dos interessados em desalojá-los do espaço. O discurso do então

presidente moldava-se aos modelos em voga nos chamados partidos de esquerda, notadamente daqueles originados nos sindicatos.

Construía-se, assim, mais um artifício simbólico de inversão: o discurso, instrumento de defesa e meio possibilitador de diálogo em pé de igualdade com os estratos mais altos da estrutura hierárquica. Segalla (apud Centro, 1994:82) diz que o conceito de comunidade foi definido como uma "*categoria do discurso dos moradores, uma idéia construída e legitimada na favela, uma categoria do discurso político da favela.*" E complementa:

*"Para a grande maioria das lideranças dos movimentos pesquisados, a noção de comunidade tem uma matriz originária no ideário da Igreja Católica, em sua ala da Teologia da Libertação."*(idem p.83)

Portanto, os artifícios simbólicos usados pela comunidade do Poço da Draga, já na definição da categoria urbana à qual pertence, mostra claramente a busca por uma identidade própria e que fuja às amarras das depreciações sócio-culturais. No item do questionário aplicado aos moradores da Draga sobre "*como você definiria esse espaço em que você vive?*", a maioria das respostas mostrou a consciência de uma identidade e a repulsa aos preconceitos alimentados contra essa identidade.

Das <sup>5</sup> vinte pessoas entrevistadas, todas apontaram dificuldades na vida em situações tão adversas, sem no entanto, concordarem que seja ruim morar ali. Dezoito foram as respostas negativas ao abandono do lugar, ainda que para um lugar já definido e assegurado pelas autoridades. A repulsa à saída do lugar varia conforme o nível de compreensão do contexto histórico em que vivem. Oito respostas negam veementemente a condição de favelados e associa esse preconceito aos *poderosos que querem o lugar* da comunidade. Seis respostas apontam para a união da comunidade como forma de negação da condição de favelados. Essa união seria a senha que conferiria à favela o *status* de comunidade.

O sonho de pertencer à sociedade, ser comunidade e continuar mantendo a sua identidade, parece ser a tônica dos moradores da Favela Poço da Draga. Na negação e

<sup>5</sup> Dada a impossibilidade de se trabalhar com um universo maior, dentro das pretensões do trabalho de acompanhar, por um período, ainda que pequeno, o dia-a-dia das pessoas, viver de perto seu fazer cotidiano, optou-se por vinte membros da comunidade. Escolheram-se pessoas de todas as idades, compreendidas entre 15 e 80 anos; representantes de ambos os sexos e moradores de cada uma das duas ruas e demais becos. Tentou-se mesclar a participação, tanto dos moradores ratificados há anos no local, como os recém chegados e ocupantes do lado mais miserável da favela. Ver anexo 2. (Tabulação dos dados das entrevistas com os moradores da Draga)

aceitação das condições em que vivem está a identidade como instrumento que confere à favela existir e provar sua existência perante o resto da sociedade. Sposati fala do *“desafio em constituir o estatuto político das práticas de resistência como espaço de construção da identidade e consciência de classe e através delas enfrentar a exclusão e a subalternidade”*. (apud Yazbek:9)

O que parece claro na relação dos moradores da Favela Poço da Draga com o resto da sociedade, notadamente nos discursos da Associação de Moradores, é a manutenção de uma identidade própria que lhe confira participar ativamente como classe social das estruturas sócio-culturais vigentes. Isso atuaria como construção de uma consciência que se daria, tanto no universo das classes hegemônicas como num interior da favela.

### **8.1 -Especificidades culturais: o simbólico em questão**

Retratar o universo popular das comunidades carentes implica conhecer seu imaginário e suas representações. A experiência de vida dos sujeitos passa pela complexidade de seus sentimentos, valores e crenças. De todas essas experiências nasce a consciência dos indivíduos. *“As pessoas experimentam suas experiências não só como idéias, mas também como sentimentos. Lidam com este sentimento na cultura como normas, obrigações familiares e de parentesco, reciprocidades como valores ou arte, ou nas convicções religiosas.”*(Thompson apud YAZBEK, 1993:73)

A percepção de mundo dos indivíduos é mediada pelas *relações de poder simbólico*, ou seja, vivem segundo os códigos dos sistemas simbólicos, construídos segundo os padrões ofertados pela cultura em cujas bases está o princípio codificador dual e as conseqüentes diferenças entre os segmentos culturais e seus respectivos espaços extraculturais.

Essa mediação simbólica dentro do processo civilizador funciona para a extracultura como uma lente turva, pela qual são alterados os modos de visão. Desta forma, os símbolos do processo civilizatório criam uma imagem de uma suposta melhoria de vida. Ou seja, dentro do espectro das mudanças sociais experimentadas pelos segmentos excluídos, o real e o simbólico se misturam, dando aos espoliados a sensação de viverem melhor, a despeito de terem sido subtraídos dos processos de escolha. A criação dessa percepção dos estratos subtraídos é fruto das ilusões oferecidas pela

*sociedade de massas*, detentora dos símbolos e simbolismos todos. Forja-se "através dos meios de comunicação aquilo que pode ser designado de 'mercado de ilusões', é o mundo das vitrines, da televisão, dos painéis publicitários onde os que subiram servem de exemplo e esperança para aqueles que só podem consumir na fantasia o sucesso do estilo de vida daqueles que venceram". (Kowarick, 1993:50)

Um exemplo prático dessa visão turva de que se falou há pouco é o depoimento de dona Francisca Goiana, a Dona Quinquinha, personagem de 73 anos que nos acompanhou por um ano e meio, contando sua vida e a de sua comunidade e, depois remetendo-me cartas para São Paulo, mantendo-me informado sobre o cotidiano da favela. Fez isso até falecer em 12 de dezembro de 1994, vítima de um infarto fulminante, três dias após ter marcado mais uma entrevista que ocorreria na semana seguinte.

Em suas longas digressões sobre o espaço em que vivia, dona Quinquinha era taxativa em afirmar as melhorias de sua comunidade, não obstante sua casa e a de seus filhos terem sido devoradas pelas marés, fato que passou a ocorrer depois das marcas do progresso, advindos da construção de um enorme estaleiro naval e do aterramento de parte da praia, para a construção do maior hotel da cidade. Dizia dona Quinquinha: "Vixe! A vida aqui melhorou muito, meu filho. Hoje nós temos essa beleza toda aí. [referência aos hotéis e aos calçadões da praia]. Antigamente era tudo mato, só se andava a pé, por umas veredinhas. (...) Aqui, ó! A minha casa ainda era inteira, então você saía pelo quintal e andava quase um quilômetro até o poço da draga ou para a água do mar. Hoje tá tudo mais bonito e melhor, né?" (Francisca Goiana, 1994)

As marcas do progresso são signos de melhoria, ainda que não se possa partilhar delas. O orgulho por morar num lugar que viu crescer e se valorizar é o mesmo por ter convivido com os grandes nomes da sociedade da época, que até tomavam café com tapioca em sua vendinha e que foram os precursores na tarefa de transformar o lugar num dos mais valorizados da cidade.

"Esse lugar aqui é muito bom e importante, num sabe? Foi aqui que eu e meu marido criamos nossos filhos. Também convivemos com os presidentes da Capitania dos Portos, que eram nossos amigos. O Perboyre e Silva [então presidente da Capitania e hoje nome de rua em Fortaleza] foi quem permitiu que o Valdemiro [marido] fizesse nosso pontinho aqui. Ai ele mesmo comprava tapiocas, que ele gostava muito e até levou algumas para o Rio de Janeiro, para mostrar como eram bem feitas." (idem)

A percepção de dona Quinquinha vem mediada pelas representações do mundo social. Acompanhar o progresso e conviver com seus atores, é partilhar da mesma identidade daqueles. Sua narrativa se dá semioticamente. Descreve os signos de seu universo e do universo que lhe é externo, mostrando-os em ação, na construção de significações que irão representar os graus diferenciados de participação social e conquistas de espaços, nos quais, acredita, irá ratificar sua condição de sujeito da história.

A partir da força mítica das representações simbólicas se vão construindo e organizando seu cotidiano, a fim de que ele comungue em igualdade com a vida social mais ampla e com representatividade no cenário urbano local. Busca-se, na verdade, uma linguagem comum aos extratos culturais. Logo, depreende-se que a construção do cotidiano se dá em níveis reais e simbólicos. Real porque as condições de infra-estrutura entre a favela e o restante da sociedade são díspares, cabendo ao recurso simbólico a mediação dessas diferenças.

*"As representações, portanto, realizam a função de organizar significativamente a realidade para os que a vivenciam. Contêm um 'modelo' de homem e de sociedade, explicam o real e respondem à necessidade de criação de uma identidade social, na qual a questão da diferenciação social aparece, muitas vezes, como elemento organizador e justificador dos comportamentos."*(Yazbek, 1993. P. 78)

A linguagem, como expressão do mundo, funciona no imaginário popular como um canal de acesso aos bens culturais da sociedade. O sonho da igualdade e o jogo sógnico para consegui-la é um recurso que guarda ambigüidades, pois tanto pode significar *resistência e criatividade* no trato com as adversidades, como pode tornar-se instrumento de alienação.

## **9 - Das Codificações**

Segundo a teoria da semiótica da cultura, elaborada por Bystrina (1995, pré print), *"a cultura se define por si mesma"*, ou seja, é a cultura quem define o que é cultura. Para isso lança mão de convenções que designam suas esferas internas e externas. Assim, a divisão da sociedade entre categorias e classes é um princípio de ordenação e do poder do símbolo na história da humanidade.

Transferindo essas premissas para o universo das favelas e sua relação com a alta cultura, aqui representado pela Biblioteca Pública, temos em jogo dois universos tão distintos quanto assimétricos.

Como representante dos estratos inferiores da sociedade, a favela recebe as codificações marcadas por estereótipos. A "cultura" a vê como entidade problemática, marginal, periférica, perigosa e inadaptada para o convívio social. A separação hierárquica que põe em lados opostos bem-nascidos e miseráveis é uma codificação arbitrária.

Ao falar de codificação nos lembramos fatalmente da proximidade do termo com a noção de ordem, que não deixa de ser uma codificação na medida em que "ordena". Essa ordenação a partir dos códigos morais instituídos pela cultura é tão arbitrária quanto exclusivista. Mostra-se tanto como medida de solução - na medida em que separa em dois para melhor explicar - como obstáculo para os setores em desvantagens sócio-econômico-culturais. No entanto, como toda ordenação, a ordem tem também seus dois lados. A ordem prescrita pelos detentores dos mecanismos de ordenação e a ordem aceita pelos dominados que, em não aceitando-a, cria o oponente maior, a "desordem" que é um novo tipo de ordem. Temos assim, nos dizeres de Telles (1990) a *"ordem excludente que se choca com esse universo moral constituído"*.

Vejamos como se dá o choque entre ordem e desordem. *"Desordem expressa no esforço não recompensado, no trabalho que não é reconhecido, na remuneração que não corresponde à dignidade de um chefe de família; na justiça que não funciona e deixa impunes os criminosos; na lei que penaliza os fracos e protege os poderosos; nas 'autoridades' que tratam o trabalhador honesto como marginal, que não reconhecem o seu valor e a dignidade de sua pessoa; na polícia, finalmente, que acusa o chefe de família cumpridor de seus deveres, prende inocentes e deixa em liberdade o criminoso."* (Telles, 1990:37-45)

Como provedor dessas codificações estão as instituições todas a serviço do Estado, que as monopoliza como reprodutoras do *status quo*. Sob esse aspecto as Bibliotecas Públicas brasileiras funcionam sob esse estigma, na medida em que reiteram o perfil das desigualdades culturais, separando sua demanda entre letrados e analfabetos, público e não-público, usuários reais e usuários potenciais; além de separar o popular e o erudito, o proibido e o permitido, entre outras tantas divisões arbitrárias.

Sob o signo da grandiloquência herdada do processo civilizador, as bibliotecas públicas embrenham-se em serviços de mera assistência paliativa, reduzindo seu raio de atuação a fim de melhor preservar seu espaço "sagrado". Essa espécie de "cultura política" mantém em seus devidos lugares as classes que lhe são externas, ao mesmo tempo em que legitimam suas ações limitadas.

O poder do Estado, presente nas políticas das Bibliotecas Públicas brasileiras, mostra que trata-se de um mecanismo ordenador, onde o Estado escolhe, segundo critérios que ele próprio estabelece, os indivíduos a serem atendidos pelos serviços bibliotecários. Isso, além de ratificar um processo de eterna exclusão, deixa claro com quem está o poder, numa tentativa de manter inalterados os mecanismos de controle estatal.

Mas, nessa relação assimétrica entre Biblioteca Pública e favela, como é que esta se comporta? Que componentes de sua vida gregária e das relações de organização e associação ela usa para minimizar a distância que a separa da Biblioteca pública, no que concerne ao acesso à informação e aos demais serviços por ela ofertados? Há interesse da favela na biblioteca? Como eles se dão e quais as barreiras a vencer? Caminhemos na trilha dessas questões a fim de elucidarmos as bases que as mantêm vivas e os possíveis meios de reverter esse quadro. Antes, porém, faz necessário refletir sobre a convivência da favela com as ideologias que a classificam.

Observando o dia-a-dia da Favela Poço da Draga, a impressão que se tem é que seus moradores vivem indiferentes às agressões que lhes são desferidas. Puro engano. Não há naturalidade na recepção das adversidades, como não há parcimônia de esforços em combatê-las. A posição da população frente aos perigos iminentes é de enfrentamento, ainda que a Associação de Moradores reclame por um engajamento constante de seus pares. No entanto, se não há regularidade de participação nas lutas diárias, há, segundo a própria Associação de Moradores, uma adesão quase que total quando os perigos aumentam, como no momento atual, quando os órgãos estaduais e municipais se empenham em desapropriar a favela para a construção de um comércio turístico *24 horas*.

A ligeira noção de cidadania, que passa pela cabeça dos moradores da Draga, pode ser refletida pelo elenco de reivindicações proposto pela Associação de Moradores para o desenvolvimento do projeto urbanístico da área que ocupam. Não aceitam sair do

local. Antes, reivindicam melhorias urbanísticas, nos moldes de uma reestruturação das ruas e casas que ali se encontram. Sugerem uma reurbanização sem desapropriações e até negociam os espaços mais miseráveis como troca disso. Chegam até a abrir mão de alguns metros de suas casas para um ligeiro alargamento da rua principal - desde, é claro, que devidamente indenizados - e dos serviços de saneamento básico que requerem. Só não aceitam sair dali. Sentem-se vítimas do sistema econômico que os pauperizou e cobram juros por isso.

Portanto, o que parece certo é que as mobilizações contra-hegemônicas precisam apenas da exacerbação dos perigos. Muitos são os exemplos contados pelos moradores da Favela Poço da Draga de passeatas e barricadas feitas nas ruas de acesso à favela, em represália à notícia segundo a qual o local seria visitado pelos engenheiros da prefeitura, para medição da área e início do processo de desapropriação.

Nesse tocante, em várias oportunidades, membros da comunidade, capitaneados pela presidente da Associação de Moradores ocuparam as galerias da Câmara Municipal da cidade para protestar contra a votação dos projetos idealizados para a área em que vivem. Do mesmo modo, muitas reportagens foram conseguidas mediante grupos em visita às redações de rádios, jornais e televisão. É dona Rocilda quem diz: *"O povo aqui só é mole quando quer, professor. É claro que para as pequenas lutas a gente tem que ficar empurrando, empurrando, empurrando, mas quando o negócio aperta, só não se mexe, quem mesmo não pode.(...) Por outro lado, é um pessoal muito bom. Basta a gente dizer que a coisa é importante que eles botam prá quebrar. Sem violência, é claro!" Foi assim quando quiseram tirar as freiras daqui. Já pensou? A gente ia ficar sem essa ajuda para as crianças pobres? Ia ficar sem creche? Deus me livre!*<sup>6</sup> *Lutamos e elas ficaram.* (Entrevista, 12/07/94)

As causas vão sendo abraçadas conforme as prioridades da favela. No entanto, à medida em que experimentam um serviço que cai no agrado das pessoas da comunidade, perdê-lo desencadeia uma série de protestos. Seguindo a trilha dos serviços assistenciais, promovidos pela Igreja e levando-se em consideração os projetos populares da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, perguntamos aos entrevistados da

<sup>6</sup> A creche-escola mantida pela Arquidiocese de Fortaleza permaneceu no local até o final de 1995, quando teve que ser desativada devido à intervenção da Prefeitura, que precisou do espaço para projetos turísticos.

comunidade do Poço da Draga sobre suas expectativas em serviços bibliotecários, cujos resultados mostraremos a seguir.

### 10 - A Favela em Relação à Biblioteca

Antes de iniciar as análises dos dados coletados no questionário sobre Biblioteca Pública, convém explicar o porquê das perguntas, bem como a sua seqüência e o que se esperava das respostas.

O início desse levantamento objetivava ver até que ponto os moradores de uma favela próxima à Biblioteca Pública de Fortaleza se interessava por seus serviços, entendia a dinâmica da biblioteca, que expectativas poderiam ter dela e se os dados obtidos poderiam justificar o interesse da mesma em ampliar o seu raio de atuação para os segmentos populares. Por outro lado, buscava-se elementos à luz dos quais se pudesse interpretar a hipótese até então levantada de uma vontade mútua de aproximação, impossibilitada por uma situação cultural assimétrica.

**BH/UFC**

Assim, uma vez detectado o pensamento da biblioteca acerca do assunto, analisados seus discursos e procedimentos políticos, materializados em seus projetos populares, enfim, descritas suas características culturais e políticas, restava averiguar o outro pólo em jogo.

É bom ressaltar que, além dos dados empíricos dos questionários exclusivamente voltados para esse fim, observaram-se, ainda, as longas conversas com outros sujeitos e sob <sup>7</sup> outros enfoques - qual seja, o relato da história da favela e do cotidiano das pessoas - bem como as conversas informais e/ou as intervenções de outras pessoas quando das entrevistas, feitas, em sua maioria, em plena ruas e becos.

---

<sup>7</sup> Por uma questão prática, a escolha dos personagens que contariam a história da comunidade, a fim de nos inteirarmos das ações e práticas do cotidiano, escolheram-se os moradores mais antigos e mais participativos na coletividade, observando, ainda, a disponibilidade de eles se disporem a falar. As entrevistas, a maioria das quais gravadas em gravador, não tinham hora nem local estabelecidos. Funcionavam conforme as oportunidades. Do mesmo modo, se davam as conversas informais, cujos pontos principais eram devidamente anotados. Foram três os principais personagens desse processo: Dona Quinquinha, 73 anos, viúva, a que mais dados ofereceu a este trabalho, pela sua disponibilidade, presteza e uma avassaladora vontade de falar, além de uma memória privilegiada; Seu Valmir, ex-presidente da Associação de Moradores e protético aposentado, de cujas informações obtivemos o perfil dos costumes e comportamentos das pessoas da comunidade; e dona Rocilda, atual presidente da mesma instituição, que nos acompanhou até o fim da pesquisa, oferecendo sua casa como quartel general e nossa cicerone nas andanças pela favela.

Os dados preliminares do questionário constou de informações pessoais dos pesquisados, com nome, idade, ocupação, grau de estudo, tempo de residência na comunidade e, por último, origem. Buscavam-se, assim, dados sobre as condições sócio-econômicas e educacionais, bem como detectar se a população da favela correspondia às primeiras informações obtidas, segundo as quais a grande maioria de seus moradores tinha ocupação regular e praticamente nasceu na favela, e os ali não nascidos, vindos de outros bairros da cidade. De antemão, as primeiras pessoas contactadas no início dos trabalhos de campo apressavam-se em dizer que a condição de favela em momento algum era resultado do êxodo rural, posto que tornou-se favela devido à luta desigual com os segmentos poderosos.

A primeira pergunta do questionário foi a seguinte: "*O que é uma biblioteca e para que serve?*" Objetivava-se conhecer a noção que os segmentos populares têm dessa instituição, mesmo sem levar em conta se os entrevistados já a teriam freqüentado, pergunta que apareceu no segundo item.

A pergunta seguinte, aberta e de caráter genérico, teve por meta detectar até que ponto a favela entende a biblioteca como uma instituição pública e de acesso a todos, ou se, ao contrário, a entende como voltada apenas às funções educacionais, conforme se esperava, fossem respondidas na primeira pergunta. Perguntou-se: "*Que tipo de informação a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel poderia dar para você e para sua comunidade?*" Optou-se pela questão aberta para não oferecer alternativas que poderiam induzir o pesquisado a respostas não condizentes com seu pensamento sobre bibliotecas.

A pergunta seguinte, esta sim, oferecia ao respondente alternativas de respostas em grau de prioridade. "*Enumere em grau de prioridade as informações que a Biblioteca pública poderia lhe dar e que, segundo sua opinião, mais falta no seu dia-a-dia: sobre emprego; saúde; educação; segurança; lazer; sobre emissão de documentos; sobre livros; outros.*" Apresentadas nessa seqüência, a escolha das alternativas procurou usar os itens mais citados pela literatura, quando são apresentadas sugestões de serviços de informações utilitárias em Bibliotecas públicas. Sugestões estas, apresentadas na maioria das entrevistas com as bibliotecárias da BPGMP. Enumeradas de 1 a 7, com opção para uma oitava resposta, buscavam-se detectar as maiores carências, não apenas informacionais, mas estruturais.

Obedecendo à mesma lógica e às mesmas pretensões, vincularam-se itens relacionados ao trabalho das pessoas, a fim de detectar que serviços esperam neste sentido e se suas escolhas coincidiam com o pensamento da Biblioteca pública em prestar determinados serviços e/ou elaborar um tipo de acervo mais direcionado para os fins propostos. Justificar-se-ia a idéia de algumas propostas de bibliotecárias de montar um acervo circulante que pudesse servir a patrões e empregados, ou se alguns dos itens poderiam ser encampados pela própria biblioteca, como sugerem outros bibliotecários consultados. *"Para melhorar seu desempenho na sua atividade profissional, você precisaria de: cursos de aperfeiçoamento; manuais de instrução; palestras de profissionais mais experientes; livros sobre seu trabalho e função; filmes sobre seu trabalho e função; visitar locais iguais ao que você trabalha; não precisa de nada disso, pois sente-se satisfeito (a)."* Este item (citados em grau de prioridade) referia-se exclusivamente às carências relacionadas ao trabalho e advindas deste, sem ser mencionado o nome da biblioteca.

O último item, no entanto, retomava a questão, agora sobre a possibilidade de a Biblioteca Pública em foco poder ou não prestar tais serviços, dentro ou fora de suas quatro paredes. Pergunta: *"Quais destes itens a BPGMP poderia oferecer a você?"* Não foi sugerido optar-se por grau de prioridade e sim quais serviços poderiam ser oferecidos, independentes de serem do interesse específico de cada respondente. Buscava-se ver a relação da primeira resposta com esta última, a fim de encontrar possíveis ambivalências na percepção dos pesquisados sobre Biblioteca pública.

Feitas essas considerações, passamos a interpretar os dados coletados.

Das 20 pessoas entrevistadas, 19 definem biblioteca como local de pesquisa e estudo e a associam à coleção de livros. Apenas uma pessoa disse não ter noção do que seja biblioteca. As variações ficaram por conta das terminologias usadas para as respostas. Duas das respostas relacionaram a biblioteca ao contexto educacional, o que prova que no imaginário popular, biblioteca e escola fazem parte da mesma codificação, fato que pode-se perfeitamente notar na história das bibliotecas. Uma resposta menos reflexiva apontou a biblioteca como um *"lugar onde se dá aula."* Outra, um pouco mais elaborada, se referiu a ela metaforicamente, como sendo *"nossa segunda escola, onde completamos o que não sabemos"*. A resposta mais complexa sobre a biblioteca a concebe como *"memória de uma sabedoria. Uma sabedoria implantada em livros."*

Como se pode notar, o signo livro e as representações que ele ostenta são perfeitamente compreendidas pelas pessoas entrevistadas, o que deixa antever uma incorporação por toda a sociedade dos preceitos universais de biblioteca, como lugar de saber e erudição. A relação da biblioteca com a memória e desta como instrumento de sabedoria mostra que a simbologia da biblioteca nos moldes como se encontra desde seu surgimento até os dias de hoje, é aceita sem qualquer contestação pelo imaginário coletivo. Nas respostas todas, notou-se no pesquisado um enorme respeito e orgulho pela instituição. Alguns, desde o início até o fim da entrevista, reagiram supresos às possibilidades de poderem atingir a biblioteca, não obstante se portaram como se a biblioteca não lhes pertencesse de verdade.

Seguindo a mesma lógica, as respostas à pergunta "*para que serve a biblioteca?*", mostraram que 80% (18 pessoas) apontam sua serventia atrelada às solicitações escolares, ainda que em boa parte das respostas apareça o termo "pesquisa", referência aos trabalhos escolares. As variações seguem a mesma trilha das respostas que antecederam a esta pergunta. "*A biblioteca serve para transmitir cultura e para fortalecer o nível cultural das pessoas.*" (Manuel Nazareno, 19 anos, comerciante). Serve ainda para formar, educar e "*aumentar o nível intelectual e cultural das pessoas.*" (Jorge Costa, 45 anos, marceneiro).

Mais uma vez a referência aos simbolismos da biblioteca. Cultura, saber e intelectualidade são a tônica do pensamento popular. As respostas, até aqui, pareciam ecos das representações e codificações instituídas pelo sistema ordenador.

Dos 70% dos entrevistados que asseguraram já ter freqüentado a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, a grande maioria foi para resolver problemas escolares, seus ou dos filhos. Portanto, foram motivados por pressões externas, no caso, fugir das sanções impostas pelo sistema educacional vigente, que coloca sobre os ombros dos estudantes a tarefa de se aventurar nas complicadas organizações bibliográficas das bibliotecas. Ainda que não constando dos itens do questionário, todos os que foram para este fim dizem ter saído satisfeitos. Essa forma de demanda justifica as teses, segundo as quais, no Brasil, as Bibliotecas públicas cumprem o papel das bibliotecas escolares, deixando de lado suas verdadeiras funções, exaustivamente mencionadas no capítulo anterior.

O único dos entrevistados a buscar a Biblioteca Pública para outros fins foi o Sr. Francisco das Chagas Soares, 57 anos, marceneiro e morador da favela há 34 anos. Interessado pela História da cidade, buscava na biblioteca as informações de que precisava, até descobrir que o que queria mesmo era escrever a história de sua vida. *"Eu não sabia direito o que queria da biblioteca para escrever minha história. Só sei que ia lá e encontrava coisas interessantes sobre a história da cidade que se parecia comigo. Já fui muito à biblioteca, não vou mais."* Francisco, o Chico marceneiro, como prefere ser chamado, é o que se pode chamar de pesquisador anônimo. Curioso, parecia buscar sua identidade histórica nos marcos e fatos da história da cidade. Sem saber ao certo o que queria e tampouco como buscá-lo, varria a memória da biblioteca em busca de sua própria memória. Seu relato sobre sua experiência com a biblioteca mereceria um estudo mais profundo.

Respondendo à pergunta sobre *que tipo de informação você acha que a BPGMP poderia dar para você e para sua comunidade*, tivemos o seguinte resultado: 50% dos entrevistados dizem não saber o que a biblioteca poderia fazer para si e para sua comunidade. Apesar da questão se referir a serviços de informação, a maioria dessas respostas concebeu o serviço informacional como obras e serviços de infra-estrutura. Diante dos problemas com a falta de saneamento básico, de ausência de ruas calçadas e um elenco interminável de problemas que os órgãos públicos não solucionam, como esperar soluções da biblioteca?

A outra metade dos pesquisados que apontou sugestões, o fez ainda seguindo a noção de biblioteca nos moldes descritos na primeira resposta. No entanto, houve uma ligeira ampliação do conceito a partir dos serviços pensados como possíveis de serem prestados. Das dez respostas com sugestões, seis se referiram a informações de caráter conscientizador: sobre política, cidadania, direitos, vida digna; quatro ampliaram o leque para informações gerais: drogas, prostituição infantil, higiene, saúde, educação dos filhos. livros e pesquisas para os estudantes, informações a domicílio. Vejamos as respostas:

*"A Biblioteca Pública poderia nos dar informações sobre as políticas e obras do governo e sobre conscientização política"*. (Rosália Sales, 24 anos, operária).

*"A biblioteca poderia informar tudo sobre drogas. As drogas são mais usadas na periferia. Uma pessoa da biblioteca poderia falar sobre isso e sobre prostituição."*

*Isso é fundamental na vida do adolescente.*" (Francisco das Chagas, 57 anos, marceneiro).

*"Poderia nos dar conscientização das pessoas. Como viver de uma forma decente. Esclarecer as pessoas a se importarem mais com o próximo. Falta muita solidariedade e respeito."* (Manuel Nazareno, 19 anos, comerciante)

*"Os funcionários da biblioteca poderiam vir aqui à comunidade emprestar livros e dar informações."* (Jean Clébis Mesquita, 21 anos, serigrafista)

Pela primeira vez no questionário apareceu a noção de Biblioteca Pública como pensada por grande parte dos teóricos da biblioteconomia. Mesmo sem o devido conhecimento das funções da biblioteca, mas talvez por estarem acostumados às adversidades e viverem à procura de aliados no combate a elas, os pesquisados deram à Biblioteca Pública uma amplitude maior. O pedido por conscientização política denuncia a fragilidade da favela ante as investidas do sistema político, ao mesmo tempo em que credencia a Biblioteca Pública como elemento mediador. Por outro lado, sugerir aos bibliotecários que visitem a favela e abracem a causa dessa conscientização, constitui numa noção desse profissional como capaz de desencadear processos contra-hegemônicos. Enfim, sugerir serviços informacionais "a domicílio" põe à mostra uma intuição popular de que a biblioteca deva sair de sua clausura.

Acerca das informações que mais faltam no dia-a-dia das pessoas e que a BPGMP poderia fornecer, tivemos os seguintes dados. Os itens mais citados em grau de prioridade foram: emprego, citado sete vezes em primeiro lugar e quatro vezes em segundo lugar (apenas 4 pessoas deixaram de citar este item); saúde, citado 3 vezes em primeiro lugar e 7 vezes em segundo (somente 3 pessoas deixaram de citá-lo).

O interessante a notar nas respostas deste item é que as formas tradicionais de associação com a biblioteca, qual seja, a educação e o objeto livro foram os menos citados como prioritários. Das 20 pessoas entrevistadas, 9 (45%) deixaram em branco o espaço sobre educação e 11 (55%) sequer mencionaram o livro como importante para o seu dia-a-dia.

As respostas parecem apontar mais uma vez para carências estruturais, como a falta de emprego e saúde precária, do que para as informações que poderiam minimizar essas carências. A rigor, poucas pessoas expostas às dificuldades das favelas precisariam de livros ou de educação como metas prioritárias para seu cotidiano. Também o lazer foi

desprezado, o menos citado (60% das pessoas deixaram de responder a esse item e as poucas menções o colocaram em último lugar). Talvez pelo fato de as prioridades estarem voltadas para o sustento imediato da vida e preservação da espécie humana; ou porque o lazer não tenha sido associado ao fazer bibliotecário.

As respostas diferentes ao elenco de alternativas apresentadas se referiram preferencialmente às carências de infra-estrutura. Foram citados: esgoto, saneamento básico, creches, posto policial e "*melhorias para o bairro*".

No tocante à pergunta acerca do que os pesquisados mais precisam para melhorar seu desempenho em suas atividades profissionais, descobriu-se que a grande maioria dos entrevistados se ressentia da falta de cursos de aperfeiçoamento para melhor desempenho no emprego. Das 20 respostas, 12 anotaram o item em primeiro lugar e 2, em segundo lugar. As anotações deste item receberam somente o 1 e o 2 nas preferências. Em segundo lugar aparecem as *palestras de profissionais mais experientes*, 4 citações em primeiro lugar e 3, em segundo. A ajuda dos livros na melhoria do trabalho ocupa o terceiro lugar nas preferências, seguido de perto pelos manuais de instrução. Os demais itens tiveram anotações inexpressivas.

Quando a pergunta se volta para a participação da Biblioteca Pública na execução desses serviços há uma considerável alteração dos resultados. A questão agora é se a Biblioteca Pública poderia encampar parte ou a totalidade desses serviços, só ou em parceria com os respectivos órgãos empregadores. Todos os itens foram citados como possíveis de serem ofertados pela biblioteca. O menos citado (apenas uma vez) foram as visitas a locais iguais aos que os pesquisados trabalham. Os mais votados empataram em primeiro lugar: *cursos de aperfeiçoamento e exibição de filmes sobre os trabalhos*, ambos citados 14 vezes pelos pesquisados. Em segundo lugar, aparecem as *palestras de profissionais mais experientes*, citadas 11 vezes. Seguiram, *manuais de instrução e livros sobre seu trabalho*, ambos citados 4 vezes.

As respostas dessa última questão mostraram uma biblioteca com serviços bem mais abrangentes do que os inicialmente pensados pelos mesmos sujeitos pesquisados. Ainda que a apresentação de alternativas funcione como suscitações que os pesquisados jamais esperariam e supondo que elas possam interferir no verdadeiro pensamento que estes têm da Biblioteca Pública, não se pode negar que são significativas, se levarmos em conta que a supremacia da primeira noção, demonstrada na primeira questão, acerca do

*que é uma biblioteca e para que serve.* Ora, se é certo que aquelas respostas demonstraram a supremacia das codificações instituídas e sua aceitação sem maiores questionamentos por parte de toda a sociedade, notadamente as camadas populares, também é certo que um tempo tão curto entre uma pergunta que abre um questionário e outra que o conclui, não seria suficiente para tamanha mudança de opinião.

Seria mais prudente aferir que as codificações só se constituem em pontos pacíficos e inquestionáveis, enquanto não surgirem novos processos ordenadores, novas sugestões de significações, novas reordenações e novas ofertas de canais comunicativos entre partes que queiram manter um vínculo menos desigual.

A noção popular de uma Biblioteca Pública mais abrangente e mais voltada às suas expectativas - ainda que aqui possam ter sido suscitado - pode oferecer a essa instituição pública a oportunidade de se iniciar uma proposta de estudo de comunidade mais abrangente e menos rotulada pelos paradigmas milenares do fazer bibliotecário.

Tentando ser fiel ao objetivo que desencadeou este estudo que ora apresentamos, procurou-se com o estudo do universo da Favela Poço da Draga desmitificar seu universo cultural, bem como as implicações culturais na sua relação com a BPGMP, analisadas em capítulo anterior. Não é objetivo deste trabalho querer aproximar biblioteca e favela, mas, partindo do pressuposto de que há vontade mútua das partes em estabelecerem uma comunicação, diagnosticar os lados em questão e as relações conflituosas, mostrando que as bases que a mantêm vivas estão sedimentadas em codificações culturais que precisam ser levadas em conta quando forem analisadas.

## **11 - O Cotidiano da Favela**

O convívio com a Favela do Poço da Draga mostrou ao pesquisador muitas surpresas, entre as quais, as diferenças entre a prévia percepção que se tem do lugar e o que realmente ele é. Na favela pôde-se identificar a presença da unidade pessoa. Sua revelação é algo fascinante, uma vez que a tendência é se ver o coletivo e através dele pensar que se conhece todas as características de uma comunidade. Somos influenciados pelos meios detentores do poder a só identificar o coletivo, as massas, que escondem as pessoas. Temos assim a falsa idéia de conhecermos uma comunidade como a do Poço da Draga a partir do todo que nos é mostrado e do qual já temos muitas informações pré-

concebidas. O que dizemos conhecer nada mais são do que vestígios, daí os inúmeros equívocos na classificação sócio-cultural das favelas, conforme apontado pela revisão de literatura analisada nos itens passados.

A presente pesquisa procurou, o tempo todo, entre outras coisas, debelar os mitos que permeiam todas as referências às pessoas da favela, desmontando os preconceitos que alimentam o conceito de "não cultura", segundo a análise até aqui feita. Sabia-se de antemão que só a partir de uma convivência diária com esse objeto de estudo seria possível um diagnóstico mais próximo das verdadeiras características dessa comunidade, único caminho para se evitar mal-entendidos. A idéia era mostrar como vivem essas pessoas e o que dessa vivência poderia vislumbrar trabalhos culturais feitos, principalmente pela biblioteca pública local, que divide quase o mesmo espaço que a favela, possibilitando, assim, o encaminhamento das disposições encontradas nos seus projetos populares.

A noção de barbárie com que se conceitua a favela, a partir dos elementos de pobreza e violência está assentada muito mais na arbitrariedade das codificações instituídas, do que como resultado das adversidades ali enfrentadas. Estas, aliás, são resolvidas dentro do possível pela mediação dos elementos imaginativos-criativos, pela intervenção do simbólico nas aquisições materiais, nas lutas e no sentimento gregário que alimentam as relações de sociabilidade.

A noção que se tem da favela, via de regra, é a que nos é passada pelos meios de comunicação de massa, ou seja, um local de sub-moradias, paupérrimo, esgotos a céu aberto, ausência de poder aquisitivo, analfabetismo crônico e banditismo, conforme se mencionou anteriormante. Essa visão quase que fictícia - verdadeira apenas nas cenas mostradas pelas televisões - apresenta um homem também fictício, inerte aos problemas, entregue à própria sorte.

Ora, é notório que o homem, em qualquer situação de vida, é naturalmente impulsionado a agir contra as desventuras que se lhe apresentam. Pensá-lo - a partir das condições de vida em que vivem nas favelas - como nos mostram as imagens oficiais, é negar-lhe o espírito nato de lutador. Assim é que, não obstante os inúmeros percalços, as favelas se apresentam com muitos indícios e sinais de ascensão em todos os seus níveis. Daí a surpresa deste pesquisador ao chegar à favela e lá encontrar moradias de todos os

tipos, da madeira à alvenaria, de casebres a sobrados, algumas com portas improvisadas, outras com portas trabalhadas e gradeadas etc.

Apesar da orfandade de todo e qualquer tipo de atenção dos órgãos públicos e das outras categorias sociais da cidade, há, é sempre bom repetir, uma grande heterogeneidade de pessoas e objetos materiais na comunidade. *"É preciso cautela ao definir o perfil do favelado, para não dar a impressão de uma população homogênea... a favela tem mil faces que precisam ser desvendadas pelo pesquisador para chegar à sua essência."* (Sawaia, 1990:46-50)

O indivíduo revelado é simples e batalhador. Vive a vida adequando-se aos contratempos a ele impostos, sem fazer disso um meio de lamentações. O sujeito descoberto é alegre, criativo, sonhador e muito empreendedor. As conversas com este sujeito foram marcadas por sua total descontração. Brincalhão, quase sempre suspendia o assunto da pesquisa para aproveitar as oportunidades de inocentes molecagens com os vizinhos com os quais cruzava. A unidade pessoa desvendada pela pesquisa não pára de criar. O faz nas conversas e discursos metafóricos, nos eternos consertos para conservação de suas casas e barracos. É um criativo nato. Constrói seu cotidiano à luz da liberdade de sonhar com melhores dias e busca isso no trabalho institucional e nos biscates dos finais-de-semana. Faz do seu dia-a-dia uma rotina de trabalhos e pequenos afazeres, sempre com a mesma convicção de quem tem nessa atividade seu divertimento maior. É também solidário e desconfiado.

\* O sujeito que a favela esconde está sempre a postos para ajudar os vizinhos. Parece não haver apenas a *"unidade na miséria"* como pensam alguns teóricos analisados. Há a unidade na solidariedade também. Cristina, filha da presidente da Associação de Moradores, uma moça de 23 anos que nos acompanhou várias vezes pela favela chamou a atenção para o frenesi de trabalhos compartilhados pelos moradores para melhorar as casas para o período natalino. *"Olha, professor, parece até que eles podem comemorar o natal como os grandes... tudo ajeitando a casa uns dos outros."* Em resposta à pergunta se há muita solidariedade entre os moradores, sentenciou: *"Há, e muita! Aqui, quando morre um, depressa as pessoas começam a arrecadar dinheiro para o enterro, fora os que levam comidas e merendas para o velório na casa do morto. (...) Quando cai um barraco, as pessoas que podem dão o material para a construção. É injustiça dizer que aqui não tem solidariedade."*

Nos finais de semana - período maior das observações feitas - viu-se muito da solidariedade entre os moradores da Draga. Dias de melhora nos cardápios, não é raro ver vizinhos levando provas de sua culinária para os vizinhos mais próximos. Nos bares, pagar uma cerveja ou uma pinga para os menos aquinhoados, é prática comum. Dispensar trocados ganhos em partidas de baralho sobre mesas improvisadas ou sobre panos no chão, também é prática comum. Ainda que o termo solidariedade guarde outras naturezas semânticas, o certo é que tais procedimentos desmente a noção de elementos desunidos.

O nível de escolaridade da Favela Poço da Draga não é dos piores, se comparado com as estatísticas das favelas brasileiras, principalmente quando esta se situa no Nordeste do Brasil. Ainda que não tenhamos dados concretos sobre essa <sup>8</sup> situação, há um número razoável de escolaridade e algumas pessoas até estão na universidade ou em cursos profissionalizantes. Dentro da pequena amostragem que tiramos para mostrar o pensamento de alguns moradores sobre a Biblioteca Pública, tivemos o seguinte resultado: Dos 20 entrevistados, 7 têm o segundo grau completo; 2 com segundo grau incompleto; 4 com primeiro grau completo; 2 com primeiro grau incompleto; e 5 com o primário.

O sujeito descoberto na massa favelada nega os rótulos impostos pelo resto da sociedade. Não se julga miserável, por ser apenas de modo "relativo". Quem não tem nada, luta para adquirir. Quem tem, ainda que pouco, ostenta, como que a negar uma situação de desvantagem. Há estratificações sociais dentro da própria favela pelo fato de existirem becos e ruelas piores do que outros. No Poço da Draga chama-se a rua principal de "Aldeota" da favela, referência a um dos bairros ricos de Fortaleza, e de <sup>9</sup> "papouco" aos casebres de dentro do mangue, também referência a lugares paupérrimos da periferia.

As 1248 pessoas <sup>10</sup> adultas, divididas entre 301 famílias e 248 casas formam a comunidade do Poço da Draga. A rigor só existem duas ruas: a rua Viaduto Moreira da

---

<sup>8</sup> Segundo a Associação de Moradores está em curso um levantamento da escolaridade dos moradores da favela. A sua presidente garantiu que a grande maioria das crianças frequentam a escola. Os dados não foram conferidos.

<sup>9</sup> Papouco é uma metáfora popular usada, principalmente, para se referir aos lugares cuja convivência se dá com grandes conflitos e brigas entre seus moradores. Significa estrondo, explosão e outras variantes como "bafafá".

<sup>10</sup> Levantamento feito pela Associação de Moradores. Não está incluído o número de crianças menores de dez anos.

Rocha, tida como principal, pois nasce na praia e atravessa a favela; e a rua do trilho, perpendicular àquela. Entre ambas alguns becos, não muitos, cuja largura mal dá para se andar. A rua principal é a que apresenta as melhores edificações. São casas de alvenaria, construídas há mais de quarenta anos e devidamente remodeladas dentro dos paradigmas modernos, com grades de ferro nas portas e janelas e revestidas com cerâmicas de boa qualidade. "... *As grades altas e pontiagudas lá não estão como segurança e proteção, mas são signos do poder econômico e, sobretudo, da propriedade...*" (Ferrara, 1993:224)

Adentrar ao Poço da Draga é viajar metaforicamente. Não apenas pelas intermináveis significações que o nome pode ensejar e que analisaremos no capítulo a seguir, mas pelas alternâncias de representações simbólicas erguidas, tanto arquitetonicamente, como no imaginário das pessoas, aqui materializado nos objetos de ornamentação das casas, nas roupas da moda e nos tênis e pranchas de surf com etiquetas conhecidas. Descobrir esse universo é um processo de leitura no qual estão envolvidos uma série de símbolos e simbolismos.

A linguagem da Favela Poço da Draga é operada por seus signos maiores: a Ponte Metálica, que enobrece seu espaço; a Praia de Iracema, que confunde-se com sua própria história; os pescadores antigos, que habitam há mais de meio século o local e são personagens lendários da própria história da Praia; enfim, as próprias edificações, signos da modernidade, e seu poder associativo em defesa do seu território.

Observar o vaivém dos moradores da Draga e seu *modus vivendi* é descobrir que estão em permanente luta. Silenciosa, porém constante. Vê-los em ação diária é descobrir que majoritariamente estão operando manifestações signícas de inversão. Pelo trabalho, pelas aquisições, pelas aglutinações, pela solidariedade e pela esperança. A favela, na figura de seus membros, parece transformar seus atos e ações em valor, na medida em que são instrumentos de reversão das adversidades.

A viagem metafórica de que se falou há pouco é também a entrada no mundo dos sonhos do membro da favela, personificados por seu espírito combativo e gregário. Sonhar com o melhor é pertencer metaforicamente à sociedade que o exclui. Grafar seus signos dentro e fora de suas habitações é tornar eterno sua existência de luta e participação. Adquirir bens e serviços, para ostentá-los como signos do pertencimento ao mundo social, é garantir a sua memória na memória de seu espaço urbano. "*Realmente*

*possuir os mesmos objetos passou a significar ser igual, atuar igual e, sobretudo, pensar igual: condição de defesa pessoal nas relações sociais urbanas.*" (Ferrara, 1993:224)

Um outro fator contributivo para que a vida cotidiana das pessoas se transforme em signos é a televisão, que traz para o espaço público as referências do espaço privado de símbolos televisivos. O espaço é o vivido pelos moradores da favela na e fora dela. É a trajetória por eles percorrida no processo de readaptação a um novo espaço; é o reconhecer o novo espaço público. Seu tempo é o dos sincronizadores sociais, como a televisão. O ritmo da cidade é o imposto por esses sincronizadores, é o tempo das fábricas, dos estaleiros, do comércio, da alta estação turística, dos transportes e o próprio tempo mediático, da tv, do rádio e dos jornais, por exemplo. Vivem espacialmente em lugares diferentes e vivendo um tempo comum, como o momento em que todos a um só tempo vivem as mesmas experiências via TV. Participam do mesmo anseio de andar na moda que a mágica televisão leva tanto aos casarões ricos da cidade, como às mais pobres favelas, tudo a um só tempo.

O espaço social da favela reflete a sua própria cultura, seus valores e suas conquistas. Nesse novo espaço, circunscrito à determinação de um novo tempo, as pessoas perdem o tempo para as relações familiares. Há uma espécie de esquecimento do passado, quando se sentavam à noite para conversar e contar os casos da pesca ou da chegada dos navios. Os laços de afetividade familiar são violentamente afetados pelo ritmo urbano. No entanto, seria leviano dizer que não há memória. Há e é perfeitamente observável em todos os traços sócio-culturais dos moradores da favela. O que parece acontecer é uma desaceleração desses laços familiares, resgatados agora, dentro de um novo contexto cultural, geralmente obedecendo aos calendários comerciais e à divulgação pela mídia dos eventos comemorativos do natal, dia dos pais e das mães etc. Pode-se dizer, aliás, que, pelo menos com essas datas, não se corre o risco de perder certas afinidades familiares. A memória atualiza o tempo via lembrança e esta nos é dada pela mídia, que não nos deixa esquecer que há um dia dos pais e um natal para se comemorar. É a extensão do nosso corpo se manifestando via mídia, como numa divisão de tarefas que, aliás, é o princípio da sociabilidade e da cultura.

Enfim, o cotidiano da Favela Poço da Draga é preenchido de lembranças de um passado considerado pior por parte de alguns moradores, mas que guardava algumas

tranquilidades que o presente não pode oferecer. Cada vez mais acuados pelas investidas dos órgãos de desenvolvimento urbano e turístico da cidade, os membros da favela aguardam a qualquer momento a decisão final de serem transferidos para um outro lugar. O estigma das desapropriações são os maiores pesadelos nos sonhos desses moradores.

Passado e presente se misturam numa gramática pouco entendível por quem teve, no passado, a calma aparente e a ausência das benesses do progresso; e por quem tem no presente a intranquilidade social e o auxílio das modernas tecnologias. Num misto de sorte e azar, passado e presente se transcodificam no imaginário popular como trilhas sem saída. Assim como o próprio espaço físico da favela que se estreita entre o mar e os grandes armazéns da indústria naval, também seus sujeitos têm estreitados seus sonhos. Enquanto o estigma das desapropriações oficiais não se concretiza, tentam, bravamente, conviver com as desapropriações vindas do avanço impiedoso do mar, seu antigo aliado.

**O POÇO DA DRAGA**

## 1. O Poço em sua Profundidade

Neste tópico será descrita a noção de poço e suas variantes semânticas, bem como sua relação metafórica com a memória. Sobre esta, falaremos em tópico próprio, delimitando a presente análise à sua relação com a biblioteca. A fim de acompanharmos as variantes do termo poço em sua definição, vejamos o que dele diz o Dicionário Mirador Internacional:

*1. Cavidade aberta no solo até uma profundidade onde se junta água nascente; é de forma cilíndrica e geralmente revestida de alvenaria ou tubo, para dela se tirar água potável e de uso geral. 2. Ponto em que os rios etc, apresentam maior profundidade; pego. 3. Abertura feita para se descer a uma mina. 4. Geol. Perfuração que se faz no solo. 5. Abismo. 6. Aquilo que é profundo. Poço de ciência ou poço de saber: pessoa erudita, que revela conhecimentos vastos e variados.* (Mirador, 1980)

Nas entranhas do poço que simboliza a biblioteca há a sabedoria, o conhecimento, a memória, o tesouro dos deuses do saber. É profundo, protegido pelas camadas de significações que se superpõem umas sobre as outras, como numa associação de guarda de suas fronteiras. Dos códigos que a regem e das estantes e escaninhos que as dividem, passando por toda a memória do conhecimento ali registradas, surge o esforço em favor do aumento e do progresso humano. Sob esse aspecto, a biblioteca pública tem por missão a sedimentação do saber em abrigos seguros. São amparos metafóricos que se sustentam nas simbolizações que regem a instituição-memória, as leis de registro e classificações, aquisições e empréstimo de materiais. Completando o aparato protetor, tem-se, de um lado, os suportes de registros: pergaminhos, papiros, livros; por outro lado, os guardiões, emissários dos deuses, encarregados dos cuidados com a fortuna do saber e com os interesses do seletivo grupo que a pode consultar. Como as paredes de alvenaria que circunda o poço para dar-lhe proteção, esse protecionismo signico serve para assegurar a manutenção das bases que sustentam a biblioteca.

As bases que sustentam e circundam o poço parecem impermeáveis aos elementos "agressores", a despeito dos veios d'água emergirem constantemente. Só que nesse sentido, emergem águas nascentes, purificadas pelo filtro da terra. São águas

límpidas e claras, porém profundas em sua capacidade de acesso. São, portanto, segredos, tesouro, minas de uma riqueza que não pára de crescer.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, os elementos básicos de sustentação da biblioteca têm a tarefa de preservar seus tesouros. A informação é um deles e a biblioteca parece guardá-la como segredo. É bom lembrar que o verbo guardar mantém estreita relação semântica com a noção de segredo, de secreto etc. As formas de armazenamento da biblioteca funcionam como um filtro, não apenas na tarefa precípua de seleção e classificação de informações, mas também como meio protetor de interferências externas que possam alterar suas bases de sustentação. *"A informação é ideológica quando desenvolve o mito de que Informação é Poder." (...) "O segredo é, ele mesmo também, ideológico... é necessário alargar o conceito de segredo na compreensão das relações sociais..."* (Mustafa, 1992:202-212)

O segredo é, sob esse aspecto, a profundidade dos elementos escondidos, vigiados de perto pelos sistemas que o mantêm. A biblioteca guarda tesouros a que poucos têm acesso e isso deve-se às estruturas que edificam o signo biblioteca. É ainda Mustafa quem nos fala das formas de segredo:

*"A cidade guarda, então, um segredo que a poucos é revelado: praças, vitrines, jardins, museus e bosques. Shopping Centers são os espaços mais secretos das cidades! Todos esses espaços só ficam públicos através de uma luta incessante."* (idem, ibidem)

Em sua profundidade, o poço apresenta um manancial de recursos naturais a partir dos quais se mantêm perene, quase inesgotável em sua capacidade de nascedouro d'água. O tesouro do saber, na sua relação com o poço, é também um mecanismo dinâmico de constante renovação. Assim como a nascente d'água do fundo do poço, que não pára de minar, o saber é cumulativo e seqüenciado. Não pode prescindir da intervenção do sujeito, sob pena de estagnar-se. A característica principal da mina é seu poder gerador de novas e límpidas águas, que, no entanto, precisa ser estimulada, explorada mesmo. É como um seio materno que à medida em que o bebê suga, está estimulando suas glândulas produtoras de leite. Desta forma, o saber, em seu caráter renovador, antes de ser apenas armazenado, precisa ser explorado para que dele surjam novos saberes e sua preservação possa ser garantida.

Num sentido mais amplo, o saber das bibliotecas públicas como manancial de tesouros, reclama por sujeitos exploradores. Não por sujeitos detentores dos

mecanismos de exploração, esse gueto seletivo que milenarmente vem cumprindo esse papel e que há pouco chamou-se de guardiões, mas de mentes que não param de nascer no universo do conhecimento. O saber, como mina inesgotável dessa instituição-memória, é também o levante de novas idéias a respeito de si; um levante de novas significações em torno das quais possam emergir novas e democráticas formas de exploração desse manancial.

## 2. Morfologia do Poço-biblioteca

BH/UFG

Metaforicamente, a Biblioteca Pública sempre foi tida, e ainda hoje o é, como "poço do saber". As variações semânticas nesse sentido traçam-lhe as formas e as características de instituição mítica, de cujas marcas nascem as mais variadas formas simbólicas, como já se pôde observar neste trabalho. De sua essência emanam as "luzes" do magnânimo conhecimento; de sua arquitetura, as marcas da engenhosidade dos gênios iluminados; seu interior labiríntico esconde, em classificações e organizações primazes na tarefa de conservar e proteger, as fórmulas e tratados "mágicos" dos deuses do saber.

Entrar nesse universo requintado implica se aventurar numa viagem metafórica, que tanto pode levar o viajor a saborear as delícias do conhecimento e a participar das orbes dos mitos, como pode levá-lo ao desgaste das provas e provações e a possíveis derrotas pelos sistemas míticos nesse universo contidos. Por isso, adentrar a esse mundo do saber requer graus diferenciados de iniciação. E essas iniciações se foram reordenando ao sabor dos tempos, ainda que em seu processo evolutivo efetivamente pouco se tenha feito no sentido de diminuir as provas e provações dessa empreitada.

Em sua natureza morfológica, as bibliotecas públicas se estruturam dentro de uma urdidura cultural maior, qual seja, o processo civilizador, de onde nascem as representações de ocupações hierárquicas no espaço sócio-cultural. São elas espaços monumentais de formação de pensamentos e posturas. Seus produtos se configuram em estados comportamentais que lhe conferirão o *status* de célula *mater* do desenvolvimento e progresso humanos. Sua estrutura simbólica é um arranjo esmerado de onde emanam as significações que a consubstanciam como espaço grandiloquente, espaço mítico, espaço sagrado.

Dentro de sua estrutura, as bibliotecas funcionam como reprodutoras das simbolizações idealizadas e mantidas por seus pares na macro estrutura cultural. Sua posição entre os diferentes órgãos do corpo sócio-cultural é de fomentadora dos conhecimentos que retém em sua memória. A sua relação com o resto da macro estrutura é de servidora. Seu acervo serve de *retentiva* para si e para seus pares na pirâmide cultural. Sua posição hierárquica tem se configurado *ad infinitum* como receptora e guardiã do patrimônio universal da humanidade.

A biblioteca em seu percurso histórico sempre foi magnânima. Sua gramática constitui-se de elementos sógnicos constitutivos de uma linguagem professoral, erudita, vasta, exemplar. Dita linguagem constrói-se à guisa de seus discursos retórico-ideológicos; dos sons dos cantares míticos que embalaram seu nascedouro; das formas materiais e imaginárias que lhes destacam seus traços; das construções e recursos expressivos de seu caminhar semiótico.

*"A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros, quer nas bibliotecas. Isso significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória."* (Henri Atlan, apud Le Goff, 1992:425) Nesse sentido, as bibliotecas nada mais são do que a extensão das memórias individuais e coletivas, que saíram da extensão de seus corpos para serem armazenadas aí.

Seguindo a trilha das acepções sobre o poço, retomemos o momento em que o dicionário se refere ao seu revestimento. O **poço biblioteca reveste-se**, eminentemente, de memória. Não apenas da memória arquetipal que a coloca como espaço dos deuses e lugar mítico por excelência, mas de múltiplas memórias. Em essência, a biblioteca figura como um genoma onde se inscrevem as marcas que definirão a sua constituição hereditária. Seu fator hereditário contabiliza outras memórias. Estas funcionam como procriadoras de signos mnemônicos cujas funções específicas contam a própria história da biblioteca, ao mesmo tempo em que de suas associações e ligamentos surgem uma rede interminável de significações.

O genótipo da biblioteca, em sua rede de memórias, é o que lhe confere o poderio simbólico que a mantém até hoje. Olhando-a, temos indícios de uma memória

arquitetônica imaterial cujas marcas simbólicas, por si só, a representam como obra dos demiurgos. Edificada à sua imagem e semelhança, as bibliotecas abrigam o saber como divindade artífice, criadora dos sábios e por ele criadas. Os sábios as criaram para que elas os gerasse como tais. É como que, por contiguidade, os sábios precisassem de uma conexão com a sabedoria. E a sabedoria seria a biblioteca. Mais uma vez temos as associações com a memória. Se a biblioteca é receptáculo do conhecimento e, segundo Abagnano (1982:630), a memória também o é, logo biblioteca é memória. Essa memória demiúrgica tem como meta operar sobre a matéria e formar o mundo à sua imagem e semelhança. Daí as contiguidades com as demais memórias.

As memórias que emolduram a biblioteca - como os tijolos que revestem o poço - funcionam seriadamente. Cada uma, a seu turno, opera como marcas de uma época e de um *modus vivendi*. Seu todo é um misto de causas e conseqüências temporais. Assim, temos a memória oral, que gerou a memória escrita, que por sua vez gerou a memória livresca ou biliográfica, que gerou as demais <sup>1</sup> memórias artificiais e assim por diante. Entre uma e outra, matizes mnemônicas outras, como os materiais que lhes servem e/ou seviram de suportes, que tanto portavam memória como eles próprios tornavam-se memória.

Assim foram as tábuas, as pedras, os mármore, as peles de animais, o papiro, o pergaminho, os palimpsestos, o papel, e os demais suportes atuais, como os discos e fitas, as microfichas, os disquetes de computador e os CD-ROMs. Esses materiais da memória construíram juntamente à suas inscrições as significações simbólicas que ostentavam e ainda ostentam no universo cultural. Das pedras, tivemos a memória lapidar; do mármore, a memória marmórea; dos livros, a memória bibliográfica e dos materiais das memórias artificiais, temos a memória eletrônica. Portanto, seguindo o mesmo método da forma genética, temos, no suporte e no registro, na matéria e na inscrição, os mesmos elementos definidores de memória. Tais elementos, aqui entendidos como signos, funcionam como genes que irão caracterizar os fatores hereditários da biblioteca e seu parentesco com as demais instituições-memória, como os arquivos e os museus.

---

<sup>1</sup> Memória artificial é definida por Leroi-Gourhan (apud Le Goff 1992:425-6) como o não uso "do instinto e nem da reflexão. É a reprodução de atos encadeados." Por memória artificial são entendidos os meios eletrônicos de armazenamento e recuperação de informações. O computador é um exemplo clássico.

Em relação aos materiais da memória que também são memória, Colombo adverte para o papel que recebem por serem portadores de signos. *"Os próprios objetos procurados perdem cada vez mais sua objetividade para transformarem-se em signos, indícios de coisas mais distantes: microfichas, microfilmes e assim por diante."* (Colombo, 1991:24). Os fatores da hereditariedade das memórias, quer das inscritas nos suportes, quer dos próprios suportes como memória, é que nos interessam nesse instante.

Ditos fatores são seus códigos e codificações, ou seja, tudo o que vier carregado de representatividade. Assim, cada uma das memórias mais ou menos independentes entre si, forma um código, segundo o qual se regularão as formas de atuação das bibliotecas, bem como sua relação com o contexto em que estiverem inseridas.

Mas, continuando a genealogia mnemônica das bibliotecas e sua associação à metáfora do poço, tomemos as suas memórias de **registros** e as **percepções** que as definem.

### 3. Categorias de Memorização (Registro)

BH/UFC

Seguindo as associações metafóricas entre biblioteca e poço, temos que levar em consideração o caráter enigmático dos objetos e sensações que emanam de suas profundezas, também sob o aspecto do espaço e da forma. O termo poço guarda relações semânticas com outras noções de espaço-forma e sua densidade signica. Assim, por poço pode-se depreender acepções metafóricas como campos, zonas e antros, que dão uma noção de territórios delimitados e protegidos por leis próprias, cujas invasões, não devidamente permitidas, podem gerar sanções aos invasores.

Outras acepções aproximam a palavra poço a cavernas e labirintos, espaços-signo, com significações próprias, os quais dão à consciência interpretante os meios relacionais com o meio e com o objeto representado. Cavernas e labirintos são, sob esse aspecto, signos que representam a complexidade do seu espaço interior. Traduzidos para o espaço mítico das bibliotecas, poder-se-ia dizer que trata-se do espaço onde se dão as relações dos vários níveis de conhecimento e das várias memórias. Casa Nova mostra a *"biblioteca enquanto disseminadora de sentidos e conhecimentos e enquanto metáfora do saber"* (Casa Nova, 1990:1 30). Para tanto, usa a metáfora da caverna como sendo *"a primeira biblioteca"*. Daí a correlação com o título da dissertação e as variáveis dos

termos "poço" e "draga", ambos carregados de significações e de metáforas que traduzem perfeitamente o universo simbólico da biblioteca e suas atividades como o saber, a informação, o conhecimento e os mecanismos reveladores e/ou secretos de seus conteúdos.

*"Na caverna, uma primeira semiologia se apresenta. A que lê símbolos, signos. A produção do conhecimento de um povo, de uma época. Os signos codificados - o conhecimento, os sentidos contextualizados, para que o leitor possível pudesse de novo produzir outros ou reproduzir o que ali se achava registrado."* (Idem, p.131)

Uma outra acepção que se poderia dar à noção de profundidade do poço sob o aspecto do espaço e da forma, diz respeito à introspecção. Nesse sentido, adentrar ao poço seria uma viagem metafórico-psicológica feita como um mergulho na essência do próprio poço. Vislumbrar a profundidade neste tocante é conhecer-se a si próprio. Seria o poço refletido em suas próprias águas. Não a sua auto-imagem refletida no espelho d'água, mas o que estiver além desse espectro e cujo reflexo d'água impede que se veja além disso. Dita introspecção, como acesso às profundezas do poço, seria sua auto-observação interior, isto é, *"a observação que o eu faz dos próprios estados internos"*. (Abagnano, 1982:552).

Esse olhar interior, essa auto-reflexão, essa auto-observação, transportados para a biblioteca como poço do saber, ganhariam maiores dimensões analíticas, ao mesmo tempo em que evidenciarium um sujeito-objeto mais palpável, mais concreto e mais vivo. Enquanto o mergulho do poço (o poço real) nele mesmo sai da metáfora para entrar no surrealismo, o mesmo exercício feito pela biblioteca pode ser possibilitado por uma releitura dos códigos culturais vigentes.

Todos os objetos e sensações encontrados nesse mergulho interior poderiam redimensionar as categorias mnemônicas da biblioteca. O elenco de registros da memória usados pelas bibliotecas, bem como o processo como são registrados, com certeza influenciam na percepção que a sociedade tem dela e a própria <sup>2</sup>"propriocepção" da mesma.

Em sua análise metafórica sobre a biblioteca, Casa Nova (op. cit.) deixa entender que a própria biblioteca, em sua extensão sócio-cultural, confunde-se com os seus elementos definidores. É como se o signo, que representa o objeto, fosse ele também

<sup>2</sup> "Diz-se da sensibilidade que nos informa sobre a atividade própria de nosso corpo, como nas sensações cinestésicas e posturais". (Dicionário Mirador Internacional, 1980)

objeto representado. Assim, a biblioteca significa conhecimento, ao mesmo tempo em que o conhecimento a significa. A biblioteca é signo e guardadora de signos. Ela os representa e por eles é representada. Transportando esta análise para a pseudo capacidade de "introspecção" da biblioteca em toda a sua extensão, ela como *"lugar de conservação da memória, da produção de conhecimento, da produção de Cultura."* (Idem:131), encontraria nesse mergulho revelador o mesmo labirinto que a forma externamente.

*"Num outro momento: a caverna /o subterrâneo torna-se labirinto. Perfilam-se estantes escaninhos, gavetas, escadas, arquivos, catálogos, livros. A História aponta para a clausura do intelecto, do cogito. (...) O universo é um grande livro (Mohyddin ibn-Arabi). O livro, esse objeto semiológico (semiótico) mediador da vida e da morte, é a morada do Logos."* (Idem, ibidem)

As categorias de registros do conhecimento são na verdade registros de memória. O que a biblioteca faz é reter na sua memória central (memória artificial) as memórias individual e coletiva das sociedades, usando para isso de instrumentos retentores de memória. Colombo fala de "quatro categorias de memorização": a gravação, o arquivamento, o arquivamento da gravação e a gravação do arquivamento. *"Essas quatro provisórias e indicativas categorias de memorização parecem descrever um universo de catalogação e armazenamento do presente que tem por efeito a paradoxal transformação dos objetos do hoje em ontem e - através da releitura dos signos e dos ícones - do ontem em hoje."* (Colombo, 1991:18)

Os registros do conhecimento por parte das bibliotecas funciona como um processo de memorização artificial, cujas bases estão fundadas nas tentativas do homem de preservar-se a si e à sua espécie, aprisionando sua memória. Gravam-se as informações nos seus respectivos suportes e as armazenam para serem rememoradas pelos que a têm acesso. Esse processo mnemônico se dá por técnicas de registro informacional como a <sup>3</sup>classificação, a <sup>4</sup>catalogação e as <sup>5</sup>indexações. O resultado

<sup>3</sup> Classificação é uma técnica biblioteconômica de análise e genealogia do conhecimento humano. É feita basicamente por dois Códigos, a Classificação Decimal de Dewey (CDD), idealizada pelo inglês Melvil Dewey; e a Classificação Decimal Universal (CDU), originado do primeiro e compilado pela Federação Internacional de Documentação (FID). Ambos os códigos dividem o conhecimento em uma classe geral e nove classes especiais e usa dígitos para representar os assuntos e suas subdivisões. Assim, cada ramo do conhecimento recebe um número correspondente à sua "família" e às classes às quais se relaciona.

dessas técnicas é a memória documental (ou memória arquivada) da biblioteca. O acervo é o objeto mnemônico das bibliotecas e estas são a própria memória.

A essa ancestral necessidade de conservação do passado, dá-se o nome de memória. E, olhando a história humana, pode-se perceber que o homem não faz outra coisa senão buscar sua eternidade pelos recursos simbólicos, pelos sistemas criativo-imaginativos e pela memória. Sobre as técnicas de conservação da memória documental, Colombo atesta:

*"Talvez o nível de conservação do filme [cinematográfico] como objeto de arquivo e por conseguinte de memória... ocupe e substitua um outro nível, o da (falha) adequação da imagem em movimento ao real. Talvez a lógica da catalogação... corresponda ao complexo da mímia de que falava Bazin: não podendo salvar o mundo, o homem audiovisual contenta-se em salvar alguns documentos (alguns testemunhos) cuja fidedignidade é duvidosa, mas cuja existência e volumosidade são incontestáveis."* (Colombo, 1991:58)

Segundo a reflexão de Colombo, pode-se depreender que, ainda que a apreensão do mundo torne-se impossível, aprisionar sinais do passado como identidade do presente assegure ao homem o sentimento de existência, posto que suas marcas passadas estão ao seu alcance para qualquer perigo de <sup>6</sup> esquecimento. Daí as formas de registros informacionais estarem cada vez mais se aprimorando, numa tentativa desesperada de diminuir os índices de falhas dos sistemas de memória artificial. A esse respeito, é ainda Colombo quem nos fala:

*"O importante não é mais recordar, praticar a memória, é saber que a recordação está depositada em algum lugar e que sua recuperação é - pelo menos na teoria - possível." (...)* *"a sociedade, na sua dimensão arquivística, privilegia a mnème (faculdade da conservação), em detrimento da anámnesis (recuperação do passado)".* (Colombo, 1991:104).

Seguindo a trilha conceitual da palavra "poço", temos que, assim como do poço se extrai água potável, própria para o consumo e cuja utilidade dependerá o bem-estar

<sup>4</sup> Catalogação é uma técnica de análise documental usada pelas bibliotecas para descrever o documento (livros, revistas, atlas etc) em todas as suas características físicas e contedísticas. Seu produto são as fichas catalográficas constantes dos catálogos das bibliotecas.

<sup>5</sup> A indexação é a análise da informação propriamente dita, classificada pelo processo de cabeçalhos de assunto (palavras-chave) de cujos cruzamentos e remissivas se pode associar os diversos assuntos entre si. Funciona como um banco de dados informacionais.

<sup>6</sup> Sobre esquecimento, ver item "esquecimento" à pagina 184.

das pessoas, também a biblioteca, como manancial de saber e serviços informacionais, assim deve operar. Contudo, como a biblioteca é resultado de acontecimentos temporais, estando sempre vinculada à contemporaneidade histórica, seus produtos obedecem a critérios ideológicos que precisam ser ressaltados.

A biblioteca-erudição é como um poço profundo, cujo acesso se vai limitando à medida em que, ao se descer, as dificuldades de visão e fôlego aumentam, exigindo do sujeito "aventureiro", grande habilidade motora, psicológica e perceptiva. A paisagem da viagem às profundezas de um poço esvaece gradativamente o sujeito que por ela desce. A pouca visibilidade mistura-se à rarefação do ar. A única coisa que o continua a estimular é a busca do inusitado, do novo, das surpresas que espera do fundo enigmático. Essa compulsão natural do homem pelas descobertas e pelo elemento novo é o que justifica as suas aventuras.

A aventura do sujeito em desvendar as profundezas de um poço que sabe ser generoso em águas límpidas e consumíveis justifica também o alinhamento na preparação dos instrumentos que o levará a ele, bem como dos instrumentos que protegerá o tesouro encontrado. Assim, aventurar-se nas profundezas da biblioteca-erudição é uma ousadia a que poucos se submetem. Não porque não lhes animem as expectativas de boas surpresas, mas porque os elementos que a sustentam, assim como aqueles que lhe revestem, guardam em si armadilhas tão imprevisíveis quanto a pouca luminosidade e o ar rarefeito do poço.

É bom recordar que situamos a biblioteca-erudição dentro de um recorte histórico que representa as bibliotecas dos primórdios (não obstante essa tendência ainda possa ser vista hoje). Portanto, dentro desse contexto e em reflexão à luminosidade do poço-biblioteca, pode-se dizer que o escuro do poço pode ser representado pela ignorância dos não iniciados na biblioteca. Entrar no universo denso das bibliotecas requer, antes de coragem, ritos de iniciação e instrumentos compatíveis com a exploração do local. Por ritos de iniciação entende-se, sob esse aspecto, o experimento dos sistemas de alfabetização, as experiências de leitura, as provações escolares e seus respectivos prêmios simbólicos. Frutos desses mecanismos e processos "emancipatórios", têm-se os instrumentos, também simbólicos: graus acadêmicos, patentes, títulos, diplomas e condecorações, sem os quais afoitar-se nas profundezas do saber guardado nas bibliotecas é perigoso.

Já a biblioteca-participação, aquela idealizada pelos teóricos e bibliotecários abnegados como uma tentativa de popularizar essa instituição-memória, seria um espaço democrático. *"A biblioteca pública tem que sair de suas quatro paredes e dinamizar suas relações com a comunidade no duplo sentido de dar e receber. (...) deve ser capaz de diagnosticar seus públicos potenciais e transformá-los em públicos reais"* (Garcia, 1975:196)

Sob esse aspecto, o caráter manancial do poço biblioteca seria a emergência de outras formas de registro e de conteúdo. Ao sujeito desbravador dos mistérios do poço seriam dados instrumentos de acesso e aproveitadas suas potencialidades criativas e imaginativas. A "nascente" seria aumentada e estimulada pela participação popular, contando suas histórias de vida, descrevendo seu mundo cultural, enfim, construindo novas bases sobre as quais a biblioteca se sedimente e torne-se dinâmica, podendo acompanhar o mundo em seu eterno resignificar-se.

Em relação à biblioteca pública e a propósito dessa nova tessitura que a revestiria, Sperry comenta: *"Para descobrir por que perderam terreno ou se teriam capacidade de recuperá-lo e ganhar novos espaços, e ainda se poderiam competir com os meios de comunicação de massa para minorar os seus efeitos e para liderar movimentos culturais no País, seria necessário dialogar com a população, o que não tem ocorrido."* (Sperry, 1993:169)

A construção de um novo modelo de biblioteca pública parece ser a pauta central dos analistas consultados. Contudo, não se pretende abolir o caráter profundo e secreto do poço-biblioteca, mas universalizar seu acesso, propiciando meios e canais eficazes de uma comunicação mais ampla.

Este trabalho não pretende reforçar as idéias separatistas que permeiam o universo das bibliotecas públicas, querendo dividi-las em públicas e em populares. Ainda que o público não seja popular e vice-versa, separá-lo só serve para reforçar as diferenças que se deseja diminuir. Diminuir o fosso entre a biblioteca pública e as classes desfavoráveis, aqui representadas pela favela, não significa criar novos guetos, novos paradigmas dominadores. A assinatura de uma nova codificação e ordenação para as bibliotecas, anunciado ao longo deste trabalho, pressupõe um alargamento dos raios de atuação das bibliotecas e não a sua departamentalização no âmbito das bibliotecas públicas, fato que poderia levar a novas polaridades e à instabilidade de novas

assimetrias. O alargamento das funções culturais das bibliotecas públicas pressupõe a participação do popular no público.

*"... na biblioteca popular, os grupos são estimulados a escrever suas próprias experiências desde o começo mesmo da alfabetização para que, na pós-alfabetização, se verifique a formação de um acervo onde, ao lado do livro e de outros materiais convencionais, estejam as 'páginas escritas' pelo próprio educando, sob a forma de folhetos, fitas gravadas, filmes, diapositivos ou de outros recursos, com respeito total à sua linguagem."* (Targino, sd.:33)

Só com uma participação mais abrangente dos segmentos populares, a biblioteca poderá ser equiparada ao poço naquilo que ele tem e conserva para o usufruto geral. Dessa forma, ao retomar o conceito de poço como manancial de *"água potável e de uso geral"*, temos que - associando o exposto às pretensões de uma "biblioteca-participação" - os bens e serviços das bibliotecas devem ser repartidos igualmente com toda a sociedade, ainda que isso implique um discurso retórico e cujas bases possam estar sustentadas em outros tipos de ideologias.

O pressuposto de um acervo e de múltiplos serviços informacionais, passíveis de "uso geral", leva a uma outra acepção de poço: *"abertura feita para se descer a uma mina."* Temos neste ponto duas situações que merecem uma reflexão, os termos "abertura" e "mina". Ambas, carregadas de teor simbólico e representativo, são perfeitamente associáveis às características das bibliotecas públicas. Por abertura entende-se um empreendimento democratizante de acesso à biblioteca pública. Acesso e participação, co-produção dos "textos" que comporão a memória da instituição. Abrir, neste sentido, significa cavar oportunidades de participação; abrir brechas por entre as quais o sistema vigente seja refeito à luz das participações populares; possibilitar emergências criativo-imaginativas das classes populares; ensejar mudanças estruturais no perfil político das bibliotecas; permitir resignificações, onde os símbolos antigos e alguns já desgastados possam ser substituídos por signos emergentes. Toda essa abertura funcionaria como um poder à parte na construção e edificação de um novo paradigma de biblioteca pública, ao mesmo tempo em que retomaria a proximidade deste fazer com a acepção do poço, quando ele assume a noção de *"perfuração que se faz no solo"*. Dita abertura, em seu sentido amplo, seria como essa perfuração, cujos resultados podiam diminuir o abismo entre biblioteca e favela.

#### 4. A Draga em sua Aspiração

Se adentrar às profundezas do poço é tarefa árdua, fazê-lo a partir de instrumentos próprios para esse fim torna a empreitada mais eficaz. Assim, seguindo a análise metafórica até aqui feita, temos que a draga é, sob esse aspecto, um dos instrumentos passíveis de uso.

Draga é uma *"máquina, geralmente montada numa barçaça, munida numa esteira sem fim de baldes ou caçambas, ou de um tubo de sucção, ou de uma só caçamba na extremidade de um braço, para limpar o fundo das águas de areia, lama, depósitos etc., que aí se formam, ou para tirar quaisquer objetos que tenham submergido."* Numa outra acepção, é *"qualquer instrumento como croque, sonda etc, para tirar objetos ou terra do fundo das águas."* Tipificando os tipos de draga temos, entre outros, a draga de aspiração: *"draga que funciona como uma bomba centrífuga para aspirar areia ou lama através de um tubo de sucção; também chamada draga aspirante ou draga de sucção. Dragado: que foi limpo com dragas."* (Mirador, 1980)

Mais uma vez recorremos à "memória" como pano de fundo para a análise entre biblioteca pública e favela. A draga seria, sob este aspecto, um instrumento mnemônico de ruptura dos segredos. É o meio possibilitador de acessar os elementos submergidos nas entranhas da memória. Neste tocante, muitas são as relações que se pode estabelecer entre o sujeito e a memória armazenada.

BH/UFC

Neste tópico o recurso de busca/acesso da memória será associado ao sujeito. Será ele o elemento responsável pela manipulação dos instrumentos de busca. Desde então convém ressaltar que ligado ao sujeito estarão em jogo uma série de sentimentos e impulsos psicológicos que o impulsionarão a "descer até o fundo do poço" ou chegar a ele pelos recursos mnemônicos, instrumentos de busca de memória. Seguindo a trilha poço-biblioteca-memória, até aqui utilizada, muda-se a abordagem para draga-sujeito-memória. A draga representará o instrumento e o sujeito será representado pela favela em seu estado pleno de vontade e representação.

Entre sujeito e memória há relações de desejo e vontade mediante os quais o sujeito busca chegar às entranhas daquela. Tal busca implica uma viagem mágico-mítica ao longo da qual se tem descobertas. Busca-se um arquétipo, a origem das sensações

presentes. A memória dragada tem por meta a salvação dos elementos primeiros que originou os comportamentos atuais. Esse processo de aspiração é ao mesmo tempo um processo de imaginação, de busca de pistas e testemunhos de uma memória arquetipal, à luz da qual se compreenda a própria realidade. A dragagem da memória no âmbito das relações do sujeito com o mundo se dá pelo recurso das narrativas, aqui representadas pelos depoimentos e histórias de vida dos moradores do Poço da Draga. Comunidade esta que vive um dia-a-dia em permanente estado de busca. Busca de uma memória que lhe dê identidade, que lhe propicie oportunidades, que possa traduzir seus anseios e justificar ou explicar seus valores.

A viagem feita pelo sujeito para um mergulho no mundo da memória é propiciada por meios como as recordações dos fatos que compõem sua história de vida; pelas celebrações de datas e eventos pertinentes ao seu contexto e por outros instrumentos pessoais, como o próprio espaço urbano em que vivem, suas casas, a praia em que habitam; os retratos e álbuns de família.

*"A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas."*  
(Le Goff, 1992:423)

A atualização dessas impressões é feita num mergulho quase sempre em águas turvas, referência às armadilhas da memória em torno das quais há acesso e perdas de informações. No depoimento mais importante e mais detalhado da história do Poço da Draga feito por dona Quinquinha, pôde-se perceber um misto de revelação e ocultamento de detalhes. Ao recordar as páginas que escreveram sua história e a própria história da Praia de Iracema, a personagem viajava de um momento distante ao instante em que narrava como num passe de mágica. As falhas da memória eram muitas vezes consertadas pelos marcos memorativos, como datas de nascimento dos filhos, coincidentes com os fatos históricos que narrava; pelas edificações arquitetônicas em volta, como a Ponte Metálica e os paredões e quebra-mares; entre outros.

## 5. Memória e Biblioteca

Memória é, entre outras coisas, atualização do passado. Através dela se reconstruem dados que ficaram para trás na história coletiva e individual. É ainda uma espécie de ordenação de vestígios e releituras desses vestígios; é a reunião e restituição dos sentidos. É a concatenação, estruturação e auto-organização desses sinais deixados como marcas em nosso passado. Espinosa (apud Abagnano, 1980) a concebe segundo um mecanismo associativo, para ele é a "*concatenação de idéias*". Ou, nos dizeres de Lerói-Gourhan, "*memória ... não é uma propriedade da inteligência, mas a base, seja ela qual for, sobre a qual se inscrevem as concatenações de atos.*" (Lerói-Gourhan, citado:425) É a possibilidade de dispor dos conhecimentos passados disponíveis.

Vernant (apud Le Goff, 1992:436) diz que a memória é "*...a conquista progressiva pelo homem do seu passado individual.*" É, portanto um elemento de busca e aspiração de idéias e sinais que recontem um passado obscuro. Aspirar, sob esse aspecto, é tanto transitivo direto como transitivo indireto. É tanto uma forma de atração e sucção desses sinais passados, como a pretensão de absorvê-los para servir de suporte de uma identidade individual e/ou coletiva.

*"A memória é um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual reevocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras, graças à sua semelhança com as passadas."* (Boncompagno da signa apud Le Goff:453)

A memória serve para, na ausência do acontecimento, se comunicar pelo recurso mnemônico. A lembrança serve para informar sobre a identidade e para "enformar o mundo". A lembrança é uma viagem aos recôncavos da macro memória em busca de um saber irrealizado. Esse processo de busca, que também é um mergulho nas coisas profundas é ensejado por um impulso de "*descoberta dirigida e desejada.*"

A memória tem por base a descoberta do mundo, de suas formas e imagens. Seu caminho é labiríntico como o caminho das bibliotecas. Esta, enquanto memória da sociedade, depositária "*da história 'objetiva' e da história 'ideológica'*", se apresenta com mecanismos complexos de armazenamento e acesso informacionais. A construção signífica desse labirinto do conhecimento aponta para a biblioteca como serviçal de um

herói mítico, o saber, materializado no seu acervo e protegido por códigos de acesso limitado.

*"Poeticamente, pode-se dizer que a biblioteca é toda a memória do mundo, mas, com efeito, em cada momento histórico, numa determinada sociedade, o leitor estará explorando as camadas mais superficiais, porque contemporâneas, dessa memória."* (Lemos, 1979:205)

A biblioteca é uma memória coletiva, originada de todas as memórias individuais. No momento em que tornou-se impossível reter todas as informações nas memórias individuais, notadamente durante o período da oralidade, a escrita surge como um suporte poderoso de armazenamento e ordenação e a biblioteca como receptáculo maior dos documentos gerados. Portanto, a biblioteca é um monumento eminentemente mnemônico, já que é ao mesmo tempo memória e suporte de memórias.

Sobre os materiais da memória que formam a biblioteca, vejamos essa passagem do livro *História e Memória*: *"A outra forma de memória ligada à escrita é o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita... Neste tipo de documento a escrita tem duas funções principais: 'Uma é o armazenamento de informações, que permite comunicar através do tempo e do espaço, e fornece ao homem um processo de marcação, memorização e registro'; a outra, 'ao assegurar a passagem da esfera auditiva à visual', permite 'reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas'."* (Le Goff, 1992:433)

A biblioteca é uma espécie de santuário ao qual as demais memórias confiam a tutela de suas informações armazenadas. Suas funções confundem-se com cada uma das funções mnemônicas de seus materiais. Ela é a memória da memória. Funciona como um norte para a história das sociedades. Sob esse aspecto, as informações sob sua custódia assumem um caráter ambivalente, pois, na medida em que as organiza, as torna instrumento de poder. *"A memorização pelo inventário, pela lista hierarquizada não é unicamente uma atividade nova de organização do saber, mas um aspecto da organização de um poder novo."* (idem: 436)

Toda a rede estrutural de codificações das bibliotecas se sedimenta sob muitas bases. Uma delas é o seu perfil organizacional. As classificações conteudísticas dos seus documentos-memória além de ordenar o conhecimento, detêm o poder de decidir o que e quem estará fora desse universo. Dessa forma, a memória organizada, sob as bases da

classificação e catalogação de materiais de registro informacionais, funciona como um poder segundo o qual se estabelecem fronteiras e possibilita a coesão dos órgãos e sistemas que sustentam a biblioteca.

Esse poder organizado deseja o controle dos sistemas sociais, é endereçado aos setores, segmentos e sujeitos não iniciados no universo erudito. Tem por meta formar um ambiente mítico segundo o qual apenas os bem dotados de memória e conhecimento possam usufruir. Enaltece o saber e o conhecimento como sinônimo de memória - ainda que dentro de um aspecto limitado do termo.

## 6. Memória e Favela

BH/UFC

A memória da favela, como suporte para a presente análise segundo a qual se enfocam as questões metafóricas do **Poço da Draga**, pode ser dividida em duas, a sua memória coletiva, fruto das representações, lembranças e símbolos do passado; e suas memórias individuais, manifestadas pela história de vida de cada um dos seus indivíduos.

Ambas as memórias se sustentam prioritariamente numa dimensão narrativa. É através dela que os eventos, fatos e dados históricos vão sendo contados. De quando em vez, lança-se mão dos sinais mnemotéticos, como os portadores de memória, como os traços urbanos que ornamentam a vida dos sujeitos, as marcas arquitetônicas, entre outros.

Na Favela Poço da Draga, a memória é o poço e a draga são as lembranças. Entre uma e outra os sujeitos-memória. Alguns desses sujeitos-personagens que acompanharam esse trabalho com indisfarçado orgulho de serem co-partícipe das anotações sobre sua comunidade, mostraram-se aptos para a descoberta da memória. Em muitos casos, os depoentes se referiam a alguns desses personagens. Era como se eles fossem a memória viva de uma comunidade inteira.

Entre os sujeitos-memória estão a Dona Quinquinha, 73 anos de idade e há 55 anos morando no mesmo local; a Dona Geralda, mais velha (não se pôde precisar a idade) e a mais antiga moradora da comunidade, a primeira a chegar ao local; o Seu Valmir Mesquita e a Dona Rocilda. As duas primeiras são confiadas as informações sobre a comunidade. Esse prestígio memorável elas ostentam diferentemente. A personagem mais velha fala pouco e conta involuntariamente apenas o que lhe é

perguntado. Sabe muito sobre o local, mas é retraída. Dona Quinquinha, ao contrário, mostrava-se bem entusiasmada em relatar sua vida e a de sua comunidade. A vitalidade de sua memória e a pressa que tinha em falar sobre tudo a um só tempo, parecia prever que morreria antes de conceder o que seria sua última entrevista-depoimento.

A memória individual de Dona Quinquinha funciona como um álbum de recordações de toda uma coletividade, posto que ela representa uma das moradoras mais antigas da comunidade. Sua capacidade memorativa se revela a partir dos elementos exteriores a ela que funcionam como mecanismo de associatividade. Quando sua memória falha ou desconfia que os dados cronológicos não combinam com sua narrativa, associa-os a imagens como a *Maria Fumaça*, a materiais como as ruínas da ponte por sobre a qual rolavam os troles para desembarque de mercadorias dos navios etc. Enaltece sua capacidade mnemônica com orgulho.

*"Nasci em quinze, mas me lembro de tudo. E essa ponte aí (apontando) , antigamente, eu sou do tempo da maria fumaça (trem a vapor), esse prédio que você vê aqui, esse prédio branco, não tem, aí? Pois aquele prédio branco era a RFFSA antigamente. Era de flande (flandre), ali do lado ali um horror (porção, monte) de carrapateira numa mata que tinha, e aí era os... como é que chamava eles? antigamente se chamavam era os trabalhador, né? Hoje em dia, não, tem outros nome, né? Eles trabalhando ali na RFFSA, lá a gente via quando chegava o trem, a maria fumaça, que nesse tempo era à lenha, viu? Aqui, no cais aí, tinha a policia maritima, tinha, eu inda alcancei, tinha ... e vinha os trói (trole), você sabe o que é os trói?..."*  
(Entrevista em julho de 1994)

O sujeito-memória é o testemunho vivo do tempo. Sua autoridade vem de sua contemporaneidade com os fatos históricos e de sua condição de ator de um momento vivido e que tornou-se marco de uma história coletiva. A memória popular tem esse caráter de liberdade que as instituições-memória não têm. As narrativas populares preferem exteriorizar os fragmentos de lembranças - como que a obedecer os paradigmas atuais de ultra-velocidade das informações - a ordená-los e correr o risco de perdê-los, ainda que momentaneamente. Para tanto, mostra uma narrativa extremamente criativa, performática e relacional. Aos eventos esquecidos associa os produtos materiais dos mesmos, aos elementos desconhecidos relacionam-se elementos semanticamente próximos.

*"E aqui, ficava esse... eu sou tistimunha disso porque todo dia eu ia à missa, porque eu sou católica e meu marido num se incomodava não. Tinha missa no seminário (Seminário da Prainha, hoje marco histórico da cidade. Onde se ordenou o Padre Cícero). Prá gente passar pro outro lado era estreitinho assim (juntando as mãos), tudo era sacaria, de farinha de trigo, café, milho, todo gênero que vinha, num sabe? daí, do cais do porto.*

A história da Favela Poço da Draga encontra na narrativa de sua personagem-memória indícios de um futuro que já está sendo vivido pela comunidade como um todo. A história do porto marítimo como marco comercial de uma época e sua relação com a estrada de ferro e o comércio da cidade já dava sinais de que estava vindo para ficar. A nostalgia da simpática *maria-fumaça* e do vaivém dos troles junta-se às expectativas das chegadas dos navios e seus bens simbólicos preciosos, como a "boa gente" vinda do sul. A lembrança desses eventos se dá numa viagem metafórica por uma estrada entrecortada por frases e pensamentos. Dita estrada transporta a personagem-memória de um tempo que se prenunciava promissor para um aqui agora adverso. Aqueles indícios rememorados tornam-se realidade num tempo agônico e perverso.

A vaidade pela capacidade memorativa, no entanto, faz a personagem-memória separar as boas expectativas de ontem, agora lembradas, dos resultados a ela desastrosos pelo movimento daquilo que acaba de lembrar. É como que ter vivido uma época de expectativa e hoje lembrá-la sem dificuldades valesse mais do que avaliar se os momentos hoje mal-vividos são frutos daqueles dias.

A memória da Favela Poço da Draga está, ainda, no todo da comunidade. Está edificada nas ações simbólicas de inversão, como o trabalho e as aquisições materiais; nas marcas que modelam o dia-a-dia de dificuldades; nos sonhos por um futuro melhor; nas lutas pela preservação do seu espaço-memória e; no próprio espaço da favela cuja história se confunde com a própria história da Praia de Iracema, que, por sua vez, é a própria memória da cidade de Fortaleza.

## **7. Memória e Esquecimento**

O esquecimento é uma categoria de memória. É o mecanismo cultural pelo qual se seleciona um objeto memorado. Como para cada escolha corresponde uma exclusão,

esta é o esquecimento. Essa opção é direcionada por códigos e princípios ordenadores de natureza ideológico-cultural.

Colombo aponta dois aspectos fundamentais do esquecimento: *"O primeiro, relativo à escolha do material a ser traduzido em lembrança: o segundo, à própria permanência da lembrança no seu 'lugar' mental ou físico." (...)* *"Seleção do material: ... ativação preventiva do esquecimento: trata-se, de fato, de decidir, diante de um conjunto de dados, eventos ou informações, quais devem ser privilegiados e quais podem ser abandonados ao possível cancelamento."* (Colombo, 1991:89)

Um tipo de esquecimento é a amnésia. Ela pode ser de ordem fisiológica ou de natureza ideológica. Tem a primeira característica quando alguma patologia afeta a parte do cérebro responsável pela memória. Já o esquecimento por questões ideológicas é um recurso preventivo, segundo o qual lança-se mão de instrumentos de escolha e exclusão, seleção e subtração de fatos, idéias, informações e eventos de natureza social.

Para análise das questões até aqui levantadas sobre biblioteca e favela, será considerada a segunda acepção, a fim de que se possa compreender as várias nuances dos sistemas mnemônicos sociais.

*"... num nível metafórico, mas significativo, a amnésia é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva."* (Le Goff, 1992:425)

Uma "amnésia social", coletiva ou individual pode ser resultado de procedimentos ideológicos de natureza política. O esquecimento voluntário é o predeterminado, o desejado, aquele que é, além de permitido, manipulado. É sobre este que centraremos nossa atenção.

Colombo (1991) ao discorrer sobre o esquecimento como uma categoria da memória se refere a ele como *"seleção axiológica preventiva"*. Segundo sua análise, assim como a memória é tida como a busca de pistas, o esquecimento manipulado age como um *"cancelamento de pistas"*. (Colombo, 1991:102)

Para ele, *"... o método mnemotécnico renunciou à própria exaustividade e à própria neutralidade a favor da seleção preventiva, do esquecimento direcionado, centralizado, decidido"* (idem). Ainda segundo sua análise, esse método da "seleção

axiológica preventiva" obedece aos padrões axiológicos filosóficos, com pequenas variações na evolução da filosofia, ainda que para os filósofos clássicos (como Giordano Bruno, para quem "o mundo inteiro estava à disposição do conhecimento memorativo", conforme observa Colombo) a mnemotécnica fosse infinita. Assim é que, cada qual a seu modo, Aquino, Bacon ou Descartes, privilegiam dados, eventos ou informações em detrimento de outros, que consideram - axiologicamente - "esquecíveis".

Ao se referir sobre as técnicas mnemônicas para apreensão das informações contidas na memória - poder-se-ia dizer que estaria tratando do processo de memória artificial em sua gênese - o referido autor comenta: "*... os 'truques' de memorização usados pelos oradores permitiam no fim das contas o arquivamento de todo e qualquer conteúdo, desde que pertinente ao assunto que se pretendesse tratar.*" (Idem, p.89).

Transferindo essa análise para o âmbito das bibliotecas, poder-se-ia dizer que a sua política de aquisição e seleção de acervo obedece a esses critérios axiológicos preventivos. Axiológicos porque circunscritos a padrões, normas e códigos arcaicos e próprios dessa instituição-memória; preventivos porque elegem em nome de outrem o que se considera positivo para seus usuários, mantendo inalteradas as estruturas hierárquicas de poder e dominação.

Isto posto, temos que a biblioteca, além de memória, é também seu receptáculo, ficando sob sua decisão o acesso ou ocultamento das memórias sob sua custódia. Analisando o pensamento de Tomás de Aquino, Colombo sentencia: "*...para Tomás de Aquino, a memória... é uma virtude, cuja posse é necessária para a salvação da alma: nela devem ser cuidadosamente custodiados [observar a abrangência do termo "custódia"] apenas os conteúdos que permitam a salvação do homem [mais uma vez aqui a presença da arbitrariedade, do código cultural, mecanismos que se consubstanciam, como todos os outros, em conceitos datados]. Essa concepção teológica de memória age, portanto, como potenciadora dos critérios seletivos que funcionam como esquecimento preventivo: estão eles ligados a uma sólida matriz de valores...*" (Idem, p.90).

O esquecimento ideologicamente preventivo funciona como "*manipulações da memória*". Segundo Le Goff (op cit) há manipulações conscientes e/ou inconscientes no plano individual e no plano coletivo. No plano individual, as manipulações vêm do interesse, da afetividade, do desejo, da inibição, da censura. No plano coletivo, elas vêm do poder. "*Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes*

*preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva." (Le Goff, 1992:426)*

Neste ponto convém comentar a título de ilustração do "silêncio" das bibliotecas públicas sobre sua abrangência popular. Esse "esquecimento" seria direcionado e ensejado a fim de preservar as marcas eruditas e professorais da instituição. Essa membrana protetora se materializa desde as já citadas seleções e aquisições de acervo até as chamadas de "silêncio" espalhadas pelos seus recantos. Ou seja, o silêncio *da* e *na* biblioteca teriam a mesma função. O primeiro justificaria seus processos seletivos e o segundo representaria as sanções destinadas a quem reclamasse do primeiro.

Assim, sob a forma de esquecimento, teríamos uma memória coletiva "*confiscada*" pelas bibliotecas públicas. "*Ao poder pela memória responde a destruição da memória.*" (idem:442)

### **8. O Poço e a Draga**

A Favela Poço da Draga está situada à beira mar. À sua frente o mar que banha as areias da Praia de Iracema, em sua volta as marcas do progresso e como consequência disso, as adversidades da Favela, ameaçada de despejo pelos executivos estadual e municipal.

Em busca de "*resgatar a memória da Praia de Iracema*", os projetos de reurbanização do local envolvem a completa ocupação da área onde se situa a Favela. Mais uma vez em nome da memória destroem-se memórias. A idéia é aprisionar a memória em materiais já portadores dessa função, como as pedras, a arquitetura de um modo geral, o mármore, as praças, ruas, passarelas, vitrines e os santuários dos deuses, como os teatros, bibliotecas e museus.

Mais uma vez as polaridades e assimetrias. O gigante e o pequenino se enfrentam numa batalha desigual. A grande memória escolhe o que deve ser acessado, enquanto a pequena memória luta para acompanhá-la. O poço esconde ao que a draga quer aspirar. O embate entre o guardião e o aspirante a guardião revela quão complexas são as relações de poder entre ambos.

Assim é a relação de poder entre a memória das instituições oficiais e a memória popular, no que concerne à ocupação de espaço. Em nome de um poder - ainda que arbitrário - adquirido pelo aprisionamento e custódia da memória coletiva, as castas superiores decidem a que memórias se deve um esforço de investimentos.

O Poço da Draga sempre foi alvo de empreendimentos, primeiro pelos colonizadores da indústria naval, depois pelos investidores da rede hoteleira e agora, pelo crescimento econômico do turismo local.

Já em 1918 as visões empreendedoras davam conta da mina que era a Praia do Meireles (hoje Iracema). O então governador mandou vir de Lisboa amarrações de ferro *"para maior segurança dos navios"*.

*"Em 1860 foi iniciada a construção de um paredão no Meireles, e para fixação das areias do Mucuripe, fazer o plantio de gramas nas dunas. Estudos do engenheiro Domingos Sérgio de Sabóia e Silva resultaram na construção de um viaduto na altura da Alfândega, todo de ferro, com piso de madeira, que ficou conhecido como "ponte metálica". A construção foi iniciada no dia 18 de dezembro de 1902 e sua inauguração se deu em 26 de maio de 1906. Tinha uma escada móvel para acompanhar as marés, onde as pessoas subiam e desciam para embarque e desembarque.. Também existiam guindaste para transporte de mercadorias. Tanto as cargas como os passageiros embarcavam em lanchas e botes, indo até o navio. (...) Em 1922 foi reconstruída, desta vez em concreto armado. (...) No governo de Epitácio Pessoa, a ponte foi reconstruída e dado início à construção do porto de Fortaleza, uma nova ponte, que ligaria a terra firme a uma ilha submersa à 900 metros dali. Chamou-se esta outra ponte de Ponte dos ingleses, devido ser construída por uma firma inglesa, a Morton Griffiths. A outra ponte começou a ser chamada de ponte velha." (Jornal O Povo, sd)*

Em torno dessa ponte é que se desenrola a análise do presente objeto. Ela tornou-se símbolo de um progresso no passado e espaço bucólico do presente. É para lá que se dirigem turistas e uma variedade de pessoas da cidade para ver o pôr-do-sol. A partir da sua extremidade fixada no continente é que começa a favela, antiga comunidade de moradores. Espaço-memória de uma cidade inteira, a Ponte Metálica virou cartão postal e, juntamente com outros signos da Praia de Iracema (o nome da Praia em si já é

um signo), como o <sup>7</sup>Estoril e as demais casas da boemia, faz parte das pretensões dos caçadores de espaços economicamente viáveis.

Centraremos nossa análise na exploração do espaço compreendido entre a BPGMP e a Ponte Metálica, entre as quais está a Favela Poço da Draga. A exploração do espaço - detalhado no segundo capítulo quanto à forma e estrutura - será tratado aqui semioticamente, seguindo a trilha metafórica escolhida como pano de fundo e representada pelo "poço" e pela "draga".

O poço é a superioridade aparente. É a memória arquetipal das instituições-memória, como a Biblioteca Pública, cuja profundidade e suntuosidade dos elementos que a revestem enformam as consciências interpretantes. É a memória custodiada e fadada ao esquecimento forjado. É o espaço das grandes edificações memorativas, memória lapidar e marmórea. É a memória da biblioteca.

A draga é a inferioridade aparente. É a memória fluente do dia-a-dia das pessoas, como as detectadas nos depoimentos dos moradores da Draga. É a memória em liberdade e oferecida como instrumento revelador; é aquela cujo esquecimento é fruto de percursos naturais. É o espaço das ações mágico-míticas da criatividade humana. É a memória da favela.

Entre ambos muitas relações signícas. Sob esse aspecto, entre um pólo e outro há os limiares semióticos, propiciados pelos mecanismos culturais de solução. Entre o poço e a draga há as marcas memoriais, as zonas neutras ou de transição, os espaços de calma, as fronteiras hedônicas, as passagens signícas pelas quais se dão todas as relações ambíguas como as que aqui se apresentaram entre biblioteca e favela ou, mais precisamente, entre o que aquela oferece e o que esta demanda.

Sobre essas zonas de transição é que se falará a seguir.

## **9. Biblioteca, Favela e Mediação**

Ao longo deste trabalho muito se falou sobre os mecanismos de superação das adversidades pelos padrões de solução que a própria cultura oferece. Pois bem, é hora de

---

<sup>7</sup> Restaurante de origem italiana, reduto dos intelectuais e boêmios do passado, é hoje um "espaço cultural" explorado pela Prefeitura de Fortaleza. Além de restaurante é um espaço destinado a oficinas de garçons, artistas plásticos, entre outros, além, de espaço para recitais, exposições e músicas ao vivo.

analisar esses padrões em torno dos quais biblioteca e favela poderiam ir tecendo ajustes na sua comunicação.

Alguns sistemas simbólicos se apresentam como padrões de soluções. É bom ressaltar, entretanto, que as soluções advindas desse processo se dão no plano simbólico e, temporariamente, dão o equilíbrio que se procura, o que leva a concluir que não são soluções definitivas, mas uma busca incessante pela diminuição das assimetrias.

Os próprios objetos analisados - biblioteca e favela - têm seus padrões, conforme vimos nos capítulos anteriores. Na relação entre ambas, vislumbramos padrões oferecidos pelos próprios pólos em jogo; outros, pela participação efetiva de bibliotecários e seus pares mais próximos, desde é claro, que interessados em reverter o quadro adverso à comunicação com a favela e os segmentos populares por ela representados.

Portanto, parta de onde partir, as soluções assumem características próprias e bem definidas. Se o padrão for a mediação - e se escolha como mentor a própria classe bibliotecária ou alguns de seus pares concordantes com essa nova comunicação entre biblioteca e favela - ela deve se apresentar desarmada dos instrumentos hegemônicos com os quais lidou até hoje. Deve ser o instrumento pelo qual as partes em atrito confiem entregar seus *bens e valores simbólicos*. Espera-se dessa mediação trabalhar com os elementos culturais de ambos os lados capazes de resistir numa interação e troca. Conhecer bem os lados e saber defini-los pelas semelhanças que propiciarão um encontro ameno, bem como pelas diferenças, que poderão avivar as rupturas entre ambos.

Os resultados até agora encontrados na relação biblioteca/favela dão conta de traços pertinentes à memória, comum a ambos. A favela, coletiva ou individualmente, tem um inestimável poder memorativo, a partir do qual se pode reescrever a sua história coletiva, que confunde-se com a própria história da cidade e, mais ainda com a história da Praia de Iracema. A história do Poço da Draga, contada em depoimentos e entrevistas, (gravadas, fotogravadas e filmadas), além de construir uma identidade (ou melhor, torná-la conhecida), seria uma inestimável contribuição para a memória da Biblioteca Pública.

Uma outra possibilidade de convívio se dá entre oferta e demanda informacional. Já que os resultados apontam uma biblioteca com interesses (ver os projetos analisados) em fornecer informações às classes desassistidas e a favela estudada mostra-se seduzida

por esse tipo de informação, resta confrontar os dados de uma pesquisa empírica mais profunda e adequar o sistema de bibliotecas às demandas emergentes.

Por estarem literalmente envolvidas no mesmo projeto da Secretaria de Cultura do Estado, mais um motivo para trabalharem juntas no *"resgate da memória da Praia de Iracema"*, como prenuncia o projeto do <sup>8</sup> Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura. As formas de um trabalho em conjunto - desde que previamente levada em consideração pela política de funcionamento do Centro - é um caso que se poderia estudar mais detidamente em outra oportunidade. O certo é que, no âmbito da memória, do seu resgate, dos seus instrumentos de acesso e dos sujeitos-memória da favela, esta e a biblioteca poderiam construir um acervo mais vivo sobre a Praia de Iracema.

A partir desses universais, instrumentos práticos de execução poderiam ser decididos conjuntamente entre a Biblioteca Pública e as representações da Favela. Os pontos comuns entre oferta e demanda se dão no âmbito das informações factuais, de resposta imediata e objetiva às necessidades prementes da favela, como emprego (oferta e procura; cursos e palestras etc), saúde (primeiros socorros, palestras, acesso a postos de saúde pública etc.), educação, entre outros mostrados pela enquete junto à Favela.

Outro padrão de solução, este mais perigoso por conter em si maiores graus de arbitrariedade e, por via de regra, estarem impregnados de poder e sinais ideológicos, é a criação de zonas neutras, zonas intermediárias ou de transição. Entre a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel e a Favela Poço da Draga está surgindo uma dessas zonas, que passaremos a detalhar. Antes, porém, convém ressaltar que, na maioria das vezes, essas zonas são ritualizadas, simbolizadas pelo recurso da imaginação; noutras, são materializadas em estruturas materiais de poder simbólico já adquirido universalmente, como as estátuas, as estelas, os monumentos, as praças e jardins, os obeliscos e, no nosso caso, em *"Corredores Culturais"*, como o Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura.

*"Outro padrão de solução é a criação de ZONAS INTERMEDIÁRIAS, ao invés de botar um terceiro, criam-se zonas simbólicas intermediárias, denominadas zonas cinzentas, cria-se um território 'de ninguém'. Para resolver essa terra de ninguém ritualiza-se a passagem por ela, criam-se os ritos de passagem em todos os sentidos."*  
(Baitelo Jr, 1993, texto mimeografado)

<sup>8</sup> O referido Centro partirá do andar térreo da BPGMP e atravessará grande espaço até chegar à Ponte Metálica, onde se inicia a Favela Poço da Draga. Ver também nota 14 do capítulo dois.

Em análise aos sistemas sociais ordenadores, que põem em lados opostos dominantes e dominados, Harry Pross faz uma abordagem sobre as formas simbólicas de dominação e como os segmentos dominantes se armam de instrumentos simbólicos para *manter a ordem vigente* e sempre sobre controle seus estratos dominados. Os ritos de passagem são um desses recursos. Diz ele:

*"Supraordenação-subordinação, preordenação-postoordenação, estão separadas e unidas por espaços intermediários. Isto é fácil de estipular espacialmente. Existem regras para os tempos intermediários, que são os ritos de passagem. Rituais de passagem e transição. Trata-se de cerimônias a realizar ao abandonar uma ordem e entrar noutra, isto é, batismos, ritos de virilidade, cerimônias de fertilidade, ritos de iniciação para a adolescência, candidaturas, mudanças de fase na vida individual, simbolizadas por convenção social, como acontecimentos sociais, por exemplo, um exame. As passagens, tanto espaciais como temporais, pressupõem, já que se dão, antes e depois, algo que as determina. A passagem espacial pressupõe um de onde e um para onde; atemporal, um antes e um depois. (Pross, 1980:68)*

Sob esse aspecto e ainda sobre o caráter de memória que enseja, o Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura é um lugar de memória e uma zona intermediária entre a Biblioteca Pública e seus não-públicos e, num sentido amplo, da alta cultura e da grande maioria da sociedade. Seu poder encantatório se confunde com as ideologias que nele se sedimentam. A chamada do discurso oficial que cria o Centro é enfática:

*"O governo, através da Secretaria de Cultura, convida os cearenses a construir uma sociedade nova... porque cresce o sentimento de inadequação da atual sociedade à aspiração verdadeira de justiça social e felicidade." (Ceará, 1995:71)*

O discurso segue criticando o domínio da sociedade pelo mercado e busca estimular *"nossas energias mais profundas."*(idem, ibidem).

*"o contato com obras de arte e artistas, sua acessibilidade por camadas maiores do que a elite, a inserção da arte modificando a realidade social tornaram necessária na nossa sociedade uma estratégia específica para a cultura. A proposta do Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura representa a idéia de fundar 'um agir comunicacional' sob a pedra angular do fenômeno artístico no espaço público."*(idem)

Constrói-se assim, amparada por um discurso convincente, a pedra fundamental sobre a qual se edificará o símbolo lapidar da memória. Esse lugar memória escreve e inscreve sob variadas formas sua marca como memória das memórias. Será um lugar de comemoração, celebração e imaginação de uma igualdade tão aparente quanto fugaz. É a igualdade enquanto passagem de um sistema simbólico a outro.

Os sujeitos que pelo *corredor* passarem terão a oportunidade de experimentar um pouco do universo do outro. Essa passagem signica se dará magicamente onde as utopias se concretizam num instante fugaz e único. Os quatro pilares que sustentaram esse espaço mítico, *libertação, gratuidade, hedonismo e socialidade*, tornar-se-ão testemunhos vivos de uma memória em seu estado *continuum*. A memória de toda uma sociedade será liturgicamente contada e celebrada em sua igualdade mítica.

Sobre esse espaço-memória se inscreverá uma rede inextricável de sonhos individuais e coletivos, cujas reinscrições se darão na medida em que cada sujeito começa a adentrar nesse espaço mágico-mítico. O *Corredor Cultural* será, sob esse aspecto, um grande e interminável palimpsesto. Em torno deste, outras inscrições se vão desenhando, dando margem a uma incessante celebração dessas memórias inscritas.

O monumento do Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura funciona como uma publicidade ininterrupta dos feitos memoráveis do governo em prol da memória da cidade. A ostentação dos símbolos primevos da história da cultura, como os teatros, museus e a própria BPGMP, tentam guardar suas marcas arquitetônicas dos tempos áureos da arquitetura clássica, mesclando com os produtos da tecnologia do futuro. Recupera-se, deste modo, a memória passada e a memória futura. Em cada canto ou detalhe dos traços arquitetônicos e idealizados do Pólo Cultural da Praia de Iracema, o que se observa é uma tentativa de tornar durável uma memória para que possa durar o poder estatal e elitista.

Portanto, o Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura será um espaço de transição no qual a favela poderá se refazer das carências de pertencer a um mundo melhor, onde ela poderá experimentar o outro lado do seu mundo cultural e vislumbrar, principalmente pela sua inesgotável capacidade sonhadora, a ampliação de seu território. Do mesmo modo, a Biblioteca Pública terá a oportunidade de amenizar as pressões advindas de seu próprio interior, que reclamam uma ampliação do seu raio de atuação.

Ambas precisam desse estado de relaxamento, onde os símbolos descansam sem descansar, onde as tensões fingem se refrear, onde, pelo ópio da liberdade e igualdade, se possam recarregar as baterias para os embates subseqüentes. É esse o valor simbólico desses espaços. Ele minimizará as tensões dos pólos ao mesmo tempo em que livra-os da solidão metafórica de não poderem tornar pleno esse momento de ruptura das fronteiras.

A monumentalidade da memória social será lapidada no lugar-memória que é o Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura. Dita memória estará inscrita sob a forma de monumentos, de símbolos e do próprio lugar que, já ao nascer, inscreve uma prática de celebração em comemoração ao seu surgimento e aos posteriores aniversários de inauguração.

Enquanto memória, o Centro permitirá uma recordação permanente da história da cidade. Enquanto símbolo, servirá de estímulo à imaginação humana; enquanto espaço, buscará e deixará pistas de uma memória coletiva, que poderá ser lida, tanto pela favela como pela biblioteca pública, pistas essas que poderão levá-las a uma comunicação menos ruidosa. Enquanto corredor, passarela ou ponte poderá ser a via pela qual a draga encontrará o poço.

## CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho se falou de um possível encontro entre biblioteca e favela. Para muitos, um encontro surreal. Para outros, uma utopia a ser buscada. Independente do prisma que se olhe, o certo é que uma busca como essa passará inevitavelmente pelo âmbito da cultura, em sua capacidade de se estruturar em camadas hierárquicas, de sobreviver a partir de seus elementos antípodas e de ter que estar sempre se redefinindo, se reordenando, se remodelando.

O encontro da favela com a biblioteca será um encontro necessário, como necessário são os içamentos e quedas dos símbolos. O que mais interessa nesse aspecto, é como se dará essa passagem entre a queda e o içamento dos símbolos, como poderá ser feito o caminho que levará ao encontro de favela e biblioteca. Dita passagem é um processo signico de cujo entendimento se possibilitarão as tomadas de decisões, as escolhas, as deliberações sobre as mensagens e os códigos propícios à boa comunicação entre as partes.

Ainda no início deste trabalho alertamos para uma possível mediação como padrão de solução para as adversidades encontradas na comunicação biblioteca\ favela. Vimos, depois, que as adversidades se davam ainda no seio da própria biblioteca, quando esta e seus bibliotecários mantêm uma comunicação ruidosa. Em ambos os casos, afirmamos ser a mediação a saída simbólica para as assimetrias.

Dita mediação poderia se dar mediante o estabelecimento de um novo princípio ordenador, numa reestruturação dos preceitos das bibliotecas, numa releitura do seu papel social, nos quais a participação popular, na condição de produtor cultural, fosse possibilitada como um objetivo primordial da biblioteca e não como um viés na sua política de atuação. Um padrão de solução como esse tem necessariamente que passar pela esfera ideológica e esta precisa se reformular no âmbito das bibliotecas públicas. O novo contrato ordenador, codificador e classificador das bibliotecas deve contemplar o público popular como um có-partícipe na produção do acervo e serviços bibliotecários, sem o ranço antigo da participação desse público em eventos esporádicos, participações limitadas, quase sempre direcionados com objetivos explicitamente demagógicos.

Qualquer entrave provocado por um sistema simbólico, como o que acontece na relação biblioteca segmentos populares, só pode ser resolvido simbolicamente. Trata-se,

portanto, de uma mediação advinda de uma nova “lei” assinada e desejada por bibliotecários e comunidade; por governo e povo; por teóricos e bibliotecários e, no caso da BPGMP, por seu quadro funcional e pela sua Direção. Assim, elementos simbólicos como os estatutos, as normas e resoluções, os códigos e regras, formam um elenco de possibilidades de reordenação das práticas bibliotecárias, único meio de possibilitar ao símbolo sua manutenção como intermediador entre os indivíduos e os objetos designados. Ou seja, à biblioteca não resta outra saída senão se retroalimentar com seu público alvo, se renovando com ele, se redefinindo e excluindo as codificações que já não se fazem mais representativas, pois o símbolo só tem valor até o momento em que é reconhecido como tal.

Assim, formas simbólicas como a educação formal, a erudição, o saber, o conhecimento intelectual e tantos outros representados pelas bibliotecas, já se acham em processo de decorrada, o que faz necessário o içamento de outros símbolos e simbologias, pois do mesmo modo que fazemos uso das ordenações e símbolos para atingirmos um certo conforto e segurança, da mesma forma é preciso estar sempre a postos para a reordenação quando aqueles símbolos já nos causam prejuízos.

É claro que o içamento de novos símbolos e novas significações demandam um certo tempo. No entanto, toda ação simbólica de substituição requer ritos de passagem. Eles são o modo mais confortável de ressignificação. Assim, preparar o caminho para uma biblioteca pública, voltada para os interesses das comunidades populares, implica estabelecer zonas intermediárias, onde se possam dar transições simbólicas sem os traumas de toda mudança. Trata-se de amenizar a passagem de um estado a outro de simbolização. No nosso caso, a conversa e interação com o popular e todas as suas formas de expressão, da oralidade às expressões escritas e artísticas, se fazem necessário.

Uma passagem de uma biblioteca tradicional a uma biblioteca popular deve ser iniciada com o diálogo entre essa instituição e as suas demandas potenciais. Assim, o caminho que pode levar a BPGMP à Favela Poço da Draga pode ser propiciado pelo caminho aberto metaforicamente pelo “corredor cultural” do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. Digo metaforicamente porque sabemos que aquele corredor tem funções muito mais estéticas e urbanísticas do que como canal efetivo de convívio entre a elite e o povo, a despeito do que prega o discurso oficial.

Portanto, passar pela “passarela cultural” pode ser o começo de um caminho real, no qual biblioteca e favela possam interagir e produzir novos textos culturais, novos acervos, novos serviços e novas demandas. E isso só será feito se as partes estiverem em total sintonia. Dessa interação nascerá uma nova ordem, principalmente se à favela for dado o direito de produzir seu acervo, mediante depoimentos e testemunhos de vida sobre a memória da favela que, em última instância, é a própria memória da Praia de Iracema e, conseqüentemente, da cidade de Fortaleza. Democratizar a informação é dotá-la de instrumentos reais e vivos de registros da cultura popular, co-participe dos processos históricos e sociais.

A mediação de que precisa a biblioteca pública em sua relação com os estratos da cultura popular deve passar pela ruptura com as amarras simbólicas representantes das elites e das simbologias representadas pela erudição enquanto meta exclusiva a ser atingida. É preciso ampliar o leque das demandas e oportunidades informacionais e isso será possível na medida em que for traçada uma trajetória onde biblioteca e favela falem a mesma língua. Para tanto, fazem-se necessárias todas as formas de tradução entre as linguagens interlocutoras.

Seria o caso de se perguntar ao discurso oficial sobre a política cultural da Secretaria da Cultura e Desporto do Estado, quando ela prescreve que o “<sup>1</sup> *Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura é um espaço democrático de convivência... onde será resgatada a memória da Praia de Iracema*”: \_ O resgate desta memória não deve passar primeiro pela memória viva das pessoas da Favela Poço da Draga, testemunhas vivas da evolução histórica da Praia, cuja maioria dos moradores residem na área há mais de quarenta e cinco anos? É uma pergunta que a BPGMP poderia responder, lançando mão de seus direitos junto ao Projeto Cultural do Estado e possibilitando ser ela própria a mediação de que tanto se falou neste trabalho.

---

<sup>1</sup> Trecho do pronunciamento do então Governador do Estado do Ceará, Ciro Ferreira Gomes, no vídeo editado e veiculado pela Secretaria da Cultura e Desporto, em 1994.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sergio. A gestão filantrópica da pobreza humana. *Rev. São Paulo em Perspectiva*. v. 4, n.2, p.8-17, abr/jun. 1990.
- A UNIDADE DO HOMEM: invariantes biológicas e universais culturais. São Paulo: Cultrix, 1978. 3.v. (Centro Royaumont para uma ciência do homem) (v.1 Do primata ao homem; v.2 O cérebro humano e seus universais; v.3 Para uma antropologia fundamental)
- ALMEIDA, Maria Cristina Barbosa de. A ação cultural do bibliotecário: grandeza de um papel e limitações de prática. *Rev. Bras. de Bibliotecon. e Doc.* São Paulo: v.20, n. 1/4, p.31-8, jan/dez. 1987.
- ANTUNES, Walda de Andrade. Biblioteca e sistema de ensino. *Boletim da ABDF. Nova Série*. Brasília, v.9, n.2, p.121-5, abr/jun. 1986.
- ARAÚJO, Walquíria Toledo de. A biblioteca pública e o compromisso social do bibliotecário. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, v.14, n.1, p.106-22, mar. 1985.
- ASHEIN, Lester. Biblioteca e censura. *Rev. Bras. de Bibliotecon. e Doc.* São Paulo, v.13, n.3/4, p.217-22, jul/dez. 1980.
- BAITELLO JUNIOR, Norval. A sociedade da informação. *Rev. São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.8, n.4, p.19-21, out/dez. 1994.
- \_\_\_\_\_. Fantasmas positivos e fantasmas negativos. São Paulo, 1994. (texto mimeografado).
- \_\_\_\_\_. O conceito de texto da cultura. São Paulo, 1994. (texto mimeografado)
- BAVA, Silvio Caccia. *A luta nos bairros e a luta sindical*. In: KOWARICK, Lúcio et alii. *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. 2.ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 253-77.
- BERGSON, . *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BONDUKI, Nabil. *Crise de Habitação e luta pela moradia no pós-guerra*. In: KOWARICK, Lúcio et alii. *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. 2.ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 113-146.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular: leitura de operárias*. 8.ed. Petrópolis, Vozes, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia grega*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

BRAUDEL, Fernand. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BYSTRINA, Ivan. *Tópicos de Semiótica da Cultura*. São Paulo: PUC/CISC, 1995. (Pré-print)

CABRAL, Ana Maria Rezende. Sociedade pós-moderna: o poder da informação, o poder de informar. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, v.21, n.2, p.213-223, jul/dez. 1992.

CAILLOIS, Roger. *El mito y el hombre*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

\_\_\_\_\_. *Os jogos e os homens*. Lisboa: Cotovia, 1990.

CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 7.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.) *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.

CASA NOVA, Vera Lúcia. Biblioteca: uma leitura semiológica. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, v.19, n.especial, p.130-7, mar, 1990.

\_\_\_\_\_. Cordel e biblioteca. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, v.11, n.1, p.7-13, mar. 1982.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. Secretaria da Cultura e Desporto. *Plano de desenvolvimento cultural: leitura da cultura*. Fortaleza, SECULT: 1995/1996.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

COELHO NETTO, José Teixeira. *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

COLOMBO, Fausto. *Os arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

COMEGNO, Maria Cecília. Pobreza e precariedade. *Rev. São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.4, n.2, p. 29-31, abr/jun. 1990. (tema: pobreza)

CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca, Calabar: a luta política dos favelados*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CONNOR, Steven. *Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1993.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 4.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Gaunabara Koogan, 1991.

DAHRENDORF, Ralf. *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*. São Paulo: Jorge Zahar/Edusp, 1992.

ECO, Umberto, IVANOV, V. V., RECTOR, Mônica. *Carnaval*. México: Fondo de Cultura Econômica. 1989.

ECO, Umberto. *Tratado Geral de Semiótica*. 2.Ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

ELIADE, Mircea. *Mito do eterno retorno*. São Paulo: Mercury, 1992.

\_\_\_\_\_. *Mito e realidade*. 4.Ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FEBAB. *A biblioteca e a Constituição: contribuição à Assembléia Constituinte...* Boletim da ABDF. Nova Série. Brasília, v.10, n.2, p.114-24, abr/jun. 1987.

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. *A estratégia dos signos*. 2.Ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

\_\_\_\_\_. *Leitura sem palavras*. 3.Ed. São Paulo: Ática, 1993.

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. *Olhar Periférico: informação, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: EDUSP, 1993.

FERREIRA, Rosa Maria Fischer. *A favela como solução de vida*: um estudo do papel dos grupos informais na participação social de classes sociais em São Paulo. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, s.d. (Dissertação de mestrado).

FERREIRA, Jerusa Pires. *Cavalaria em cordel*: o passo das águas mortas. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. *Armadilhas da memória*: conto e poesia popular. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1991.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, v.12, n.2, p.145-69, set. 1983.

\_\_\_\_\_. Uma biblioteca verdadeiramente pública. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, v.9, n.2, p.131-8, set. 1980.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: história das violências nas prisões. 10.ed. Petrópolis, Vozes, 1994.

BH/UFMG

GARCIA, Maria Lúcia Andrade. O leitor e a biblioteca pública. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, v.4, n.2, p.186-97, set. 1975.

GASPAR, Luciano Mota. *Integração econômica e social de uma favela: estudo sobre o Poço da Draga*. Fortaleza: UFC, 1970.

GATES, Bill. *Estrada para o futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GIACOMINI, Mara Rita. *Trabalho social em favela*: o método da divisão. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1987.

GOMES, Sônia de Conti. Biblioteca e sociedade: uma abordagem sociológica. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, v.11, n.1, p.14-21, mar. 1982a.

\_\_\_\_\_. Criação e desenvolvimento de bibliotecas e variáveis sócio-culturais. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, v.11, n.2, p.146-157, set. 1982b.

GORKY, Máximo. *Ganhando meu pão*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*: o jogo como elemento da cultura. 4.Ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

IVANOV, V. V., LOTMAN, J. M., PJATIGORSKIJ, A. M et alii. *Tesi per un'analisi semiotica delle culture (in applicazione ai testi slavi)*. In: PREVIGNANO, Carlo (org). *La semiotica nei paesi slavi*. Milano: Feltrinelli, 1979. p. 194-220.

JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1991.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1995.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

KOWARICK, Lúcio. *As lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo*. In: KOWARICK, Lúcio et alii. *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. 2.ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p.45-52.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2.ed. Campinas: Edições Unicamp, 1992. (Coleção Repertório)

LEAL, Antonio. *Fala Maria Favela: uma experiência criativa em alfabetização*. 9.ed. São Paulo: Ática, 1987.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. A biblioteca pública em face da demanda social brasileira. *Rev. Bras. de Bibliotecon. e Doc.*, São Paulo, v.12, n.3/4, p.203-10, jul/dez. 1979.

LERÓI-GOURHAN, André. *O gesto e a palavra*. Lisboa: Edições 70, 1985. 2v. (v.1 Técnica e linguagem; v.2 Memória e ritmos)

\_\_\_\_\_. *As religiões da pré-história*. Lisboa: Edições 70, 1990.

LINHARES, Paulo. Cultura da reclamação. *Jornal O POVO*. Fortaleza, 22 de junho de 1996. Caderno 2. p.12

LOPES, Marta Cândido Lopes. *Entrevista* concedida em julho de 1994.

LORENZ, Konrad. *A demolição do homem: crítica à falsa religião do progresso*. 2.Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986 (ed.1).

MACEDO, Neusa Dias de. Subsídios para a caracterização da biblioteca pública. *Rev. Bras. de Bibliotecon. e Doc.* São Paulo, v.20, n.1/4, p.71-7, jan/dez. 1987.

- MACEDO, Neusa Dias de. Das diretrizes para bibliotecas à "Declaração de Princípios da Biblioteca Pública Brasileira": comunicação. *Rev. Bras. de Bibliotecon. e Doc.* São Paulo, v.25, n.3/4, p.69-78, jul/dez. 1992.
- MILANESI, Luiz. *A casa da invenção*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- \_\_\_\_\_. *O paraíso via Embratel*. São Paulo: ECA/USP, 1977. (dissertação de mestrado).
- \_\_\_\_\_. *Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MONTAGU, Ashley. *Tocar: o significado humano da pele*. 3.Ed. São Paulo: Summus, 1988.
- MORAES, Mirtes da Silva. Objetivos e funções da biblioteca pública. *Boletim da ABDF. Nova Série*. Brasília, v.9, n.3, p.190-2, jul/set. 1986.
- MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. 2.Ed. Portugal: Europa América, 1988.
- MORRIS, Desmond. *O macaco nu: um estudo do animal humano*. 12.Ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- MOSTAFA, Solange Puntel, MARANON, Eduardo Ismael. Memória: o segredo, a informação e a cidadania. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, v.21, n.2, p.203-12, jul/dez. 1992.
- MUELLER, Mary Stela. Comunicação, informação, biblioteca: uma abordagem integradora, um questionamento. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, v.19, n.1, p.7-23, mar. 1990.
- MUELLER, Suzana P. M. Bibliotecas e Sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, v.13, n.1, p.7-54, mar. 1984.
- NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. Biblioteca pública: a ambivalência de seu papel. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, v.15, n.2, p.222-48, set. 1986.
- NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. A realidade da biblioteca pública. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, v.12, n.2, p.205-12, set. 1983.
- NUNES, Edison. Carências e modos de vida. *Rev. São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.4, n.2., p.2-7, abr/jun. 1990. (tema: pobreza)

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de., WILNES, Henrique. Determinantes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudo. *Rev. São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.4, n.2, p.25-8, abr/jun. 1990. (tema: pobreza)

ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Siciliano, 1991.

PASSETTI, Edson. Os novos miseráveis. *Rev. São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.8, n.3, p.48-55, jul/set. 1994.

PEDROSA, Fernanda et alii. *A violência que oculta a favela*. Porto Alegre: LPM, 1990.

PERINI, Mário A. Por uma política de bibliotecas. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, v.15, n.2, p.299-305, set. 1986.

PRATES, Ceres Alves. Mensuração da pobreza: o dedo na ferida. *Rev. São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.4, n.2, p.59-63, abr/jun 1990. (tema: pobreza)

PROSS, Harry. *Estructura simbólica del poder*. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.

\_\_\_\_\_. *La violencia de los simbolos sociales*. Barcelona: Anthropos, 1989.

RABELLO, Odília Clark Peres. Da biblioteca pública à biblioteca popular: análise das contradições de uma trajetória. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, v.16, n.1, p.19-42, mar. 1987a.

\_\_\_\_\_. Atividades de leitura em biblioteca: equívocos de uma prática. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, v. 16, n.2, p.130-42, set. 1987b.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *O Brasil como problema*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

ROLNIK, Raquel. *São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política*. In: KOWARICK, Lúcio et alii. *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. 2.ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 95-112.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SAWAIA, Bader Burlhan. Morar em favela: a arte de viver como gente em condições negadoras da humanidade. *Rev. São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.4, n.2, p.46-50, abr/jun. 1990. (Tema: pobreza)

- SCAFUTTO, Sandra Maria M. P., CORTE, Adelaide Ramos. Biblioteca pública já. *Boletim da ABDF. Nova Série*. Brasília, v.8, n.3, p.167-8, jul/set. 1985.
- SCHNAIDERMAN, Boris. *Semiótica russa*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, v.4, n.2, p.141-61, set. 1975.
- SOUZA, Arlindo Pinto de. *Editando o editor*. São Paulo: Edusp/Com Arte, 1995.
- SPERRY, Suzana. A verdade oculta na população sobre a biblioteca pública: solução para revisar seu papel. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, v.22, n.2, p.168-80, jul/dez. 1993.
- TARAPANOFF, Kira. O compromisso governamental com a biblioteca pública no Distrito Federal. *Boletim da ABDF*. Brasília, v.9, n.3, p.193-8, jul/set. 1986.
- TARGINO, Maria das Graças. A biblioteca popular no processo de disseminação da informação. *Boletim da ABDF Nova Série*, Brasília, s.d.
- \_\_\_\_\_. Biblioteconomia, informação e cidadania. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*. Belo Horizonte, v.20, n.2, p.149-60, jul/dez. 1991.
- TELLES, Vera da Silva. A pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas. *Rev. São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.4, n.2, p.37-45, abr/jun. 1990. (Tema: pobreza)
- TROYANO, Annez Andraus, HOFFMANN, Marise B. P., FERREIRA, Sinésio Pires. Condições de vida e pobreza: elementos para uma discussão metodológica. *Rev. São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.4, n.2, p.32-6, abr/jun. 1990. (Tema: pobreza)
- VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.
- WATZLAWICK, Paul. *Pragmática da comunicação humana*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993.